

**UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO PROF. JOSÉ DE SOUZA HERDY
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPEP
ESCOLA DE CIÊNCIAS, EDUCAÇÃO, LETRAS, ARTES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HUMANIDADES, CULTURAS E ARTES**

CESAR BERNARDO FERREIRA

PESCADORES ARTESANAIS E VIOLÊNCIA NA BAÍA DE GUANABARA

**DUQUE DE CAXIAS
2019**

CESAR BERNARDO FERREIRA

PESCADORES ARTESANAIS E VIOLÊNCIA NA BAÍA DE GUANABARA

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Humanidades Culturas e Artes, da Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Humanidades, Culturas e Artes.

Orientadora: Professora Dr^a Cleonice Puggian

DUQUE DE CAXIAS
2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE/BIBLIOTECA - UNIGRANRIO

F383p Ferreira, Cesar Bernardo.
Pescadores artesanais e violência na Baía de Guanabara / Cesar
Bernardo Ferreira. – Duque de Caxias, 2018.
215 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado em Humanidades, Culturas e Artes) –
Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, Escola de
Educação, Ciências, Letras, Artes e Humanidades, 2018.

“Orientadora: Prof. Cleonice Puggian”.

Bibliografia: f. 188-210.

1. Educação. 2. Pescadores – Guanabara, Baía de (RJ). 3. Pesca artesanal. 4.
Guanabara, Baía de (RJ) – Condições ambientais. 5. Violência. I. Puggian, Cleonice.
II. Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy. III. Título.

Cesar Bernardo Ferreira

Pescadores Artesanais e Violência na Baía de Guanabara

Exemplar apresentado para avaliação pela banca examinadora em

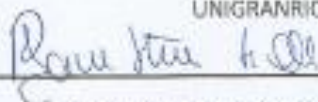
17/01/2019

Aprovado pela banca examinadora:



Profª. Drª. Cleonice Puggian
Orientadora

UNIGRANRIO



Profª. Drª. Rosane Cristina de Oliveira
Examinador Interno

UNIGRANRIO



Profª. Drª. Cátia Antônia da Silva
Examinador Externo

UERJ-FFP



Profª. Drª. Juniele Rabêlo de Almeida
Examinador Externo

UFF



Prof. Dr. Sebastião Fernandes Raulino
Examinador Externo
SME-RJ

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Clemeia Diana Bernardo Ferreira, pessoa extraordinária, que amo, admiro e sou muito grato por tudo que sou na vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço o apoio incondicional da minha família. Minha mãe, minha esposa e meu filho, por estarem ao meu lado ao longo desta jornada.

Agradeço aos pescadores e amigos da Colônia Z-10, que me acolheram e inspiraram este trabalho.

Agradeço a todos os pescadores da baía de Guanabara que aceitaram participar deste estudo, colaborando de forma essencial para o sucesso da pesquisa.

Meus agradecimentos aos docentes, colegas de turma e funcionários do Programa de Pós-graduação em Humanidades, Culturas e Artes, pelo apoio, companheirismo e trocas em todos os momentos.

Agradeço também ao meu grande exemplo, a professora Dra. Cleonice Puggian. Para mim, sempre foi uma imensa honra e orgulho tê-la como orientadora por mais de cinco anos (desde o mestrado) e, da mesma forma, tenho muito orgulho em citá-la como uma das responsáveis pela minha formação profissional. Jamais esquecerei seus ensinamentos, preciosos conselhos e sua inestimável carisma e confiança. Muito obrigado!

Agradeço também à querida professora Dra. Rosane, pelos ensinamentos e pela ajuda que me deu durante a realização deste trabalho.

Ao professor Dr. Sebastião Raulino, pelo material disponibilizado, que muito me auxiliou na elaboração desta Tese.

À professora Dra. Cátia Antônia pela valorosa contribuição nesta pesquisa.

Ao professor Dr. Celso Sanchez, pelas dicas e sugestões, que muito me ajudaram na finalização desta pesquisa.

Também a professora Dra. Juniele Rabêlo de Almeida por ter aceitado gentilmente contribuir com suas experiências e, assim, enriquecer este trabalho.

A todos, muito obrigado!

O pescador

O vento, o mar, a areia, a praia, as ondas,
Sereia, navegando
Indo, voltando
Canoa, sereia, as ondas do mar
Areia, canoa,

Pescador, tem que pescar
Pescador tem que pescar

Como vou poder sobreviver
Se não tenho nada pra comer
Como é cruel e fria esta gente
Não será possível resistir
Pois não temos nada pra vestir
Como esse povo é sofrido e carente

Pescador, tem que pescar
Pescador, tem que pescar

Areia, canoa
Sereia não me atrapalha
Filho, mãe, irmã, esposa
A família a esperar, canoa

Como vou poder sobreviver
Se não tenho nada pra comer
Como é cruel e tão fria essa gente
Não será possível resistir
Se não temos nada pra vestir
Como esse povo é sofrido e carente

Pescador, tem que pescar
Pescador, tem que pescar

Sereia, o sol
O vento, o mar, navegando
Indo, voltando, canoa
O peixe, fruto do mar

Tim Maia
(Álbum *Sorriso de Criança*, 1997)

RESUMO

Esta tese apresenta um estudo qualitativo, de base etnográfica, sobre os casos de violência relatados por pescadores artesanais durante o exercício do seu trabalho na baía de Guanabara, Rio de Janeiro. O objetivo geral foi investigar como a violência interfere no trabalho do pescador artesanal, buscando caracterizar os casos de violência; identificar os sujeitos, tempos e espaços envolvidos nestes casos; e estabelecer conexões entre os casos de violência, o modelo econômico vigente e as políticas públicas para a baía de Guanabara. A amostra foi construída por meio da metodologia conhecida como “bola de neve”, iniciando com os líderes das colônias. Os instrumentos para coleta de dados foram observação participante e entrevistas semiestruturadas. Entrevistamos 20 pescadores artesanais, sendo dois da Colônia Z-8, cinco da Z-9, quatro da Z-10, quatro da Z-11, dois da Associação de Pescadores de Tubiacanga, dois pescadores sem afiliação e um representante da FEPERJ. Observações foram registradas em caderno de campo e entrevistas gravadas em áudio e transcritas. A análise dos dados ocorreu por meio de um processo de tematização. Resultados indicam que os casos de violência relatados estão fortemente relacionados ao avanço das atividades econômicas sobre os locais de pesca e coleta tradicionalmente utilizados pelos pescadores. Ocorre uma desterritorialização quando esses trabalhadores são forçados a alterar suas práticas cotidianas em virtude dos interesses do Estado e agentes do capital. Notamos a existência de uma multiterritorialidade, de configuração complexa, onde estão inseridos os pescadores artesanais, a Marinha do Brasil, as indústrias petroquímicas e demais organizações e indivíduos que atuam na baía de Guanabara, tanto no entorno como no espelho d’água, cujas relações são marcadas por conflitos, que muitas vezes resultam na morte física do pescador. Argumentamos que os pescadores artesanais da baía de Guanabara sofrem uma violência bioétnica, cujas consequências vão desde a aniquilação dos ecossistemas até o epistemicídio dos grupos étnicos aos quais pertencem, incluindo diversas formas de aniquilação cultural, laboral e existencial desses homens e mulheres. A pesquisa indica que o avanço das atividades capitalistas e a crescente metropolização subjazem a violência bioétnica na baía de Guanabara, que inclui a poluição das águas, desaparecimento do pescado, modificações de hábitos, xingamentos, disparos com bala de borracha e fuzil, assassinatos, invisibilidade social, dentre outros atos contra o pescador e seu território. Concluimos que apesar dos casos de violência, os pescadores lutam pelo direito de viver e trabalhar de acordo com suas tradições. Apesar da violência, continuam sendo vistos entre embarcações *offshore*, estaleiros, polos petroquímicos e manchas de poluentes que flutuam sobre o espelho d’água da Guanabara. Perseveram pela garantia do direito ao trabalho e à vida.

Palavras-chave: Pescadores Artesanais; Baía de Guanabara; Violência; Conflitos.

ABSTRACT

This thesis presents a qualitative ethnographic study on the cases of violence reported by artisanal fishermen during their work in Guanabara Bay, Rio de Janeiro. The general objective was to investigate how violence interferes in the work of the artisanal fisherman, seeking to characterize the cases of violence; identify the subjects, times and spaces involved in these cases; and to establish connections between the cases of violence, the current economic model and the public policies for Guanabara Bay. The sample was constructed using the methodology known as "snowball", starting with the leaders of the colonies. The instruments for data collection were participant observation and semi-structured interviews. We interviewed 20 artisanal fishermen, two from the Z-8 Colony, five from the Z-9, four from the Z-10, four from the Z-11, two from the Fishermen's Association of Tubiacanga, two fishers without affiliation and a representative from FEPERJ. Observations were recorded in field notes and interviews recorded in audio and transcribed. The analysis of the data occurred through a thematization process. Results indicate that the reported cases of violence are strongly related to the advance of economic activities on the fishing sites and collection traditionally used by fishermen. A deterritorialization occurs when these workers are forced to change their daily practices by virtue of the interests of the state and agents of the capital. We have noticed the existence of a multiterritoriality, of complex configuration, where artisanal fishermen, the Brazilian Navy, the petrochemical industries and other organizations and individuals working in Guanabara Bay, both in the surroundings and in the mirror of water, are marked by conflicts, which often result in the physical death of the fisherman. We argue that artisanal fishermen in Guanabara Bay suffer from bioethnic violence, ranging from the annihilation of ecosystems to the epistemicity of the ethnic groups to which they belong, including various forms of cultural, labor and existential annihilation of these men and women. Research indicates that the advance of capitalist activities and increasing metropolization underlies bioethnic violence in Guanabara Bay, which includes water pollution, fish disappearance, habit changes, name-calling, bullet-shooting, assassination, social invisibility, among other acts against the fisherman and its territory. We conclude that despite these cases of violence, fishermen fight for the right to live and work according to their traditions. Despite the violence, they continue to be seen among offshore vessels, shipyards, petrochemical poles and pollutant patches floating on the Guanabara water mirror. They persevere in guaranteeing their right to work and to life.

Keywords: Artisanal Fishermen; Guanabara's Bay; Violence; Conflicts.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Instalações da petroquímica COSAN, com a placa indicativa de proibição de aproximação (AFASTE-SE, ÁREA PORTUÁRIA). Foto tirada pelo autor no dia 26 mar. 2015 ocasião da denúncia acerca do crime ambiental, que despejou substâncias químicas <i>in natura</i> na baía de Guanabara, causando a mortandade de diversas espécies de peixes e invertebrados	17
Figura 2 - Mapa da baía de Guanabara com as cinco colônias de pescadores onde o estudo foi conduzido	19
Figura 3 - Rios que desaguam na baía de Guanabara.....	32
Figura 4 - Mapa com os sambaquis catalogados na baía de Guanabara	36
Figura 5 - Localidades da pesca artesanal em meio aos empreendimentos modernos na baía de Guanabara e regiões oceânicas do Rio de Janeiro, Niterói e Maricá – RJ	37
Figura 6 - Foto de satélite da baía de Guanabara, onde podemos ver o exato ponto do vazamento de óleo da refinaria da Petrobras, que aconteceu no dia 18 de janeiro de 2000	39
Figura 7 - Foz do Rio Jequiá na Ilha do Governador. No detalhe, vê-se o intenso processo de assoreamento que o local sofre	51
Figura 8 - Projeto do Cordão Sanitário das Estações de Tratamento de Esgoto do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG)	57
Figura 9 - Censo de trabalhadores na Ilha do Governador, baía de Guanabara, entre os períodos de 1870 e 1872, com ênfase ao número de pescadores artesanais	64
Figura 10 - Local improvisado na Colônia de pescadores Z-10 para a comercialização de frutos do mar.....	67
Figura 11 - Mapa das Unidades de Conservação da Natureza do Estado do Rio de Janeiro (Estaduais e Federais)	81
Figura 12 - Unidades de conservação ambiental Federal e Estadual localizadas na Região Hidrográfica da Baía de Guanabara.....	82
Figura 13 - Empreendimentos previstos pelo COMPERJ devido a concretização da construção do Arco Metropolitano	84
Figura 14 - Mapa da Reserva Biológica de Tinguá, com destaque para os municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Miguel Pereira e Petrópolis....	85
Figura 15 - Embarcação de pesca artesanal da baía de Guanabara, sofrendo os efeitos das limitações territoriais impostas pela indústria petroquímica	96

Figura 16 - Número de assassinatos de ambientalistas e defensores do ambiente por país em 2016	103
Figura 17 - Mapa do Brasil evidenciando a costa marinha denominada de Amazônia Azul e as áreas de abrangência da Marinha do Brasil	109
Figura 18 - Área ocupada pela Marinha do Brasil na baía de Guanabara com seus quartéis, batalhões e unidades de ensino e pesquisa. Destaque em vermelho aos quartéis com os maiores índices de incidentes envolvendo militares e pescadores (Boqueirão e Estação Rádio)	111
Figura 19 - Notícia da explosão dos paíóis do Centro de Munição da Marinha do Brasil.....	112
Figura 20 - Entrada da Estação Rádio da Marinha do Brasil, localizada na Ilha do Governador. À direita, entrada da Colônia de Pescadores Z-10	113
Figura 21 - Carta Náutica 1515 Baía de Guanabara: ilhas de interesse militar	121
Figura 22 - Localização geográfica da Ponta do Matoso, área de acesso proibido sob o controle e proteção da Marinha do Brasil	128
Figura 23 - Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW), funciona como um centro de formação militar para os quadros de oficiais da Marinha do Brasil que são portadores de diplomas de nível superior nas áreas afins de interesse da Marinha do Brasil	134
Figura 24 - Do lado direito a Estação Rádio da Marinha do Brasil, à esquerda, indústria Petroquímica, ao centro o canal de entrada e saída da colônia de pescadores Z-10 (Ilha do Governador)	139
Figura 25 - Lei nº 10.446, de 2002, Art. 148 – Sequestro e cárcere privado....	142
Figura 26 - Edificações da indústria petroquímica às margens da baía de Guanabara, assim como a área de fundeio das embarcações Offshore.....	149
Figura 27 - Diversas embarcações <i>offshore</i> ancoradas na região da baía de Guanabara, próximos a ponte Presidente Costa e Silva (Rio-Niterói)	152
Figura 28 - Carcaça do navio HSB Gemini 51, de bandeira panamenha, abandonado na foz do rio Jequiá, Ilha do Governador	157
Figura 29 - Fêmea de golfinho da espécie <i>Sotalia goianensis</i> , monitorada pelo MAQUA-UERJ, encontrada morta em frente a petroquímica COSAN, imagem ao fundo, no destaque	159
Figura 30 - Ave marinha chamada biguá (<i>Phalacrocorax brasilianus</i>), impregnada de óleo oriundo do vazamento da Petrobras no ano de 2000.....	166

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Pescadores entrevistados.....	25
Quadro 2 – Breve perfil dos pescadores artesanais entrevistados durante a pesquisa	25
Quadro 3 – Categorias emergentes do processo preliminar de análise.....	29
Quadro 4 – Algumas espécies de avifauna avistada nos manguezais da baía de Guanabara	34
Quadro 5 – Peixes ósseos e cartilagosos observados nos manguezais da baía de Guanabara	35
Quadro 6 – Ordem cronológica dos principais acidentes envolvendo a indústria petroquímica e poluição de ecossistemas aquáticos no Brasil nas últimas três décadas	41
Quadro 7 – Regiões Hidrográficas do estado do Rio de Janeiro e suas áreas abrangentes	54
Quadro 8 – Número de pescadores artesanais no país, segundo a SUDEPE, IBGE, Confederação Nacional de Pescadores e o IBAMA	65
Quadro 9 – Tabela com as espécies de peixes, moluscos e crustáceos protegidas pelo defeso através das normas do IBAMA, assim como, seus respectivos meses de proibição de pesca.....	71
Quadro 10 – Distritos Navais da Marinha do Brasil, suas localizações e características	110
Quadro 11 – NORMAM-03 0108, Marinha do Brasil, Diretoria de Portos e Costas, Áreas de Segurança, com ênfase a letra “a”	116

LISTA DE SIGLAS

APP	Área de Preservação Permanente
APA	Área de Proteção Ambiental
CEDAE	Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro
CIDE	Centro de Formação de dados do Rio de Janeiro
COMPERJ	Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro
ETA	Estação de Tratamento de Água
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
FEPERJ	A Federação dos Pescadores do Rio de Janeiro
GAM	Grupamento Aeromóvel da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
NORMAM	Normas da Autoridade Marítima
REDUC	Refinaria Duque de Caxias
SEAP	Secretaria Especial de Pesca e Aquicultura da Presidência da República
SERLA	Superintendência Estadual de Rios e Lagoas
TCE	Tribunal de Contas do Estado
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
 1 TECENDO A REDE: PERCURSOS DE UMA PESQUISA COM PESCADORES ARTESANAIS	 16
 2 BAÍA DE GUANABARA: UM TERRITÓRIO EM DISPUTA.....	 30
2.1 Contornos e riquezas da baía de Guanabara.....	31
2.2 Usos e abusos da baía de Guanabara	37
2.3 Homens e mulheres do mar: a história dos pescadores artesanais da baía de Guanabara	45
2.4 A baía de Guanabara, desafios da gestão e exemplos inspiradores	51
 3 PESCA ARTESANAL E INJUSTIÇAS AMBIENTAIS NA BAÍA DE GUANABARA.....	 61
3.1 A pesca artesanal e a história cultural da baía de Guanabara.....	61
3.2 Políticas públicas e o direito dos pescadores.....	66
3.3 Condições de trabalho e pesca.....	72
3.4 Comunidades tradicionais e a luta por justiça ambiental.....	74
 4 VIOLÊNCIA, DESTERRITORIALIZAÇÃO E PESCA ARTESANAL NA BAÍA DE GUANABARA.....	 87
4.1 Violência e suas manifestações.....	88
4.2 Violência contra comunidades tradicionais e as artimanhas do capital e do Estado	91
4.3 Desterritorialização e violência contra pescadores artesanais.....	93
4.4 Violência, vulnerabilidade e pesca artesanal.....	98
4.5 Violência contra os defensores de direitos, ativistas socioambientais e pescadores artesanais.....	101
 5 MARINHA DO BRASIL E PESCADORES ARTESANAIS DA BAÍA DE GUANABARA: TERRITÓRIO, CONFLITO E VIOLÊNCIA.....	 107
5.1 A Marinha do Brasil na baía de Guanabara.....	108
5.2 Regulação do espaço marítimo na baía da Guanabara e a busca pelo pescado	115
5.3 “A gente joga a rede aqui, mas aí olha para lá e vê os peixes pulando que nem doido, mas a gente não pode ir lá, porque é área militar” (Pescador Figueiredo)	122
5.4 Casos de violência envolvendo pescadores artesanais e a Marinha.....	132
5.5 Distanciamentos e aproximações entre pescadores artesanais e a Marinha do Brasil	146
 6 A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E PETROQUÍMICA E OS PESCADORES ARTESANAIS DA BAÍA DE GUANABARA: PERIGOS, DESCASOS E RESISTÊNCIAS.....	 148
6.1 Ocupação do território de pesca	150

6.2 Degradação ambiental	158
6.3 Expansão das indústrias de petróleo e petroquímica: o COMPERJ	167
6.4 Perigos e resistências	174
CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
REFERÊNCIAS	188
APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista aos Pescadores das Colônias de Pescadores da Baía de Guanabara	211
APÊNDICE B - Relação das Colônias e associações de pescadores existentes na baía de Guanabara.....	213
APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	215

INTRODUÇÃO

(Pescador Antônio) A pesca artesanal é a minha vida, ela é linda! Você poder pegar um guaiamum, pegar dentro do período que pode, você sabe que não pode pegar a fêmea... É lindo! Todo mundo acha estranho o cara estar ali dentro do mangue... É uma delícia, cara! Você estar ali dentro daquele manguezal, cheio de raízes, meter a mão no buraco para pegar um guaiamum é uma alegria quando consegue pegar, você vê a alegria dos outros companheiros, é uma delícia! E, na pesca do peixe, quando você dá um lance na rede e ela vem cheia de peixes, que coisa linda! O peixe pulando, se manifestando, muita alegria que traz! É lindo! Que bom seria se eu pudesse voltar no tempo há 100 anos atrás e pescar!

Nesta tese apresento os casos de violência relatados por pescadores artesanais que atuam na baía de Guanabara, estado do Rio de Janeiro. A questão norteadora foi: quais são os casos de violência enfrentados pelos pescadores artesanais das colônias de pescadores da baía de Guanabara durante a execução do seu trabalho?

A metodologia da pesquisa foi qualitativa, de inspiração etnográfica. Segundo Mattos (2011), o estudo etnográfico é uma abordagem de investigação científica que permite ao pesquisador revelar importantes detalhes na pesquisa qualitativa, principalmente nos estudos das desigualdades sociais. Ainda, segundo a autora, a metodologia etnográfica nos permite aprofundar a pesquisa dentro dos limites de uma realidade peculiar, buscando premissas e maior compreensão acerca da temática estudada.

Os instrumentos para coleta de dados foram a observação participante e a entrevista semiestruturada. A observação participante foi conduzida em quatro das cinco colônias de pescadores existentes na baía de Guanabara, que são as Colônias Z-8 (Niterói e São Gonçalo), Z-9 (Magé e Guapimirim), Z-10 (Ilha do Governador), Z-11 (Bonsucesso, Ramos, Ilha do Fundão – situados no município do Rio de Janeiro) e a Colônia Z-12 (Caju, Centro, Urca – Rio de Janeiro), que foi contemplada neste trabalho devido aos problemas relativos à segurança pública.

Quanto às entrevistas, foram conduzidas nas próprias colônias ou em locais considerados seguros para os pescadores. Foram gravadas em áudio para posterior transcrição e análise de conteúdo. Foi utilizado um roteiro para os líderes das

colônias e outro para os pescadores artesanais colaboradores. As análises das entrevistas foram conduzidas por meio da tematização dos registros de campo e da narrativa dos participantes.

Esta tese está organizada em seis capítulos. No primeiro capítulo apresento o percurso metodológico da pesquisa, indicando as motivações e justificativa do estudo, a abordagem metodológica, os instrumentos para coleta de dados, a descrição dos locais do estudo, um breve perfil dos participantes e as categorias preliminares que emergiram no processo de análise.

O segundo capítulo dedica-se à contextualização da baía de Guanabara como local do estudo, no qual abordarei questões relacionadas aos primeiros habitantes da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara, perpassando pelas comunidades indígenas e, posteriormente, com a ocupação europeia, os quilombolas, para chegar aos pescadores artesanais atuais.

No terceiro capítulo, farei uma caracterização da pesca artesanal enquanto patrimônio cultural da baía de Guanabara, falarei ainda das políticas públicas, dos direitos e condições de trabalho dos pescadores artesanais.

No quarto capítulo, apontarei os diversos tipos de violências que os pescadores artesanais sofrem no exercício de sua atividade laborativa e que tem, paradoxalmente, um crescimento rotineiro, dada às multifacetadas sobreposições existentes nas situações de injustiça ambiental.

No quinto capítulo, apresentarei os resultados dos conflitos envolvendo os pescadores artesanais e a Marinha do Brasil nas águas da baía de Guanabara. No sexto capítulo, por sua vez, destacarei os casos de violência envolvendo a indústria do petróleo e os pescadores artesanais.

Finalmente encerrarei a tese com a apresentação de considerações finais, quando retomarei a questão da pesquisa, procurando elaborar uma possível resposta à pergunta, apontando também as limitações para a realização deste trabalho, além de apresentar algumas sugestões para investigações futuras.

1 TECENDO A REDE: PERCURSOS DE UMA PESQUISA COM PESCADORES ARTESANAIS

A interação da ecologia com várias outras disciplinas possibilitou, de forma extraordinariamente rica, analisar o comportamento humano em interações com a natureza, representando o que denominamos Ecologia Humana (BEGOSS, 2004, p. 14).

A conexão com a natureza e com aqueles que vivem do trabalho artesanal me acompanha desde cedo. Filho de uma família pobre, cultivei pelos artesãos uma grande afeição, sentindo-me inclinado a apoiá-los e a protegê-los. Foi assim que em 1991, movido pelo desejo de estar em contato com a natureza e de defender os mais fracos, entrei para a Brigada de Infantaria Paraquedista. Após alguns anos de serviço militar, percebi que poderia contribuir para a promoção da paz e da justiça também fora dos muros do quartel. Foi quando em 1997, ingressei na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, onde trabalhei com afinco por 14 anos, lutando em prol da segurança de todos. Concomitante ao trabalho policial, conclui o bacharelado e licenciatura em Ciências Biológicas, assim como a pós-graduação *Lato sensu* em Biologia Marinha e Oceanografia. Neste período, mesmo sem trabalhar diretamente com a baía de Guanabara, permaneci conectado ao que acontecia na região e lembro de observar o sofrimento dos pescadores artesanais.

Minha carreira militar foi interrompida por um ferimento na coluna decorrente de um grave confronto com criminosos em uma das comunidades da cidade do Rio de Janeiro. Cabe mencionar que eu morava na Ilha do Governador e já havia iniciado a prática do mergulho, aproximando-me dos pescadores da Colônia Z-10. Neste período também iniciei meu trabalho como professor, o que me impeliu a produzir e compartilhar saberes sobre o lugar onde vivia.

Na manhã de 24 de março de 2015, durante uma das minhas saídas para mergulho, antes de cair na água, um pescador artesanal acenou à distância e falou: “Mergulhador, não entre nesta água! A COSAN¹ (indústria petroquímica) jogou “soda

¹ A petroquímica multinacional COSAN é uma das maiores empresas fabricantes de óleos e graxas do Brasil, atuando nos setores do agronegócio, distribuição de combustíveis e de gás natural, lubrificantes e logística. A petroquímica agrega em sua rede de empresas, as seguintes parcerias: Raízen Combustíveis, Raízen Energia, Comgás, Moove e Rumo. Fonte: <http://cosan.com.br/pt-br/cosan/quem-somos>. Acesso em 09 mai. 2018.

cáustica” e está matando tudo!” Foi quando eu percebi que havia uma mancha branca no costão rochoso, semelhante à descoloração de quando a soda cáustica (NaOH) entra em contato com o tecido. Percebi também que toda a vida bentônica e nectônica² havia morrido ou desaparecido do local.

Após esse fato, entrei em contato com o Grupamento Aero Marítimo da Polícia Militar (GAM) e com o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e fizemos uma operação de fiscalização nas dependências da petroquímica multinacional COSAN (figura 1), sendo constatada a emissão de poluentes industriais nove vezes acima do permitido por lei. A petroquímica foi multada em R\$ 35 milhões e as saídas de efluentes lacradas até a regularização do despejo³.

Figura 1 - Instalações da petroquímica COSAN, com a placa indicativa de proibição de aproximação (AFASTE-SE, ÁREA PORTUÁRIA). Foto tirada pelo autor no dia 26 mar. 2015 ocasião da denúncia acerca do crime ambiental, que despejou substâncias químicas *in natura* na baía de Guanabara, causando a mortandade de diversas espécies de peixes e invertebrados.



Fonte: Acervo da pesquisa.

² Organismos bentônicos são aqueles que vivem no substrato dos fundos dos cursos de água, lagos, rios ou oceanos. Estes organismos, também designados por ‘bentos’, podem estar ou não fixos ao substrato, o sedimento que compõe o fundo. Organismos nectônicos são o conjunto dos animais aquáticos que se movem livremente na coluna de água, com o auxílio dos seus órgãos de locomoção: as barbatanas ou outros apêndices (BARNES, 1994).

³ INEA multa empresa em R\$ 35 milhões por poluir a Baía de Guanabara. Matéria publicada em 11 abr. 2015. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/inea-multa-empresa-em-35-milhoes-por-poluir-baia-de-guanabara-15849015.html>

A partir desse acontecimento e da minha crescente relação de voluntariado com a Colônia Z-10, onde ministrava palestras de educação ambiental e realizava ações de limpeza da praia e manguezal, comecei a perceber que o despejo de poluentes químicos nas águas da baía de Guanabara era apenas um dos problemas que impactavam o trabalho dos pescadores artesanais. Percebi, por meio de conversas com os pescadores, que a violência se manifestava de diversas maneiras.

Assim, reconhecendo a existência do problema e vislumbrando a possibilidade de aprender e participar da luta dos pescadores artesanais, comecei a ler e percebi a escassez de pesquisas que detalhavam as violências enfrentadas por esses homens e mulheres nas águas da baía de Guanabara. Questionei-me: os pescadores artesanais estão sendo de alguma forma violentados em seu direito à pesca e ao trabalho? Tem medo de algo? A violência faz parte das suas experiências cotidianas? Qual seu papel na denúncia das agressões ao meio ambiente e na proteção da baía de Guanabara?

Estabeleci como objetivo geral da tese investigar como a violência interfere no trabalho do pescador artesanal, explorando os casos de violência relatados pelos pescadores durante sua atuação na baía de Guanabara. Os objetivos específicos foram propostos da seguinte forma: 1) caracterizar os conflitos ambientais e os casos de violência que envolvem pescadores artesanais na baía de Guanabara; 2) identificar os sujeitos, tempos e espaços envolvidos nos casos de violência relatados pelos pescadores artesanais durante sua atividade profissional; 3) estabelecer conexões entre os casos de violência relatados pelos pescadores, o modelo econômico vigente e as políticas públicas para a baía de Guanabara.

Percebi que uma metodologia qualitativa, de inspiração etnográfica⁴, seria adequada para apoiar a pesquisa. Aprendi que os estudos etnográficos têm como objetivo encontrar os significados de determinados fenômenos sociais, monitorando, através da documentação sistemática, os acontecimentos narrados pelas pessoas inseridas em certos segmentos sociais, revelando as nuances e significados desses atores. Cabe ao pesquisador entrosar-se no *locus* da pesquisa, para que, através da

⁴ Por se tratar de uma pesquisa envolvendo povos tradicionais, a abordagem escolhida foi uma aproximação do método etnográfico, pois os aspectos investigados referem-se ao cotidiano dos pescadores artesanais em seu local de trabalho, a baía de Guanabara.

sua observação e interpretação dos fenômenos sociais, possa descrever os sentimentos, ações e vivências humanas. O estudo etnográfico descreve o que é visto e vivido pelo pesquisador que, para tanto, precisa levar em consideração a qualidade das observações feitas, do conhecimento acerca do tema estudado, de sua sensibilidade em lidar com o outro e até mesmo da sua imaginação científica enquanto etnógrafo (ERICKSON, 1989).

Uma vez definida a metodologia da pesquisa, um dos principais desafios foi estabelecer o local e participantes do estudo. Devido à precariedade da estatística sobre a pesca artesanal, não só no Brasil, como em todo o mundo, há uma carência de informações sobre o número de pescadores artesanais que de alguma forma ainda continuam na ativa. Há também falta de informações sobre as colônias de pescadores que existem legalmente e estão em funcionamento. Procurando garantir uma certa abrangência, decidimos que a pesquisa seria conduzida em cinco colônias da baía de Guanabara: Z-8, Z-9, Z-10, Z-11 e Z-12 (figura 2).

Figura 2 - Mapa da baía de Guanabara com as cinco colônias de pescadores onde o estudo foi conduzido.



Fonte: Elaborado pelo autor. Mapa adaptado de *Google Earth Pro* (2017).

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO) em maio de 2017, sendo aprovado em outubro, segundo o parecer número 69116417.0.0000.5283, momento em que comecei a realizar as entrevistas em campo, iniciando a fase de coleta de dados.

Elegi como principais instrumentos para coleta de dados a observação participante e as entrevistas semiestruturadas (Apêndice A). Realizei visitas semanais às colônias de pescadores, com o consentimento dos líderes. Geralmente, as visitas aconteciam nos finais de semana, durante o turno da manhã, quando os pescadores estavam presentes. A amostra foi construída por meio da metodologia conhecida como “bola de neve”. Esta forma de amostragem consiste na identificação pelo pesquisador de um ou mais participantes da pesquisa que possam ser entrevistados e que, por sua vez, indiquem outros para participar (BAILEY, 1982; BERNARD, 1995; BALDIN; MUNHOZ, 2011). Todavia, considerando os limites técnicos, decidimos também incluir na amostra, dois pescadores de uma associação de pescadores e dois pescadores independentes, ou seja, não vinculados a colônias e associações. Assim, iniciamos pelos líderes comunitários das cinco colônias de pescadores da baía de Guanabara, que indicaram pescadores que foram vítimas de algum tipo de violência durante o exercício de suas atividades. Adotamos dois roteiros de entrevista: um para os líderes comunitários e um para os pescadores indicados.

O roteiro de entrevistas se estruturou a partir de três eixos: o primeiro dedicado à história de vida do pescador, que é a caracterização individual do sujeito, sua experiência como pescador, detalhes familiares, vantagens e desvantagens de ser pescador artesanal na baía de Guanabara; o segundo eixo abordou o trabalho na pesca artesanal da baía de Guanabara; e o terceiro eixo relacionou-se aos conflitos ambientais e à violência envolvendo os pescadores, explorando os maiores problemas que o pescador enfrenta na realização do seu trabalho, medos, confrontos com a indústria petroquímica e tipos de violência já sofridos.

Todos os colaboradores alfabetizados assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, que apresentava as condições de participação voluntária na pesquisa e anonimato. Para os analfabetos expliquei verbalmente todo o processo da pesquisa, solicitando aprovação oral, que foi gravada em áudio.

Fizemos uma entrevista piloto, antes das entrevistas oficiais, que aconteceu com um pescador da colônia Z-10, na Ilha do Governador. A entrevista piloto funcionou como treino, ajudando a aprimorar o roteiro de entrevistas, tanto aquele destinado aos presidentes das colônias, quanto o roteiro que utilizamos com pescadores artesanais. De acordo com Pedro Demo “é preciso [...] elaborar caminhos e não receitas que tendem a destruir o desafio da construção” (1999, p. 10). Para que a pesquisa aconteça de forma desejável, faz-se necessário que o pesquisador tenha uma postura dialógica junto aos participantes, para que haja uma empatia com aqueles com quem se está trabalhando (POLLAK, 1989).

É preciso lembrar também que a entrevista, como forma privilegiada de interação social, está sujeita à mesma dinâmica das relações existentes na própria sociedade. Quando se trata de uma sociedade ou de um grupo marcado por acirrados conflitos, cada entrevista expressa de forma diferenciada a luz e a sombra da realidade, tanto no ato de realizá-la como nos dados que aí são produzidos. Além disso, pelo fato de captar formalmente a fala sobre determinado tema, a entrevista, quando analisada, precisa incorporar o contexto de sua produção e, sempre que possível ser acompanhada e complementada por informações provenientes de observação participante. Dessa forma, além da fala que é seu material primordial, o investigador terá em mãos elementos de relações, práticas, cumplicidades, omissões e imponderáveis que pontuam o cotidiano (MINAYO, 2008, p. 262-263).

Optei por conduzir as entrevistas nas próprias colônias de pescadores, locais de onde partem e chegam do mar, ou seja, um local de trabalho. Os aspectos temáticos emergentes nestas conversas e relatos foram anotados no caderno de campo. Conduzi aproximadamente 200 dias de trabalho de campo, compreendidos entre os meses de outubro de 2017 (quando o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética) e abril de 2018.

Entendo por observação um processo empírico no qual utilizamos os sentidos para perceber e registrar os fatos ocorridos. Iniciei as observações e entrevistas pela Colônia Z-10, a mais próxima da minha casa. Em seguida visitei as Colônias Z-8, Z-9 e Z-11, respectivamente, porém, devido aos problemas de segurança pública, por ser área de domínio do tráfico de drogas, não visitei a colônia Z-12 no bairro do Caju, assim como não entrevistei nenhum pescador pertencente à referida colônia de pescadores.

Algumas situações de violência chegaram a marcar o próprio trabalho de campo. Por exemplo, no dia vinte e quatro de outubro, às oito horas da manhã, eu havia agendado uma entrevista com o presidente da Colônia Z-10, Sr. Wilson. Quando cheguei à colônia, percebi que havia um clima tenso, que as pessoas estavam agitadas e com olhares preocupantes. Ao encontrar o líder, ele me contou que seu filho, também pescador, juntamente com mais dois pescadores artesanais, haviam sido ameaçados, agredidos com chutes, inclusive com disparo de arma de fogo para o alto, pelo presidente da associação de moradores do local, sob a cobertura e conivência de um soldado da Polícia Militar. Naquele dia não foi possível fazer a entrevista. Os pescadores tiveram que ir à delegacia fazer o registro de ocorrência dos fatos, assim como o exame de corpo de delito. No dia seguinte, consegui entrevistar o presidente da colônia. Ele contou que o agressor era o presidente da associação de moradores do local. Relatou que o homem possui uma vasta ficha criminal por ameaça, assalto à mão armada, lesão corporal e estelionato, e que o motivo da discórdia entre ele e os pescadores era uma disputa pelo espaço físico da colônia, pois ele queria instalar na localidade uma estação de TV a cabo clandestina, também conhecida como “gato Net”. Dentre os problemas relacionados à atividade de pescador artesanal, descobrimos naquele momento que ainda havia disputas por parte de pessoas que se aproveitam da subalternidade social e de intensa vulnerabilidade civil dos pescadores, com intuito de se apropriarem do espaço das colônias.

Na colônia Z-8, em Niterói, ao final da entrevista com o líder, perguntei-lhe, seguindo a metodologia da amostragem “bola de neve”, onde eu poderia encontrar outros pescadores que sofreram violência para dar continuidade à pesquisa. Ele respondeu de imediato que eu encontraria ali mesmo, na colônia, em frente ao mercado de peixes São Pedro. Disse que a todo momento chegava um pescador artesanal para resolver algum problema de documentação e eu não precisaria ir a lugar algum.

Neste momento eu lhe perguntei se havia a possibilidade de realizar as entrevistas à beira mar, em uma praia onde os pescadores fizessem suas saídas e chagadas, desde que esta não fosse uma área de domínio do tráfico de drogas, devido aos riscos. Ele me indicou a Praia das Pedrinhas, que seria um local

frequentado por pescadores, com diversos bares onde famílias se reuniam para comer peixe à beira mar.

Dito isso, entrei no carro e parti ansioso para a praia indicada. Em determinado momento da viagem, seguindo meu aparelho GPS, percebi, nitidamente que estava adentrando uma região conflagrada. A rua estava sem asfalto, havia barricadas e muitas pessoas desocupadas. O que mais me chamou atenção foi o carro que estava à minha frente, que baixou os vidros e ligou o pisca alerta como determina o tráfico de drogas nestas regiões. Neste momento, a uns 30 metros, percebi um grupo de oito homens armados de fuzis e pistolas. De imediato, entrei com meu carro em um terreno baldio à esquerda, na tentativa de retornar e sair dali o mais rápido possível. Nesse momento um traficante, portando um fuzil FAL calibre 7.62, caminhou em minha direção apontando o armamento. Eu, rapidamente fiz a manobra e fui embora no sentido contrário. Não obstante, observei pelo retrovisor o homem apontando o armamento de guerra na minha direção. Percebi que minha posição era vulnerável e que poderia ser atingido a qualquer momento. Felizmente não houve disparo e eu pude sair a tempo daquele local. Não entrevistei mais ninguém naquele dia.

Quanto à colônia de pescadores Z-12, localizada no bairro do Caju, segundo a Federação de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FEPERJ), não há liderança formada e o território onde outrora seria o espaço ocupado pela colônia de pescadores, está sendo perdido para empreendimentos náuticos e o narcotráfico, que impõe suas regras, cobrando taxas de permanência na região aos moradores, empreendedores e claro, aos pescadores artesanais. Alguns pescadores filiados à Z-12 decidiram migrar para outras colônias da região da baía de Guanabara para manterem os direitos constitucionais (como defeso, aposentadoria, etc.), outros, por sua vez, optaram por ficar na informalidade, sem se afiliar a colônia alguma.

Durante o trabalho de campo também descobri que a praia de Ramos, onde se encontra a colônia Z-11, é uma área dominada por uma milícia que faz cobrança em dinheiro aos moradores, como se fosse uma espécie de “pedágio”, além de controlarem a venda de botijões de gás e água mineral. Também cobram uma taxa de esgoto de R\$ 5,00 dos moradores locais. Na primeira visita à colônia fui totalmente descaracterizado, usando bermuda e chinelo, portando apenas meu gravador e caderno de campo. Logo na entrada da comunidade pude perceber três

homens atentos a toda a movimentação externa à comunidade, eu, de imediato, para não levantar nenhuma suspeita, pedi informações a eles sobre a localização da colônia Z-11, me identificando como estudante de doutorado que iria fazer uma pesquisa com os pescadores. De pronto me atenderam, indicando o local onde ficava a sede da colônia. Agradei e fui fazer meu trabalho.

Finalmente, na colônia Z-9, em Magé, fui recebido com receio pela presidente, que no decorrer da entrevista foi ficando mais à vontade, contribuindo bastante com a pesquisa. A colônia de Magé é uma das mais tranquilas no que diz respeito à influência do tráfico de drogas, porém, igualmente litigiosa no quesito conflitos, devido à intensa presença da indústria petroquímica e quartéis da Marinha na região, além de sua proximidade com a área de Proteção Ambiental de Guapimirim (APA Guapimirim), onde a pesca é proibida.

Quanto ao número de participantes da pesquisa, a intenção inicial era entrevistar trinta pescadores artesanais, incluindo suas lideranças, sendo cinco em cada colônia. Todavia, não consegui conduzir todas as entrevistas inicialmente previstas pelas limitações territoriais da região metropolitana do Rio de Janeiro (marcada pela violência do tráfico de drogas e milícias) e também pela minha dificuldade (como policial) de estabelecer uma relação com alguns pescadores, que mostraram-se muito receosos. Portanto, foram entrevistados 20 pescadores artesanais, pertencentes às colônias Z-8, Z-9, Z-10 e Z-11, pescadores independentes, ou seja, pescadores que não fazem parte de nenhuma organização de pescadores (colônia ou associação) e pescadores pertencentes à Associação de Pescadores de Tubiacanga. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio, posteriormente transcritas, totalizando 18 horas e 45 minutos de gravação.

Quadro 1 - Pescadores entrevistados.

Colônia	Número de pescadores entrevistados
Z-8	2 pescadores
Z-9	5 pescadores
Z-10	4 pescadores
Z-11	4 pescadores
Z-12	0 pescadores
Membro da FEPERJ	1 pescador
Pescadores não filiados	2 pescadores
Pescadores Associados	2 pescadores

Fonte: Elaborado pelo autor.

As entrevistas tiveram durações variadas, de 48 minutos a duas horas. Algumas foram interrompidas em momentos de emoção, para alimentação, necessidades fisiológicas e até mesmo trabalho. A seguir apresento um breve perfil dos vinte pescadores entrevistados:

Quadro 2 - Breve perfil dos pescadores artesanais entrevistados durante a pesquisa.

N.	Atividade	Perfil
 1	Presidente da Colônia de Pescadores Z-8, localizada em Niterói	O pescador possui 67 anos de idade e é nascido no estado do Rio de Janeiro. Estudou até o primeiro ano do ginásio e trabalha como pescador desde criança, ensinado pelo seu pai. Toda a sua família é composta por pescadores artesanais, inclusive sua mãe, que na ausência do marido ia ao mar buscar o sustento para a família. Apesar de ter tido três filhos, não permitiu que eles se tornassem pescadores artesanais. Tornou-se presidente da Z-8 por não concordar com as injustiças cometidas por milicianos e com a má administração de seu antecessor.
 2	Pescador da Colônia Z-8	Sessenta e cinco anos de idade, pesca nas águas da baía há mais de 50 anos. Pai de cinco filhos, e avô de seis netos, orgulha-se de ser pescador e ser dono do seu próprio caico, mas nunca quis que seus filhos ou netos seguissem seus passos, devido aos sofrimentos que vivenciou na profissão.
 3	Presidente da Colônia de Pescadores Z-9, situada em Magé	É o pescador mais jovem que entrevistamos. Possui quarenta e dois anos de idade. É carioca de São Cristóvão. Completou o ensino médio e a religião é católica. Trabalha como pescador desde os 8 anos de idade. Aprendeu a ser pescadora com seu pai, devido às

		condições financeiras da família e por ser a mais velha de quatro irmãos. Começou a pescar na porta de casa, por morar às margens do rio Suruí. Sempre viu na pesca artesanal uma forma de ganhar dinheiro honestamente. Tornou-se presidente da colônia de pescadores inicialmente para garantir os direitos trabalhistas dos pais.
4 	Pescador da Colônia Z-9	Possui quarenta e oito anos de idade, começou a pescar com o seu sogro há vinte e oito anos atrás. É o único pescador da sua família. Natural de Duque de Caxias, é pai de dois filhos e se diz muito magoado com o que estão fazendo com os pescadores artesanais da baía de Guanabara. Já largou a pesca diversas vezes para tentar a vida de outra forma, mas sempre volta para a pesca.
5 	Pescador da Colônia Z-9	Pescador de sessenta anos de idade, pesca desde os oito anos de idade ou, como ele diz “eu já nasci pescando, garoto!” Atualmente é da colônia de pescadores de Magé (Z-9). Toda a sua família vive do mar, tendo inclusive, aprendido a pescar com o seu pai, que por sua vez aprendeu o ofício de homem do mar com o seu avô. Homem de aparência rústica, às vezes até triste, o que se reflete em suas palavras quando diz que não pode mais pescar por causa de um câncer de pele. Ele define o seu sentimento pela pesca artesanal como uma “agonia”.
6 	Pescador da Colônia Z-9	Quarenta e sete anos, pai de dois filhos do primeiro casamento. Estudou até a quarta série do ensino fundamental. Começou a vida de pescador artesanal no ano de 2000, pescando com um amigo às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas. Costuma complementar a renda familiar, trabalhando na construção civil e levando pescadores amadores para pescar. Define a pesca na baía de Guanabara como sendo “muito ingrata”.
7 	Pescador da Colônia Z-9	Pescador de 47 anos de idade, atua como pescador desde 1998. Tornou-se pescador artesanal após o fechamento da empresa que trabalhava. É formado em técnico em contabilidade e trabalhou por um tempo em um escritório de advocacia, o que segundo ele, foi muito importante para seu entendimento jurídico e militância pelos direitos dos pescadores artesanais.
8 	Presidente da Colônia de Pescadores Z-10, Ilha do Governador	Cinquenta e cinco anos de idade, pescador artesanal desde os quatorze, é carioca de Paquetá. Possui segundo grau completo. Aprendeu a pescar “naturalmente” e não por falta de opção de emprego. Seu avô, pai e irmãos são pescadores, inclusive seus quatro filhos, pois fez questão de passar os ensinamentos da arte para eles.
9 	Pescador da Colônia Z-10	Pescador de setenta e quatro anos de idade, trabalha atualmente como secretário da colônia Z-10 – Ilha do Governador. Começou a pescar com dez anos. Aos dezesseis, entrou para escola de aprendiz de marinheiros. Carioca da Ilha do Governador, é filho de pai índio e mãe mineira com ascendência alemã. Começou na pesca do camarão, juntamente com seu pai, que lhe ensinou as artimanhas da pesca artesanal. Estudou até o antigo científico, embora nunca tenha gostado de estudar. Foi mergulhador da marinha, empilhador e motorista. Pai de quatro filhos, nenhum deles seguiu seus passos como

		pescador
10 	Pescador da Colônia Z-10	Possui 64 anos de idade, pescador artesanal há 51 anos. Homem de poucas palavras, aparência rustica, olhos tristes. Aprendeu a ser pescador com seu pai e avô. Pai de três filhos, ele diz que nenhum deles quis seguir seus passos. Perguntei a ele quais eram os seus maiores medos e ele me respondeu: “O medo para mim, não existe! Eu não conheço o medo!”
11 	Pescador da Colônia Z-10	Tem sessenta anos de idade e estudou até a quarta série do ensino fundamental. Toda a sua família é composta por pescadores artesanais, incluindo o seu filho, que complementa a renda da família trabalhando como vigia. Já tentou exercer outra atividade, até mesmo trabalhou um período na petroquímica Shell, mas segundo ele não deu certo e voltou para a pesca. Define a pesca artesanal como um “gusmo brabo que entranha na pele!”
12 	Presidente da Colônia de Pescadores Z-11, praia de Ramos	Cinquenta e um anos de idade, trabalha como pescadora artesanal desde o ano de 1983, seguindo os passos do avô paterno, que foi um dos fundadores da colônia Z-11, em 15 de novembro de 1919, localizada na praia de Ramos, de onde é a atual presidente. Carioca de Ramos, possui o segundo grau técnico em enfermagem, porém, nunca exerceu a profissão, tornando-se pescadora artesanal, como ela própria diz: “por raízes”. Embora toda a sua família seja composta por pescadores, ela não passou o legado da pesca artesanal aos dois filhos que teve.
13 	Pescador da Colônia Z-11	Cinquenta e seis anos de idade, pescador há mais de quarenta anos. É coloniado à Z-11, praia de Ramos. Pai de três filhos, ele diz que: “[...] meus filhos nem na colônia põe os pés! Eu não deixo, eu nunca deixei!”. Filho e neto de pescadores, diz que aprendeu a pescar na Ilha Grande com um tio que cumpria pena no presídio Candido Mendes, conhecido como o presídio da Ilha Grande, depois que este se tornou “colono livre”. Trata-se de um homem visivelmente abalado pelos casos de violência que sofreu e presenciou contra os seus companheiros de trabalho. Homem desesperançoso com o futuro da profissão de pescador artesanal. Diz: “Eu não vejo futuro para o pescador.”
14 	Pescador da Colônia Z-11	Pescador com 49 anos de idade, estudou até o primeiro ano do ensino fundamental. Foi criado com muita dificuldade por três famílias. Pesca profissionalmente desde os dez anos. Aprendeu a pescar com os pescadores mais antigos. Pessoa muito humilde e muito querido por todos da colônia. Sua maior tristeza é a falta de valorização que pescador artesanal sofre nas águas da baía de Guanabara. Complementa a renda como contramestre em barcos particulares.
15 	Pescador da Colônia Z-11	Possui 49 anos de idade, pescador artesanal há 39 anos. Estudou até o primeiro ano do ensino fundamental. Foi criado por três famílias de pescadores. Aprendeu a pescar com os pescadores antigos. Hoje, além de pescador, se orgulha de ser um bom “contramestre. Escolheu ser pescador por ser uma profissão bonita, porém, sem muito

		valor. Lamenta muito os problemas que acometem a baía de Guanabara.
16 	Presidente da FEPERJ	Presidente da FEPERJ eleito a pedido dos próprios pescadores artesanais, devido a sua militância e ao seu conhecimento acerca das leis e portarias que amparam os pescadores artesanais. Terminou o antigo segundo grau. Possui 57 anos e pesca desde os treze.
17 	Pescador não Coloniado	Pescador de 57 anos, analfabeto, de semblante triste, contou-me que não possui documentação alguma, inclusive de pescador, apesar de viver exclusivamente da pescaria artesanal na baía de Guanabara. Homem visivelmente afetado pelo desgaste do trabalho no mar, que muito se emocionou ao contar-me alguns problemas vivenciados na pesca artesanal.
18 	Pescador não Coloniado	Pescador de 53 anos de idade, disse que nunca permitiu que seu filho se aproximasse da pesca artesanal devido ao sofrimento que a profissão lhe trouxe. Natural do Espírito Santo, chegou ao Rio de Janeiro ainda criança, quando começou a ganhar a vida como pescador artesanal. Estudou até a 8ª série.
19 	Pescador Pertencente a Associação	Pescador que, segundo ele: “nunca ocupei um banco de colégio, até hoje nunca fui a escola”. Homem de 61 anos de idade, contou-me que pesca desde o dia 4 abril de 1962, dia em que teve a sua “primeira aula de pesca artesanal”. Ele lamenta muito o declínio da pesca artesanal na baía de Guanabara, lembrando os bons tempos de fartura na pescaria, antes da metropolização do Rio de Janeiro.
20 	Pescador Pertencente a Associação	Pescador que estudou até a 6ª série, possui 67 anos e diz que é pescador desde sempre. Contou que possui três filhos, todos “formados” e que nunca deixou nenhum deles se aproximar da pesca artesanal, devido as dificuldades próprias da profissão.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Após a coleta dos dados, entre os meses de novembro de 2017 e abril de 2018, dediquei-me à transcrição das entrevistas e à análise dos dados. Li e reli todas as transcrições, identificando as categorias emergentes, as quais encontram-se no quadro abaixo:

Quadro 3 - Categorias emergentes do processo preliminar de análise.

Agentes da violência citados pelos pescadores	Tipos de violência
Militares aquartelados da Marinha do Brasil	Disparos de arma de fogo, insultos, cárcere privado, mutilações, balas de borracha
Agentes ligados a indústrias do petróleo e petroquímica (portos e estaleiros)	Desterritorialização, Degradação, Segurança patrimonial, prejuízos financeiros, o acidente de 2000, COMPERJ e resistências
Membros do tráfico de entorpecentes	Tortura, sequestro, desterritorialização, ameaças de morte
Milicianos	Disputas territoriais, violência física, ameaças, cobrança de taxas
Funcionários e organizações do Estado	Corrupção, compra de votos, excesso de burocracia, omissão de deveres

Fonte: Elaborado pelo autor.

Apesar de identificar cinco agentes de violência nos relatos dos pescadores, elegi a Marinha do Brasil e a indústria petroquímica para o aprofundamento das análises e redação dos resultados desta tese. Tal decisão se justificou, pois, estes agentes foram os agentes mais citados pelos pescadores artesanais. Pretendo explorar as demais categorias em trabalhos futuros.

Passemos agora ao capítulo 2, que trata da contextualização do espaço geográfico da baía de Guanabara, sua fauna e flora, a história de ocupação desse território, suas transformações devido ao processo de metropolização, assim como alguns problemas socioambientais que envolvem os pescadores artesanais.

2 BAÍA DE GUANABARA: UM TERRITÓRIO EM DISPUTA

[...] grupos sociais convivem com horizontes e expectativas de vida distintas: quanto mais estreito for o arco das expectativas, maior a propensão a aceitar condições, em outras circunstâncias, momentos e lugares, inaceitáveis. Ou seja, a desigualdade compromete a capacidade dos mais “vulneráveis” livremente expressar sua vontade. Existe, assim, uma sociologia da recusa e do consentimento com relação às condições de vulnerabilidade [...] (ACSELRAD, 2006, p. 3).

Os pescadores artesanais possuem uma íntima relação com o meio ambiente. Sua organização social é pautada em tradições estabelecidas ao longo de séculos. Seu modo de vida é baseado na dependência do que é extraído do ambiente natural, podendo ser considerada uma “simbiose” entre o gênero *Homo* e o mar. Esses povos são detentores do saber e do saber fazer para a sobrevivência no ambiente natural onde estão inseridos, pois seus estilos de vida, tradições, economia e cultura dependem diretamente do delicado equilíbrio do ambiente marinho para existir.

O objetivo deste capítulo é examinar a condição periférica da região da baía de Guanabara, suas transformações e peculiaridades, destacando seu processo de metropolização do ponto de vista histórico, sua constituição territorial e socioambiental, assim como os conflitos que marcam as disputas por seu território.

Para tanto, faremos uma breve descrição das suas características geomorfológicas, da sua biologia, dos seus múltiplos usos, assim como os inúmeros impactos ambientais gerados pelo intenso processo de metropolização. Falaremos também sobre os primeiros ocupantes da baía de Guanabara, apontando seu modo de vida e tradições, além do legado histórico deixado por esses povos até os dias atuais.

Abordaremos ainda algumas políticas públicas de despoluição e conservação da baía, como também, citaremos alguns casos de baías existentes em outros locais do mundo, que tiveram sucesso em sua despoluição e conservação. Por último, apresentaremos um levantamento acerca dos trabalhos publicados sobre a temática envolvendo pescadores artesanais e violência na baía de Guanabara entre os anos de 2010 e 2015.

2.1 Contornos e riquezas da baía de Guanabara

A baía de Guanabara, segunda maior do litoral brasileiro, possui uma hidrologia única, sendo cheia de contrastes. Desde o século XVI, com a chegada dos europeus, colonizadores dessa terra, que a tradição pesqueira se faz presente nas águas da baía de Guanabara, assim como de seus rios navegáveis, de suas enseadas, recôncavos e manguezais. A influência europeia, principalmente dos portugueses e espanhóis, também contribuiu para o crescimento da pesca (AMADOR, 1997).

A baía de Guanabara, localizada no estado do Rio de Janeiro, região sudeste do Brasil, nas coordenadas geográficas 22°54'23" de latitude sul e 43°10'2" de longitude oeste de Greenwich, ocupa uma área de cerca de 380 km², incluindo ilhas, ilhotas e pedras, com um perímetro de 131 km, com uma capacidade hídrica marinha de 3 bilhões de m³. Nesse espaço, existem aproximadamente 82 km² de áreas de manguezal, sendo que 80%, ficam dentro da área de Proteção Ambiental em Guapimirim (APA Guapimirim), área sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), localizada na região nordeste da baía, sendo a região mais preservada.

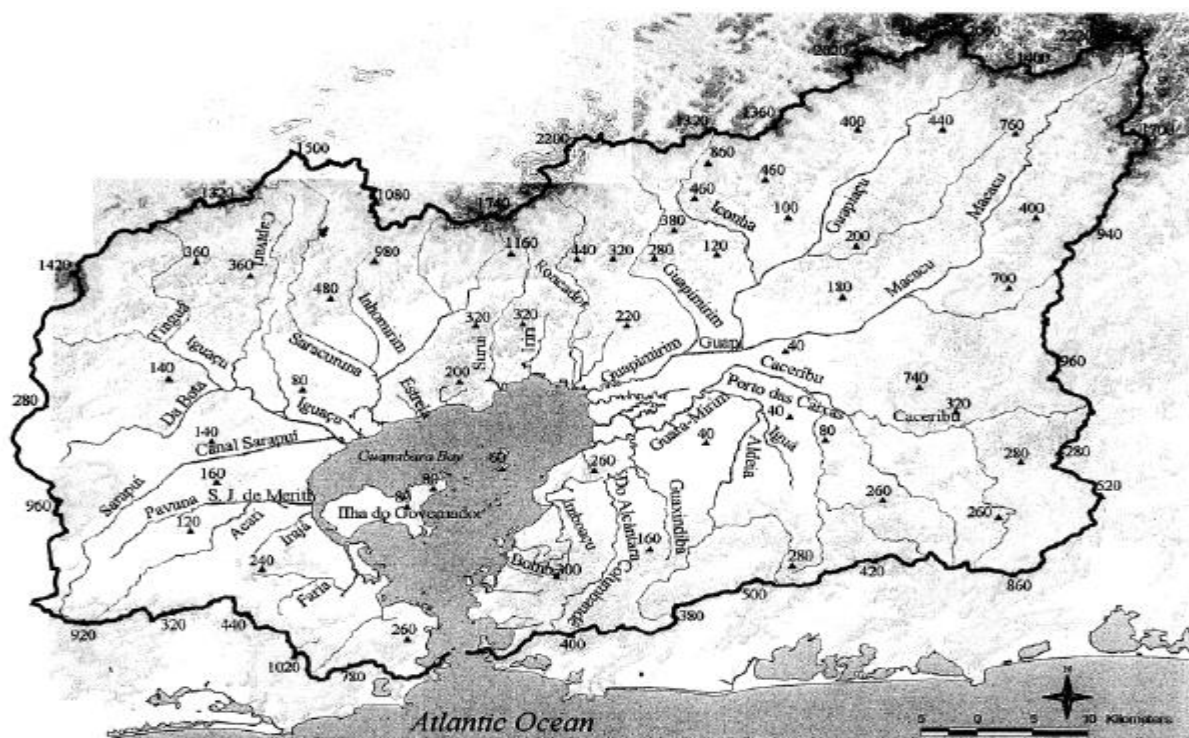
O ponto mais largo da baía de Guanabara se localiza entre a foz do rio São João de Meriti e Guapi-Macacu, com 28 km. Já a maior extensão, se localiza entre a barra (que possui 1500m de largura) e a foz do rio Magé, com 38 km de extensão e possui uma área aproximada de 4000 km², cuja topografia característica inclui áreas planas, restingas, manguezais, regiões montanhosas, praias e costões rochosos. Pelo lado norte, se localiza a Serra do Mar, com altitudes que variam de 1000 a 2000m, possuindo também, pelo lado sul, paralelas ao litoral, cadeias montanhosas menores, com alturas que oscilam entre 500 e 1000m (AMADOR, 1997; COELHO, 2007).

Na região da bacia hidrográfica da baía há 27 unidades de conservação ambiental. Na parte marinha da baía existe a Área de Proteção Ambiental Guapimirim (APA) e a Estação Ecológica da Guanabara (Esec-Guanabara), em cujos locais a pesca é controlada. Segundo a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, a baía de Guanabara é considerada como Área de Proteção Permanente

(APP), além de ser território de relevante interesse ecológico, segundo a Lei Orgânica do Estado.

Os rios que deságuam na baía de Guanabara são classificados como rios de regime torrencial e são cinquenta e cinco rios que serpenteiam através do estado do Rio de Janeiro até desaguar nas águas da baía de Guanabara (COELHO, 2007; SAMPAIO, 2003) (figura 3). Eles nascem no interior da Mata Atlântica, descendo pela face frontal da serra do Mar, com grande velocidade e poder erosivo, carregando consigo bastante sedimento e material orgânico, como folhas e galhos. Dentre os principais rios, cita-se o Guapi-Macacu, Iguaçu, Sarapuí, Meriti e Caceribu, onde o seu encontro com as águas salgadas da baía de Guanabara formam meandros e deltas estuarinos, com extensos manguezais.

Figura 3 - Rios que deságuam na baía de Guanabara.



Fonte: Pacific Consultants International (2003).

A média anual da descarga de água vinda do sistema hidrográfico é algo em torno de $351,7\text{m}^3/\text{s}$, sendo o mês de agosto o mais baixo em relação às chuvas, baixando este valor para $166,8\text{m}^3/\text{s}$ e no mês de janeiro, época das chuvas, este valor salta para $551,7\text{m}^3/\text{s}$. A baía de Guanabara está inserida no litoral das escarpas cristalinas que, segundo Amador (1997), se estende desde o litoral norte

do Estado do Rio de Janeiro, até o extremo sul do Cabo de Santa Maria, em Santa Catarina. Este tipo de paisagem é caracterizado pelo embasamento cristalino, que são formações rochosas, que emolduram o litoral, ora formando as baías ora formando muralhas, como a Serra do Mar.

Existem mais de 80 ilhas na baía de Guanabara, sendo que as mais importantes são em número de 38. Algumas são habitadas, como é o caso da principal ilha da região, a Ilha do Governador, com uma área de mais de 40km², e a segunda maior, a de Paquetá, com aproximadamente 1,2 km². Algumas são ocupadas pela indústria petroquímica e por órgãos militares, cuja principal função é a defesa do país. Outras ilhas são desertas, possuindo vegetação exuberante e servindo como área de nidificação de diversas espécies de aves marinhas. A baía possui ainda algumas ilhas formadas por rochas nuas. Devido à ocupação territorial desordenada dessas ilhas, suas características originais foram modificadas drasticamente (AMADOR, 1992, 1997; SOARES, et al., 2003; COELHO, 2007).

A ligação geográfica do mar com a baía de Guanabara gera uma excelente troca de água, que carrega consigo elementos essenciais para o equilíbrio biológico do ecossistema marinho. Essa condição geográfica favorece a existência de aproximadamente 245 espécies de peixes de valor comercial (IBAMA, 2002), assim como proporcionam o ambiente ideal para os manguezais, que desempenham importante papel na manutenção do meio ambiente, mantendo alta a taxa de produtividade ambiental, através das reciclagens dos nutrientes orgânicos.

Um dos principais ecossistemas da baía de Guanabara é o manguezal, onde podemos observar espécies vegetais como o mangue branco (*Laguncularia racemosa*), mangue vermelho (*Rizophora mangle*), e o mangue preto ou mangue siriúba (*Avicennia shaueriana*), outrora abundantes, hoje, existem em poucos locais. A Ilha do Governador conta com programas de proteção e com barreiras ecológicas (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA/INPE, 2008), que são obstáculos feitos com boias flutuantes, que impedem a acumulação do lixo nas margens dos rios onde ainda existem os manguezais.

Manguezais são ecossistemas localizados em áreas costeiras abrigadas de regiões tropicais e subtropicais do planeta, formados por florestas compostas por vegetação halófitas, que representam relevantes recursos econômicos naturais além de grande importância

ecológica. Este ecossistema serve de abrigo utilizado como viveiro e áreas de reprodução para pássaros, peixes, crustáceos, moluscos, répteis e mamíferos; uma fonte renovável de madeira; área de acumulação de sedimento, contaminantes, carbono e nutrientes; e oferece proteção da linha de costa (COSTA, 2012, p. 14 e 15).

Junto aos manguezais da baía de Guanabara temos uma fauna rica em espécies nativas, com uma avifauna bem diversa, contando com setenta e seis espécies, sendo que trinta e nove aquáticas e trinta e sete terrestres. Há também as espécies migratórias oriundas do hemisfério norte, que chegam à baía de Guanabara entre os meses de agosto a setembro, com o intuito de se alimentarem e, entre os meses de março e abril, retornam ao seu continente de origem (ALENCAR; SCHMIDT, 2014).

Quadro 4 – Algumas espécies de avifauna avistada nos manguezais da baía de Guanabara.

Nome Comum	Nome Científico
Garça branca grande	<i>Ardea alba</i>
Garça branca pequena	<i>Egretta thula</i>
Garça azul	<i>Ardea herodias</i>
Garça moura	<i>Ardea cocoi</i>
Quero-quero	<i>Vanellus chilensis</i>
Saracura	<i>Aramides saracura</i>
Mergulhão	<i>Sula leucogaster</i>
Socó	<i>Nycticorax nycticorax</i>
Colhereiro americano	<i>Platalea ajaja</i>
Biguá	<i>Phalacrocorax brasilianus</i>
Martim-pescador-grande	<i>Megaceryle torquata</i>

Fonte: Avistamentos feitos pelo autor.

Além da diversidade de aves, existem também muitas espécies de moluscos e crustáceos, assim como, uma variedade de peixes que adentram aos manguezais para se reproduzirem e para alimentação (FERNANDES, 2000; SICK, 2001; ANDRADE; FERNANDES, 2005). A comunidade vegetal é composta pelas algas *Caulerpa sertularioides*, com predomínio da *Caulerpa racemosa*, algas filamentosas do tipo enteromorfas, *Sargassum* sp, e com maior expressividade, nos locais mais afetados pelo lançamento de esgoto doméstico sem tratamento, está presente a alga *Ulva* sp (LACERDA, 2005), que são algas bioindicadoras de locais eutrofizados.

Quadro 5 - Peixes ósseos e cartilaginosos observados nos manguezais da baía de Guanabara.

Nome Popular	Nome Científico
Tainhas	<i>Mugil brasiliensis</i> ; <i>Mugil liza</i>
Bagre	<i>Ameiurus melas</i>
Ubarana	<i>Elops saurus</i>
Baiacus	<i>Sphoeroides</i> sp; <i>Diodon</i> sp
Sardinha	<i>Sardinella brasiliensis</i>
Marimbá	<i>Diplodus argenteus</i>
Manjubinha	<i>Anchoviella lepidentostole</i>
Espada	<i>Rhamphichthys rostratus</i>
Robalo	<i>Centropomus Undecimalis</i>
Garoupa	<i>Cromileptes altivelis</i>
Parati	<i>Polydactylus oligodon</i>
Piraúna	<i>Cephalopholis fulva</i>
Peixe porco	<i>Balistes Betula</i>
Arraia viola	<i>Rhinobatos horkelii</i>
Arraia manteiga	<i>Dasyatis americana</i>

Fonte: Observações do autor.

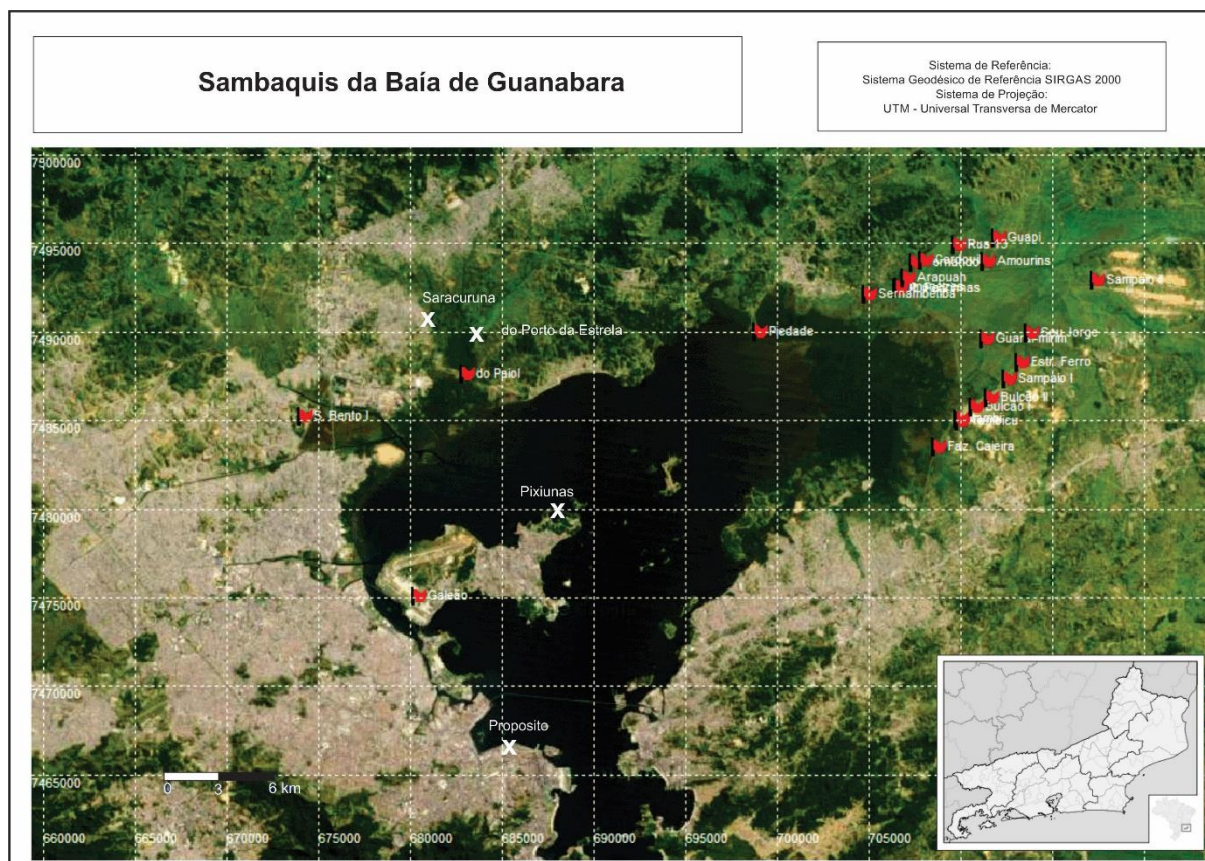
Existem também, diversos indícios da presença de grupos sambaquianos⁵ no entorno e em algumas ilhas e ilhotas da baía de Guanabara, assim como em alguns locais de manguezal, como é o caso do manguezal do rio Jequiá, onde se localiza a colônia de pescadores Z-10. Os pescadores artesanais no Brasil, organizam-se em comunidades familiares há mais de 8000 anos (LOPES, 2013), comprovados pelas evidências de sambaquis localizados no litoral do estado do Rio de Janeiro (litoral fluminense), como Itaguaí, baía da Ilha Grande, Rio de Janeiro, assim como, no Norte Fluminense e nas baixadas litorâneas.

Na baía de Guanabara os sambaquis estão dispersos, principalmente na região de Mauá, Magé e Itaboraí onde está sendo construído o COMPERJ. Também existem relatos de sambaquis na Ilha do Governador, região do aeroporto Internacional do Galeão e em Duque de Caxias, próximo à REDUC (Sambaqui do

⁵ Sambaquis são montes compostos por conchas de moluscos (de origem marinha, terrestre ou de água salobra), esqueletos de seres pré-históricos, ossos humanos, conchas e utensílios feitos de pedra ou ossos. É resultado de ações humanas, ou seja, são montes artificiais, com dimensões e formas variadas. A palavra "sambaquis" tem origem Tupi, e é a mistura das palavras *tamba* (conchas) e *ki* (amontoado) (KNEIP, 1980; HEREDIA, et al., 1989).

São Bento⁶ e no de Iguaçu). Ainda, na Ilha do Governador, no saco do rio Jequiá, que é uma Áreas de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana (APARU) existe um sambaqui, que foi descoberto em 1870.

Figura 4 - Mapa com os sambaquis catalogados na baía de Guanabara.



Fonte: Gentilmente cedido por Bianchini (2015).

Toda a diversidade biológica possui um futuro incerto. Devido à grande atividade industrial a baía de Guanabara tornou-se objeto de disputa entre os pescadores artesanais, indústrias e outros atores presentes no território. Tal fato gera problemas de conciliação entre as atividades industriais e os pescadores artesanais. No entanto, a chegada do progresso a baía de Guanabara não veio acompanhado de políticas públicas, impondo aos pescadores, mudanças drásticas em seu modo de vida. Junto com esse processo, veio também a poluição física e

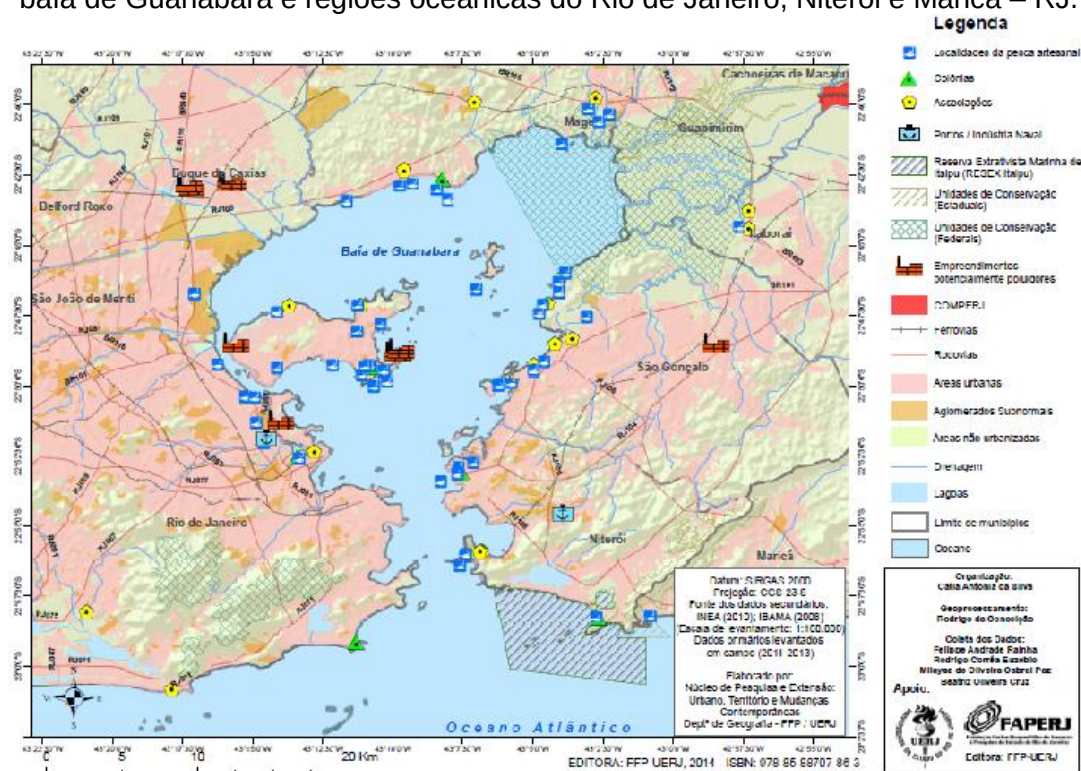
⁶ Este sambaqui catalogado em 2002 por uma estudante do curso de História da Fundação Educacional de Duque de Caxias (FEUDUC), chamada Marcele Mandarino, que, na época, estagiava no Museu Nacional. Após sua identificação, o Departamento de História e o Centro de Memória da FEUDUC iniciaram os trabalhos de visitação ao novo bem e este foi inserido no percurso de visita conhecido então como, Sambaqui de São Bento (MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 2015).

química, desmatamentos, as edificações, causando a diminuição do pescado e excluindo o pescador dos locais de trabalho.

2.2 Usos e abusos da baía de Guanabara

Os empreendimentos implementados ao longo dos anos no entorno da baía de Guanabara destroem os ecossistemas prejudicando economicamente e até impedindo o trabalho dos pescadores. Também, excluem os pescadores dos locais onde existem os peixes de maior valor econômico, gerando as “áreas de exclusão pesqueira” (CHAVES, 2011). Isto é causado principalmente pela atividade petroquímica, que nas últimas décadas tem realizado a instalação ostensiva de ductos e terminais. Existem outros atores atuantes nas áreas de exclusão pesqueira, como as forças armadas, com os aquartelamentos e fortes, zonas portuárias e aeroportuárias, aterros sanitários, e até mesmo as áreas de proteção ambiental, como é o caso da APA Guapimirim e da estação ecológica da Guanabara, locais onde é proibido pescar e coletar animais e vegetais.

Figura 5 - Localidades da pesca artesanal em meio aos empreendimentos modernos na baía de Guanabara e regiões oceânicas do Rio de Janeiro, Niterói e Maricá – RJ.



Fonte: Silva, et al (2018).

O uso do território gera conflitos ambientais, transformando a baía de Guanabara em um espaço marcado por disputas e embates envolvendo as populações tradicionais, possuidoras de grande sentimento de territorialidade, de pertencimento, quanto ao uso da terra e da natureza. Nessa linha de raciocínio, Ferreira (2013, p. 29) descreve pertencimento como sendo:

[...] espaço em questão é constituído também nas relações simbólicas e subjetivas, construídas no dia-a-dia, a partir das identificações estabelecidas pelas pessoas que o experimentam de forma cotidiana, transformando-o num espaço singular e familiar, demarcado por sentimentos de pertencimento, significação e solidariedade [...]

Como nos elucida Acselrad (2004, p. 26) Os conflitos ambientais são, portanto, aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando ao menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos decorrente do exercício das práticas de outros grupos.

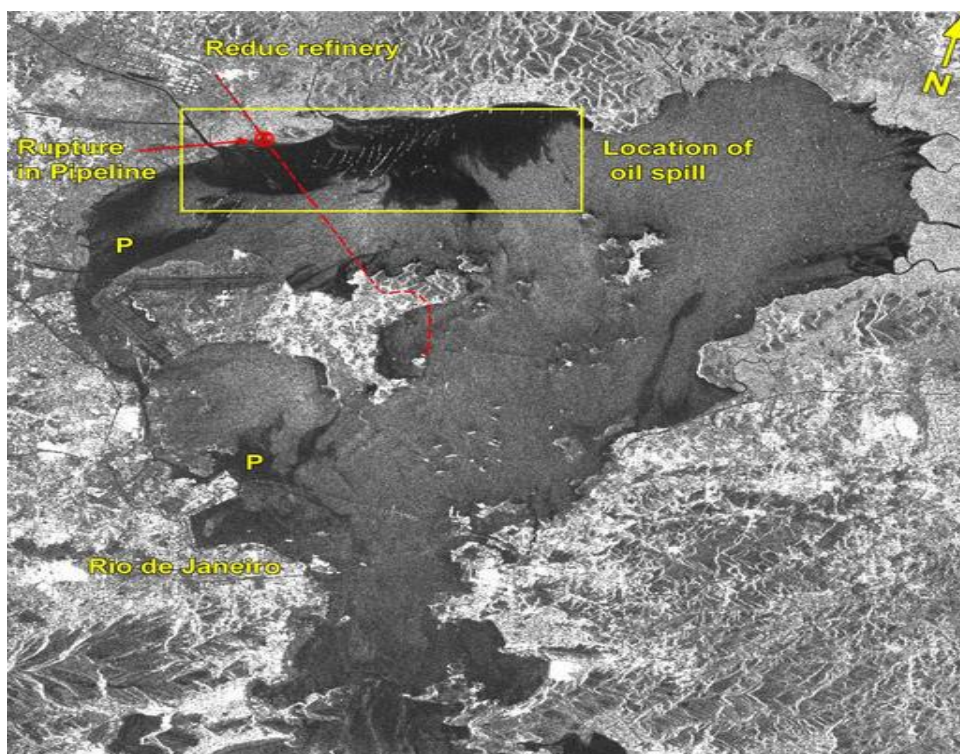
O Brasil possui uma extensa faixa litorânea, banhada pelo Oceano Atlântico, propiciando diversas atividades voltadas à hidrologia, como é o caso da pesca. Essas coletividades são inseridas em um *locus* territorial delimitado, na forma de uma identidade⁷ vocacional, que é a pesca ou coleta artesanal. A atividade dos pescadores e coletores artesanais se caracteriza por ser uma atividade, que relaciona diretamente homem e ambiente, caracterizando o trabalho como primário e, também, por ser uma atividade comunitária, onde se preservam a memória coletiva e individual, assim como se gera uma identidade da arte da pesca, por ser esta passada as futuras gerações, conforme Lefebvre (2004, p. 56) “nem todos habitantes absorvem o modo urbano de viver e assegura que no tecido urbano permanecem ocupações rurais em meio a áreas urbanas”. A identidade se dá pela

⁷ Segundo Silva (2009, p. 121) a identidade de um povo tradicional, como os pescadores artesanais pode ser definida como: “as dimensões das comparações sociais, que (re)alimentam o seu conteúdo. Além disso, incorpora também o conteúdo de normas específicas do grupo. Mesmo atitudes ou comportamentos que não sejam explicitamente reconhecidos como valores do grupo, podem ser fontes relevantes de expressão de identidade, desde que sejam vistos como típicos ou característicos de membros de um grupo particular e guiem as atitudes e comportamentos dos membros desse grupo.”

sensação de pertencimento e ressignificação dos valores, de acordo com a satisfação das necessidades básicas, dos povos tradicionais (GOHN, 2010).

Após diversos acidentes ambientais causados pela indústria petroquímica, os quais atingiram diretamente os pescadores artesanais, principalmente o do ano de 2000⁸, foram criados alguns movimentos de luta e resistência às injustiças ambientais na região. Esses movimentos, realizados por homens e mulheres das colônias de pescadores da baía de Guanabara, exigem uma mudança drástica da exploração desordenada do espaço geográfico da baía. São impactos que impossibilitam o pescador de exercer tranquilamente o seu trabalho, assim como alteram o ciclo biológico do ambiente, transformando o cenário natural. Com a diminuição do pescado, a limitação do território e a precariedade do trabalho, o pescador se vê em um cenário de intensa injustiça ambiental (ROSA, et al., 2014).

Figura 6 - Foto de satélite da baía de Guanabara, onde podemos ver o exato ponto do vazamento de óleo da refinaria da Petrobras, que aconteceu no dia 18 de janeiro de 2000.



Fonte: Graef (2010).

⁸ O vazamento de 1,293 milhões de litros de óleo *in natura* na baía de Guanabara, em 18 de janeiro de 2000, gerou graves prejuízos para seu ecossistema e, por conseguinte, para toda a população que dele se abastece. Foram contaminados o espelho d'água, as areias e os costões rochosos, com reflexos na fauna e na vegetação, prejuízo às atividades pesqueiras, com contaminação de peixes e crustáceos, à potabilidade balneária e à saúde pública, entre outros impactos.

Em contrapartida, o termo “justiça ambiental” pode ser associado à articulação de determinado povo na luta contra as injustiças ambientais, em favor dos direitos humanos e a proteção ambiental. Portanto, chamamos de “movimento de justiça ambiental”, devido ao movimento ter colaborado para o esclarecimento das relações existentes entre a degradação ambiental e as injustiças sociais.

Uma noção emergente que integra o processo histórico de construção subjetiva da cultura dos direitos. Na experiência recente, essa noção de justiça surgiu da criatividade estratégica dos movimentos sociais que alteraram a configuração de forças sociais envolvidas nas lutas ambientais e, em determinadas circunstâncias, produziram mudanças no aparelho estatal e regulatório responsável pela proteção ambiental (ACSCELRAD, 2010, p. 111).

A definição de justiça ambiental surgiu na década nos anos 1980, nos Estados Unidos, e desde então diversos pesquisadores conceberam nexos entre os danos ambientais, especialmente aqueles ligados aos pertencimentos étnicos dos povos atingidos. Termos como “extorsão ambiental pela chantagem do desemprego”, “colonialismo tóxico interno” ou “zonas de sacrifício” são utilizados para descrever alguns aspectos específicos das injustiças ambientais (ACSELRAD, 2004).

Segundo Freitas (2000) as estatísticas internacionais indicam que os acidentes industriais ampliados são mais impactantes e recorrentes em países em fase de desenvolvimento como o Brasil, que comporta uma grande extensão territorial e uma política incentivadora dos empreendimentos industriais nos centros urbanos, gerando aos moradores, assim como aos povos tradicionais, uma grande vulnerabilidade social.

De acordo com Pereira e Quelhas (2010) dos 15 principais acidentes envolvendo a indústria petroquímica ocorridos no Brasil nas últimas três décadas, pelo menos 3 deles foram na região da baía de Guanabara.

Quadro 6 - Ordem cronológica dos principais acidentes envolvendo a indústria petroquímica e poluição de ecossistemas aquáticos no Brasil nas últimas três décadas.

Data	Local	Impactos causados
março de 1975	baía de Guanabara (RJ)	6 mil toneladas de óleo na baía de Guanabara vazado de navio cargueiro.
outubro de 1983	Bertioga (SP).	3 milhões de litros de óleo vazam de um oleoduto
fevereiro de 1984	Vila Socó, Cubatão (SP)	93 mortes e 2.500 desabrigados na explosão de um duto na favela
agosto de 1984	Bacia de Campos (RJ)	Gás vaza do poço submarino de Enchova: 37 mortos e 19 feridos
maio de 1994	litoral norte de São Paulo (SP)	7 milhões de litros de litros de óleo poluem 18 praias do litoral norte paulista
março de 1997	baía de Guanabara (RJ)	Rompimento de duto entre refinaria e terminal provoca vazamento de 2,8 milhões de óleo combustível em manguezais
outubro de 1998	Resende (RJ)	Rachadura de cerca de um metro em duto ligando refinaria a terminal causa o vazamento de 1,5 milhão de litros de óleo combustível no rio Alambari
janeiro de 2000	baía de Guanabara (RJ)	Rompimento de duto ligando refinaria a terminal marítimo provoca vazamento de 1,3 milhão de óleo combustível na baía de Guanabara
julho de 2000	Paraná (PR)	Quatro milhões de litros de óleo são despejados nos rios Barigui e Iguaçu, por ruptura de junta de expansão de tubulação de refinaria
novembro de 2000	São Sebastião e Ilha Bela (SP)	86 mil litros de óleo vazam de cargueiro e poluição atinge praias
maio de 2001	Barueri (SP)	O rompimento de duto provoca vazamento de 200 mil litros de óleo atingindo residências e os rios Tietê e córrego Cachoeirinha
agosto de 2001	Costa do Sauipe (BA)	Vazamento de óleo atingiu 30 km nas praias do litoral norte baiano entre as localidades de Buraquinho e o balneário
outubro de 2001	baía de Paranaguá (PR)	Navio Norma que carregava nafta chocou-se em uma pedra vazando 392 mil litros do produto afetando mais de 3000 m ²
maio de 2002	Angra dos Reis (RJ)	Navio derrama 16 mil litros de petróleo leve no mar, por corrosão no casco do navio
novembro de 2004	Paraná (PR)	Navio derrama 11 mil toneladas de metanol, explode e afunda com pelo menos metade da carga em seu interior

Fonte: Adaptado de Pereira e Quelhas (2010).

A vulnerabilidade social dos pescadores artesanais é intensificada também por outros fatores, como a baixa escolaridade e a precariedade do trabalho; a dificuldade de se manter alguns direitos básicos, como o seguro defeso; e a própria atividade de pesca, ao serem impedidos de pescar em determinados locais da baía, devido as zonas de exclusão pesqueira (MAIA, 2014). Para Haesbaert (2007) “toda pobreza é exclusão social, é por consequência, exclusão territorial, e por tanto, desterritorialização”, ressaltando o confronto entre o conflito territorial, que envolve pescadores e petroquímicas, cujas contradições sociais se revelam nas necessidades de produção de energia e alimentos, na necessidade de nos mantermos vivos, através dos alimentos e, por outro lado, refletem-se nas nossas indispensabilidades modernas e cotidianas de transporte, comunicação, energia mecânica e iluminação (HERCULANO, 2012).

Existe um litígio entre pescadores e o processo de metropolização da baía de Guanabara, devido ao constante uso do território, principalmente pela indústria petroquímica que tem como panorama, a constante necessidade da busca por energia. Essa busca por energia gera um processo contínuo de desterritorialização sobre os pescadores e coletores artesanais, que vivem do uso do território através da pesca ou da catação de crustáceos e moluscos, ou mesmo, como em alguns casos, que criam pequenos animais, como aves e mamíferos, além de fazerem uso da terra em pequenas hortas familiares.

O processo de metropolização do entorno da baía de Guanabara, acarreta na tomada do território sob a égide do progresso, porém, em detrimento dos pescadores artesanais que habitam a região. Essa tomada de espaço, se perfaz não só pela ocupação do local de moradia, mas sim, pela formação de bolsões de exclusão laboral no espelho d’água da baía, que é a região donde os pescadores retiram seu sustento.

(...) o desprezo pelo espaço comum e pelo meio ambiente se confunde com o desprezo pelas pessoas e comunidades. Os vazamentos e acidentes na indústria petrolífera e química, a morte de rios, lagos e baías, as doenças e mortes causadas pelo uso de agrotóxicos e outros poluentes, as expulsão das comunidades tradicionais pela destruição dos seus locais de vida e trabalho, tudo isso e muito mais, configura uma situação constante de injustiça socioambiental no Brasil (ACSELRAD, 2004, p. 11).

Ainda, conforme nos elucida Rigotto et al. (2018, p. 11), a desterritorialização se perfaz através de um processo de degradação ambiental, com fortes impactos na economia daqueles que vivem do modo de vida sustentável. Para tanto, os autores chamam de “violências das afetações”, essa forma de violência cometida contra os povos tradicionais. “Fundamentalmente, as ‘violências das afetações’ implicam em expropriação, na destruição de biomas e ecossistemas, na eliminação das economias locais e regionais, assim como na aniquilação dos modos de ser, fazer e viver territorializados”.

Para Valencio (2011), a dissolução da tradição dá-se por vários processos, dentre os quais, o de disputa do território das águas e dos peixes com outros usuários. Fato que a disputa ocorre de maneira extremamente desigual e violenta com a expulsão gradativa dos pescadores das praias. A degradação dos territórios de pesca e coleta artesanal, em decorrência da exploração do petróleo, acarreta a diminuição do pescado, que necessita de um ambiente equilibrado para se reproduzir e crescer, impactando diretamente no estilo de vida dessas populações de pescadores artesanais, gerando as chamadas “zonas de sacrifício”.

[...] não existe um espaço global, mas, apenas, espaços da globalização. [...] O Mundo, porém, é apenas um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares. [...] Mas o território termina por ser a grande mediação entre o Mundo e a sociedade nacional e local, já que, em sua funcionalização, o ‘Mundo’ necessita da mediação dos lugares, segundo as virtualidades destes para usos específicos. Num dado momento, o ‘Mundo’ escolhe alguns lugares e rejeita outros e, nesse movimento, modifica o conjunto dos lugares, o espaço como um todo. É o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar espaço, o Mundo depende das virtualidades do Lugar (SANTOS; ARROYO 1996, p. 58).

Há entre os pescadores a sinalização da conscientização acerca do desenvolvimento das atividades econômicas e sua vinculação às condições ambientalmente sustentáveis, porém tal afirmativa não se sustenta no âmbito do poder público, onde a configuração de um cenário no qual os pescadores são vítimas de agressões em diferentes graus, leva-nos a reflexões sobre os conceitos de poder e violência, que estão presentes nas ações das indústrias que contam com

a certeza da impunidade quando lançam seus efluentes contaminados nas águas da baía e a violência da tomada de território, nos desmatamentos para as edificações de suas estruturas, dentre outras ações.

A diminuição do território de pesca gera incerteza quanto à sobrevivência dos pescadores, cuja atividade tradicional encontra-se ameaçada de desaparecer (VIEIRA, et al., 2015). A degradação de qualquer ecossistema é sentida com maior intensidade pelas comunidades que dependem diretamente dele, que neste caso são os pescadores e coletores artesanais, cuja tradição e costumes centenários estão severamente ameaçados.

Como os pescadores artesanais utilizam pequenas embarcações movidas a motor ou mesmo pequenas canoas para trabalhar, eles não possuem capacidade de percorrer grandes distâncias náuticas para executar satisfatoriamente o seu trabalho, ficando limitados a curtas distâncias, devido a vulnerabilidade de seus meios de transporte. Muitas vezes são obrigados a pescar peixes de menor valor de mercado, como a tainha (*Mugil brasiliensis*), ou mesmo, dedicar-se a coleta de siris (*Callinectes sapidus*), que são animais que apresentam maior abundância populacional nas águas da baía de Guanabara.

Segundo Amador (2001), o pescador artesanal é o profissional que mais sente os impactos das alterações ambientais. O autor descreve a baía de Guanabara durante o período de colonização do Brasil, como uma baía com inúmeros cardumes, diversos tipos de moluscos, como ostras e mexilhões, assim como os crustáceos, fartos à época. Menciona também o manguezal, berçário natural de quase toda fauna local. Era o ambiente perfeito para os pescadores e coletores artesanais, pois eram a garantia de sua subsistência.

Diversos autores das ciências sociais e ambientais, abrangendo a Ecologia e a Geografia Política, dissertam a respeito dos conflitos ambientais, no Brasil e no mundo, devido ao processo progressivo da disputa por território, envolvendo grandes empresas e as comunidades tradicionais (FUKS, 2001; MARTINEZ-ALIER, 2002; ACSELRAD, 2004; ACSELRAD, et al., 2009; LITTLE, 2004; HERCULANO; PACHECO, 2006; PELLOW, 2006; PORTO, 2007; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010). O crescimento das produções intelectuais a respeito dessa temática é proporcional ao processo de globalização imposto pelo sistema capitalista, cujo olhar economicista é elencado por fundamentações produtivistas e consumistas, cujos modelos de

execução industrial vão na contramão do respeito à vida, pouco se importando com a cultura e tradições dos povos, assim como a interação vivida entre homem/ambiente (MAIA, 2014).

2.3 Homens e mulheres do mar: a história dos pescadores artesanais da baía de Guanabara

A atividade de pesca artesanal no Brasil tem sua maior participação na região Sudeste, especialmente no Rio de Janeiro. As técnicas de pesca que os pescadores possuem muitas vezes foram transmitidas de geração em geração ou então foram partilhadas entre os membros das colônias. Esses conhecimentos tradicionais estão cada vez mais ameaçados de desaparecer (SOUTO; MARQUES, 2010).

Os primeiros ocupantes conhecidos dessa baía foram os povos dos sambaquis que eram os índios Tupis-guaranis e os Tupinambás. Esses últimos povos foram os primeiros a entrar em contato direto com os colonizadores portugueses, assim como posteriormente as expedições francesas ao Brasil. Eles viviam da caça e da pesca, além de dominarem as técnicas de cultivo de vegetais e agricultura. Produziam abóbora, amendoim, feijão, mandioca, milho, pimenta e tabaco, assim como diversas espécies de árvores frutíferas. Produziam tecido, através do plantio do algodão e fabricavam, dentre outras coisas, suas redes de dormir, utensílios domésticos, como panelas de barro, cestas de cipó, facas utilizando o casco de tartarugas marinhas, agulhas e anzóis com espinhas de peixes e diversos instrumentos musicais de sopro e percussão de madeira da floresta (BESSA FREIRE, 1996).

Os índios na época da chegada dos colonizadores, dependiam da natureza farta e exuberante da Mata Atlântica que envolvia a baía de Guanabara. Eles pescavam, inclusive, com o uso de flechas e arpões. Porém, a atividade de pesca artesanal, propriamente dita, parecia ser uma atividade secundária, pois eles preferiam a caça que a pesca. De acordo com alguns trabalhos acadêmicos, os índios da época eram excelentes caçadores e, para tal, eram ótimos construtores de armadilhas, como laços, alçapões, arapucas, arcos e flechas, os quais eram

construídos da madeira que eles conseguiam nas florestas e manguezais (HENRY, 2000; WARD, et al., 2002).

Quando os europeus aqui chegaram, cometeram um equívoco ao observar a entrada da baía e confundi-la com a foz de um rio. A entrada da baía está localizada entre os morros do Pão de Açúcar e Cara de Cão, e como era no início do mês de janeiro, deram o nome de Rio de Janeiro. Tal fato, também se atribui, devido ao dia da chegada dos europeus, à maré vazante, ou maré morta, que é quando as águas da baía escorrem para o oceano Atlântico, dando um aspecto de “correnteza”. Logo, os imigrantes acreditaram ser a foz de um rio, não uma baía.

O nome da baía de Guanabara tem sua origem na língua Tupi-Guarani (*Iguaá-Mbara-iguaá* = enseada do rio, e *mbará* = mar), que significa “água escondida” ou “mar do seio”. Este nome, dado pelos primeiros ocupantes do Rio de Janeiro se deu devido ao formato da baía de Guanabara e à farta quantidade de alimento que provinha de suas águas e terras férteis (AMADOR, 1997).

Salvador (2013) define a baía de Guanabara no século XVI como um imenso celeiro de fartura de alimento, cujas cercanias exibiam uma vegetação densa e vasta, sendo essas terras, objeto de interesse pelos povos coletores, pescadores e caçadores, há pelo menos 8000 anos atrás. Esses ecossistemas abrigavam muitos animais, que eram fonte de proteína para esses povos nativos, que desenvolviam suas próprias técnicas de caça e pesca, passadas de geração em geração. Esses povos chamavam-se Tupinambá e Tupi-Guarani e seus registros históricos datam de 1300 anos atrás.

Quando da chegada dos europeus em 1500, existiam entre 30 e 40 aldeias, localizadas em pontos estratégicos da baía de Guanabara, geralmente próximas aos rios, onde a fartura de alimentos era maior. As aldeias também eram distribuídas de maneira equilibrada, para que o número de habitantes fosse proporcional aos recursos naturais que apesar de abundantes, eram finitos, como ocorre nos dias de hoje (FAUSTO, 1992).

De acordo com Fausto (1992 apud SALVADOR, 2013) esses índios possuíam uma relação harmoniosa com a natureza, respeitando os limites da fauna e flora, assim como dos meios hídricos. Eles percebiam a baía de Guanabara com toda sua exuberância, como um local onde se extraía o pescado para o sustento do povo. A

auto sustentabilidade desses povos era assegurada pelo respeito imposto pela natureza, onde se coletava ou caçava apenas aquilo que seria consumido por todos na tribo, não havendo desperdício ou acúmulos desnecessários.

A relação entre os índios e os manguezais do entorno da baía era harmônica. Os índios adentravam nos emaranhados de galhos e raízes para caçar os animais que ali poderiam estar, como também coletavam crustáceos e moluscos nas regiões entre marés desses biomas, explorando de maneira racional, aproveitando a fartura de espécies que lhes proporcionavam diversificado potencial nutricional.

Amador (1996) relata a fartura da pesca na baía de Guanabara até o início do século XIX, com grandes cardumes de peixes de valor econômico e ambiental, como robalos e xereletes, além de diversos tipos de crustáceos, como lagostas e camarões, abundantes na época. Existiam ainda grandes grupos de golfinhos (*Sotalia fluviatilis*), comuns durante todas as horas do dia, assim como a presença constante de seus primos, as orcas (*Orcinus orca*). Amador ressalta que apesar de toda exuberância, a baía de Guanabara começava a dar sinais de que algo iria errado, pois já era possível perceber a destruição da mata atlântica, devido à extração do pau-brasil (*Caesalpinia echinata*) e à plantação de cana de açúcar (*Saccharum officinarum*), que além de modificar a geografia local, desviando o fluxo normal dos rios, expulsavam ou matavam a fauna local, por se tratarem de espécies exóticas e invasoras. Nesses termos Richardson (1998) ressalta que espécies invasoras são consideradas pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) como a segunda maior causa de perda de biodiversidade em todo o planeta, logo atrás da destruição direta de habitats por ações humanas.

Os primeiros relatos de poluição na baía de Guanabara surgiram por volta do século XVII, devido à pesca da baleia e à crescente necessidade de se obter energia para alimentar o processo de colonização do Brasil pelos europeus e, também, para suprir a demanda de azeite de baleia para Portugal. Concomitante à pesca da baleia, os engenhos de cana de açúcar e de produção de farinha de mandioca despejavam seus rejeitos *in natura* nas águas da baía, fazendo jus ao título de primeiros poluidores do paraíso (AMADOR, 1997). Outro problema eram os restos do beneficiamento das baleias, como ossos e vísceras, que se amontoavam aos montes no meio do cais, gerando enormes nuvens de insetos e, conseqüentemente, mau cheiro e doenças na população.

O aumento da população ao redor da baía de Guanabara, assim como o seu desenvolvimento, não foi conduzido com uma configuração ambiental necessária para a harmonia entre homem e natureza, pois as casas não eram providas de rede de coleta de esgoto e as necessidades fisiológicas eram feitas nos fundos das casas, ou então, lançadas pelas janelas, vindo a cair nas ruas e calçadas, formando grandes poças lamacentas, tornando-se focos de mosquitos e doenças (BRITTO, 2003; COELHO, 2007).

Com a chegada da família real no início do século XIX (1808), foi feita a abertura dos portos às nações amigas, sendo autorizada a construção de indústrias e fábricas no Brasil, principalmente no entorno da baía de Guanabara, por sua facilidade logística. Em meados do século XIX, devido à Guerra do Paraguai, o processo de industrialização ganhava força e crescia gradativamente, pois era necessário nutrir a demanda da guerra, com a construção de armamentos e navios.

O processo de industrialização se deu no início de século XX e foi intensificado nos anos 50, um período em que a poluição na baía de Guanabara sofreu muito, pois pouco se falava na época sobre tratamento de efluentes, ou mesmo sobre a necessidade de filtros para reter as substâncias tóxicas.

Dos anos 1950 até os dias de hoje, aproximadamente quatorze mil fábricas foram construídas no entorno da baía de Guanabara, e desse montante, algumas tiveram participação direta na poluição dessa baía. As indústrias que historicamente mais contribuíram para a poluição da baía de Guanabara foram a Refinaria Duque de Caxias, a Bayer do Brasil, Refinaria de Petróleo de Manguinhos, Companhia Eletroquímica Pan-Americana, Petroflex, Companhia Progresso Industrial do Brasil (Fábrica Bangu), Companhia Brasileira de Antibióticos (CIBRAN) e *Atlantic* Indústria de Conservas (COELHO, 2007; SOARES, 2010).

A Refinaria Duque de Caxias (REDUC) localiza-se na margem esquerda do Rio Iguaçu, próximo a sua foz, que é o ponto de encontro entre o rio e a baía de Guanabara. Construída entre os anos de 1957 e 1961, quando foi inaugurada, a refinaria produzia noventa mil barris de óleo bruto por mês, sendo que alguns anos depois, esses números foram triplicados. A construção da refinaria destruiu uma imensa área de manguezal nativo para a edificação de suas instalações, além de impactar irreversivelmente o bioma circundante com o lançamento de seus efluentes.

A REDUC trabalha diretamente com o petróleo cru, que representa a sua principal matéria prima para a produção de combustíveis líquidos, como gasolina, querosene de avião, Diesel S-10, assim como, óleos e graxas. Toda essa produção gera resíduos líquidos e sólidos lançados nos rios que desaguam na baía de Guanabara. Todavia, este processo fabril também gera resíduos gasosos, ricos em hidrocarbonetos ramificados e são lançados no ambiente na forma de emissões atmosféricas. Tais hidrocarbonetos são extremamente tóxicos à vida animal e vegetal, pois são compostos basicamente de monóxido de carbono (CO), sulfeto de hidrogênio (H₂S), óxidos de hidrogênio (NO_x) e óxidos de enxofre (SO_x). Tais substâncias, ao se misturarem com a água, formam vários tipos diferentes de ácidos, altamente corrosivos e acabam por mudar o potencial hidrogeniônico (pH) desses meios aquáticos, afetando toda a biota. Vale a pena ressaltar que ainda existe o problema do descarte de diversos tipos de metais pesados, como o mercúrio (Hg) e o cádmio (Cd), que possuem características bioacumulativas, contaminando toda a cadeia trófica (MARIANO, 2001; PUGGIAN et al., 2015).

Os problemas ambientais causados pela REDUC, devido aos refugos das suas operações, atingem não só a fauna e flora circundante, mas as comunidades do entorno, pois os moradores têm que conviver com problemas diários, como fumaça, nuvens de vapor, material particulado oriundo da queima de gases que são lançados pelos *flares*⁹ e das tochas de alívio, odores diversos, tráfego intenso de grandes caminhões tanque, desvalorização imobiliária, além dos problemas de saúde, como alergias, câncer e outras doenças relacionadas com este tipo de poluição (SEVÁ FILHO, 2005; OLIVIERI et al., 2013; PUGGIAN et al., 2015).

Além da REDUC, outras indústrias também colaboram com a poluição da baía de Guanabara, como a Bayer do Brasil, indústria química multinacional, inaugurada no ano de 1958, na região da baixada fluminense, na cidade de Belford Roxo, onde se encontra seu maior complexo químico da América Latina. Sua produção fabril é composta por produtos veterinários, biocidas, corantes e sais de cromo. A indústria lança seus efluentes no rio Sarapuí, que desemboca no rio

⁹ Os *flares* funcionam como um conjunto de queimadores que são mecanismos de segurança que garantem um escape para produtos da refinaria através da sua queima direta. Esta queima pode ocorrer no topo do equipamento em causa ou então no solo, sendo que se trata de um processo controlado e monitorizado (MOKHATAB; POE, 2014).

Iguaçu, o que confere a esses rios, nesses trechos, uma coloração “verde/amarelada”, devido aos produtos químicos despejados (COELHO, 2007).

Outro problema é com relação às águas pluviais contaminadas com óleos e graxas, metais pesados, matéria orgânica e lixo, que geram alterações químicas causando a morte de organismos marinhos, uma vez que suas águas são transportadas diretamente para dentro da baía, sem tratamento (KJERFVE, 1997). Por muitas vezes, observa-se a formação de valas negras, oriundas tanto da falta de tratamento do esgoto doméstico, quanto do carreamento de poluentes oriundos das águas pluviais. A maior parte dos rios que deságuam na Baía de Guanabara, que atravessam as áreas mais urbanizadas, foram canalizados e cobertos por ruas pavimentadas, tornando-se parte do sistema de drenagem e esgotamento sanitário das cidades, em que citamos como exemplos os rios: Berquó e Banana Podre, na bacia de Botafogo e o Papa Couve, na bacia do Canal do Mangue (Instituto Baía de Guanabara - IBG, 2002; COELHO, 2007).

A ocupação desordenada e uso indevido da sua bacia (estuários, manguezais, rios e mar), assim como a pesca por grandes embarcações, originárias da indústria pesqueira, são agentes desencadeadores de desequilíbrios ambientais, que consequentemente afetam a vida das comunidades tradicionais, que tentam conviver com as invasões de território, aterros de diversos tipos, desmatamentos, principalmente no manguezal, crescente metropolização, demasiada quantidade de lixo doméstico, esgoto industrial e doméstico, além das zonas de exclusão pesqueira, que estão cada vez mais limitadas e dificultando a sobrevivência desses grupos tradicionais (CAVALCANTE; FRANCO, 2007).

Outro ponto a ser levado em consideração, devido ao desmatamento, é o assoreamento da baía, que sofre com uma perda progressiva de sua profundidade, cujos valores médios, segundo Amador (1997), passaram de 18 cm/século, no final do século XIX, saltando para 24 cm/séculos, no início do século XX e atualmente conta com 81 cm/século, o nível de assoreamento da baía de Guanabara, podendo alcançar números em torno de 500 cm/século, em alguns pontos, haja vista que a própria Ilha do Governador é um exemplo claro desse processo no qual foram feitos uma sequência de aterros de seus manguezais, para dar lugar às casas e indústrias da região (figura 7). Atualmente o desmatamento no entorno da baía de Guanabara também altera o ciclo da água, como ocorre no município de Cachoeiras de Macacu.

Figura 7 - Foz do Rio Jequiá na Ilha do Governador. No detalhe, vê-se o intenso processo de assoreamento que o local sofre.



Fonte: Acervo da pesquisa.

Por se localizar em uma região costeira, com intensa atividade antropogênica, a baía é suscetível a impactos, devido às diversas fontes de poluição, como os inúmeros aterros, dragagens, vazamentos de óleo, esgoto doméstico e industrial, sendo considerada a baía mais dragada do Brasil (AMADOR, 1997; VALENTIN, et al., 1999). O esgoto doméstico lançado nas águas da baía corresponde a um volume de 415 toneladas por dia, 78 toneladas vêm de seus afluentes, causando alterações químicas e biológicas, tanto na água do mar, quanto nos manguezais.

2.4 A baía de Guanabara, desafios da gestão e exemplos inspiradores

A história de ocupação do entorno da baía de Guanabara nos revela o quanto impactado foi este ecossistema durante os consecutivos ciclos econômicos pelos quais o Brasil passou, até chegar ao modelo urbano atual.

De acordo com Bérghamo (2006), a baía abriga ainda o segundo maior porto do país, com um fluxo anual de 2.000 navios comerciais, aproximadamente. Conta com dois aeroportos internacionais (Santos Dumont e Antônio Carlos Jobim), diversos estaleiros, várias marinas, além de conter uma grande quantidade de embarcações, que transitam em suas águas diuturnamente, cujas finalidades, variam de pesca artesanal a industrial, ao esporte e lazer.

Dentre as principais interferências de origem antropogênica, podemos citar os lixões de Itaoca, localizados em São Gonçalo e o Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, que nas décadas de 1980 e 2000, foi um grande agressor para todo o ecossistema da baía de Guanabara, ao liberar diretamente em suas águas grandes quantidades de chorume não tratado, além do gás metano (CH_4), um dos gases responsáveis pelo aquecimento global. Atualmente, devido ao passivo ambiental e à ausência de políticas públicas, este aterro continua contaminando as águas da baía de Guanabara, assim como os lençóis freáticos da região. Existe também, a carência de fiscalização por parte dos órgãos públicos, pois ainda há descarte de material no local, de forma clandestina (CHAVES, 2011).

Como ressalta Kjerfve et al., (1997) a baía de Guanabara e suas cercanias são consideradas áreas de segurança nacional desde a Segunda Grande Guerra, concentrando em seu espaço físico duas bases de Fuzileiros Navais, um estaleiro do Ministério da Marinha e quartéis da Força Aérea Brasileira.

A gestão da baía de Guanabara fica a cargo das organizações governamentais, que são responsáveis por administrar o território marinho e terrestre, assim como, a preservação do ecossistema. Além disso, tem por obrigação promover a fiscalização, apreensão e realizar autos de infração, quando for o caso, nas indústrias, fábricas, portos, aeroportos e demais agentes empreendedores que ocupam o espaço geográfico da baía e suas cercanias.

Os órgãos públicos, responsáveis em fazer a fiscalização das indústrias e de todos os empreendimentos às margens da baía de Guanabara são o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA) e o Centro de Informações a Dados do Rio de Janeiro (CIDE) que deveriam supervisionar a baía de Guanabara para evitar a sua degradação Além

desses órgãos, somam-se também outras secretarias de diferentes municipalidades, assim como empresas privadas e multinacionais (SANCHES, 2000; VIEIRA, 2009).

As regiões hidrográficas do estado do Rio de Janeiro, sob o ponto de vista da gestão, estão divididas em nove regiões (quadro 7), cada qual com seu comitê gestor. Todavia, esses comitês, encontram-se em diferentes situações de planejamento e gestão, devido à diversidade territorial de cada região. O papel principal dos Comitês de Bacia é a participação social na tomada de decisões acerca das ações que envolvam o uso dos recursos hídricos do estado, assim como, as questões legais, ou seja, de ordenamento jurídico, uma vez que possui em seus quadros agentes que interferem nas questões relativas aos múltiplos usos da água em nosso país.

Quadro 7- Regiões Hidrográficas do estado do Rio de Janeiro e suas áreas abrangentes.

Regiões Hidrográficas	Áreas de abrangência Total	Áreas de abrangência Parcial	Bacias Hidrográficas
RH I - Região hidrográfica da Baía da Ilha Grande	Angra dos Reis e Paraty	Mangaratiba	Bacias de Parati, do rio Mambucaba, Contribuintes à Enseada de Bracuí, do Bracuí, da Ilha Grande, do rio Conceição de Jacareí. Contribuintes à Baía da Ribeira
RH II – Região Hidrográfica do Rio Guandu	Japeri, Engenheiro Paulo de Frontin, Itaguaí, Paracambi, Seropédica e Queimados	Barra do Piraí, Mangaratiba, Rio Claro, Mendes, Miguel Pereira, Nova Iguaçu, Piraí, Rio de Janeiro e Vassouras	Bacias do rio Santana, do rio São Pedro, do rio Macaco, do Ribeirão das Lajes, do Guandu (Canal São Francisco), do Rio da Guarda, do Canal do Guandu, do Guandu-Mirim, às Contribuintes ao Litoral de Mangaratiba e de Itacurussá, do Mazomba, do Cabuçu, do Canal do Itá, do Ponto, do Portinho, da Restinga de Marambaia, do Piraí e as Bacias Contribuintes à Represa de Ribeirão das Lajes
RH III – Região Hidrográfica da Baía da Guanabara	Resende, Porto Real, Quatis, Barra Mansa, Volta Redonda, Pinheral, Valença, Rio das Flores, Conselheiro Levi Gasparian	Mendes, Rio Claro, Piraí, Barra do Piraí, Vassouras, Miguel Pereira, Paty do Alferes, Paraíba do Sul e Três Rios	Bacia do Preto e as Bacias do Curso Médio Superior do Paraíba do Sul
RH IV – Região Hidrográfica da Região da Piabanha	Areal, São José do Vale do Rio Preto, Sapucaia, Sumidouro, Teresópolis	Carmo, Petrópolis, Paraíba do Sul, Três Rios, Paty do Alferes	Bacias da Margem Direita do Médio Inferior do Paraíba do Sul, Bacia do Piabanha e Sub-Bacias dos Rios Paguequer e Preto
RH-V Baía de Guanabara	Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá, Guapimirim, Magé, Duque de Caxias, Belford Roxo, Mesquita, São João de Meriti, Nilópolis	Maricá, Rio Bonito, Cachoeira de Macacu, Petrópolis, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro	Bacias contribuintes às Lagunas de Itaipu e Piratininga, Bacias do Guaxindiba-Alcântara, do Caceribu, do Guapimirim-Macacu, do Roncador, do Iriri, do Suruí, do Estrela, Inhomirim, Saracuruna, as Contribuintes à Praia de Mauá, do Iguaçu, do Pavuna-Meriti, da Ilha do Governador, do Irajá, do Faria-Timbó, as Drenantes da Vertente Norte da Serra da Carioca e as da Vertente Sul da

			Serra da Carioca, as Contribuintes à Praia de São Conrado e as Contribuintes ao Complexo Lagunar de Jacarepaguá
RH-VI Lagos São João	Silva Jardim, Araruama, Cabo Frio, Armação de Búzios, Saquarema, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Arraial do Cabo	Rio Bonito, Cachoeira de Macacu, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Maricá.	Rio Bonito, Cachoeira de Macacu, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Maricá
RH-VII Rio Dois Rios	Bom Jardim, Duas Barras, Cordeiro, Macuco, Cantagalo, São Sebastião do Alto	Carmo, Itaocara, Nova Friburgo, Trajano de Moraes, Santa Maria Madalena, São Fidélis.	Bacia do Rio Negro e Grande/Dois Rios, Bacia do Ribeirão do Quilombo, Bacia do Ribeirão das Areias.
RH- VIII Macaé e das Ostras	Macaé	Carapebus e Conceição de Macabu, Casimiro de Abreu, Nova Friburgo, Rio das Ostras	Bacia do Jundiá, Bacia do Macaé e Bacia do Imboacica
RH- IX Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana	Quissamã, São João da Barra, Cardoso Moreira, Italva, Cambuci, Itaperuna, São José de Ubã, Aperibé, Santo Antônio de Pádua, Natividade, Miracema, Laje do Muriaé, Bom Jesus do Itabapoana, São Francisco do Itabapoana, Porciúncula, Varre-Sai	Itaocara, Trajano de Moraes, Conceição de Macabu, Carapebus, Santa Maria Madalena, Campos dos Goytacazes e São Fidélis	Bacias do Muriaé, do Pomba, do Pirapetinga, do Córrego do Novato e Adjacentes, do Rio do Colégio, Pequenas Bacias da Margem Direita e Esquerda do Baixo Paraíba do Sul, do Jacaré, do Campelo, do Cacimbas, do Muritiba, do Coutinho, do Grussaí, do Iquipari, do Açú, do Pau Fincado, do Nicolau, do Preto, do Preto Ururaí, do Pernambuco, do Imbé, do Córrego do Imbé, do Prata, do Macabu, do São Miguel, do Arrozal, da Ribeira, do Carapebus, do Itabapoana, do Guaxindiba, do Buena, do Baixa do Arroz e do Guriri.

Fonte: Adaptado de Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), Instituto Estadual do Ambiente (INEA) (2010). Resolução CERHI-RJ nº 107, de 22 de maio de 2013, posteriormente publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 18 de junho de 2013.

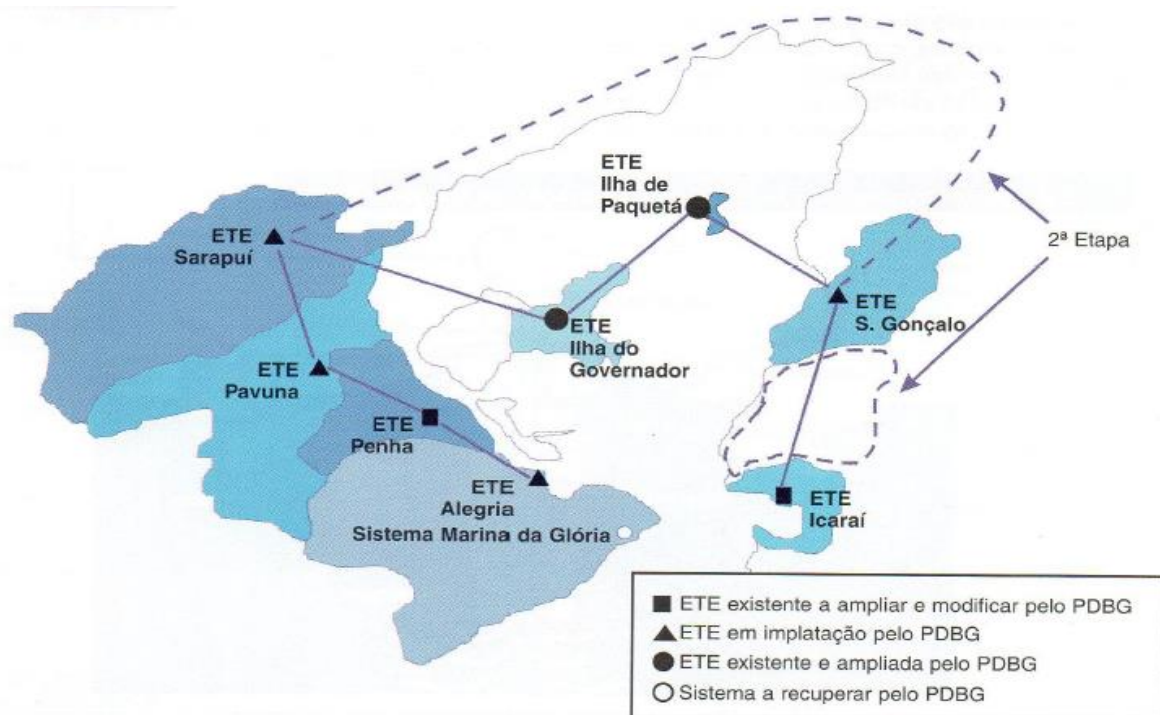
Para uma gestão consolidada, pautada na preservação da baía de Guanabara, foi criado entre os anos 1990 e 1994 o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG), que contou com o apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do *Japan Bank for International Cooperation*, que financiaram o empreendimento com recursos de cerca US\$ 800 milhões. A finalidade do projeto era captar todo o esgoto do estado do Rio de Janeiro que desagua nas águas da Baía de Guanabara por meio de estações de tratamento de esgoto (ETE). Essa obra prometia recuperar a qualidade ambiental da baía de Guanabara, como suas águas e manguezais, porém, as obras só deram início no ano de 2000, devido a diversos atrasos e problemas de ordem administrativa, por conta dos governos estaduais que transitaram por esse período (VIEIRA, 2009).

O orçamento inicial do Programa, de 1994, previa o total de recursos da ordem de US\$ 793 milhões. Em dezembro de 2005, o valor previsto total do Programa foi revisto para US\$ 1.169 milhões, representando um aumento de cerca de 48% (TCE, 2006, p. 4).

Os resultados alcançados pelo PDBG ficaram muito abaixo dos esperados sob o ponto de vista territorial, sendo, portanto, motivo de inúmeras críticas devido à falha do seu modelo gestor, além da falta de entendimento entre os três poderes gestores (municipal, estadual e federal). Também prometia elevar as condições sanitárias e ambientais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, impactando positivamente a região, influenciando a qualidade de vida da população local, através da despoluição desse corpo hídrico e áreas adjacentes.

No projeto inicial, o plano era fazer um cordão sanitário, contando com 8 Estações de Tratamento de Esgoto (ETE), que se estendia desde Niterói até a Baixada Fluminense (figura 8) ao custo de R\$ 514,6 milhões, além de ampliar as já existentes como as dos bairros da Penha, Icaraí e Ilha do Governador.

Figura 8 - Projeto do Cordão Sanitário das Estações de Tratamento de Esgoto do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG).



Fonte: Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG) (1998).

Tendo em vista o constante crescimento populacional da cidade do Rio de Janeiro, e, em consequência disso, o elevado processo de metropolização e industrialização que ocorreu no entorno da baía de Guanabara, atrelado a uma política de gestão dos recursos naturais inábil, e a ineficiência dos governantes e órgãos responsáveis pela fiscalização do espaço geográfico da baía, tem-se um agravamento da deterioração, através das diversas formas de poluição química, biológica e física no espaço da baía de Guanabara.

De acordo com os estudos de Coelho (2007), podemos citar algumas baías do mundo, que outrora, eram muito poluídas pelos mesmos motivos que a baía de Guanabara. Essas baías foram despoluídas devido a boas ações governamentais, assim como políticas ambientais sérias, com a participação da sociedade, que se tornaram eficazes no controle dos diversos agentes poluidores. Alguns exemplos são:

- A baía de Chesapeake, localizada na costa leste dos Estados Unidos, que possui uma área de 166.000 km², onde habitam aproximadamente 15 milhões de pessoas, sendo quarenta vezes maior que a baía de Guanabara. O processo de recuperação

dessa baía data da década de 1970, através dos esforços envolvendo órgãos ambientais, cientistas e a população local. Esse tipo de gestão ambiental adotada pelos governos estaduais e federais, gerou maior transparência das ações efetuadas e os resultados alcançados, pois a meta estipulada até o ano de 2000 foi uma redução de 40% da emissão de nutrientes tóxicos nas águas da baía de Chesapeake, resultando na redução da carga eutrófica da água, oriunda da diminuição do lançamento de nutrientes; crescimento da biota e dos recursos pesqueiros; e redução dos impactos ambientais diversos devido à ausência de compostos químicos tóxicos;

- Baía de São Francisco, localizada na costa oeste dos Estados Unidos. Possui uma área de 2.600 Km². Até meados do século XIX era um ambiente equilibrado, composto por densos pântanos, ricos em peixes e aves endêmicas e migratórias e com uma população de aproximadamente 40 mil pessoas. Com a chegada da “corrida do ouro”, aconteceram mudanças drásticas na biologia do local, com desmatamentos e poluição por metais pesados utilizados no garimpo do metal precioso. Houve também o crescimento populacional devido ao movimento extrativista do metal precioso (ouro), potencializando a poluição por esgoto doméstico em suas águas. Em meados do século XX, a população do entorno da baía era de aproximadamente 2,5 milhões de pessoas. O impacto não poderia ser diferente, houve soterramento da vegetação, poluição do solo e das águas e o desaparecimento de diversas espécies de animais e vegetais. No final do século XX, as autoridades e a própria população uniram forças e criaram o *Calfed* que é uma associação entre os governos federal e o estado da Califórnia, com o intuito de mitigar os impactos ambientais da baía de São Francisco, assim como de criar normas para os múltiplos usos do espaço, de forma sustentável. Nos dias de hoje, a baía exerce um papel fundamental, do ponto de vista econômico, para o estado da Califórnia, abastecendo-o com suas águas a agricultura. O local ainda é berçário de mais de 750 espécies de aves, que se abrigam na densa vegetação costeira, que agora está protegida, devido aos esforços governamentais;

- Baía de Tóquio, localiza-se na região central e metropolitana da principal ilha do Japão. Circundada pelas cidades de Yokohama, Yokosuka, Kawasaki, Chiba, e Kisarazu, a baía possui uma área média de 1400 km² e no seu entorno vivem aproximadamente 30 milhões de pessoas. A baía sofreu com diversos eventos de

desmatamento e aterros para o processo de metropolização, principalmente após a segunda Grande Guerra, com o intuito de se criar mais espaço para a construção de terminais portuários, causando um impacto ambiental de grandes proporções, pois todo o litoral da baía havia sido desmatado para a construção desses empreendimentos. Quanto aos compostos químicos lançados nas águas, durante esse período, destacam-se: nitrogênio (N), na casa das 280 toneladas por dia e o fósforo (P) com quantidades próximas de 23 toneladas ao dia, além do esgoto doméstico. Cita-se também, o caso da baía de Minamata, que recebeu durante anos uma grande carga de Mercúrio (Hg), ocasionando trágico desastre ecológico. A partir desse evento, o governo Japonês foi obrigado a tomar severas medidas como a criação de uma lei chamada de Lei de Controle de Poluição das Águas, além de fiscalização. Todo o movimento foi acompanhado pela população, que apoiou a ação do governo. O resultado é que nos dias de hoje a baía de Tóquio é um bom lugar para o lazer, assim como o contato com a natureza.

- O Estuário do Tâmsa, localizado em Londres, sofre desde os tempos medievais com os impactos do processo de metropolização, que recebia milhares de metros cúbicos de esgoto por dia. No final do século XIV o parlamento inglês tomou as primeiras providências para a preservação do rio, cobrando da população certa quantia em dinheiro para ajudar na limpeza do local. Logo após esta ação, no ano de 1388, foi decretado que seria crime, poluir os rios, assim como o solo e o ar. No ano de 1535, foi proibido o lançamento de qualquer fonte poluidora nas águas do Tâmsa. Mesmo com o contínuo processo de metropolização londrina, os governantes e população conseguem ter uma relação harmônica com o estuário. À primeira vista, devido a cor das águas, ele parece poluído, porém, é a cor natural de suas águas, devido a substâncias húmicas presentes no solo, que conferem a ele essa coloração. Graças às medidas governamentais adotadas, pode-se encontrar com facilidade nas águas do Tâmsa, além do salmão (*Salmo salar*), mais de cem espécies de outros peixes, diversos tipos de invertebrados e mais de quarenta espécies de aves, assim como, vasta vegetação nativa.

Estes são alguns exemplos de despoluição de ambientes aquáticos, em países que investiram em políticas e métodos sérios de tratamento de seus efluentes domésticos e indústrias, que lograram êxito em despoluir e conservar seus

corpos hídricos através de políticas públicas voltadas para a preservação do ambiente e com transparência de suas ações.

Sendo assim, a preservação da baía de Guanabara está diretamente relacionada com a sobrevivência dos pescadores artesanais, pois eles dependem diretamente do ambiente em equilíbrio. Percebemos também que há vertentes econômicas, políticas e culturais que se sobrepõem aos aspectos ambientais, gerando impactos que influenciam o estilo de vida desses povos. Esta perspectiva é fruto do modo de desenvolvimento político-capitalista-industrial-tecnológico consumista com forte viés para as indústrias do setor de petróleo e petroquímica altamente poluidoras e arriscadas que ocorrem na região da baía e, isto se dá principalmente pela localização privilegiada, tornando-a palco de inúmeros conflitos envolvendo injustiças socioambientais.

3 PESCA ARTESANAL E INJUSTIÇAS AMBIENTAIS NA BAÍA DE GUANABARA

[...] nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo. Complementarmente, entende-se por injustiça ambiental a condição de existência coletiva própria a sociedades desiguais onde operam mecanismos sociopolíticos que destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados, parcelas marginalizadas e mais vulneráveis da cidadania (ACSELRAD et al., 2004 p. 9-10).

A pesca artesanal, também chamada de pesca de pequena escala, é amplamente exercida em regiões costeiras, cujas águas são de baixa profundidade, caracterizando-se pelo multiuso dos petrechos e biodiversidade das espécies capturadas. Tanto a pesca quanto a coleta artesanal são atividades caracterizadas pelo baixo impacto ambiental, pois são voltadas para o sustento da família do profissional de pesca. Essa ocupação laboral também é responsável por gerar milhares de empregos diretos e indiretos, produzindo a maior parte do pescado consumido no mundo.

Neste capítulo examinamos as características da pesca artesanal na baía de Guanabara, indicando como as injustiças ambientais tem provocado transformações no trabalho e na vida dos pescadores. Dividimos o capítulo em cinco partes. Inicialmente exploramos as características das primeiras comunidades de pescadores a colonizar a baía de Guanabara; na segunda descrevemos as condições socioambientais e econômicas que influenciam o estilo de vida do pescador artesanal; na terceira damos destaque aos riscos e desafios inerentes ao trabalho dos pescadores artesanais e, finalmente na última parte, examinamos a questão da justiça ambiental no contexto da baía de Guanabara.

3.1 A pesca artesanal e a história cultural da baía de Guanabara

Os primeiros ocupantes do Rio de Janeiro foram os povos dos sambaquis e os índios tupi-guarani e tupinambás, que habitavam às margens da baía de Guanabara, retirando de suas férteis águas, assim como do seu rico solo, a

subsistência de suas tribos. Embora essas tribos fossem rivais, compartilhavam entre si, a mesma língua, o tupi (FERNANDES, 2013). A população brasileira resulta da miscigenação entre os povos europeus colonizadores e a população indígena, que ocupava o solo sul-americano, formando uma população mameluca, que foi rapidamente ampliada pelo processo de metropolização.

Estes homens mestiços foram os primeiros a emoldurarem-se em um contexto de adaptação à floresta tropical, que margeava a baía de Guanabara, nessa época. Mais tarde, com a chegada do negro africano, para o trabalho escravo, surgiu uma população mestiça entre os brancos e índios, originando a população brasileira. Este processo de miscigenação das raças reflete-se nas tradições culturais e na semelhança física, não só do povo caiçara, como também dos caboclos e caipiras das diversas partes das regiões do Brasil (SANCHES, 1997).

De acordo com relatos do jornal O Suburbano¹⁰, de 15 de março de 1900, a pesca artesanal era vista como uma atividade exercida pelos marginais à lei e pelas classes pobres e os negros, de acordo com a nota: “[...] a maior parte dos filhos da Ilha do Governador pela natureza propriamente do meio em que vive, se vê na contingência de, entregando-se à pescaria, dela tirar os meios de subsistência”. Na época, início do século XX os povos tradicionais e aqueles escravos recém-libertos que exerciam a atividade de pesca eram discriminados não só pela sua cor, mas também, pela atividade que realizavam (SOUZA, 2015).

Os negros, que no ano de 1888, após serem libertos, formaram alguns bairros com características rurais no entorno da baía de Guanabara, apossando-se das tradições de seus antepassados, que desenvolviam as atividades de pesca e coleta, assim como a agricultura (SILVA, 2011). Devido a essa aproximação existente entre o homem e a natureza, criou-se uma identidade coletiva, acerca dos pescadores e o meio ambiente (BUTLER, 2001; GERBER, 2013), despertando nesses homens e mulheres um senso de pertencimento ao território, através das suas crenças, tradições, cultura e emoções concebidos e ordenados segundo os princípios estruturais abstratos que regem o sentimento humano (SANSONE; PINHO, 2008).

¹⁰ Segundo notícias do Jornal do Commercio de 14 de julho de 1935, a Colônia São Bento teria dado espaço à Escola João Luiz Alves, hoje administrada pelo Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), órgão vinculado à Secretaria e Estado de Educação. A atividade pesqueira foi abordada nas seguintes edições do jornal O Suburbano: 1, 15 de março, 15 de abril, 1, 15 de maio, 1 de julho e 15 de julho, todas as edições do ano de 1900.

Território passou a ser uma categoria ressignificada e uma das mais utilizadas para explicar as ações localizadas, mas é uma nova concepção de território - distante da geografia tradicional que a confundia com o espaço físico. Território passa a se articular à questão dos direitos e das disputas pelos bens econômicos, de um lado, e, de outro, pelo pertencimento ou pelas raízes culturais de um povo ou etnia (GOHN, 2010, p. 29).

A essência dos pescadores artesanais da baía de Guanabara era escrava. Eram indivíduos que libertos ou fugitivos de seus antigos donos, que estabeleciam morada às margens da baía de Guanabara, tornando-se extrativistas com ênfase na coleta de mariscos e crustáceos. Eram tidos como refugiados, uma classe marginalizada, os pescadores, camponeses, assim como trabalhadores do mar.

Para Adams (2000), o processo de formação das comunidades de pescadores e coletores artesanais, só pode ser entendido através do estudo da dinâmica da evolução dos ciclos econômicos a que o país foi submetido. Alguns povoamentos caiçaras são tão antigos quanto as primeiras aldeias brasileiras. O aumento dessas populações caiçaras, compostas por homens e mulheres que extraíam total ou parcialmente do mar os proventos para a subsistência de sua família, aconteceu a partir do século XVIII, possuindo uma cultura peculiar e estilo de vida próprio, os quais ainda caracterizam esses povos (SILVA, 1993).

Os pescadores possuem uma história de sobrevivência no mundo capitalista que é independente da precariedade das condições do ambiente. Segundo Rosa et al. (2014) os pescadores artesanais da baía de Guanabara pertencem a uma classe de trabalhadores que possuem dificuldades em manter alguns direitos assegurados, como o defeso, por exemplo. Todavia, a pesca artesanal da região da baía de Guanabara, já tinha visibilidade junto ao Estado, ao se fazer comparações do número de pescadores artesanais a outros profissionais, como advogados, militares, eclesiásticos e até mesmo trabalhadores do lar. Na pesquisa de Souto (2015), ao investigar as relações de subsistência da população residente à Ilha do Governador durante o período compreendido entre os anos de 1870 a 1872, revela-se que naquele local havia 500 pescadores artesanais, entre homens e mulheres, de 1870 e 1872, e de acordo com o censo realizado, esse número foi reduzido para 489 pescadores artesanais na região.

Existem diversas agências no Brasil responsáveis por estimar a população trabalhadora através de censos demográficos. A principal é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Porém, as estatísticas sobre o número de pescadores artesanais, por muitas vezes, não são precisas e algumas vezes, contraditórias, devido aos critérios diferentes que são utilizados na coleta de dados. Segundo o último censo (IBGE-2010), o número de pescadores na Região Metropolitana do Rio de Janeiro caiu, ou seja, na área que abrange a baía de Guanabara, caiu de 4.744 pescadores e coletores, no ano de 1991 para apenas 1.771 profissionais, no ano de 2010, o que representa uma diminuição de 63% do número de pescadores e coletores, os quais abandonaram a atividade pesqueira e procuraram outras formas de subsistência. Este número de profissionais está dividido entre cinco associações de pescadores, que são denominadas Colônias, por serem locais, onde os grupos se organizam em referenciais de parentesco.

Figura 9 - Censo de trabalhadores na Ilha do Governador, baía de Guanabara, entre os períodos de 1870 e 1872, com ênfase no número de pescadores artesanais.

Profissões na freguesia de Nossa Senhora da Ajuda (1870-1871)							
Profissões	Homens livres	Mulheres livres	Total	Homens cativos	Mulheres Cativas	Total	Total Geral
Eclesiásticos	1	*	1	*	*	*	*
Militares	*	*	*	*	*	*	*
Empregados Públicos	6	1	7	*	*	*	7
Profissão Literária	1	*	1	*	*	*	1
Comerciantes	59	*	59	*	*	*	59
Capitalistas	0	*	*	*	*	*	*
Proprietários	4	4	8	*	*	*	8
Lavradores	55	4	59	23	34	57	116
Pescadores	406	0	406	94	*	94	500
Marítimos	7	*	7	136	*	136	143
Manufaturas, artes e ofícios	56	*	56	13	15	28	84
Agências	1	*	1	15	*	15	16
Serviço Doméstico	26	589	615	67	171	238	853
Sem Profissão Conhecida	362	335	697	64	45	109	806

Pescadores do Município do Rio de Janeiro: 1872							
Freguesias	Brasileiros		Estrangeiros		Escravos		Total
Freguesias Urbanas	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Sacramento	1	-	2	-	-	-	3
Santa Ana	42	-	32	-	11	-	85
Santa Rita	4	-	27	-	-	-	31
São José	4	-	36	-	1	-	41
Espírito Santo	17	-	-	-	-	-	17
Santo Antônio	18	-	-	-	15	-	33
Candelária	1	-	-	-	1	-	2
São Cristóvão	9	-	11	-	3	-	23
Engenho Velho	-	-	-	-	-	-	-
Glória	3	-	24	-	-	-	27
Lagoa	4	-	-	-	21	-	25
Total	103	-	132	-	52	-	287
Freguesias Rurais	Brasileiros		Estrangeiros		Escravos		Total
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Irajá	33	-	1	-	2	-	36
Inhaúma	39	-	10	-	6	-	55
Guaratiba	247	-	16	-	12	-	275
Jacarepaguá	-	-	-	-	-	-	-
Campo Grande	-	-	-	-	-	-	-
Santa Cruz	56	-	4	-	14	-	74
Ilha do Governador	317	-	42	-	78	-	437
Ilha de Paquetá	17	-	5	-	10	-	52
Total	729	-	78	-	122	-	929
Total Geral	832	-	210	-	174	-	1.216

Fonte: Souto (2015, p. 37).

Segundo Vasconcellos et al. (2012) existem quatro agências de estatísticas no Brasil que fazem contagens populacionais de pescadores e coletores artesanais, que são: A Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), que em

1967 estimou que havia 107.366 pescadores artesanais em todo o Brasil, sendo distribuídos da seguinte forma: 69,5% no Nordeste, 18,4% no Sul, 3,1% no Norte e apenas 9,0% na região Sudeste; O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão mais atuante na questão de estatística populacional, que segundo seu último censo realizado em 2010, revelou que o número de pescadores artesanais cresceu nos últimos 50 anos no Brasil. A Confederação Nacional de Pescadores, por sua vez, traz dados que apontavam para um total de 259.212 pescadores e coletores artesanais divididos por regiões da seguinte forma: 18,3% no Sudeste, 40% no Nordeste, 19% no Norte e 22% no Sul; e, finalmente o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que realizou a pesquisa no ano de 2003, registrando um total de 270.000 homens e mulheres que trabalhavam diretamente com a pesca e coleta artesanal. O estudo mostrou um aumento do número desses profissionais nas regiões Sul e Sudeste, com cerca de 20% em cada uma delas.

Quadro 8 - Número de pescadores artesanais no país, segundo a SUDEPE, IBGE, Confederação Nacional de Pescadores e o IBAMA.

Regiões do Brasil	SUDEPE	IBGE	Confederação Nacional de Pescadores	IBAMA
Nordeste	74.578	372.787	104.759	116.969
Sul	19.723	58.418	57.506	53.296
Norte	8.362	330.749	49.393	46.779
Sudeste	9.703	74.925	47.552	52.956
Total	112.366	837248	259.210	270.000

Fonte: Adaptado de Vasconcellos et al. (2012).

Em outra pesquisa realizada pelo IBGE no ano de 2009, aponta para um número de 833.205 pescadores artesanais que trabalham na informalidade, ou seja, não possuem vínculo com as suas respectivas colônias ou associações de pescadores.

Configura-se assim uma tendência a desestabilização no número de pescadores e coletores artesanais, pois, historicamente a pesca artesanal vem perdendo território na região Sudeste, principalmente na região da baía de Guanabara, devido ao processo de metropolização, que impacta diretamente na vida

cotidiana econômica e social dos trabalhadores do mar, gerando condições desiguais e negativas entre os componentes dessas colônias (ACSELRAD, 2009). Influenciam também no processo de resiliência ambiental, aumentando a vulnerabilidade desses pescadores.

Segundo Acselrad e Mello (2002, p. 313), apenas 10% dos pescadores da baía de Guanabara possuem registro profissional sendo considerados como categoria pouco organizada. Dependem diretamente das condições ambientais da baía para seu sustento, embora muitos estejam procurando outras formas de subsistência devido à perda de território para as grandes empresas e pelo excesso de poluição, acarretando em diminuição do pescado. Destacamos que não é possível separar os problemas ambientais das realidades metropolitanas do Rio de Janeiro, o que se perfaz em formas de opressão das classes menos favorecidas pelos grandes produtores energéticos, ocasionando as injustiças ambientais.

3.2 Políticas públicas e o direito dos pescadores

Outro ponto importante apontado é a preocupação com políticas públicas, que atendam a um mínimo da necessidade humana. Além dessas questões, pode-se afirmar que, à medida que problemas estruturais forem sendo solucionados, outros menores se diluirão dentro do processo (MATOS; VILAÇA; FORTUNA, 2018, p. 48).

Atualmente há carência de políticas públicas¹¹ para os pescadores artesanais que atuam na baía de Guanabara. Tais políticas se fazem necessárias para que eles tenham acesso aos serviços sociais básicos, como saneamento básico de suas colônias, principalmente quanto à carência de água potável e rede de captação e tratamento de esgotos, coleta do lixo doméstico e serviços de eletricidade, assim como acesso à saúde, educação e lazer. Essas limitações sociais de acesso às

¹¹ Souza descreve que políticas públicas como sendo o “Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real” (2006, p. 26).

políticas públicas básicas, revelam a desconformidade social existente no cotidiano desses profissionais.

Para Cardoso (2002), há ainda a dificuldade da venda do pescado, pois muitos pescadores não possuem acesso a um local específico, para oferecer o seu produto, sendo os mesmos considerados “desprotegidos de políticas públicas”, devido ao fato de serem obrigados a participar de uma negociação repleta de atravessadores, o que reflete na perda de rendimento pelo baixo preço do pescado (figura 10). Existem atualmente 42 pontos de embarque e desembarque do pescado oriundo da atividade artesanal na baía de Guanabara (VIANA, 2009; SILVA, 2011). Cabe ressaltar que apesar de existirem diversos pontos de embarque e desembarque da pesca artesanal na baía, diversos locais encontram-se em condições desfavoráveis a correta utilização, devido a problemas estruturais e de higiene, como podemos exemplificar nos bairros de Tubiacanga e praia da Engenhoca, este último com um ponto de lançamento de esgoto ao lado do espaço utilizado pelos pescadores artesanais na manipulação logística do pescado.

Figura 10 - Local improvisado na Colônia de pescadores Z-10 para a comercialização de frutos do mar.



Fonte: Acervo da pesquisa.

As condições socioambientais e econômicas exercem grande pressão no estilo de vida do pescador artesanal, influenciando no seu modo de trabalho, forçando-o a adequar-se à nova condição, resultando em consequências na sua saúde, uma vez que há uma forte relação entre ambos, pois a vulnerabilidade dessa classe de trabalhadores, mesmo estando eles no mar ou nos manguezais, pois tais locais podem proporcionar riscos ao pescador, devido às exposições naturais, potencializadas pelas péssimas condições ambientais (ROSA; MATTOS, 2010).

Segundo Braga (2001), para a construção de políticas públicas que atendam efetivamente os pescadores e coletores artesanais, fatores como a compreensão da sua cultura, estilo de vida e tradições, devem ser levadas em consideração, pois são parâmetros essenciais na correta condução das ações sociais, devido às dimensões ambientais e às consequências do processo de metropolização, com relação ao planejamento urbano e suas consequências socioambientais, no que diz respeito ao uso e gestão dos recursos naturais renováveis. O entendimento dessas tradições, culturas e estilos de vida nos remete à percepção da realidade ambiental na qual esses trabalhadores estão inseridos. Há a necessidade de se perceber os métodos de construção de políticas públicas para atender eficazmente essas populações, pois existe uma relação intrínseca entre saúde e a atividade laborativa, onde se constrói uma percepção entre o trabalho e o bem-estar do pescador (MACHADO, 2011).

A atividade de pesca artesanal, para muitas famílias, é a única fonte de proteína disponível, principalmente nas regiões onde há pessoas menos favorecidas, como por exemplo, a região dos bairros de Ramos e Caju, que margeiam a baía de Guanabara, onde se localizam as colônias de pescadores Z-11 e Z-12, respectivamente. São locais que possuem infraestrutura precária. Não há saneamento básico eficiente e ainda se encontra famílias afetadas pela fome e desnutrição. Estas áreas, assim como tantas outras, são marcadas pela falta de emprego e dinheiro, além de serem locais suscetíveis à violência, principalmente pela ação do tráfico de drogas e milícias.

Os profissionais da pesca se deparam com diversos obstáculos para a realização de seu trabalho, dentre eles a baixa renda familiar, decorrente da falta de condições de trabalho e moradia e acesso às informações, sejam elas cotidianas ou jurídicas, que promovem diversos obstáculos para o legítimo exercício da cidadania.

De acordo com Rosa (2010) os pescadores artesanais precisam dedicar a maior parte do tempo à atividade de pesca, passando mais tempo no mar para compensar a baixa renda familiar, o que acarreta em aumento dos riscos à saúde, pois são grandes as variações de temperatura a que são expostos, assim como os acidentes acarretados pela ampliação de suas jornadas de trabalho, inclusive no horário noturno. Há também a dubiedade com relação ao pescado, pois um dia inteiro de trabalho não é sinônimo de êxito na captura do pescado.

A renda familiar dos pescadores e coletores artesanais¹² geralmente é de dois a três salários mínimos por mês (ANDREOLI, 2007; LOPES, 2013; RAMALHO, 2004), o que muitas vezes, os obriga a exercer atividades não formais, que são os chamados “bicos”.

A pesca artesanal é reconhecida pelo estado do Rio de Janeiro como uma atividade econômica executada por grupos sociais únicos, cuja profissão lhes foi passada de geração em geração. Porém existe uma linha tênue entre o que é trabalho formal e o informal.

A realidade dura do dia a dia muitas das vezes não é recompensada, pois nem sempre se consegue pescar algo ou o suficiente para pagar o óleo e o gelo utilizados. São trabalhadores que não têm um horário definido para pescar. Eles sofrem com a precariedade do trabalho informal, sem garantias e sem direitos (ROSA; MATTOS, 2010, p. 1551).

O benefício dado pelo governo federal aos pescadores e coletores artesanais, devidamente registrados, se faz necessário, quando há proibição da pesca ou coleta, de algum animal, que esteja em período de reprodução. A proibição também pode ser do tipo de petrecho que o profissional utiliza para a captura das espécies alvo, como redes, anzóis ou mesmo a coleta desses animais.

Levando-se em consideração que algumas espécies de peixes e crustáceos, alvo dos pescadores e coletores artesanais, requerem que sua captura seja interrompida por determinado tempo, para que eles possam se reproduzir e garantir assim a perpetuação e abundância de sua espécie. Caso não haja este intervalo, na

¹² A maior parte dos pescadores artesanais da baía de Guanabara relata salários que variavam de um salário mínimo a R\$ 2.000,00 por mês por família, dependendo da estação do ano, condições climáticas e da sorte na pesca.

captura desses animais, existe o risco da diminuição, ou até mesmo, da extinção de algumas espécies importantes, não só para o pescador, mas também para garantir o equilíbrio do ecossistema, caso a atividade continue durante esse período de recesso pesqueiro. Esta pausa, imposta pelo IBAMA proíbe a pesca ou captura de determinadas espécies em seus períodos de reprodução por meio da Lei 10.779, de 25 de novembro de 2003 (MOREIRA et al., 2010).

O defeso¹³ é a medida de ordenamento descrita pelo art. 2º, inciso XIX da Lei nº 11.959/2009 (BRASIL, 2009b), Lei nº 10.779, 25 de novembro de 2003, que é cessão temporária da atividade pesqueira, visando a preservação de determinada espécie, que esteja tanto em período reprodutivo, quanto em recrutamento. O defeso também pode ser encadeado, por fenômenos naturais. Esta lei deveria garantir aos pescadores e coletores artesanais um salário mínimo por mês, durante os meses que eles estivessem impedidos de retirar do mar o seu sustento (MAIA, 2009). O profissional, para ter acesso ao benefício, deverá comprovar o exercício da atividade, junto ao IBAMA, através de uma declaração emitida pela colônia de pescadores devidamente registrada nesse órgão.

Os períodos e espécies¹⁴ que são protegidas pelo defeso, são determinados por características biológicas, como a época da reprodução, dando chance dessas espécies cumprirem o seu ciclo de vida.

¹³ Defeso: época de reprodução das espécies em que a pesca é proibida, visando a sua proteção.

¹⁴ A Lei nº 8287, de 20 de dezembro de 1991, estabelece um período de reprodução das espécies. Através da concessão de um seguro desemprego. O defeso é um benefício importante, pois estabelece uma proteção as espécies e ao pescador artesanal que sobrevive dos recursos naturais.

Quadro 9 - Tabela com as espécies de peixes, moluscos e crustáceos protegidas pelo defeso através das normas do IBAMA, assim como, seus respectivos meses de proibição de pesca.

Espécie	Norma	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Camarão (Rosa, sete barbas, branco, Santana, barba russa, vermelho)	IBAMA 189/08												
Sardinha (<i>Sardinella brasiliensis</i>)	IBAMA 15/09												
Tainha (<i>Mugil platannus</i> e <i>M. liza</i>)	IBAMA 171/08												
Mexilhão (<i>Perna perna</i>)	IBAMA 105/06												
Caranguejo-uçá (todos) (<i>Ucides cordatus</i>)	Portaria IBAMA 52/03												
Caranguejo-uçá (fêmea) (<i>Ucides cordatus</i>)	Portaria IBAMA 52/03												
Caranguejo Guaiamum (<i>Cardisoma guanhumi</i>)	Portaria IBAMA 53/03												

Fonte: Adaptado de IBAMA (2018).

3.3 Condições de trabalho e pesca

[...] essas diversas categorias de trabalhadores têm em comum a precariedade do emprego e da remuneração; a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a consequente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais, configurando uma tendência à individualização extrema da relação salarial (ANTUNES, 2011, p. 50).

As comunidades pesqueiras do entorno da baía de Guanabara, organizadas em seus respectivos espaços comunitários, executam todas as tarefas cotidianas sociais. São locais onde além de terem seus barcos presos a poitas, fazem as manutenções em suas embarcações de forma artesanal, muitas vezes não destinando corretamente os resíduos dessa manutenção. Essas comunidades pesqueiras estão situadas em uma grande metrópole, expondo os pescadores aos problemas urbanos, como o crescimento desordenado da cidade, falta de saneamento básico e violência. Além dos riscos inerentes à profissão de pescador, como acidentes, sejam eles biológicos ou físicos. Os pescadores também têm que se preocupar com as adversidades, características da região metropolitana, que incluem a violência no mar, seja ela oriunda dos conflitos da pesca, de território, ou em relação ao tráfico de drogas na região, pois muitas colônias de pescadores, ficam situadas dentro de comunidades dominadas pelo tráfico de drogas.

O dia a dia do pescador é cheio de situações que podem levá-lo a deparar-se com alguma mazela, devido a sua exposição aos agentes do intemperismo, como sol, chuva, vento, frio, além do excesso de umidade. Para Rosa e Mattos (2010), os maiores problemas de saúde dos pescadores artesanais são os problemas de pele, devido à exposição por longos períodos à radiação solar, lesões musculares e nos ossos, por consequência do esforço exercido na prática pesqueira e da manutenção da sua embarcação, e, por último, as alergias causadas pela falta de higiene, ou ainda, pela exposição aos gases oriundos da queima do combustível que impulsiona suas embarcações.

A atividade informal desenvolvida por eles apresenta uma situação de extrema precariedade, deixando-os totalmente desprotegidos. Eles estão sujeitos a riscos de acidentes e doenças, devido ao grande esforço físico a que se submetem, variações climáticas e

contato com agentes patológicos num ambiente sem saneamento. Esta situação tem se generalizado no país, indicando uma transformação do trabalho do homem, principalmente nas grandes metrópoles (ROSA; MATTOS, 2010, p. 2).

De acordo com Rosa (2012), a proximidade de indústrias petroquímicas na baía de Guanabara, como o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ), pode levar à extinção de parte da fauna e flora da região, além do risco de contaminação dos pescadores e coletores que atuam nos manguezais, próximos dos locais de despejo de efluentes, uma vez que o material descartado não possui um tratamento eficaz, demonstrando-se tóxico para toda forma de vida.

Além das tecnopatias¹⁵ que os pescadores estão expostos diuturnamente em seu ambiente laboral, ainda há o risco dos traumas físicos, oriundos da manipulação do equipamento de pesca, como os materiais perfuro cortantes, como os anzóis, facas, fieiras, dentre outros. Há ainda, a possibilidade de se ferirem ao manipularem redes de pesca, pois devido à poluição, estas podem trazer diversos materiais perigosos, como cacos de vidro, vergalhões, pedaços de cerâmica, animais peçonhentos, como o peixe escorpião (*Scorpaena brasiliensis*), ou mesmo ferimento pelas nadadeiras pontiagudas de bagres marinhos (*Genidens* sp), conchas de mariscos e crustáceos. Como nem sempre as condições das embarcações são as melhores, ou ainda, as condições climáticas são estáveis, os pescadores também estão expostos ao afogamento, além de choques por raios.

Segundo Haddad et al. (2012), muitos pescadores ao sofrerem alguma lesão durante o trabalho não buscam socorro médico de imediato, lançando mão da medicina popular, característica das populações ribeirinhas, que utilizam os conhecimentos tradicionais para o tratamento de suas enfermidades, o que acaba, muitas vezes, levando a um quadro de agravamento da lesão, pois alguns pescadores utilizam técnicas como o esfregaço do olho do próprio peixe na lesão, a aplicação de gasolina e óleo diesel na pele lesionada, dentre outras tantas práticas não recomendadas.

Para Rosa (2012) e Valêncio (2011), os pescadores artesanais tendem a ficar mais vulneráveis de acordo com as diferentes situações do cotidiano em que vivem,

¹⁵ São doenças que estão relacionadas à profissão da pessoa. Podem ser causadas por fatores biológicos, físicos ou químicos, como os agentes do intemperismo, assim como, por certas funções ou atividades. As tecnopatias, são também conhecidas como: ergopatias ou idiopatias.

onde as disputas por territórios, a violência e ausência de políticas públicas, acabam por expulsá-los de seus locais de origem, forçando-os a abandonarem suas tradições. Esse tipo de violência provoca modificações no modo de vida dos pescadores, cujas tradições são perdidas, forçando-os a uma adequação das suas ações, mediante à nova situação imposta, que se reflete na sua saúde (ROSA; MATTOS, 2010).

Em virtude destas questões, os pescadores acabam tendo problemas de origem psicológica, principalmente com relação a sua autoestima, o que faz com que tenham problemas com o uso de drogas ou álcool. Segundo Rosa e Mattos (2011), esses profissionais entregam-se, muitas vezes ao alcoolismo, na tentativa de amenizar os sintomas da depressão e os efeitos adversos dos agentes do intemperismo como o frio.

3.4 Comunidades tradicionais e a luta por justiça ambiental

[...] a apropriação do espaço urbano é um processo historicamente construído e apresenta-se de forma socialmente diferenciada e intrinsecamente conflitiva, determinada, em última instância, pelo desenvolvimento desigual e combinado da estrutura dos modos de produção. Não se trata, portanto, de um conjunto indeterminado de eventos nos quais prevaleceria uma abstrata vontade dos homens e ações destituídas de conexão com as desigualdades sociais (COUTINHO, 2010, p. 179).

No plano teórico existem diversas variantes conceituais para se tentar definir o conceito de comunidades tradicionais que partem de realidades diferenciadas desses grupos perante a sociedade. Procura-se delimitar os critérios sociais de diferenciação dos povos tradicionais, revelando assim quais sinais poderiam servir como sinalização aos elementos identificadores desses grupos heterogêneos.

Almeida (2004) ao tratar desse tema, nos aponta que dos 850 milhões de hectares no Brasil, cerca de um quarto estão ocupados por essas populações que vivem em comunidades distintas, identificadas em suas múltiplas identidades, que são os povos indígenas, os quilombolas, os pescadores artesanais, os coletores artesanais, os catadores de lixo, dentre outros.

O conceito de comunidades tradicionais se fundamenta intrínseca relação de sustentabilidade com o meio ambiente, contribuindo para a preservação da diversidade biológica e cultural. É também o espelho da questão identitária, que expressa socialmente como um determinado grupo social é percebido aos olhos de outros, através de suas características e modos únicos de subsistir. Segundo Filho et al. (2015), essas características, são denominadas de “marcadores diacríticos”, cuja finalidade é identificar um determinado grupo dentro do contexto de suas peculiaridades sociais. Entretanto, como Brandão (2010, p. 37) descreve, as comunidades tradicionais que estão inseridas em um contexto social cujos grupos estão organizados de acordo com o seu desenvolvimento local e regional, conforme explicitado abaixo:

Comunidade tradicional constitui-se como um grupo social local que desenvolve: a) dinâmicas temporais de vinculação a um espaço físico que se torna território coletivo pela transformação da natureza por meio do trabalho de seus fundadores que nele se instalaram; b) saber peculiar, resultante das múltiplas formas de relações integradas à natureza, constituído por conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição ou pela interface com as dinâmicas da sociedade envolvente; c) uma relativa autonomia para a reprodução de seus membros e da coletividade como uma totalidade social articulada com o “mundo de fora”, ainda que quase invisíveis; d) o reconhecimento de si como uma comunidade presente herdeira de nomes, tradições, lugares socializados, direitos de posse e proveito de um território ancestral; e) a atualização pela memória da historicidade de lutas e de resistências no passado e no presente para permanecerem no território ancestral; f) a experiência da vida em um território cercado e/ou ameaçado; g) estratégias atuais de acesso a direitos, a mercados de bens menos periféricos e à conservação ambiental.

Existem muitas populações que vivem em áreas remotas do globo. Alguns vivem em Unidades de Conservação (UC's), localizados em ecossistemas e biomas como ilhas, o pantanal, o cerrado e a floresta amazônica. São homens e mulheres que representam uma grande quantidade de povos tradicionais não-indígenas, mas com traços culturais bastante intrínsecos e uma relação de adaptação e perfeita harmonia junto aos seus ecossistemas. Esses povos tradicionais são os pescadores artesanais, assim como os caiçaras, os jangadeiros, pantaneiros, os caboclos ribeirinhos amazônicos e os praieiros, dentre outros (DIEGUES, 2001, p. 25-26).

O conhecimento dos povos tradicionais, ou seja, as inovações, práticas individuais e coletivas que de alguma forma estão associados ao uso da diversidade biológica, pautadas em conjunturas culturais que podem ser identificados como pescadores artesanais, caiçaras, indígenas, quilombolas e coletores, estão assegurados pela Lei 9.985 art. 2º, inciso XV (BRASIL, 2000), na seguinte forma:

[...] grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há, no mínimo, três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável.

A intrínseca relação de sustentabilidade com o meio ambiente, cujas comunidades tradicionais possuem, contribui diretamente para a preservação da diversidade biológica e cultural do espaço que ocupam (COLAÇO; SPAREMBERGER, 2010). Percebemos por este viés, que as comunidades tradicionais se identificam pela interdependência dos recursos naturais com os quais edificam seu estilo de vida, pautado no conhecimento acerca da complexa relação harmônica que a natureza lhes oferece, e que tal entendimento é passado de geração a geração através das práticas sociais, pelo discernimento territorial em que exploram e vivem socioeconomicamente (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

As comunidades tradicionais, ou seja, aquelas que necessitam do meio ambiente para dali extraírem seus meios de subsistência, possuem importante papel socioambiental, em consequência de seus conhecimentos tradicionais, e seus modos de vida únicos. Tais conhecimentos são de grande importância ambiental para a preservação dos espaços naturais, haja vista que os interesses econômicos e sociais estão intrinsicamente ligados a preservação da biodiversidade, pois as comunidades tradicionais, estabelecem relações e semelhanças com o meio ambiente, como os movimentos de interação e harmonia da natureza, comportando-se como agentes fiscalizadores e controladores em relação à sociobiodiversidade (CASTRO, 2000).

Segundo as considerações apontadas por Costa (2010), outro ponto importante ao se conceituar comunidades tradicionais são as questões identitárias, por compreender as formas pelas quais as comunidades se apresentam e se identificam coletivamente, pelas suas peculiaridades e tradições. Tais afirmações

identitárias revigoram os vínculos de pertencimento territorial e coletivo, ampliando os laços entre os indivíduos. A identidade permite a condição do sentimento de pertencimento à terra, de territorialidade, de direito ao uso da terra para subsistência e para a manutenção de suas tradições, separando aqueles que não estão inseridos no contexto social da comunidade tradicional, por não se adequarem ao processo de apropriação de tais costumes.

Dessa maneira, entram em cena os grupos sociais e os espaços, os lugares, as cidades. Essas negociações são criadas e recriadas continuamente nesses espaços nos quais as pessoas vivem, transitam, trabalham...Agregando memória e identidade, indivíduo e sociedade, não podemos excluir outro conceito: o de pertencimento. Indivíduos que, em sua constituição como sujeitos sociais, estão em processo de ser e de pertencer, do sentir-se parte integrante de algo. Esse sentimento de pertencimento dá-se de diversas formas nos vários espaços e grupos. Mas, enquanto grupo social, há uma necessidade de identificação local. Quem não deseja sentir-se como pertencente a algo maior? (NASCIMENTO; LIMA; OLIVEIRA, 2018, p. 12).

Todavia, os estudos de Agamben (1993) apontam para um “desmembramento” das identidades dos povos tradicionais pelo poder público, que se perfaz pelas disputas territoriais entre o Estado e esses povos. Para o autor, o Estado, através de suas ações políticas, “desarticula e esvazia tradições e crenças, ideologias e religiões, identidade e comunidade” (p. 65), com o intuito de se apoderarem desses territórios, com a escusa do processo de metropolização, necessário às questões econômicas.

Herculano (2002), refere-se à noção de justiça ambiental, como sendo uma possibilidade do exercício do direito de decisão que se tem acerca da utilização do ambiente natural, ou de determinado espaço físico, tendo-se como parâmetro o rateio dos custos ambientais dos empreendimentos econômicos ou socioambientais, tendo-se como princípio a equivalência social.

Neste mesmo contexto, Martinez-Alier (1997, p. 122) cita o conceito de território, enquadrando no mesmo paradigma de justiça ambiental, como sendo “as assimetrias sociais, espaciais e temporais e ao uso desigual de recursos e serviços ambientais pelos seres humanos, isto é, a exaustão de recursos naturais (incluindo a perda da biodiversidade) e o ônus da poluição”. Dessa forma, podemos dizer que os

recursos naturais de determinado território, são explorados e profanados por grandes empresas, cujas esferas de poder econômico perpassam desde a degradação ambiental, até as privações das necessidades de subsistência das comunidades tradicionais.

Temos ainda, na mesma vertente da injustiça ambiental, o racismo ambiental, como nos esclarece Bullard (2002, p. 2), para quem este fenômeno é constituído por “políticas, práticas ou diretrizes que, independentemente da intenção, produzem efeitos distintos em grupos diferentes, levando em conta a raça e a cor”. Acselrad (2009, p. 16) destaca que nesses casos, grupos étnicos, raciais ou de classe acabam por “suportar uma parcela desproporcional da operação de empreendimentos industriais, comerciais e municipais, da execução de políticas e programas [...], bem como das conseqüências resultantes da ausência ou omissão destas políticas”.

Ainda, segundo Acserald (2009, p. 9), injustiça ambiental pode ser definida como sendo “fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos” Podemos incluir nesse contexto, os pescadores e coletores artesanais, que são prejudicados de alguma forma, pois dependem do ambiente saudável, assim como do espaço físico, ou seja, do território para conseguirem viver.

A ideia de racismo ambiental surgiu nos anos 1970, através de movimentos sociais nos Estados Unidos, vindo a receber, inicialmente, diversas denominações, como *environmental racismo* - movimento contra o racismo ambiental; *environmental equity* – igualdade ambiental, e *environmental justice movement* - movimento pela justiça ambiental¹⁶. A partir dos anos 1990, devido ao fortalecimento dos movimentos populares, a ideia de racismo ambiental ganhou destaque, devido as organizações coletivas, que combatiam as diversas desigualdades e vulnerabilidades socioambientais (SILVA, 2011; PORTO, 2007).

¹⁶ Acselrad et al. (2009, p. 9), esclarecem a ideia de Justiça Ambiental da seguinte forma: “Para designar esse fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais, tem sido consagrado o termo *injustiça ambiental*. Como contraponto, cunhou-se a noção de *justiça ambiental* para denominar um quadro de vida futura no qual essa dimensão ambiental da injustiça social venha a ser superada. Essa noção tem sido utilizada, sobretudo, para constituir uma nova perspectiva a integrar as lutas ambientais e sociais.”

O racismo ambiental, na perspectiva de Bullard (2002), seria uma maneira de discriminação institucional materializada na forma de práticas e ações políticas, cujas diretrizes atingem diretamente os grupos étnicos raciais, impondo-lhes desvantagens. Ainda, segundo Bullard, a distribuição desigual do ônus ambiental, acarreta desigualdades sociais, que apresentam intrínseca relação com o racismo ambiental, seja ele no meio urbano ou rural, devido ao crescimento econômico que causa impactos ambientais e conseqüentemente leva aos conflitos ambientais.

[...] refere-se a políticas públicas ambientais, práticas ou diretivas que afetam de modo diferente ou prejudicam (de modo intencional ou não) indivíduos, grupos ou comunidades de cor ou raça. O racismo ambiental é reforçado pelo governo, assim como pelas instituições legais, econômicas, políticas e militares. Ele encontra-se combinado com políticas públicas e práticas industriais que, ao mesmo tempo [em] que garantem benefícios aos países do Norte, direcionam os custos para os países do Sul (BULLARD, 2004, p. 42).

Esse entendimento explica o tratamento diferenciado ao qual alguns grupos sociais são submetidos. Essas populações, tais como os pescadores artesanais, detêm acesso desigual aos direitos básicos como saúde, educação, saneamento básico, moradia, segurança e um ambiente salutar. Herculano (2008, p. 2) esclarece que racismo ambiental pode se manifestar como “a forma pela qual desqualificamos o outro e o anulamos como não semelhante, imputando-lhe uma raça, com o intuito de segregação social”, ao impor ao menos provido de políticas públicas, um olhar adulterado de superioridade.

Hoje, em tempos de golpe, a sinalização para a pesca artesanal é ainda pior. A crise econômica instaurada no seio da sociedade implica numa crise social drástica, na judicialização dos movimentos sociais e lideranças, na criminalização das comunidades pesqueiras e no circuito de autoritarismo, racismo ambiental, misoginias, entre outras tantas formas de discriminação política, social, cultural e ambiental. Acontece que as comunidades historicamente vivem, resistem e se ressignificam na sua própria existência e tradição, porque carregam em si o profundo da relação ancestral que combina o ser com a própria natureza (CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES, 2016, p.103).

Mediante à crise socioambiental atual, em que há um crescimento populacional e uma metropolização desordenada, assim como, uma má administração estadual, em que não se cumprem as políticas públicas, observa-se

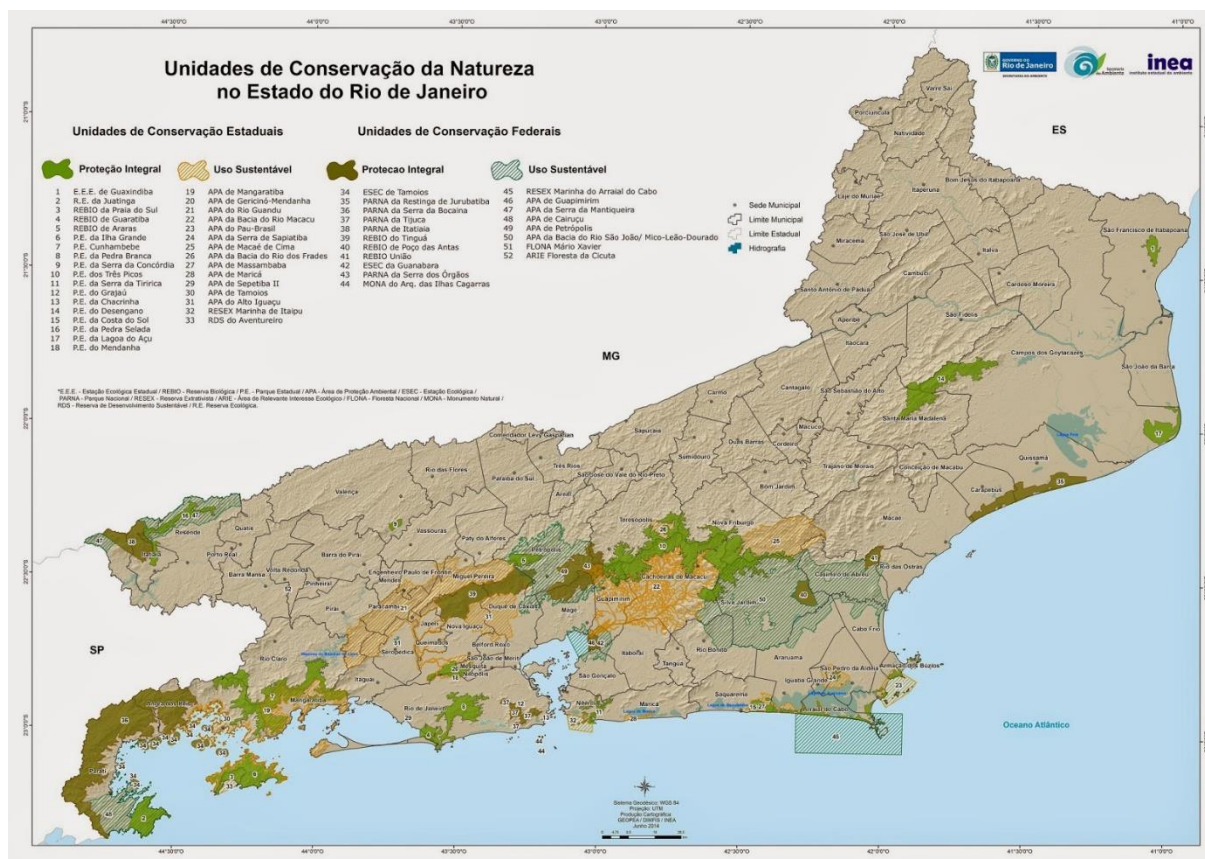
dessa forma, a ocorrência de várias formas de violência contra os pescadores artesanais da baía de Guanabara.

Atualmente, o processo de metropolização desterritorializador está cada vez mais tornando o espaço um palco de desavenças e disputas por território. Esse processo de globalização se torna perceptível nas esferas sociais menos favorecidas, influenciando nas atividades cotidianas das comunidades vulneráveis, tanto economicamente, quanto nos hábitos tradicionais que se empenham para manterem vivos como parte das suas tradições e modos de vida (PORTO, 2007).

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2007), a criação de Unidades de Conservação é uma estratégia utilizada desde os anos 1930 para a proteção da biodiversidade. As Unidades de Conservação¹⁷ existentes no Estado do Rio de Janeiro são administradas pelas três esferas do poder: federal, estadual e municipal. Nas esferas federais e estaduais, existem 51 Unidades de Conservação, sem contar as UC que possuem suas terras sobrepostas umas às outras. Algumas UC adentram ao território marinho o que dificulta a fiscalização por parte das autoridades competentes. Existem 16 Unidades de Conservação que são de responsabilidade dos municípios (figura 11).

¹⁷ Lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências.

Figura 11 - Mapa das Unidades de Conservação da Natureza do Estado do Rio de Janeiro (Estaduais e Federais).



Fonte: Secretaria de Estado de Ambiente do Rio de Janeiro (2008).

As unidades de conservação que margeiam a região hidrográfica da baía de Guanabara são a Área de Proteção Ambiental de Guapimirim e a Estação Ecológica da Guanabara, locais onde a pesca, mesmo a artesanal, é controlada. Além disso, a baía de Guanabara é toda ela considerada Área de Preservação Permanente (APP) e Área de Relevante Interesse Ecológico, como determina a Constituição estadual e pela Lei Orgânica da cidade do Rio de Janeiro.

Figura 12 - Unidades de conservação ambiental Federal e Estadual localizadas na Região Hidrográfica da Baía de Guanabara.

Unidade	Área Total (ha)	Área na Bacia (%)	Classificação da Vegetação Original nas Unidades (IGE, 1991)	Principais Rios que Nascem nas Unidades e Dentro da Bacia
APA de Guapimirim	13.825	100	Vegetação com influencia fluvio-marinha (manguezal)	foz dos rios Suruí, Suruí-Mirim, Iriri, Guapi, Guaraí, Caceribu, Guaxindiba e Alcântara
APA de Macacu	24.500	100	Floresta ombrófila densa aluvial (mata ciliar)	rios Macacu e Guapiaçu
APA de Petrópolis	59.225	38	Floresta ombrófila densa submontana, montana e alto-montana	rio Suruí e tributários do rio Inhomirim
APA do Gericinó-Mendanha	10.500	44	Floresta ombrófila densa submontana e montana	tributários do rio da Bota e Sarapuí
Estação Ecológica do Paraíso	5.000	100	Floresta ombrófila densa submontana e montana	rios Caboclo, Anil e Paraíso (tributários do rio Guapiaçu)
Parque Estadual da Chacrinha	13,3	22	Floresta ombrófila densa submontana	sem representações de rios nas cartas topográficas da região
Parque Estadual da Pedra Branca	12.500	11	Floresta ombrófila densa submontana e montana	tributários do rio Acari e Sarapuí
Parque Estadual da Serra da Tiririca	1.800	14	Floresta ombrófila densa submontana	nascente do rio da Aldeia
Parque Estadual dos Três Picos	46.350	53	Floresta ombrófila densa submontana, montana e alto-montana	rio Macacu e tributários do rio Guapiaçu e

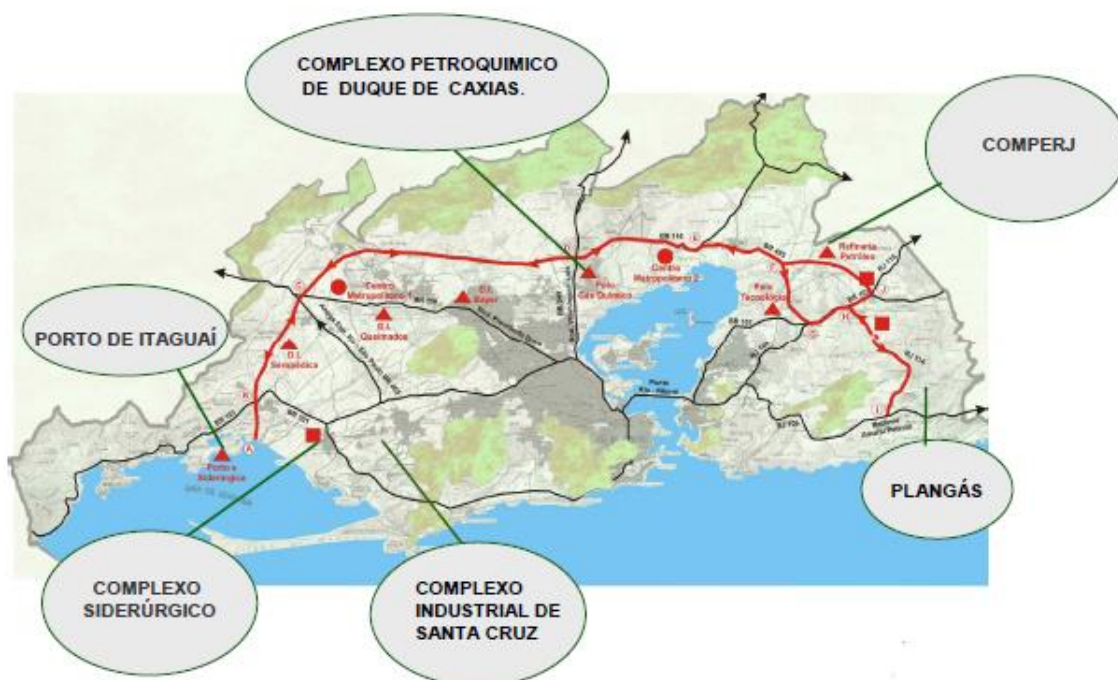
				Macacu
Parque Estadual da Serra dos Órgãos	11.000	43	Floresta ombrófila densa submontana, montana e alto-montana	rio Roncador, rios Soberbo e Bananal (tributários do rio Guapimirim)
Parque Nacional da Tijuca	3.200	26	Floresta ombrófila densa submontana e montana	Tributários do rio Maracanã
Reserva Biológica do Tinguá	26.260	54	Floresta ombrófila densa submontana e montana	Tributários do rio Iguaçu, rio Tinguá e seu tributário rio Pati, rio Capivari e rio Saracuruna
Reserva Florestal do Grajaú	55	100	Floresta ombrófila densa submontana	Tributários do rio Joana

Fonte: Adaptado de Plano Diretor de Recursos Hídricos da Baía de Guanabara, Rio de Janeiro (2005).

Há muitas ameaças a estas Unidades de Conservação. Uma delas é o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), reconhecido como o maior investimento individual da história da Petrobras (TRIGUEIRO et al., 2015). Este empreendimento nasceu através de políticas desenvolvimentistas do governo federal, mediante a criação do PAC - Plano de Aceleração do Crescimento, pela necessidade de potencializar a produção petroquímica do estado do Rio de Janeiro.

Raulino (2009) alerta que o aumento da atividade industrial na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, pela realização das atividades do COMPERJ, tem um aspecto impactante direto na baía de Guanabara, devido a predisposição logística que o território proporciona. Com a construção do Arco Metropolitano, interligando a cidade de Itaboraí, desde Niterói até Itaguaí, perpassando pela baixada fluminense (figura 13), além dos empreendimentos previstos no local, o COMPERJ acarretariam um aumento de 500% no uso do espelho d'água da baía de Guanabara e seu entorno (informação pessoal), por conta do fluxo de petróleo e seus derivados na região.

Figura 13 - Empreendimentos previstos pelo COMPERJ devido a concretização da construção do Arco Metropolitano.



Fonte: Governo do Rio de Janeiro, Secretaria Estadual de Obras (2012).

Além dos danos ambientais acarretados pela sobre-exploração do território pela Petrobras e outras indústrias ligadas aos setores de petróleo e petroquímica, como poluição ambiental, desmatamentos, principalmente dos manguezais, perda da biodiversidade, há também os conflitos territoriais gerados pelos licenciamentos e autorizações de uso do espaço, violações de direitos dos moradores e comunidades tradicionais, como os pescadores artesanais do entorno do empreendimento, com o consentimento do Estado, devido às omissões praticadas, como a falta de fiscalização quanto aos licenciamentos dos projetos e obras na região.

O empreendimento COMPERJ, ameaça ainda algumas Unidades de Conservação Federal como a Reserva Biológica de Tinguá (figura 14). Há ainda, a proximidade com o rio Guandu (integrante da Bacia da Baía de Sepetiba), responsável pelo abastecimento de água de boa parte da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Desta forma, o aumento do tráfego de caminhões transportando substâncias químicas, se perfaz uma constante ameaça ao ecossistema local, assim como, pelo risco de contaminação da água de abastecimento doméstico, oriunda do rio Guandu, em caso de acidentes.

Figura 14 - Mapa da Reserva Biológica de Tinguá, com destaque para os municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Miguel Pereira e Petrópolis.



Fonte: Adaptado de Silva (2017).

Sendo assim, podemos dizer que os pescadores artesanais da baía de Guanabara e outros povos tradicionais, como marisqueiras e indígenas acabam sendo expulsos do seu território por ações desiguais e desproporcionais. São atos de violência que se configuram de diversos modos, como veremos no próximo capítulo, que trata diretamente sobre a configuração da violência sobre os pescadores artesanais da baía de Guanabara.

4 VIOLÊNCIA, DESTERRITORIALIZAÇÃO E PESCA ARTESANAL NA BAÍA DE GUANABARA

Pertencemos a um território, não o possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo, impregnamos-nos dele. Além disso, os viventes não são os únicos a ocupar o território, a presença dos mortos marca-o mais do que nunca com o signo do sagrado. Enfim, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder seu território é desaparecer (HAESBAERT, 2007, p. 50).

A violência na região da baía de Guanabara se manifesta de diversas formas para as comunidades tradicionais, coletiva ou individualmente, através dos conflitos territoriais que alteram o modo de vida desses povos, além de modificarem a arquitetura nativa dos ecossistemas dessa baía. A violência histórica nessa região é causadora de privações dos direitos socioambientais dos pescadores artesanais, ao gerar na região da baía degradação ambiental, resultante da poluição, desmatamentos, além do aumento da sensação de insegurança por se trabalhar num território conflagrado pelas desigualdades.

Os problemas socioambientais impostos pelos grandes empreendimentos na região hidrográfica da baía de Guanabara aos pescadores artesanais contribuem para a descaracterização das práticas tradicionais, por gerarem problemas como violência física e psicológica. Da mesma forma a desterritorialização desses povos tradicionais causa consequências impactantes como os constantes conflitos que perpassam por todos os vieses culturais, sociais e econômicos.

Neste capítulo, falaremos sobre os aspectos teóricos da violência e suas manifestações, conceituando o que é violência, discorrendo sobre as diversas formas de violência e as consequências na vida dos pescadores artesanais, ativistas ambientais e defensores dos direitos humanos. Daremos ênfase ainda às causas do processo de desterritorialização e aos impactos na vida dos pescadores. Abordaremos as peculiaridades relacionadas à cultura do medo, utilizada como estratégia pelos grandes empreendedores da região; por fim, falaremos sobre a violência contra os defensores de direitos, ativistas socioambientais e pescadores artesanais.

4.1 Violência e suas manifestações

A violência, para muitos autores, pode ter vários significados e ser descrita de muitas maneiras, como: “um fenômeno que sempre existiu na história do homem” (BAIERL, 2004, p. 21); “a mais flagrante manifestação de poder. [...] o tipo de poder¹⁸ mais definitivo é a violência [...]” (ARENDT, 1985, p. 19); “[...] violência com o exercício do poder de uma classe social sobre a outra, consequência de uma desigual distribuição da riqueza [...]” (ENGELS, 1979, p. 12); “agressão física ou moral, direta ou indireta, individual ou coletiva, contra a pessoa, [...] como a honra, a liberdade, a integridade física, a vida” (VALVERDE, 2000, p. 2); “A violência, no modelo biomédico, é classificada como uma lesão intencional, que pode incluir uma doença, porém, é importante considerar as diferentes naturezas e os padrões de violência vivenciada por homens, mulheres e crianças” (GRIBOSKI, 2015). A etimologia da palavra violência é oriunda do latim e é derivada da palavra composta *violentia*, em que *vis* significa utilizar a força sobre algum objeto ou fato (ALMENDRA; BAIERL, 2007). Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a violência é associada a alguma forma de patologia social, descrita como a imposição de dor e sofrimento pela sociedade, porém tal ação é perfeitamente evitável.¹⁹

Nas palavras de Rocha (1996, p. 10), a violência é conceituada da seguinte forma:

A violência, sob todas as formas de suas inúmeras manifestações, pode ser considerada como uma *vis*, vale dizer, como uma força que transgride os limites dos seres humanos, tanto na sua realidade física e psíquica, quanto no campo de suas realizações sociais, éticas, estéticas, políticas e religiosas. Em outras palavras, a violência, sob todas as suas formas, desrespeita os direitos fundamentais do ser humano, sem os quais o homem deixa de ser

¹⁸ Ainda, conforme nos elucida Hanna Arendt, o poder se perfaz politicamente nos segmentos sociais, quando ela afirma: “Se nos voltarmos para as discussões do fenômeno do poder, rapidamente perceberemos existir um consenso entre os teóricos da política, da esquerda à direita, no sentido de que a violência é tão-somente a mais flagrante manifestação do poder. “Toda política é uma luta pelo poder; a forma básica do poder é a violência”, disse C. Wright Mills, fazendo eco, por assim dizer, à definição de Max Weber, do Estado como o “domínio do homem pelo homem baseado nos meios da violência legítima, quer dizer, supostamente legítima” (2001, p. 31).

¹⁹ Foucault descreve poder como uma estratégia regional e progressiva do Estado, uma ação diversificada, característica do tecido social: “O poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é certa potência de que alguns sejam dotados: é um nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (1988, p. 89).

considerado como sujeito de direitos e de deveres e passa a ser olhado como um puro e simples objeto.

Segundo Bobbio (1992, p. 5) a “violência apresenta diversos aspectos e compreende muitas variáveis, podendo flexibilizar-se desde a violência física até a violência psicológica”. Para que um ato seja classificado como violento, o autor sugere que a ação realizada deva ter sido executada de maneira voluntária e com um direcionamento pessoal e ela deve ter o intuito de ferir, ofender, destruir, coagir ou subtrair algo. Todavia, segundo o autor, outras formas de violência podem gerar danos, tanto físicos quanto psicológicos, como a violência indireta, tais como o preconceito racial e social, a discriminação política e cultural, além da marginalização das comunidades tradicionais.

Fraga (2002) constatou que existe uma diferença entre violência e agressividade, que o autor coloca em duas categorias distintas, embora interligadas. A violência seria imputada ao gênero de agressividade, pertencente apenas ao reino animal. Já a agressividade seria inerente aos humanos e possui duas vertentes em que o indivíduo a desenvolve e a pratica. Uma dessas vertentes seria relativa aos intuítos de subjugação e destruição, que o autor chama de violência, que seria uma forma de “herança primitiva” de seus antepassados. A segunda seria a energia e a determinação utilizadas para impulsionar a própria vida, dentro de um sistema capitalista, que é chamado de motivação. Ainda, de acordo com o autor, (p. 45): “toda violência pressupõe agressividade, mas nem toda agressividade pressupõe violência, assim como toda atividade humana pressupõe agressividade, porém não violência”.

A compreensão do significado da violência varia entre as sociedades, ao lhe conferir significação de acordo com o tempo e o espaço vivido. Pode haver divergências nos padrões aceitáveis entre as sociedades, do que é violência ou não, ou até, com relação a sua intensidade. A violência contra a pessoa ou grupo social, será medida dentro de cada cultura, conforme o seu entendimento acerca do que é ou não crime ou mal causado (CHAUÍ, 1994; BAIERL, 2004).

O exercício da violência pode apresentar diversas formas que, segundo Foucault (2012), pode manifestar-se simbolicamente, ou seja, há uma forma de poder simbólico e de dominação entre as relações humanas. Tal poder é exercido,

sentido e percebido, porém invisível para ser descrito. Para Bourdieu (2004) o poder simbólico se perfaz de diversas formas, como a degradação do ambiente, oriunda do desmatamento e da poluição, ou simplesmente pela desterritorialização e a desvalorização de culturas tradicionais, por serem classificadas como desnecessárias e ultrapassadas. A violência simbólica está presente na sociedade moderna, principalmente nas classes sociais mais pobres, em que prevalecem condições precárias de subsistência e disputas territoriais.

Para que a dominação simbólica funcione é necessário que os dominados tenham incorporado as estruturas segundo as quais os dominantes os apreendem; que a submissão não seja um ato de consciência suscetível de ser compreendido na lógica do constrangimento ou na lógica do consentimento (BOURDIEU; PASSERON, 1975, p. 231).

A violência simbólica vem sendo praticada desde os tempos primitivos, por diversas comunidades, que a usam com a finalidade de demonstrar e manter o poder uns sobre os outros através do medo. Ela, a violência, é usada como estratégia de subjugação e manipulação para a exploração do ser humano, na forma de escravidão e da dominação e limitação dos direitos humanos (CHAUÍ, 1995).

As interpretações sobre a violência simbólica são inúmeras. Segundo alguns teóricos, até mesmo a miscigenação é caracterizada como violência física e simbólica, peculiar da ordem escravocrata, pautada na intimidade sexual entre senhores feudais e seus escravos, cujos feitos ultrapassavam qualquer tipo de preconceito, revelando-se até uma prática cotidiana (VIOTTI DA COSTA, 1998).

Não podemos limitar a violência apenas sob o aspecto criminal, que está qualificada no Código Penal brasileiro. Existem vários tipos de violências que afligem a sociedade, como as violências contra os grupos chamados de “minorias sociais”, como negros, índios, homossexuais, nordestinos e povos tradicionais.

Para muitos pesquisadores, a violência é um fenômeno social. Ela perpassa o cotidiano social sob muitas facetas, afetando as relações intersociais de forma complexa, em que geralmente extrapõe-se a contemporaneidade política, através de seus impactos na comunidade. “A violência possui ligações profundas com a desigualdade entre as classes e a exclusão social [...] fortalecimento das políticas sociais e da garantia de direitos” (SILVA, 2005, p. 20).

[...] a violência não decorre simplesmente das transformações econômicas. Ela se dá também em razão da dispersão simbólica que se produz nos meios sociais, dispersão simbólica essa cujo horizonte de expectativas de grande parte de sua população é bem precário. Dessa maneira, a violência está de certa forma generalizada e permeia as já complexas relações sociais (MATOS; VILAÇA; FORTUNA, 2018, p. 39)

Segundo Weber (2012) o poder manifesta-se como uma forma de dominação, que é exercida com o propósito de controlar as classes inferiorizadas pelas injustiças sociais. Essas classes pormenorizadas, são submetidas a dominação pelo poder legal do estado que intervém nas ações e práticas cotidianas dos indivíduos dominados.

4.2 Violência contra comunidades tradicionais e as artimanhas do capital e do Estado

Com a divisão do trabalho ocorre uma superintelectualização das elites e um embrutecimento crescente das massas trabalhadoras. A cultura, as artes, as ciências tornaram-se propriedade exclusiva da classe dominante. A elevação do nível cultural das classes trabalhadoras deverá realizar-se apenas com a conquista de sua emancipação política. O homem que trabalha não só com as mãos, mas também com o cérebro, torna-se consciente do processo que desenvolve, dominando o instrumento que utiliza e não sendo dominado por ele (GADOTTI, 2012, p. 68).

Nas duas últimas décadas do século XX, as questões relacionadas com os problemas ambientais alcançaram a esfera global, sensibilizando a sociedade civil organizada em quase todas as regiões metropolitanas do mundo. A expansão urbana se perfaz no papel de um dos maiores vilões geradores de problemas ambientais, pela destruição do ambiente natural, do qual diversas comunidades tradicionais dependem para a sua subsistência.

De acordo com a Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, a Lei que regula a política nacional das Comunidades Tradicionais, que engloba tanto os pescadores artesanais, quanto as comunidades quilombolas, ribeirinhas, indígenas, caiçaras, caboclos, as coletoras artesanais e as quebradeiras de coco de

babaçu, além de outros grupos étnicos, é a 6.040/07 (BRASIL, 2007). As comunidades tradicionais possuem um sentimento de territorialidade e pertencimento bastante definido, pois sua primeira reivindicação é com relação ao direito à terra, cujo propósito é permitir a realização de todas as tradições referentes aos valores específicos de cada comunidade tradicional.

As comunidades tradicionais sofrem a pressão do processo de metropolização urbana, na medida em que suas terras vão sendo ocupadas pelas indústrias e pela omissão do estado capitalista, que não desenvolve políticas²⁰ públicas capazes de valorizar e atender economicamente os povos tradicionais (ARAÚJO et al., 2014).

Nas sociedades modernas a coerção social torna-se mais difusa e é exercida pela divisão do trabalho, segundo Durkheim, dada a interdependência maior que se estabelece entre indivíduos e grupos sociais. A coerção social está presente na pressão velada ou aberta que a sociedade exerce sobre o indivíduo, para que este siga os costumes e comporte-se segundo os valores e as normas vigentes. Nem sempre ela é sentida pelo indivíduo, porque o induz a adaptar-se às regras de convivências sociais (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2013, p. 20).

O aumento da violência e, conseqüentemente a queda da sensação de segurança pelos pescadores, devido aos diversos conflitos envolvendo o uso do território na baía de Guanabara, levaram esses povos a organizarem-se através de ações coletivas para o enfrentamento dessa situação. A postura de resistência adotada pelos pescadores, justifica-se pela mudança de comportamento imposta e esses povos, devido à violência e ao medo, acarretando mudanças na arquitetura natural da baía, interferindo no cotidiano do seu local de trabalho (CALDEIRA, 2000).

²⁰ Segundo Klaus Frey (2000, p. 216) a expressão “política pública” pode ser entendida como campo de estudo, área do conhecimento multidisciplinar, que compreende três dimensões, que o autor descreve, atribuindo três dimensões distintas provenientes do emprego de seus conceitos em inglês como: (*polity*, *politics* e *policy*). A dimensão institucional, chamada de *polity*, que se refere à ordem do sistema político, é delineada pelo sistema jurídico e pela estrutura institucional do sistema político/administrativo; a dimensão processual, denominada de *politics*, que tem em vista o processo político, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição; a dimensão material, que o autor chama de *policy*, refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas.

A violência e o medo são questões importantes que se manifestam de diversas formas em todos os segmentos sociais, acometendo com maior intensidade as classes menos favorecidas, principalmente aqueles que moram em comunidades carentes, como as favelas, ou então, as que residem em comunidades tradicionais, como os povos caiçaras.

4.3 Desterritorialização e violência contra pescadores artesanais

Um dos campos marcadamente destacado pelos litígios históricos dos povos tradicionais, tendo em vista a superação da inércia do estado e a permissibilidade da violência, é o territorial. Os grupos que possuem maiores posses financeiras lançam-se em disputas territoriais, impondo à desterritorialização as comunidades tradicionais, utilizando muitas vezes de uma violência velada, simbólica, ou então, em casos mais extremos, de violência física (ZALUAR; LEAL, 2001), com a finalidade de dominar e manter através da força as desigualdades sociais, acelerando o processo de exclusão social.

Podemos então classificar a desterritorialização como uma forma de violência, que se perfaz na conquista ou tomada do território, com a finalidade de se obter espaço para os empreendimentos capitalistas de determinada empresa. O processo de desterritorialização acontece através de violências explícitas e implícitas, que acarretam na fragmentação social e cultural, assim como no isolamento das comunidades tradicionais, restringindo suas atividades e consequentemente alterando os aspectos relacionados a sua identidade.

O deslocamento ou a remoção de grupos tradicionais significa, frequentemente, não apenas a perda da terra, mas uma verdadeira desterritorialização, pois muitas vezes, a nova localização, com condições físicas diferentes não permite a retomada dos modos de vida nos locais de origem, sem contar o desmoronamento da memória e da identidade centradas, haja vista haver uma perda da base material e simbólica dos seus modos de socialização com a consequência da sua desestruturação (CASTILHO, 2013 p. 53).

Segundo Birman (2009), as classes populares, como as comunidades tradicionais, vão se degradando ostensivamente e com isso perdendo em qualidade

de vida, chegando a patamares de miserabilidade social que causam efeitos sociais negativos, como doenças, violência e morte precoce dos indivíduos em idade laboral.

Pesquisas relacionadas à violência contra povos tradicionais como um todo tem sido objeto de estudos e investigações científicas por antropólogos, sociólogos e demais pesquisadores. Na discussão sobre o uso dos recursos naturais e meio ambiente, a indústria do petróleo sempre se delineou como atividade de alto impacto ambiental. As ocupações do território da baía de Guanabara pelas petroquímicas ocasionam diversos problemas socioambientais devido à poluição e à desterritorialização das comunidades tradicionais, pela privatização de áreas comuns desses povos.

O estabelecimento das atividades petrolíferas gera, ao longo do tempo, uma mudança comportamental nessas comunidades, devido às mudanças na dinâmica do ambiente, como a poluição gerada pelos resíduos industriais, o trânsito de funcionários, a ocupação do território que, antes era destinado ao trabalho do pescador, forçando-o a mudar a sua rotina de vida, cuja bagagem tradicional é passada através dos tempos (REIGOTA, 2006).

Diferente da insegurança gerada pela violência proveniente de pequenos conflitos interpessoais cotidianos, a insegurança procedente de um sistema capitalista, que atinge as comunidades tradicionais da baía de Guanabara, que causa, dentre outros fenômenos, a segregação das comunidades e a perda de território, além de impossibilitar o pescador de exercer sua profissão, pode se tornar o maior problema desses povos tradicionais.

A proximidade com as edificações das indústrias petroquímicas e o eminente risco de um acidente, como já aconteceram outras vezes, geram uma sensação de insegurança nas comunidades locais, interferindo de diferentes maneiras na vida dos pescadores, causando a interrupção da atividade de pesca, fonte de sustento das comunidades locais. Essa interrupção pode se dar de maneira direta, atingindo os locais de pesca, seja através da poluição, diminuindo os recursos pesqueiros, ou mesmo criando zonas de exclusão pesqueira, devido às áreas protegidas por esses empreendimentos. Há também a interrupção indireta, em que são afetados os petrechos de pesca, redes, anzóis e embarcações, ou, até mesmo, a saúde do pescador (DIEGUES, 2000; LOPES, 2013).

A vulnerabilidade socioambiental pode ser conceituada como uma coexistência ou sobreposição espacial entre grupos populacionais pobres, discriminados e com alta privação (vulnerabilidade social), que vivem ou circulam em áreas de risco ou de degradação ambiental (vulnerabilidade ambiental) (ARTIER et al., 2009, p. 2).

Isso se dá porque a baía de Guanabara está localizada em uma grande metrópole, e, por causa disso, expõe os pescadores artesanais às diversas formas de agressões socioambientais, como as violências geradas pelos processos de desterritorialização pelos empreendimentos petroquímicos e pela violência velada, desencadeada pela prevaricação do poder público. O trabalho dos pescadores passa a ser uma atividade de risco, com potencial aumento da vulnerabilidade (ROSA, 2005). Todos esses fatores mencionados, aliados às condições ambientais, que a própria natureza confere, torna a vida do pescador cada vez mais vulnerável, por gerar situações que os expõe a riscos de morte, seja por doenças, devido ao desequilíbrio ambiental, ou então, pelo uso da força (VELHO, 1996).

[...] o capital dispõe da capacidade de se deslocar, enfraquecendo os atores sociais menos móveis e desfazendo, pela chantagem da localização, normas governamentais urbanas ou ambientais, bem como as conquistas sociais [...] assim o capital especializa gradualmente os espaços, produzindo uma divisão espacial da degradação ambiental e gerando uma crescente coincidência entre a localização de áreas degradadas e de residências e classes socioambientais dotadas de menor capacidade de se deslocar (ACSELRAD, 2004, p. 32-33).

As chamadas “zonas de sacrifício” acarretam diretamente na desterritorialização e a extinção dos modos de vida das comunidades tradicionais, sejam elas do campo ou das grandes cidades, convergindo para a fragilidade histórica da revogação dos direitos básicos dos seres humanos como saúde, educação, trabalho, segurança e saneamento básico e precariza ainda mais as populações vulnerabilizadas pelas políticas públicas atuais.

Segundo Alier (2007), os conflitos desterritorialistas e excludentes que envolvem os pescadores artesanais e a indústria petroquímica surgem através de fenômenos sociais manifestados e expressos pelos interesses e necessidades distintas sobre o uso e apropriação dos recursos naturais. Esses conflitos externam-

se através de ações de ocupação e tomada do território marinho e terrestre, que são ocupados tradicionalmente pelos pescadores, seja como moradia, ou como ponto de provimento de sua subsistência.

As comunidades pesqueiras da baía apresentam um quadro grave de vulnerabilidades socioambientais, que se expõem através de diversas vertentes, como a tomada de seus territórios, que geram situações de conflitos pela limitação ao acesso dos locais de pesca; a ocupação gradual e o uso do solo no entorno da baía, assim como, as projeções de novos empreendimentos, como é o caso do COMPERJ, que promete aumentar em 500% a navegação da indústria *Offshore* (figura 15), além de ocasionar impactos ambientais, através do desmatamento da mata atlântica nativa, como os manguezais e o despejo na água de milhares de metros cúbicos de materiais tóxicos, altamente biocidas.

Figura 15 - Embarcação de pesca artesanal da baía de Guanabara, sofrendo os efeitos das limitações territoriais impostas pela indústria petroquímica.



Foto: Thiago Veludo (pescador artesanal) (2017).

Para Carneiro (2003), os conflitos socioambientais são frutos das práticas sociais da apropriação das conjunturas envolvendo as condições naturais do meio

ambiente e as necessidades da sociedade capitalista, de acordo com o seu estágio de desenvolvimento histórico.

O acirramento das disputas territoriais, na perspectiva de Zhouri e Laschefski (2010), se dá através de um crescimento econômico hegemônico, que acarreta em impactos socioambientais em escala global, afetando diretamente os recursos naturais renováveis, que são recursos estruturadores sociais, como emprego, saúde, educação e violência. Esses espaços são vislumbrados pelas grandes indústrias como espaços subutilizados e sujeitos a expansões dos empreendimentos capitalistas, que influenciam violentamente as comunidades tradicionais ao limitar as condições de permanência desses povos nas áreas empreendedoras.

A singularidade do trabalho do pescador artesanal da baía de Guanabara revela a complexidade dessa prática tradicional e peculiar. A relevância dos estudos sobre os aspectos geográficos acerca destas comunidades se justifica pela riqueza de possibilidades junto às áreas da antropologia e sociologia, de nos revelar o quanto esses povos são subjugados através dos tempos e o quanto as suas tradições se encontram ameaçadas.

Entendemos que hoje toda e qualquer comunidade tradicional transita entre a tradição e a modernidade. Elas alteram suas tradições, as modificam, na tentativa de se manter ou sobreviver no tempo presente, sem perder a sua essência. Talvez pudéssemos dizer que não há, a rigor, modernidade que não seja alimentada e oxigenada pela tradição. Muito do que é “velho” subsiste no “novo” (HAURESKO, 2009, p. 53).

Esses profissionais são sujeitos sociais que estão em constante processo de metamorfose, contrapondo-se às diversas alterações antrópicas, sejam elas ambientais ou sociais, que acontecem em seu meio geográfico. Essa contraposição é o mecanismo de luta e resistência contra os processos de desterritorialização, que se apresentam na forma de um sistema capitalista de produção, cujo principal ator é a indústria do petróleo e petroquímica, cujo crescimento vem sendo incentivado pelo governo brasileiro, de maneira descontrolada e, desta forma, expulsando os pescadores artesanais de seus territórios de trabalho, o que culmina, muitas vezes, em conflitos entre as duas partes (HAESBAERT, 2005).

A expulsão dos pescadores artesanais de seus territórios obriga-os a abandonar a profissão, ou a migrar para outros locais, ainda dentro da baía de Guanabara, porém mais distantes de seus costumeiros pontos de trabalho, o que gera um desgaste físico, psicológico e financeiro (MALDONADO, 1986), haja vista o tempo de navegação até os locais onde pode existir pescado, pois nem sempre o peixe “estará lá” o aguardando para ser pego, assim como o maior gasto de combustível utilizado, que nem sempre é recompensado com a captura dos peixes.

Alguns pescadores desistem de ganhar a vida exercendo a sua tradição devido à violência imposta pela expropriação de seu território. Muitos são obrigados a migrar para os centros urbanos para procurar outros meios de subsistência. Tal fenômeno aumenta o grau de miserabilidade social, incluindo-os nas categorias de desassistidos e excluídos sociais, pois esses homens e mulheres, que viveram a vida toda se dedicando ao trabalho no mar, não possuem qualificação profissional para se inserirem no mercado de trabalho (PLÁCIDO et al., 2015).

4.4 Violência, vulnerabilidade e pesca artesanal

Segundo Baker (2012), o medo é disseminado na trama intersocial proporcionando o surgimento do que a autora chama de *hate speech*, que é o discurso e sentimento de ódio e intolerância contra os indivíduos que são tidos como inimigos. Esse sentimento pode ser fomentado por diversas razões e gerar consequências negativas, individuais ou coletivas, acarretando a interiorização do sentimento, causando baixa estima.

A cultura do medo, imposta pelos grandes empreendedores e agentes que detém o controle econômico, disseminam a sensação de insegurança na trama social, gerando grandes transformações comportamentais nos grupos menos favorecidos e desprovidos de direitos essenciais de sobrevivência e trabalho (GRAZIANO SOBRINHO, 2007).

Esse medo conforme nos elucida Arendt (2011, p. 336) acontece através “da convicção sobre a própria impotência e do medo do poder de todos os outros surge a vontade de dominar, que é a vontade do tirano [...]. O medo é a vontade ou, em sua forma pervertida, a volúpia do poder” e tem como uma das principais vítimas os

povos tradicionais, que sofrem desrespeito aos direitos humanos, como a desterritorialização e a violação dos direitos básicos de subsistência.

A ideia de segurança pública nos remete ao conceito de prevenção, cuja finalidade principal seria frear as ações criminosas que afetam as comunidades e seus bens individuais, aumentando a sensação de segurança, interligada à presença ostensiva das forças de segurança (KAHN, 2002). O autor ainda amplia a concepção de segurança pública ressaltando que não basta apenas edificar mais presídios ou então tornar as penas impostas aos condenados por crimes hediondos mais rígidas, pois tais ações por si só não bastam. Elas não diminuem ou aumentam a violência e os crimes cometidos.

Morais (1985) amplia a concepção de medo explicando o processo biológico existente entre uma ameaça, um fato violento e a resposta orgânica, na forma de uma super estimulação do organismo, através da liberação do hormônio adrenalina, que se reflete por todo o corpo do indivíduo, acarretando situações de desequilíbrio e tendo como resultado doenças neurológicas que causam sofrimento físico e mental, que pode finalizar-se com um quadro em que o autor chama de “condição intrauterina”, pois a pessoa se recolhe em posição fetal, perdendo o pertencimento social, buscando apenas o isolamento e o silêncio, gerando o definhamento enquanto ser humano.

A violência e a intolerância se fazem presentes no cotidiano dos povos tradicionais. Essas ações muitas vezes acarretam a perda da identidade social, criando fenômenos antropológicos, principalmente os de caráter impositivo, quanto aos direitos territoriais. As implicações sociais podem ir desde as violências simbólicas, criando um imperialismo cultural que altera a mobilidade social ou até mesmo acarretando mudanças de autoafirmação identitárias, através das manifestações de reivindicação de direitos civis (LITTLE, 2002).

O conceito de grupos vulneráveis pode ser percebido através de duas perspectivas: a primeira a vulnerabilidade institucional, que está diretamente ligada à carência de políticas públicas em determinada região, seja por sua ausência ou deficiência, seja por sua inexistência ou em consequência da má administração pública, interferindo diretamente nos processos decisórios quanto aos eventos de risco daquela comunidade. A segunda perspectiva, de grupo vulnerável, dar-se-á quanto à condição social, econômica ou política de gênero ou raça e, estando tais

fatores diretamente relacionados às questões ambientais, obedecem aos marcadores sociais de gênero, classe, raça e geração, que articulados formam elementos estruturadores das mais variadas formas de violência (FREITAS, 2007).

Os episódios de violência, que em muitos casos constituem atrocidades, contra grupos vulneráveis, como os relacionados à honra, religião, raça, condição sexual, estilo de vida e liberdade de expressão, nos revelam a intensidade e a diversidade das violações aos direitos humanos. A vulnerabilidade social está diretamente relacionada com a marginalização do sujeito, como a sua exclusão das ações sociais, que interferem nos aspectos econômicos, ambientais, físicos, psicológicos e políticos, além de proporcionar a separação sistemática entre os ricos e os pobres, ou então, entre os incluídos e os excluídos (GARCIA, 2006; RODRIGUES, 2008).

Para Acselrad (2005) não só a pobreza colabora para um aumento das condições de vulnerabilidade social, pois as condições ambientais também são capazes de gerar riscos e conseqüentemente produzir condições desfavoráveis do ponto de vista social. A intensificação das desigualdades ambientais e sociais no país, durante a sua história, tem levado as pessoas mais pobres a ficarem mais expostas aos riscos ambientais, como enchentes, poluição, desmatamentos e alterações climáticas, expondo desigualmente essas pessoas, separando pessoas brancas e negras, pobres e ricas.

Importante observar a violência que se opera contra a cultura das comunidades tradicionais. As definições sobre o que é cultura são variadas, porém, de acordo com Rattner (2005, p. 1) “cultura refere-se àquela parte do ambiente produzida pelos homens e por eles aprendida e utilizada no processo contínuo de adaptação e transformação da sociedade e dos indivíduos”. Ainda, de acordo com Rattner, a cultura possui um aspecto regional e características próprias de cada comunidade, como exemplo, a cultura indígena, que se difere das manifestações culturais do homem branco.

Desta forma, as culturas das comunidades tradicionais, antropologicamente falando, eram e são até hoje subjugadas pelas culturas intituladas civilizadas, pois para o homem moderno as culturas primitivas, como a dos índios, pescadores artesanais, caiçaras e outras comunidades tradicionalmente possuidora de seus costumes voltados à natureza, podem e devem ser dominadas, além de terem seus

territórios utilizados em nome de uma cultura mais “evoluída”, levando-a a extinção ou impelindo seus membros a abandonar seus territórios, crenças e costumes (MATTE, 2001).

4.5 Violência contra os defensores de direitos, ativistas socioambientais e pescadores artesanais

Os defensores de direitos humanos cumprem um papel essencial para o fortalecimento da democracia, do Estado de Direito, do sistema de justiça, além de contribuir para o avanço de uma cultura de direitos no Brasil. Com isso, incomodam e desafiam poderes políticos e econômicos responsáveis por violações de direitos humanos, ficando eles próprios sujeitos a uma vastíssima gama de violações (GAIO et al., 2006, p. 17).

De certo, a proteção do meio ambiente nunca foi tão importante e, por isso, nem menos ameaçador. A disputa pelo acesso aos recursos naturais está cada vez mais acentuada em nossa sociedade, sedenta de energia e novas tecnologias. Essa disputa se perfaz em um ambiente de intensa desigualdade, cujos limites ambientais já ultrapassaram há muito tempo o poder de resiliência do planeta (ROCKSTROM, 2009). Todavia, há pessoas em todo o mundo que se engajam em ações socioambientais contra os descasos e arbitrariedades das atividades econômicas, cujas ações gananciosas, através de exploração ambiental de forma insustentável, causam severos e irreversíveis prejuízos ambientais.

Não obstante Zouri (2018) apresenta aspectos acerca dos problemas socioambientais que os povos tradicionais perpassam através da violência, da desestruturação do estado frente às regulamentações ambientais do território brasileiro, perante as mineradoras que agem às margens da lei, as quais impetram a sua vontade através da força e do medo. As explicações da autora encaixam-se perfeitamente no cenário de injustiças ambientais em que vivem os pescadores artesanais e os defensores de direitos, que acabam por serem criminalizados (ZOURI, 2018, p. 10).

A desregulação socioambiental em curso tem sido acompanhada por variadas formas de violência, as quais caminham lado a lado com processos que visam a despolitização e a criminalização de atingidos, movimentos e grupos engajados na resistência à mineração, além de pesquisadores críticos.

No Brasil, quem se engaja em ações de defesa do meio ambiente, geralmente corre risco de morte, principalmente se estiver na linha de frente dos conflitos territoriais envolvendo o agronegócio, como acontece nos estados de Mato Grosso do Sul e Pará. Atualmente o Brasil lidera o ranking de países com o maior número de casos de violência contra ambientalistas, sendo o maior também nos casos de assassinatos. Segundo o Relatório "Conflitos no Campo Brasil 2012", realizado pela Comissão Pastoral da Terra, somente em 2012 aconteceram 36 assassinatos decorrentes de conflitos no campo.

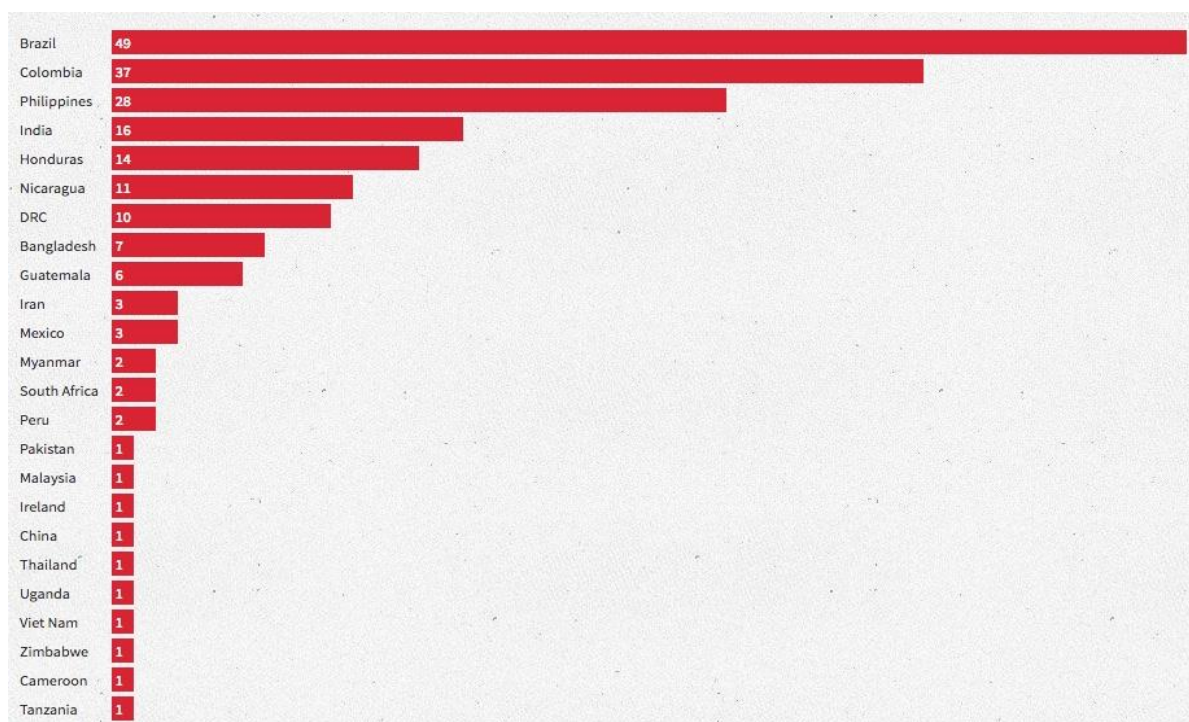
Os ativistas e defensores de direitos exercem importante papel para a consolidação da democracia e do Estado de Direito. Contribuem ainda para a manutenção, o avanço e a diversidade da cultura de direito no Brasil. A eterna luta pelo domínio das terras e nações são travadas há milênios e, até os dias de hoje, essa luta se faz presente (ARAGÃO, 2006).

Dados referentes ao assassinato de ativistas, tanto no Brasil, quanto no exterior, ainda são inexatos, em parte pelos riscos de se efetuar tais levantamentos, em parte pela omissão das autoridades governamentais e órgãos públicos responsáveis por registrar e divulgar estes crimes. Segundo a *Global Witness* (2012, p. 1) "é necessário tomar medidas urgentes para questionar a impunidade dos responsáveis, proteger os cidadãos e combater as causas de raiz da crise ambiental". Segundo o relatório da organização, nota-se o aumento de homicídios por problemas ambientais e defesa do direito à terra no mundo. Destacam que os assassinatos e as ameaças aos ativistas ambientais cresceram drasticamente entre os anos de 2002 e 2015, devido à intensificação de disputas territoriais. De acordo com o relatório, neste período foram assassinados 527 ativistas, entre homens e mulheres, que estavam ligados às questões ambientais no Brasil.

Somente no ano de 2015, ocorreram 50 assassinatos, sendo que no mundo, este número chegou a 185, ou seja, um crescimento de 59% em comparação ao ano anterior, que foi o maior índice registrado pela entidade desde a sua criação. No ano

de 2016, segundo a mesma organização, ocorreram 49 assassinatos no Brasil, que continua liderando a lista de países que mais matam defensores do meio ambiente no mundo.

Figura 16 - Número de assassinatos de ambientalistas e defensores do ambiente por país em 2016.



Fonte: ONG *Global Witness* (2018).

A ONG *Global Witness* ainda acusa o Brasil de negligenciar a segurança dos que militam em defesa do meio ambiente, pois o país subestima os conflitos territoriais, não monitorando e investigando as redes criminosas que atuam nas regiões conflagradas. Existem casos de ativistas que se pronunciam publicamente acerca das ameaças e, mesmo assim, são mortos sumariamente. A ONG afirma que o estado não dá assistência às famílias dos ativistas assassinados.

Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública, apenas 8% dos quase cinquenta mil homicídios de cunho ambiental cometidos no Brasil a cada ano são investigados e os culpados punidos. Essas violências contra os ativistas são mal interpretadas e tratadas de forma inadequada. Os casos são analisados como eventos isolados e inusitados, não como parte de um problema generalizado.

Os conflitos que envolvem as disputas territoriais geralmente se dão de forma violenta e tem se tornado um veículo de violação dos direitos humanos no país. Essas violações vão desde a desterritorialização de algum grupo, que ocupa tradicionalmente um território ecologicamente equilibrado, até a expulsão violenta, com o uso da força bruta e até mesmo armas de fogo e que, muitas vezes, levam à morte ou a mutilações físicas os integrantes desses povos tradicionais, como é o caso das populações ribeirinhas, indígenas e dos pescadores artesanais, ocupantes da terra há séculos. As violações agravam-se com o aumento da violência que culminam com números assustadores de assassinatos das lideranças locais (GLOBAL WITNESS, 2016).

Em virtude da impunidade dos inúmeros casos de assassinatos de militantes dos direitos, muitos ativistas e membros de comunidades tradicionais acabam sofrendo de forma privada, em silêncio, por temor a represálias a seus familiares, além de não encontrarem respaldo perante o governo e autoridades policiais, vivendo uma verdadeira invisibilização social. Essa impunidade facilita e incentiva as repetições desses crimes nas mesmas ou outras instâncias.

Os assassinatos e as constantes ameaças aos ambientalistas é uma forte violação dos direitos humanos no Brasil e demonstra a gravidade da situação a que estão expostos estes homens e mulheres. Nesta tese, nosso principal objetivo é conhecer, a partir da experiência dos pescadores artesanais, que são também grandes defensores da baía de Guanabara, as formas de violência a que estão expostos, como ela se manifesta no cotidiano do seu trabalho.

As narrativas dos pescadores líderes de suas respectivas colônias e os pescadores artesanais nos dão uma percepção de que não há nada que assegure a manutenção da qualidade de vida do pescador artesanal, nem mesmo sua integridade física, por conta da violência que esse homens e mulheres se deparam diuturnamente. De acordo com os participantes do estudo, são inúmeros os agentes causadores de violência física e simbólica. Foram citados como esses atores, a indústria petroquímica, os quartéis e batalhões militares, portos e aeroportos, o tráfico de drogas, a milícia e até mesmo outros pescadores, que devido ao encolhimento do território de pesca, acabam por entrarem em conflito com seus próprios colegas de profissão, competindo pela captura do pescado.

Percebemos também que há um número considerável de mulheres que são pescadoras artesanais na baía de Guanabara, atuando diretamente na captura do pescado, na coleta de moluscos e crustáceos ou mesmo no beneficiamento desse produto, o que corrobora com a grande contribuição que as mulheres proporcionam aos povos tradicionais da Guanabara.

Todavia, em diversas partes do mundo, em que a pesca artesanal é realizada, a presença feminina na pesca é tida como mau agouro, infortúnio, aquela que traz má sorte, devido a crendices de alguns pescadores que se auto intitulam “homens do mar” e que não toleram a presença de mulheres em suas embarcações, por serem tidas como agoureiras. Controversamente, a presença feminina na pesca artesanal na baía de Guanabara, não só observada, como também a sua atuação nas lideranças das colônias de pescadores, haja vista que, das cinco colônias existentes, nas quais somente quatro estão ativas, duas são administradas por mulheres, que foram eleitas presidentes de forma democrática, por seus pares, pescadores artesanais.

É válido salientar que é no espaço vivido, no espaço do cotidiano que o pescador artesanal se depara com as várias formas de manifestações de violência. É nesse espaço, dentro de um contexto socioambiental, que a história toma sua forma, mostra seu sentido, se desenvolve. É dentro deste território conflituoso, regido por poderes antagônicos aos da lei e da ordem, como o tráfico de drogas e milícias que suas vidas seguem. Esses espaços são tradicionalmente estigmatizados como locais propícios a essas formas de violências, esses acontecimentos reforçam o preconceito gerado sobre o espaço, através da criminalidade e as consequências sofridas pelos pescadores artesanais.

A baía de Guanabara, por sua vez, não difere de outros territórios conflagrados do Rio de Janeiro, com suas inúmeras comunidades dominadas pelo tráfico de drogas, que utilizam da violência direta, além da ameaça e a intimidação dos pescadores artesanais.

Os casos de violência objetivam não só a expulsão dos pescadores de seus locais de trabalho, mas também a extinção de sua cultura e a fragmentação dos movimentos de resistência, através de um modelo de desconstrução, de uma lógica perversa da violação dos direitos humanos, com consequências negativas nas comunidades tradicionais.

Fato é que as violências e violações de direitos contra os pescadores artesanais permanecem de forma extensiva, ao longo de várias décadas. Da mesma forma, percebemos através dos relatos que a violência pode interferir no trabalho do pescador, podendo levar à extinção esses povos tradicionais.

[...] tensionado com a desvalorização pessoal do indivíduo, ora alienado pelo processo produção do trabalho, outrora pelas condições precárias encontrada em algumas favelas do Rio de Janeiro, dá espaço a uma querência emocional que permeia a produção de um espaço culturalmente heterogêneo que reconhecido, pode emergir conhecimentos diferenciados e valorização dos sujeitos. As narrativas assumem papel fundamental no reconhecimento da diversidade local (LEMOS; OLIVEIRA 2018, p. 88).

A constante desvalorização da atividade de pesca artesanal, as dificuldades e os problemas relacionados à escassez de pescado, os perigos enfrentados por esses profissionais, não só os perigos inerentes à profissão, mas também os de origem antropogênica, fazem com que os pescadores artesanais não incentivem seus filhos a seguirem seus passos na profissão, não apontando a pesca como projeto de vida, mas sim como sofrimento e privação, pois o que ganham com a pesca não passa de um salário mínimo por mês. Com base nessa realidade, devido ao contexto de violência e pobreza, os filhos dos pescadores artesanais da baía de Guanabara são direcionados a seguirem caminhos diferentes dos seus pais.

As entrevistas e observações conduzidas no segundo semestre de 2017 e no primeiro semestre de 2018 oferecem dados relevantes para compreendermos a natureza da violência contra o pescador artesanal na baía de Guanabara. Já foi possível identificar que os principais sujeitos envolvidos nos atos de violência são: militares aquartelados da Marinha do Brasil, agentes ligados a indústrias petroquímicas, membros do tráfico de entorpecentes, milicianos e funcionários e organizações do Estado.

A seguir, apresentaremos os resultados da pesquisa, abrangendo os pescadores artesanais e os casos de violência relatados por eles com relação à Marinha do Brasil e, posteriormente, os casos de violência referentes à indústria petroquímica.

5 MARINHA DO BRASIL E PESCADORES ARTESANAIS DA BAÍA DE GUANABARA: TERRITÓRIO, CONFLITO E VIOLÊNCIA

(Pescador Paulo) Na minha família, todos são pescadores, meus irmãos, meus sobrinhos. E a sobrevivência é a pescaria, ou você pesca ou morre de fome.

A relação dos pescadores artesanais com a Marinha do Brasil vem de longa data, mas foi somente a partir de 1946, com a promulgação da Lei número 447, que a Marinha do Brasil passou a controlar administrativamente a atividade de pesca artesanal, instituindo a distribuição dos pescadores em Distritos de Pesca organizados em Colônias. Nesta época, cerca de cem mil pescadores artesanais foram cadastrados e vários deles removidos de seus territórios originais, gerando conflitos entre os pescadores artesanais e demais grupos que já disputavam o poder sobre as águas da baía de Guanabara.

No ano de 1912, a administração da pesca artesanal foi transferida para o Ministério da Agricultura, que criou a Inspetoria de Pesca. Todavia, essa determinação durou apenas cinco anos, quando a administração da pesca artesanal retornou à Marinha do Brasil, devido à política de crescimento da importação de peixe, da vastidão territorial, da segurança das áreas litorâneas e da defesa do país, com o advento da I Guerra Mundial.

Somente em 1943, que a pesca artesanal retornou aos cuidados do Ministério da Agricultura, que remodelou a pesca artesanal no formato de cooperativas, quando criou a Comissão Executiva da Pesca, extinguindo o Conselho Nacional de Pesca, as Federações Estaduais de Pescadores e a Confederação Geral. Sete anos depois, em 1950 foram recriadas as Colônias de Pescadores Artesanais, Federações Estaduais e Confederação, através da promulgação da Portaria 478, do Ministério de Agricultura.

Foi apenas em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, Art. 8º, que as colônias de pescadores deixaram de ser administradas pela Marinha do Brasil, e passaram a ser administradas pelos pescadores, através de uma política sindicalizada, com a criação dos presidentes das respectivas colônias de pescadores. Não obstante, a Marinha do Brasil continua tendo uma presença

ostensiva na vida dos pescadores artesanais da baía de Guanabara e, durante a pesquisa, foi indicada como um dos principais agentes de violência no território. Neste capítulo iremos explorar estes casos de violência, indicando algumas implicações em relação à regulação do espaço, ao controle das atividades no espelho d'água e aos tipos de conflito com os pescadores.

5.1 A Marinha do Brasil na baía de Guanabara

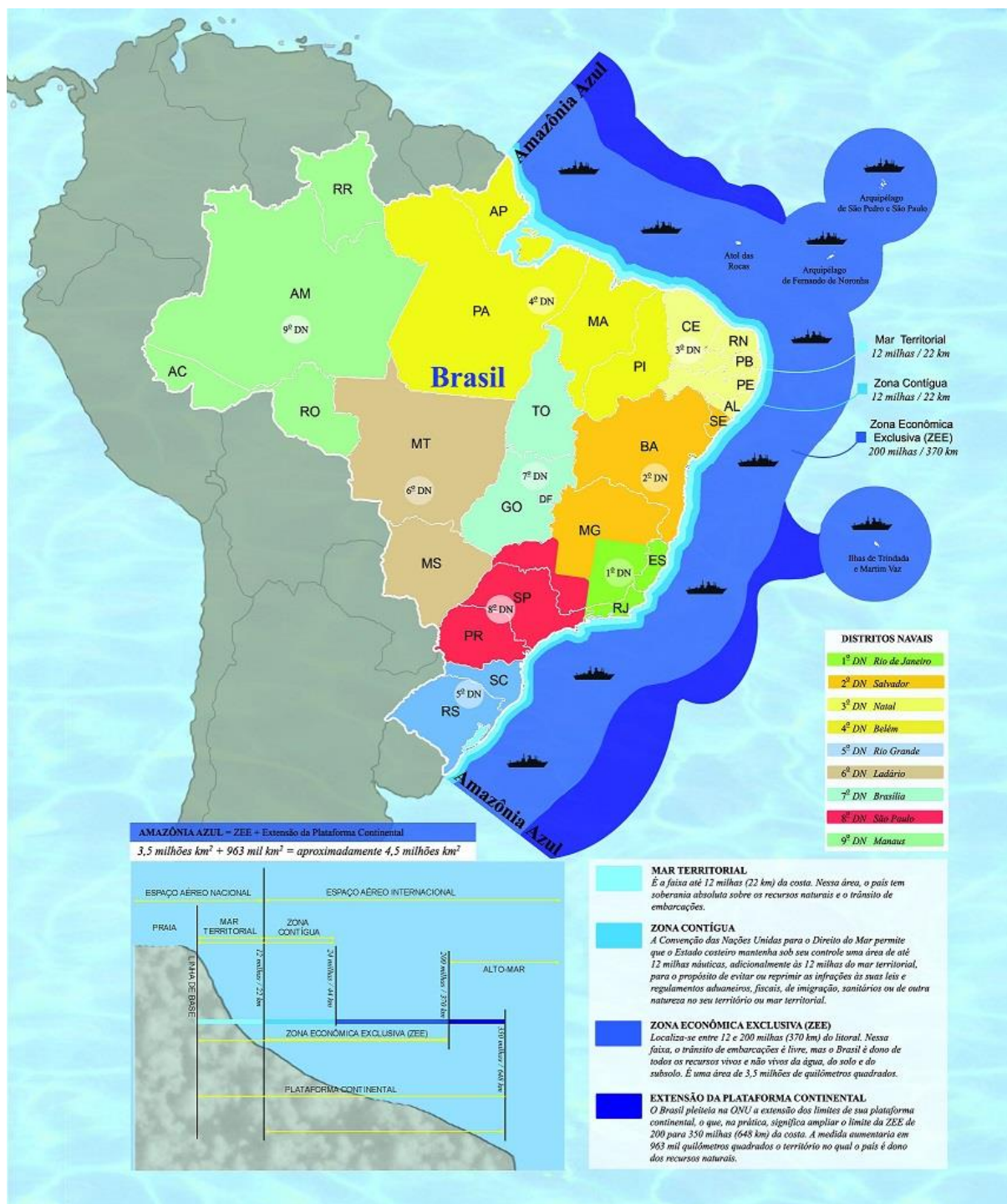
O Brasil, possui uma extensão costeira de aproximadamente 4,5 milhões de km² e uma linha costeira de mais de 8.000 Km, abrigando neste espaço a maior extensão contínua de manguezais do mundo, com aproximadamente 1,3 milhões de hectares. O Brasil também abriga os únicos ambientes recifais do oceano Atlântico Sul, distribuídos no decorrer de mais de 3.000 km da costa nordeste, sendo a grande maioria dessas espécies de cnidários, serem consideradas endêmicas²¹ para o Brasil. Segundo a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), todo este espaço territorial é denominado de Amazônia Azul (MMA, 2010).

A Marinha do Brasil é o órgão responsável em garantir a soberania nacional através de ações de patrulhamento e guarda do espaço marinho. Para tanto, a Marinha subdivide-se em 9 Distritos Navais, que são localizados no decorrer da costa brasileira, de forma estratégica. O 1º Distrito Naval é que tem a função de coordenar e gerir o espaço costeiro/marítimo do estado do Rio de Janeiro. A Marinha ocupa uma grande extensão territorial na região da baía de Guanabara. São muitos quartéis, batalhões, unidades de ensino e pesquisa, que edificam suas instalações à beira dos costões e praias. São nesses locais que muitos peixes bentônicos, como garoupas e badejos, assim como os peixes nectônicos marisqueiros, ou seja, aqueles que se alimentam dos organismos bioincrustados²² nos costões rochosos, como os xereletes, corvinas, anchovas, dentre tantos outros, são atraídos pela fartura de alimento no local, característico daquele ecossistema.

²¹ Espécie endêmica é aquela que tem distribuição natural restrita a um determinado lugar, o que a torna mais vulnerável à extinção se o seu hábitat está ameaçado (CERQUEIRA et al., 2003).

²² A bioincrustação marinha (ou *biofouling*) é vista atualmente como um processo resultante da colonização ou do crescimento de bactérias, algas e/ou invertebrados sésseis sobre superfícies submersas, sejam elas naturais (tais como rochas, madeira, outros organismos, etc.) ou feitas pelo homem (cais, plataformas, cascos de navios, boias, cabos, etc.) (DA GAMA et al., 2009).

Figura 17 - Mapa do Brasil evidenciando a costa marinha denominada de Amazônia Azul e as áreas de abrangência da Marinha do Brasil.



Fonte: Dumith (2012).

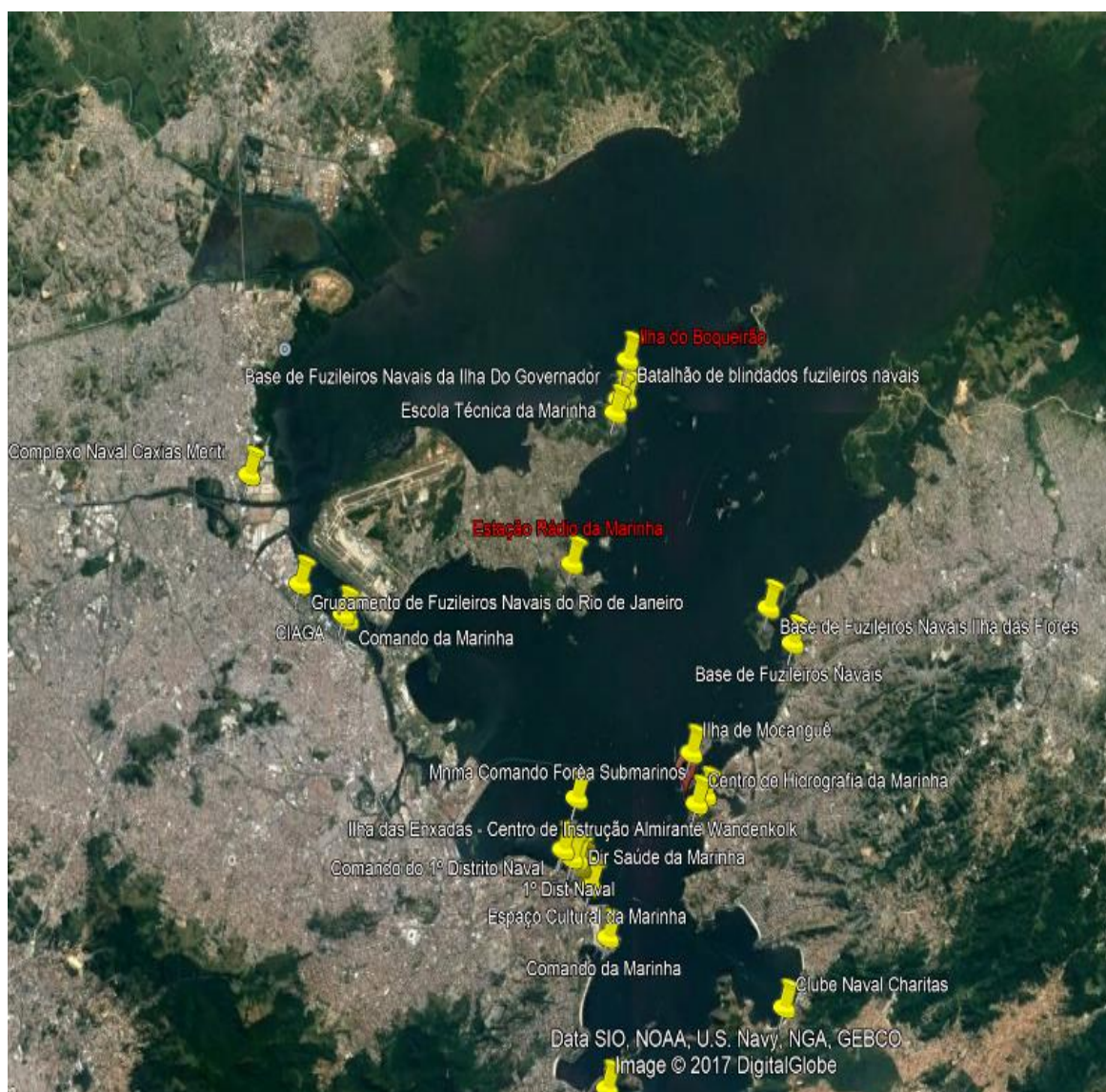
Quadro 10 - Distritos Navais da Marinha do Brasil, suas localizações e características.

Distritos Navais	Localização	Características
1º Distrito Naval	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	A esta organização está subordinado o Grupamento de Patrulha Naval do Sudeste
2º Distrito Naval	Salvador, Bahia	Deste distrito depende a Base Naval de Aratu, Grupamento de Patrulha Naval do Leste, a Capitania dos Portos da Bahia, Capitania Fluvial do São Francisco
3º Distrito Naval	Natal, Rio Grande do Norte	A esta organização está subordinado o Comando de Operações Navais, a Capitania dos Portos do Rio Grande do Norte, o Comando do Grupamento de Patrulha Naval do Nordeste, o Grupamento de Fuzileiros Navais de Natal
4º Distrito Naval	Belém, Pará	A esta organização está subordinado o Grupamento Naval do Norte
5º Distrito Naval	Rio Grande, Rio Grande do Sul	Atua como Centro de Coordenação de salvamento, é a organização encarregada de promover a coordenação dos serviços de busca e salvamento dentro da sua área de jurisdição, que abrange os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
6º Distrito Naval	Ladário, Mato Grosso do Sul	A esta organização está subordinada a Flotilha do Mato Grosso, a Base Fluvial de Ladário, a Capitania Fluvial do Pantanal
7º Distrito Naval	Brasília, Distrito Federal	Deste distrito dependem o Grupamento de Fuzileiros Navais, o Hospital Naval, o Centro de Instrução e Adestramento e a Estação Rádio da Marinha, todos localizados em Brasília
8º Distrito Naval	São Paulo, São Paulo	Entre outras, tem na sua dependência a Capitania dos Portos de São Paulo e Capitania Fluvial do Tietê Paraná
9º Distrito Naval	Manaus, Amazonas	A esta organização está subordinada a Flotilha do Amazonas, o Batalhão de Operações Ribeirinhas de Manaus, e a Estação Naval do Rio Negro

Fonte: Adaptado de Marinha do Brasil (2017).

Junto às instalações da Marinha na baía de Guanabara ocorrem constantes conflitos e tensões com os pescadores artesanais, especialmente na área de dois aquartelamentos: o Centro de Munição da Marinha do Brasil (conhecido como Boqueirão, que é o nome da ilha onde se encontra) e a Estação Rádio da Marinha do Brasil, que possui suas edificações na entrada da colônia de pescadores Z-10, na Ilha do Governador. Além da restrição de aproximação da ilha do Boqueirão, há ainda o terminal da petroquímica Suzano, responsável pela produção de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e gases químicos derivados de petróleo.

Figura 18 - Área ocupada pela Marinha do Brasil na baía de Guanabara com seus quartéis, batalhões e unidades de ensino e pesquisa. Destaque em vermelho aos quartéis com os maiores índices de incidentes envolvendo militares e pescadores (Boqueirão e Estação Rádio).



Fonte: Elaborado pelo autor. Mapa adaptado de *Google Earth Pro* (2017).

O Centro de Munição da Marinha do Brasil (Boqueirão) foi instituído como organização militar na ilha do Boqueirão e na ilha do Rijo com a finalidade salvaguardar a munição da Marinha do Brasil em local seguro. Outra atribuição do Boqueirão é atender a quase todas as organizações militares da Marinha brasileira em todo o território nacional, dando apoio logístico através da parceria com a Força Aérea Brasileira para a distribuição de munição, de armas portáteis e não-portáteis, granadas, explosivos e pirotécnicos, exercendo as tarefas de controle, gerenciamento e contabilidade dos materiais estocados sob sua responsabilidade. Vale ressaltar que devido à estocagem e manutenção de armamentos bélicos com grande potencial destruidor, suas instalações foram reconstruídas no ano de 1998, após um grave acidente, em 1995²³, que devastou todo o complexo, matando um número desconhecido de militares, que a imprensa destacou em nota o “desastre” ocorrido no referido aquartelamento.

Figura 19 - Notícia da explosão dos paíóis do Centro de Munição da Marinha do Brasil.



Fonte: Jornal O Globo de 17 de julho de 1995 (TARGALIA, 1995).

²³ O acidente aconteceu numa tarde de domingo, dia 16 de julho de 1995, por volta das 17h25m, quando ocorreu uma forte explosão, seguidas de outras de menores proporções, causando um grande abalo nos bairros adjacentes à baía de Guanabara, principalmente na Ilha do Governador, além de Niterói e São Gonçalo, num raio de 50 quilômetros. Outras explosões se seguiram: eram os paíóis de munição da Marinha do Brasil na Ilha do Boqueirão, resultando em choque, medo, pânico, correria e muita desorientação. Jornal o Globo de 17 de julho de 1995 (TARTAGLIA, 1995).

A Estação Rádio da Marinha (figura 20), por sua vez, situa-se na a foz do rio Jequiá, em uma área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana (APARU). Foi criada pela Marinha de Guerra do Brasil em 1907, primeiramente como “Serviço de Telegrafia sem fio da Armada Nacional” - funcionando no antigo Batalhão Naval da Ilha das Cobras – tornando-se, em 1914, “Estação Rádio Telegráfica da Ilha do Governador”. Durante a Segunda Grande Guerra Mundial, a Estação Rádio foi remodelada, recebendo equipamentos de comunicação modernos para a época, além de serem construídas novas edificações no local, ampliando o seu espaço territorial, o que lhe concebeu à época o título de mais moderno posto de telecomunicações da América do Sul (FERREIRA, 2013).

Figura 20 - Entrada da Estação Rádio da Marinha do Brasil, localizada na Ilha do Governador. À direita, entrada da Colônia de Pescadores Z-10.



Fonte: Acervo da pesquisa.

Entre os anos de 1919 e 1924, durante a primeira grande guerra, os pescadores artesanais eram considerados “guardiões da costa” pelo Estado, devido ao seu vasto conhecimento sobre o território da baía de Guanabara. Os pescadores prestavam um importante serviço ao Estado, pois os conhecimentos que possuíam acerca do litoral, possibilitava aos militares traçarem seus planos de defesa do

continente. Eles eram um segmento da sociedade tido historicamente como “tutelados”, devido aos bons serviços que prestavam ao Rio de Janeiro, durante a guerra (HERCULANO, 2012).

Essa influência exercida sobre os pescadores artesanais durante a guerra teve como precursor a expedição marítima, que percorreu parte do litoral Brasileiro (de Belém-PA até o Rio de Janeiro), no navio cruzador, chamado José Bonifácio, nome esse em homenagem ao ministro da Marinha entre os anos de 1919 e 1923, que foi um dos incentivadores da Missão do Cruzador José Bonifácio, que fundou, estruturou e legalizou diversas Colônias de pesca pelo Brasil. Esse navio cruzador foi adquirido das forças norte-americanas e adaptado para a patrulha da costa brasileira. Essa atuação militar no litoral tornou-se um marco no processo de gerenciamento pesqueiro artesanal, tornando-se o primeiro movimento concreto do estado, na atividade pesqueira do país, imputando aos pescadores artesanais uma grande responsabilidade, pois devido aos conhecimentos marítimos que obtinham, eram vistos pela Marinha do Brasil como uma solução para proteger a costa brasileira, banhada pelo oceano Atlântico (JAMYLLÉ, 2013).

A principal missão dessa expedição era nacionalizar a atividade pesqueira, de uma forma organizada que se contemplasse os aspectos sociais e econômicos, assim como um olhar ecológico, dentro da premissa ambiental, articulando o conhecimento regional, natural e antropológico do pescador, com a atual situação em que o mundo se encontrava à época, ou seja, a guerra. Nesse período, foram criadas, através da expedição do navio José Bonifácio, 800 colônias de pescadores na costa brasileira. A missão também criou 1000 escolas para atender aos filhos dos pescadores, assim como concebeu diversas ações para o bem-estar dos moradores dessas colônias, como o combate à malária, verminoses e ao alcoolismo, saneamento básico, cursos profissionalizantes, além de grupos de escoteiros, como também, combateu a pesca predatória com o uso de explosivos, prática comum na época (CALLOU, 2008). Como a quase totalidade dos aquartelamentos da Marinha do Brasil encontram-se inseridas nas áreas de maior diversidade pesqueira, conclui-se que, há uma delimitação do território, sendo criadas “zonas de exclusão pesqueira” no entorno desses aquartelamentos, o que afeta o modo de vida dos pescadores artesanais da região da baía. Há, portanto, uma disputa pelo espaço marítimo, como veremos na próxima seção.

5.2 Regulação do espaço marítimo na baía da Guanabara e a busca pelo pescado

(Pescador Marcos) Então a coisa é muito difícil... Eu não vejo futuro, eu não vejo mais futuro na pesca, a baía de Guanabara já acabou, a tradição de ser pescador artesanal vai acabar, não temos mais espaço para nada!

Primeiramente cabe observar que a Marinha do Brasil é a força federal que regulamenta as normas do tráfego de embarcações em meios aquaviários fluviais e marinhos. Para tanto, define inúmeras regras de comportamento, tanto para as embarcações militares, quanto para as civis. Essas regras são descritas nas Normas de Autoridade Marítima (NORMAM) que foram criadas para a regulamentação da navegação e fundeio voltada para amadores, embarcações de esporte e recreio, clubes, entidades esportivas e demais embarcações civis, devendo ser respeitadas em todo o território nacional.

Existem inúmeros aquartelamentos edificadas às margens da baía de Guanabara, conforme falamos anteriormente. São locais onde há armas de guerra, munições e explosivos capazes de causar um grande estrago e que são acondicionados nesses espaços como parte de uma estratégia militar para salvaguardar a soberania do país.

A NORMAM utilizada para a proteção dos quartéis e batalhões da Marinha também serve para impor limites à aproximação das embarcações de portos, aeroportos, plataformas e navios da indústria do petróleo e petroquímica. A NORMAM contribui para a segurança nacional, protegendo espaços militares de possíveis atentados, como roubos e furtos de materiais bélicos, haja vista sua grande vulnerabilidade e potencial destrutivo, já que contém artefatos explosivos e armas que podem ser utilizadas contra a população/país.

Por outro lado, a NORMAM-03 0108, que regulamenta a distância das embarcações civis das suas instalações, diz que nenhuma embarcação pode se aproximar a menos de duzentos metros sob risco da Capitania dos Portos ser alertada ou mesmo da intervenção por parte das guarnições da guarda armada da Marinha (Fuzileiros Navais), para que possam tomar as providências necessárias para garantir a segurança das instalações (quadro 11).

Quadro 11 - NORMAM-03 0108, Marinha do Brasil, Diretoria de Portos e Costas, Áreas de Segurança, com ênfase a letra “a”.

Não é permitido o tráfego e fundeio de embarcações nas seguintes áreas consideradas de segurança: a) a menos de duzentos (200) metros das instalações militares; b) áreas próximas às usinas hidrelétricas, termoeletricas e nucleoeletricas, cujos limites serão fixados e divulgados pelas concessionárias responsáveis pelo reservatório de água, em coordenação com o CP, DL ou AG da área; c) fundeadouros de navios mercantes; d) canais de acesso aos portos; e) proximidades das instalações do porto; f) a menos de 500 (quinhentos) metros das plataformas de petróleo; g) áreas especiais nos prazos determinados em Avisos aos Navegantes; e h) as áreas adjacentes às praias, reservadas para os banhistas, conforme estabelecido no item anterior.
--

Fonte: Marinha do Brasil - Diretoria de Portos e Costas (2017).

Todavia, esses espaços de grande interesse nacional são também cobiçados pelos pescadores artesanais, que não os veem como alvos para atentados terroristas, nem tão pouco desejam adentrar esses locais com intenções diferentes das de pescar o sustento de sua família. Os pescadores artesanais aspiram esses locais por serem preservados, onde há possibilidade de uma pesca farta. Nota-se, portanto, que pescadores e militares da Marinha possuem visões divergentes quanto ao mesmo espaço, o que acaba gerando graves embates.

Esse “encolhimento” do território de trabalho dos pescadores se deve à expansão territorial dos aquartelamentos da Marinha, assim como à edificação de outros empreendimentos igualmente desterritorializadores como a indústria do petróleo e petroquímica, assim como os portos e aeroportos, poluição e degradação ambiental.

(Pescador Antônio) Aí, você vai passar na saída da boca da Barra, pelo lado de lá a Marinha, do lado de cá a Escola Naval, “tudo Marinha”, que já está escrito nas boias de marcação: “Não encoste!” E o canal é passagem de navios para o cais do porto, o canal é o canal é o que, navios com contêineres entrando e saindo e saindo o dia todo! Você não pode nem pensar em largar a rede ali! O que te

restou? Nada! Então, o pescador ele não tem mais nada, ele não tem mais o mar para pescar, ele é teimoso e vai para as áreas proibidas para pescar! É aí que eles tomam tiro de borracha, são oprimidos... É a realidade que está acontecendo, por que é um descaso tanto dos militares, quanto da Petrobras, eu digo dos líderes da Petrobras com relação aos pescadores artesanais. Lá fora, não, lá fora eles fazem um serviço de tubulações, que são de mar aberto, isso aí não prejudica o pescador artesanal, por que a pescaria dele é aqui na baía.

Outro pescador, sob a mesma ótica, complementa a análise, revelando a multidimensionalidade que, segundo Haesbaert (2011), a tomada do território das comunidades tradicionais, pode se dar através de diversas formas, como a política, o poder econômico, de forma simbólica ou até mesmo, naturalmente, porém, destacamos ainda, o Estado como sendo um desses atores desterritorializadores na região da baía de Guanabara.

(Pescador Gilson) Você vê, da boia da Marinha a gente não pode passar para pescar, que é onde tem algum peixe. Ali na Shell o vigia expulsa a gente... Eu fui numa reunião da Petrobras lá em São Cristóvão, que aí chegou um capitão do porto, mostrando uns slides, lá, e tal, ele disse: Essa área aqui é da Marinha, vocês não podem pescar, essa aqui também não, nem aqui, blábláblá... Aí ele falou: Se alguém tiver alguma pergunta pode fazer! Eu levantei o dedo, me identifiquei, eu sou o pescador fulano de tal e perguntei, onde vamos pescar então? Ele respondeu: Eu não sei te responder isso não! Então, você vê como é o negócio... Ele respondeu isso...

Fato interessante aconteceu durante a minha chegada numa colônia de pesca logo no início do trabalho de campo. Assim que cheguei à entrada percebi um alvoroço porque um grupo de onze pescadores foram presos por estarem pescando dentro dos limites do Boqueirão. Eles, os pescadores, foram levados ao presídio de Bangu, após serem autuados na delegacia por invasão de propriedade federal. Da mesma forma, sua embarcação com todos os petrechos de pesca foi apreendida pela Capitania dos Portos.

(Pescador Luciano) A embarcação foi apreendida pela Capitania dos Portos. Eles entraram no local e largaram a rede... Aquele papo de pescador... Foi a maré que levou a rede... Como é crime federal, levaram eles para Bangu... Acabou de acontecer... Eles entraram ali no Boqueirão... Todo mundo preso.

Nota-se que apesar do conhecimento da lei, os pescadores acabam se arriscando devido à necessidade de sobreviver, de pegar o peixe, de comercializá-lo para se manter, pagar as contas, sustentar a família. O discurso deles reafirma os desafios e dificuldades da pesca artesanal na baía de Guanabara, frente aos obstáculos existentes, como as barreiras e limites territoriais impostos pela Marinha. São discursos permeados por tristeza, decepção e frustração.

(Pescador Francisco) Aqui é assim, a capitania bate e diz que não pode pescar naquela área, né? Às vezes a capitania apreende os barcos deles, nós já tivemos vários barcos apreendidos aqui...

Na citação abaixo, acerca da mesma temática, percebemos um sentimento de pertencimento que caracteriza a cultura e o modo de vida desses pescadores. Conforme Furtado (2008) nos elucida, os territórios de pesca são delineados por marcações metafóricas, ligadas às tradições elencadas através do sentimento de pertencimento do território pelos pescadores artesanais.

(Pescador Cassio - Associação de Pescadores) A gente chegou aqui primeiro, a gente não pode ser proibida a pesca nesses lugares! Não podemos pescar no boqueirão, tem certos lugares que a gente não pode pescar, estamos restritos a certos lugares de pesca. Nem todo lugar de pesca é bom! Os melhores locais são proibidos, como o boqueirão, as ilhas que ficam as indústrias de petróleo, a ponte Rio e Niterói... Só nos restam os piores lugares, aqueles que não tem mais peixe, os lugares mais poluídos... Uma vez no boqueirão, era carnaval, eu estava pescando com um companheiro, o Gil, aí nós entramos no boqueirão para dar um lance e os fuzileiros expulsaram a gente de lá, vieram com uma lancha em cima da gente e mandaram a gente se afastar. Noutra vez eles vieram armados, apontando as armas e mandaram a gente sair e falaram “se vocês voltarem nós vamos dar tiro em cima!” Sempre temos esse atrito naquela região, se se aproximar, passar do limite das boias nós temos logo problemas com eles.

Outros pescadores abordam o assunto, confirmando que mesmo com os riscos eminentes de sofrerem alguma retaliação, eles se veem obrigados a adentrarem nesses espaços proibidos, pois é dali que os pescadores artesanais retiram o seu sustento.

(Pescador Antônio). Eles atiraram na gente porque a gente estava efetuando a pescaria no lugar que eles não queriam... Não pode pescar ali, ali é proibido... É o que eu estou falando, no canal não pode pescar, aí o que o peixe faz? [...] Aí, o peixe que sai dali os cardumes, eles vão procurar outros lugares seguros, como os quarteis da Marinha... Aí... O pescador sabe que ali tem e é dali que ele vai levar o sustento para casa. Tem dias que o pescador não tem nem dez reais para pagar uma passagem para ir embora para casa... E fica pedindo emprestado... Essa é a realidade do pescador aqui na baía de Guanabara, entendeu? Então, se o pescador depender da baía de Guanabara para sustentar uma família hoje, ele não sustenta nem ele próprio!

(Pescador Eric – Pescador Independente) Nós pelejamos muito ali no boqueirão, eles correndo atrás da gente, mandando sair, mandando tiro em cima! Já sai dali a remo, que nem doido, remando rapidinho para não tomar tiro do marinha. Se parar um pouquinho eles botam a gente para correr. Teve uma vez que nós enguiçamos lá e eles mandaram a gente sair de lá imediatamente! Tivemos que pegar nos remos e remar o mais rápido possível!

Outro pescador nos relata ter sido abordado pela Capitania dos Portos durante o seu trabalho de pescador, e que o mesmo debateu com o marinha acerca do território de pesca, explicando a falta de espaço para a prática, devido à ocupação desses espaços pela Marinha e pela indústria petroquímica.

(Pescador Negrete – Associação de Pescadores) Sou pescador de verdade, sou pescador artesanal e não tenho medo de falar, eu já fui pego pela Capitania dos Portos. Foi um marinha que me abordou que não sabe nada de baía, não sabe nada de pesqueiro, chegou e falou: Aí, recolhe essa rede pois não pode pescar aqui não! Eu disse: Parceiro, não pode pescar aqui não? Ele disse: Não! Aí, eu falei: Então eu vou largar a rede onde, na tua casa, no teu quintal? Meu amigo, se eu não largar a rede aqui não tem outro lugar para eu pescar não, porque ali é a marinha, ali é Isso, tem um montão de rebocador no meio do canal, da baía de Guanabara, tem a passagem de navio... Ai eu falei para o marinha que se ele quisesse recolher a rede ele poderia recolher pois eu não ia tirar ela dali antes do tempo e, que se ele quisesse me prender, também poderia ficar à vontade.

Todavia, quando levamos em consideração o estado de conservação da baía de Guanabara, como os locais de forrageamento da ictiofauna, que são os manguezais e costões rochosos, assim como o leito marinho, percebemos o quanto esses locais estão eutrofizados, gerando a escassez do pescado, tendo inclusive,

como outros motivos dessa diminuição do pescado, a especulação imobiliária, a pesca industrial que, de acordo com Castro (2012) a partir da década de 1980, teve sua intensificação por conta da implementação industrial na baía de Guanabara, sem uma preocupação com a manutenção e preservação dos recursos pesqueiros, contribuindo massivamente com o declínio do número de espécies de pescado de valor econômico na região. Nessas condições, pode-se entender porque mesmo sabendo dos limites territoriais, os pescadores se arriscam em espaços proibidos. Devido ao estreitamento de seus espaços de pescaria, eles acabam adentrando os limites impostos, mesmo correndo risco de serem mortos, presos ou mutilados, colocando-se, muitas vezes, em situações de extremo risco.

(Pescador Marcos) Nós que vivemos do meio ambiente, nós sabemos que não é bem assim como eles falam, sabemos que não é bem isso, mas somos obrigados a conviver com isso, e se falarmos demais, sabe que corremos risco... Nós vemos tantas covardias que não sabemos nem mais o que falar... Nós vivemos um terrorismo, estamos sendo expulsos da baía de Guanabara, estão acabando com os pescadores, sem dar alternativas para esses homens, para essas famílias...

Da mesma forma, outro pescador ressalta que não tem medo de ser atingido por tiros ou de sofrer outro tipo de violência, pois, segundo ele, mesmo com todas essas ameaças ele insiste na pescaria.

(Pescador Eric – Pescador Independente) Eu não tenho medo deles não! Se me der tiro, tranquilo, fazer o que? Temos que sobreviver! Eu não facilito, não dou mole! Eles me mandam sair eu saio, eles vêm atrás de mim eu me mando! Mas não deixo de pescar.

Vale destacar que a marinha do Brasil, através de suas cartas náuticas, delimita os quadrantes de segurança de acordo com as Normas de Autoridade Marítima, com ênfase nos aquartelamentos de maior interesse de segurança nacional, como os depósitos de combustível e munição, justamente para evitar a aproximação de qualquer embarcação na região, inclusive as embarcações utilizadas pelos pescadores artesanais. Além das instituições militares, as cartas náuticas delimitam ainda a CEDAE, a Infraero e as edificações e embarcações petroquímicas.

um refúgio, mas também como áreas de forrageamento. Por outro lado, existem aqueles que dizem não entrar nas áreas demarcadas pela Marinha, por medo de sofrer algum tipo de violência ou sanção penal.

(Pescador Carlos) O peixe que tem o maior valor para a gente aqui é o robalo, que está entrando aqui, agora... Mas pra gente que não gosta muito de arriscar a vida, eu não pesco ele, por que ele dá muito lá na encosta da Marinha... Entendeu? E eu tenho amor à minha vida, então eu não vou...

Embora os pescadores reconheçam o perigo, alguns assumem o risco de trabalhar nesses locais devido às más condições de pesca em outros locais da baía, seja pela poluição, desmatamento dos manguezais que são locais de reprodução das espécies, seja pela criação das outras áreas de exclusão pesqueira, como a dos portos e aeroportos, favelas e edificações da indústria petroquímica que, a título de exemplo, citamos o trabalho de Lopes (2013) acerca dessas áreas de exclusão pesqueira.

A seguir, falaremos sobre a percepção dos pescadores artesanais, sobre os perigos existentes em se pescar dentro dos limites federais, assim como dos riscos de morte por adentrarem além das barreiras limítrofes.

5.3 “A gente joga a rede aqui, mas aí olha para lá e vê os peixes pulando que nem doido, mas a gente não pode ir lá, porque é área militar” (Pescador Figueiredo)

A pesca na baía de Guanabara, apesar do intenso processo de eutrofização, se mantém em boas condições, em alguns pontos específicos, graças às suas características físicas, que possibilitam uma melhor troca de água, favorecendo assim, a existência de vida nesses locais. Esses pontos, cuja qualidade da água se torna favorável para a estabilização do ecossistema são na grande soma geográfica localizados em espaços da Marinha, justamente pela proibição de acesso a esses espaços.

Quando o pescador artesanal não consegue pescar o suficiente para manter-se, ele acaba por assumir o risco de entrar em águas proibidas, mesmo sabendo

que pode sofrer sérias consequências, por desobedecer às normas de segurança, impostas pela Marinha. Constatamos, através dessa pesquisa, que os pescadores artesanais da baía de Guanabara, devido ao encolhimento dos locais de pesca, são obrigados a se submeterem a riscos de serem presos ou até mesmo feridos ou mortos, durante a realização de suas atividades laborais.

(Pescador Cassio - Associação de Pescadores) Teve uma época aqui, estávamos sem recurso, era final de ano, véspera de Natal, saímos para o mar, sem a carteira de pescador, pois para darmos entrada na documentação de pescador artesanal é muito caro, eles cobram muito caro! (colônias de pescadores), então nós corremos o risco de sair para pescar e sermos pegos pela Capitania dos Portos... Aí saímos para pescar e fomos no Boqueirão e conseguimos pegar três tabuleiros de corvina e um de camarão, daqueles grandões, que é o camarão verdadeiro... Então esse Natal foi muito bom, foi bem próspero! Deus nos ajudou.

Os resultados apresentados e os relatos dos pescadores indicam que eles decidem se arriscar, aventurando-se muitas vezes, em locais perigosos, sob a eminência de serem presos, feridos ou mortos. Arriscam-se diuturnamente devido à falta de condições de trabalho e de pescado em outras regiões da baía de Guanabara.

(Pescador Roberto). Eu já cansei de ir, a gente encostava o barco até na areia do quartel, por que não tinha tiro, só tinha aviso: Senhor, saia daí! E olha só, vou dar tiro para cima! Aí, meu pai gritava: Espere aí, estou com minha filha aqui, eu me perdi! Conversa fiada! Mas aí, era o tempo de largar a rede, dois panos de rede, uns 200m de rede, e era o tempo de largar a rede e a rede já vinha com muito peixe mesmo! Aí, era só ir embora para casa. [...] Então, você pesca ali no Boqueirão, em 30 minutos você faz mil reais, no outro dia você faz 30 reais o dia inteiro. Está entendendo a diferença? Por isso o pescador vai para ali, ele não vai para invadir por que ali é área da Marinha, por que tem municação, ele não vai ali com essa intenção, vai com a intenção de pescar.

Sob a mesma temática, o pescador abaixo complementa que, além da necessidade se arriscar para conseguir sustentar sua família, o pescador artesanal, segundo ele, é “abusado”, inclusive citando o seu próprio caso, que resultou na amputação de sua perna.

(Pescador Luciano) Aqui dentro da baía eu já pesquei em todos os lugares, mas é aquilo que eu estava te falando, o pescador em si, ele é abusado, porque ele sabe que não pode passar ali e ele vai e passa! Por que hoje eu só tenho uma perna? Justamente por causa disso!

Outro pescador complementa:

(Pescador Negrete – Associação de Pescadores) Aqui dentro da baía eles dão tiro em cima da gente! Eu sei que ali é área de segurança nacional, sei que é errado pescar ali, claro! Mas a gente é pescador artesanal, estamos em barcos pequenos, vivemos disso...

Quando perguntamos sobre as motivações para arriscar a vida adentrando nas áreas de Marinha, diversos pescadores relataram suas experiências pessoais. Tivemos pescadores que alegam que os locais onde estão os aquartelamentos são os melhores locais por abrigarem os melhores peixes, assim como os de maior valor econômico, cuja captura diminuiria muito o tempo de trabalho, de permanência no mar, além de dirimir os gastos com combustível, alimentação e exposição aos agentes do intemperismo que são fatores de grande desgaste físico e psicológico (ROSA; MATTOS, 2010).

(Pescador Antônio) Em relação a outro perigo que nós pescadores artesanais corremos, é em relação às áreas de Marinha [...] A gente sofre com esse tipo de coisa, pois está cada vez mais difícil levar o sustento para a família. Tem a área de 500 metros que você não pode se aproximar [...] Aí, as costas a Marinha usa, tem o depósito de combustível da Marinha do Brasil, gás, depósito de munição no Boqueirão, todas as ilhas, que são locais mais rasos, você não pode encostar por que elas pertencem à Marinha. Aí o pescador ficou sem um local de trabalho, aí o que acontece? Todos os dias temos que correr riscos! Por que? Nós somos obrigados a pescar nos locais que são proibidos! Qual outro lugar que restou para pescar? Nenhum! A não ser que a gente pesque aqui na lama... Onde não tem peixe! Ou então, nos locais de Marinha onde tem os melhores peixes... Peixe não quer água poluída, peixe quer água corrente, onde tem mudança de águas todos os dias, por que a água sai da boca da barra e volta, tem um movimento de água na baía, devido às marés... Aqui dentro a água é poluída, aqui não tem peixe para trabalhar, e nessas áreas que tem peixe foram ocupadas pela Marinha e Petrobras. Então, o pescador artesanal passa por esse problema aí, essa realidade!

Outro pescador artesanal entrevistado relata a fartura de peixes nas áreas da Marinha e assume que pesca nesses espaços, mesmo sabendo das possíveis consequências. Ele explica ainda a sua estratégia para tentar escapar da fiscalização das forças federais.

(Pescador Figueiredo) Tem armas, tem pólvora, tem tudo, beleza! Mas para que que a gente vai entrar lá? A gente não quer entrar lá! A gente só quer pescar! Os peixes vão ali e a gente não pode entrar para pescar lá. Entendeu? A gente joga a rede aqui, mas aí a gente olha para lá e vê os peixes pulando, tainha, parati, pulando que nem doido, mas a gente não pode ir lá, por que é área militar. Eu já dei um lance lá, mesmo sabendo que não pode... A gente solta a rede, liga o motor na lenta e vem... E depois tem que dar sorte para recolher rápido... Eu tinha um amigo que fez isso a noite, deu o lance, aí eles vieram... Mandaram ele tirar... Ele foi tirando rápido...

Todavia, corroborando com uma das observações feitas em campo, durante as entrevistas nas colônias, outros pesquisadores já percorreram o caminho etnográfico em busca de respostas às suas inquietações acadêmicas, o que foi confirmado por um dos pescadores colaboradores deste trabalho. Ele contou que seu irmão fora atingido por disparos de arma de fogo com munição de borracha e que, além de ser preso e processado, foi internado e teve que passar por uma cirurgia no membro atingido. Segundo o pescador que nos contou o caso, o próprio irmão entende que ele não deveria estar ali naquele local, por tratar-se de área de segurança militar. Vale a pena ressaltar que o pescador que foi baleado, ficou tão traumatizado por ter sido ferido, preso e processado, que se recusa a dar qualquer tipo de entrevista, seja lá para quem for, que, sendo assim, só fiquei sabendo do seu caso pelo seu irmão e outros pescadores colaboradores deste trabalho.

(Pescador Roberto) Teve uma pesquisadora aqui que veio perguntar, queria colocar essas informações no trabalho dela... Mas o meu irmão está sendo processado pela Marinha, foi errado, levou um tiro, mas ele foi para a delegacia, ficou preso em uma cela, ia ser transferido para o presídio de Bangu, assim como outros pescadores já foram, amigos sócios daqui já foram presos lá. Raspam a cabeça, procedimento de bandido, por estar fazendo isso, entrando na área que não pode. Mas, eles estão errados! Os militares estão protegendo... Não era para você estar ali, não era para ninguém mais estar! Por que se eu estou vendo que você está, eu também posso! É assim que o pescador entende!

Sob outra perspectiva, existem pescadores que afirmam que não se aventuram em áreas da Marinha, justamente pela certeza de que algo ruim irá lhes acontecer. São pescadores visivelmente fragilizados pelos diversos problemas inerentes à profissão que preferem se submeter a uma maior jornada de trabalho na atividade de pesca, do que sofrer algum tipo de violência.

Assim, ao analisar os motivos pelos quais os pescadores artesanais da baía de Guanabara arriscam suas vidas invadindo o território da Marinha do Brasil, constatamos que é ali, naqueles locais, onde há uma maior diversidade pesqueira, devido a um ecossistema mais equilibrado em comparação a outros pontos da baía. Eles adentram essas áreas com a finalidade de capturar os peixes para serem vendidos e com isso garantir seu sustento. Esse risco é voluntário, pois os pescadores conhecem as possíveis consequências da desobediência às NORMAMs. Suas ações ocorrem sob a égide de uma estratégia de sobrevivência, que estabelece o contexto de desigualdades socioambientais que os pescadores artesanais estão sujeitados, conforme nos elucida Maia (2014, p. 134).

A regressão, descumprimento ou flexibilização de estatutos regulatórios e a violação de direitos que costumam acompanhar a chegada de megaempreendimentos em territórios periféricos revelam a condição de sujeito das políticas econômicas nacionais atribuída ao grande capital, bem como evidenciam o papel do Estado, em suas esferas executiva, legislativa e judiciária, na viabilidade dos mecanismos de direcionamento dos ônus do crescimento a parcelas específicas da sociedade e de reprodução das desigualdades socioambientais como condição para a acumulação capitalista.

Não obstante, os pescadores têm medo do tipo de repreensão que podem sofrer caso ultrapassem os limites estabelecidos pela Marinha do Brasil. Por isso, vários deles não se aventuram nos limites territoriais definidos pela Marinha e, em consequência, pescam menos, sendo muitas vezes obrigados a trabalhar em locais mais distantes, com maior esforço pessoal.

(Pescador Paulo) Se você chegar no Boqueirão você não pode encostar, não! No lado de Paquetá, agora tem favela... Se você se aproximar à noite o vagabundo vai apertar o dedo em você! Eu já passei por isso... [...] Eles nem precisam falar: Sai! Você já escuta o

estampido e dá linha na pipa, saí fora! Todos dão tiro em cima da gente, Marinha, empresas, vagabundos, se estiver no lugar deles...

Os incidentes que acontecem com os pescadores artesanais em áreas de Marinha geralmente se dão no meio da noite, que é o horário em que o pescador mais se dedica ao trabalho, por considerar a madrugada como o melhor momento de produção pesqueira. Nesses horários acontece a maioria dos conflitos entre pescadores e militares. São situações que envolvem fatores como baixa visibilidade, barulho excessivo dos motores dos barcos e proximidade com algumas comunidades dominadas pelo tráfico de drogas. Em certas circunstâncias, a atividade nas áreas da Marinha pode levar a graves consequências, como disparo de armas de fogo que vem a ferir e matar o pescador artesanal.

(Pescador Luciano) Quanto ao tiro que eu levei na perna, do fuzileiro da Marinha, eu fiz o registro na delegacia e ele ficou junto comigo... Fiquei sentado do lado dele no julgamento... Igual a gente está sentado aqui, ele algemado, lá no Primeiro Distrito Naval... [...]

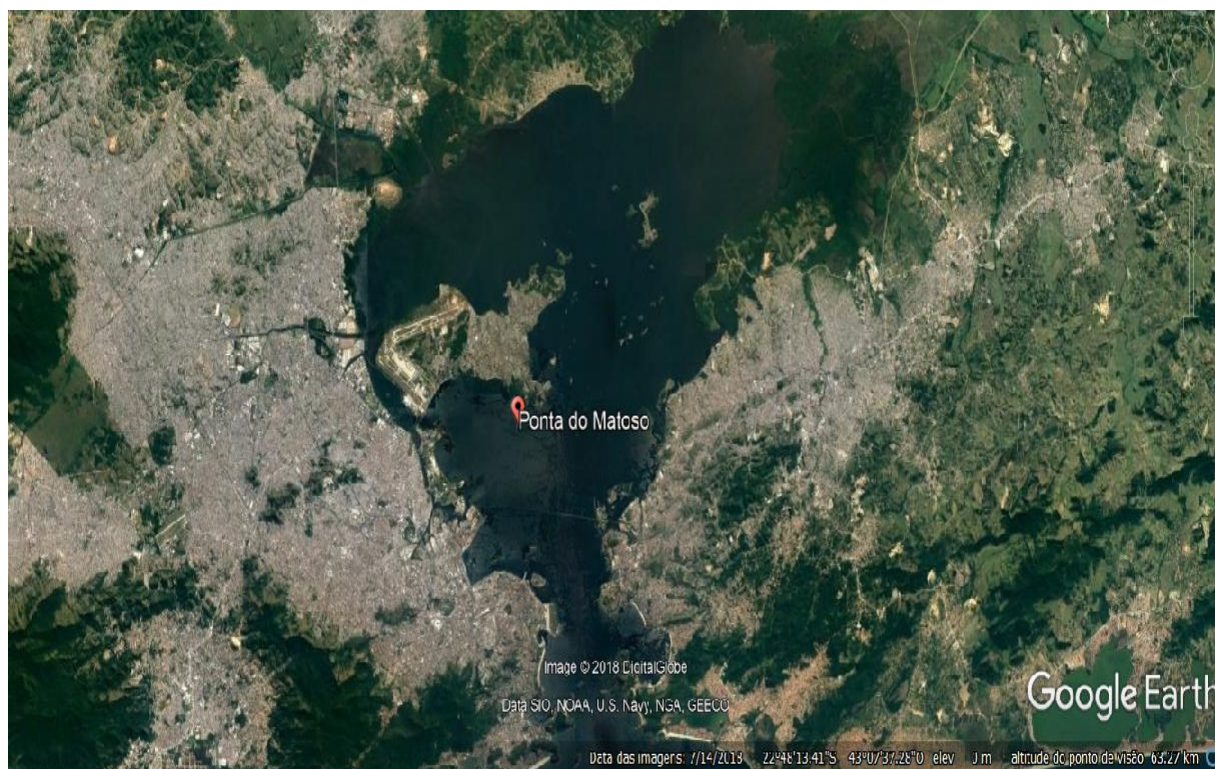
Além dos danos físicos, como os ferimentos provocados pelas armas de guerra, há ainda o prejuízo financeiro, pois muitas vezes os militares atiram com a intenção de parar as embarcações dos pescadores, alvejando-as com seus fuzis.

(Pescador Marcos) Ali no Matoso, na Ilha do Governador, eles dão tiro em cima, temos pescadores aqui da colônia que tomaram tiro no braço, que teve a embarcação toda furada no tiro, nós temos pescadores mortos, com tiros do pessoal do Matoso²⁴... Ali é outra área de terrorismo...

(Pescador Ramiro) Em setembro de 2010, meu barco foi “arregaçado” de tiros.

²⁴ A ponta do Matoso, conhecida como Fazenda São Sebastião, localiza-se no extremo sul da ilha do Governador, é um local de interesse da segurança nacional, devido ao acondicionamento de inúmeros tanques de estocagem de derivados de petróleo, pela indústria petroquímica que atua na região da baía de Guanabara. O local também se localiza a Base de Combustíveis Líquidos da Marinha do Brasil (MONTEIRO, 2005).

Figura 22 - Localização geográfica da Ponta do Matoso, área de acesso proibido sob o controle e proteção da Marinha do Brasil.



Fonte: Elaborado pelo autor. Mapa adaptado de *Google Earth Pro* (2017).

Há ainda aqueles que dizem não se aventurar em águas demarcadas pela Marinha, justamente pelo medo de experimentar alguma ação desproporcional por parte dos soldados sentinelas, pois já sofreram algum tipo de ataque com armas de fogo, ou são conhecedores de casos envolvendo mortes de pescadores que tentavam ganhar a vida, se arriscando em locais proibidos.

(Pescador Carlos) Eu pesco a uns trezentos metros do boqueirão... Eu estava uma vez pescando lá e eles deram tiro... Eu falei, cara, está doido!? Isso aqui não é para mim não! No outro dia apareceu um camarada morto dentro de um barco, não era o meu camarada não, era outro, em outro barco... Estava lá morto com tiros... Ele estava pescando lá... Estava ele e o filho dele de uns doze ou treze anos, que contou que escutou os tiros e viu o pai caído no fundo do barco... Sangue para caramba dentro do barco... Ele ligou o motor e veio embora...

Todavia, a desproporcionalidade da ação dos soldados da Marinha para com os pescadores artesanais não ocorre apenas com disparos de armas de guerra, mas

também com armamento de controle de massa urbana, como as balas de borracha calibre .12 que, apesar de serem menos letais do que os armamentos convencionais utilizados pelos marinheiros, podem causar danos físicos irreversíveis, como hemorragias, cegueiras, lacerações e até mesmo fraturas. Podemos citar o caso de um pescador da colônia de pescadores Z-10, que foi ferido por disparos desse tipo de arma. Ele ficou sabendo por meio de outros pescadores da colônia acerca deste nosso estudo e disse que faria questão de dar o seu depoimento, mas infelizmente veio a falecer por conta da idade e dos ferimentos provocados pelos disparos da arma de borracha.

(Pescador Ricardo) Eu conheci o Haroldinho, que infelizmente faleceu, pois, os caras usam armas de borracha, armas de verdade, jogam coisas... Os fuzileiros navais com tiros de borracha... Ele até comentou que queria até falar contigo, Cesar, mas, infelizmente... nosso amigo... Não deu tempo...

Contudo, percebemos que a utilização de munições não letais pelas forças federais é um nítido reconhecimento da desproporcionalidade de força que a marinha utiliza ao tratar com pescadores artesanais. As munições não letais, chamadas de “balas de borracha”, podem ser tão fatais quantos as de munições letais pela sua força cinética, ao serem disparadas possuem a capacidade de mutilar ou matar uma pessoa dependendo da região do corpo que venha a atingir.

(Pescador Antônio) Tem um pescador aqui, o Bento, ele tomou um tiro que rasgou ele todo. O Edivando está cheio de hematoma com tiros de borracha, lá do Boqueirão... O pescador não pode se aproximar da boia, se se aproximar, eles estão atirando. Antes eles atiravam com fuzis, mas hoje eles estão atirando com bala de borracha... Menos mal... Mas antes eles atiravam de fuzis.

Alguns pescadores atribuem os excessos cometidos pela Marinha do Brasil à falta de respeito do pescador para com as regras impostas. Vários afirmam que os disparos fazem parte do trabalho dos soldados e não os culpam pelas agressões. Ressaltam que os companheiros que entram nas áreas militares devem assumir o risco de serem feridos ou mortos. Atribuem ainda as violências sofridas pela Marinha ao pescador “abusado”, que adentra os espaços federais, não se importando com as

consequências. Mesmo que controversas as afirmativas, quando o pescador fala que “invade a área militar pois ali é que estão os melhores peixes” ou então “Isso acontece mais pelo abuso do pescador”, percebemos que existem diferentes perspectivas por parte de pescadores que realmente necessitam produzir o seu sustento e não veem naquele momento outra opção a não ser arriscar-se em territórios federais.

(Pescador Luciano) O pescador em si ele é um pouco abusado. Ele sabe que não pode passar ali... Aí, acontece uma tragédia, o soldado dá um tiro lá, pega um soldado mal preparado... O cara está defendendo o trabalho dele. Aí, acontece! O cara toma um tiro e fica por aí... Isso acontece mais pelo abuso do pescador. O pescador em si, ele é abusado.

Os pescadores que possuem outra fonte de renda como complemento à pesca artesanal não acham que a desproporcionalidade da ação por parte dos marinheiros seja um problema, pois não frequentam estes espaços, indo ao mar apenas nos pontos ditos como “certos”, que são os que não há possibilidade de conflagrações entre eles e a Marinha.

Na trama da competição pelo território de pesca, existem ainda as traineiras que também são embarcações de pesca, destinadas à utilização de redes como instrumento para capturar peixes. Essas traineiras geralmente são utilizadas em pescas fora da baía, em águas abertas, justamente por terem uma maior capacidade de captura em comparação às embarcações dos pescadores artesanais. Essas traineiras são de propriedade de empresas que fazem parte da pesca industrial e não deveriam se aventurar em águas costeiras, como a baía de Guanabara, devido a fatores como: a sua baixa profundidade; proximidade da costa; escassez de peixes, além de serem submetidas às mesmas regras de navegação (NORMAM 0108) que os pescadores artesanais.

Todavia, os pescadores artesanais relatam que a fiscalização por conta da Marinha para com essas embarcações, não são tão atuantes quanto às que lhes são submetidas, ficando tais barcos de pesca, mais livres para atuarem na atividade de pesca, inclusive nos locais proibidos dentro da baía de Guanabara.

(Pescador Roberto) Mas tem traineiras que pescam e traineiras grandes... Eles, os militares, não veem a traineira, só vê o caico... Aí dão tiro... Então esse pessoal de fora da baía pode pescar ali, o pescador artesanal, não... É complicado!

Contudo, apesar dessas embarcações por si só prejudicarem a pesca artesanal, pelo seu maior poder de captura, há também, segundo os pescadores, uma desproporção no tratamento dados pelos militares da Marinha que, de acordo com os pescadores, “fingem que não veem” as traineiras dentro do perímetro de segurança militar.

(Pescador Carlos) porque as traineiras, uma traineira quase do tamanho desse balcão aqui, muito grande, [...] por que a traineira trabalha com cerco, ela cerca o pescado, então ali o que ela cercou ali, naquele redondo ali, eles levam, eles não soltam... [...] As traineiras estão acabando com o pescado da baía de Guanabara. Você vê de 8 a 10 traineiras dessas batendo o dia todo! [...] Como é que a gente vai sobreviver daqui a mais cinco anos? Daqui a mais cinco anos está arriscado não ter mais nem um peixe aí. A gente não tem de onde tirar!

A relação da Marinha do Brasil com os pescadores artesanais, segundo seus relatos, acentua ainda mais a desigualdade socioambiental que afeta as comunidades tradicionais na baía de Guanabara. Essas desigualdades, se perfazem da ausência de políticas públicas, voltadas para a convivência entre pescadores artesanais e a Marinha do Brasil e, demonstram que há necessidade de novas pesquisas para a divulgação dos movimentos sociais que clamam por justiça ambiental na baía de Guanabara. Além disso a pesca artesanal na baía de Guanabara, é classificada por Rosa e Mattos (2010, p. 2) quanto a sua periculosidade, como:

A atividade pesqueira é considerada de risco 3 (potencialmente perigosa) segundo Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)-2000/2002, por expor os trabalhadores a possíveis riscos de acidentes com embarcações, afogamentos, acidentes, problemas de postura inadequada, movimentos repetitivos mudanças climáticas, trabalho noturno, ruído, contato com agentes patológicos em ambiente mal saneado e outros.

Dentre os atos de violência que mais se destacaram durante o estudo estavam os disparos com armas de fogo, mutilações, insultos e cárcere privado. Vejamos cada um deles nas próximas seções.

5.4 Casos de violência envolvendo pescadores artesanais e a Marinha

(Pescador Antônio) E, o pescador passa por esses problemas é uma realidade nossa, não tem como fugir disso, o pescador vai para o mar, sabendo que vai ter que passar por isso. Eu até te digo, hoje o pescador hoje sai para o mar, sabendo que na área proibida tem peixe! O pescador sai daqui animado, sabendo que vão correr risco, mas sai todo mundo animado por saberem que o peixe está lá! Eles arriscam a própria vida para levar o sustento para os filhos, foi o que eu fiz tantas vezes.

O conflito principal entre pescadores e Marinha está relacionado aos locais de acesso ao pescado em áreas que devem ser protegidas por uma força militar devido a sua importância e poder bélico; por outro lado, existem os pescadores artesanais, povos artesanais, detentores de uma identidade única, cujo meio de subsistência é a pesca.

Há extensos costões rochosos nas imediações dos batalhões da Marinha, que abrigam tanto o alimento dos peixes, quanto os próprios peixes, que são os que possuem um maior valor de mercado para o pescador. Como peixes e pescadores artesanais são atraídos para estes locais, cada um pelo seu motivo, existe o soldado da Marinha, o Fuzileiro Naval, disposto a fazer qualquer coisa para cumprir a missão de “proteger” aquele território de tudo e todos os tipos de ameaça.

O armamento utilizado pela Marinha do Brasil, nos serviços de guarda ao quartel são o Fuzil Automático Leve (FAL) modelos M1A1 e o modelo utilizado pela tropa de Infantaria Paraquedista (Para FAL) e o AR-15. O FAL/Para FAL é um armamento de calibre muito potente que é o 7.62 capaz de atingir alvos a até 3800 metros de distância, além de possuir um grande poder de destruição e ter um carregador capaz de suportar 20 cartuchos. Ele pode atingir com precisão um alvo a 800 metros de distância. Existem inúmeros fuzis no mundo que calçam esse calibre, que por sua vez, é alvo de diversas críticas pelos órgãos de defesa dos direitos

humanos, devido aos danos físicos irreversíveis naqueles que sobrevivem ao impacto dessa arma (GHISLENI, 2011).

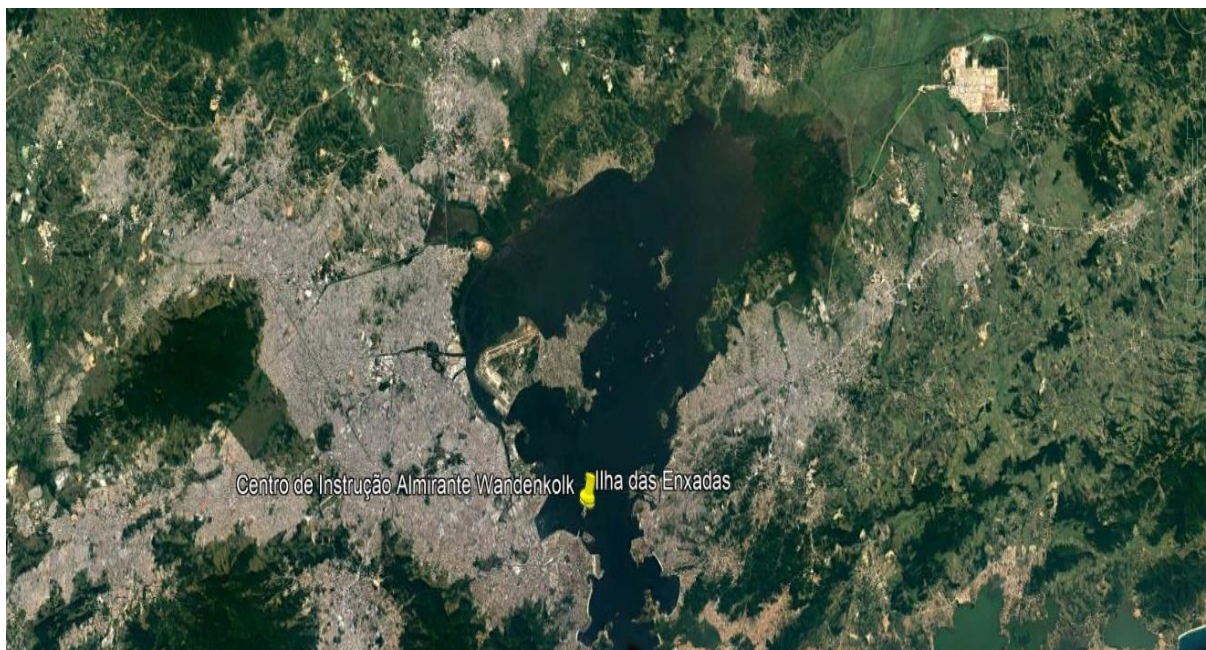
O fuzil AR-15, de fabricação americana, foi usado pela primeira vez pelos Estados Unidos na guerra do Vietnã. Possui calibre menos potente que o FAL, todavia, não menos mortal. Ele foi projetado em calibre 5.56 por motivos estratégicos, ou seja, para cada soldado ferido, eliminavam-se três, pois dois tinham que carregar o amigo ferido. O seu alcance máximo é de 800 metros, porém, além de ser extremamente preciso, podendo acertar alvos em até 550 metros, ele é um dos fuzis com maior poder de destruição do mundo.

Os pescadores artesanais que dizem nunca terem sofrido violências por disparo de arma de fogo por parte da Marinha, relatam que já viram ou conhecem alguém que tenha sido vítima de disparos oriundos dos quarteis da Marinha. Os casos de pescadores baleados, raramente ganham as manchetes dos jornais ou televisão, corroborando com a teoria da invisibilidade dos povos tradicionais conforme assinala Siqueira (2017, p. 160), “A violência e a invisibilidade social vivenciada pelos povos tradicionais evidenciam que estes valores foram incorporados em nosso país como uma herança histórica, que abarca o colonialismo, o racismo, a escravatura, o genocídio, a destruição cultural e a impunidade [...]”. Os entrevistados mencionam inúmeros casos de pescadores feridos, em diversos locais da baía de Guanabara, pelos marinheiros, conforme o relato abaixo.

(Pescador Antônio) Há pouco tempo um oficial da Ilha das Enxadas da CIAW²⁵ atirou na barriga de um pescador... Com munição letal, de fuzil... Ano retrasado teve um pescador que foi baleado na mão, também pela CIAW... Essa é a realidade do pescador.

²⁵ O CIAW fica dentro do complexo militar localizado na Ilha das Enxadas.

Figura 23 - Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW), funciona como um centro de formação militar para os quadros de oficiais da Marinha do Brasil que são portadores de diplomas de nível superior nas áreas afins de interesse da Marinha do Brasil.



Fonte: Elaborado pelo autor. Mapa adaptado de *Google Earth Pro* (2017).

Não obstante, a intenção do soldado é conter alguma possível injusta agressão que ele possa sofrer ou defender o aquartelamento de qualquer forma de invasão ou ato de violência/terrorismo. Muitas vezes, os soldados, ao invés de atirarem nos pescadores artesanais, alvejaram seus barcos com o intuito de danificá-los, inutilizá-los, para que eles não consigam fugir dos locais proibidos e consequentemente serem presos.

Tais conflitos geram situações em que a desproporcionalidade das ações pelos militares, se perfazem, igualmente às desigualdades sociais a que esses povos são submetidos pelo Estado, ao não dar as atenções necessárias, no que diz respeito ao reconhecimento da cultura tradicional em nosso país.

(Pescador Roberto) Meu irmão, o barco do meu irmão teve uma vez que ficou com tantos furos que foram muitos cabos de vassouras para consertar. O furo que o tiro de fuzil faz é quase da espessura do cabo de vassoura... Então ele vai ali, enfia o cabo de vassoura no furo, passa o serrote e passa tinta, fica novo. Ele foi baleado na coxa, com bala de borracha, e teve que operar, pois foi bem profundo. Pegaram ele... A intenção deles, dos militares, é dar tiro no motor, segundo dizem, para o barco parar, porque quando eles vão para

cima, o pescador corre! Entendeu? Eles jogam rede dentro d'água para prender na hélice dos pescadores e pararem, entendeu? E eles balearam meu irmão, tem um amigo que levou um tiro na mão. Teve um vizinho meu que levou um tiro e morreu, foi um tiro que fez um furinho... Foi no Boqueirão...

Conforme destacamos anteriormente, as mutilações por disparos de fuzis, são as consequências do ferimento por um armamento de guerra. Por vezes os Marinheiros lançam mão de armas com munições não letais para expulsar ou impedir que pescadores artesanais adentrem ao território de segurança, conforme a NORMAM 03-0108.

Registramos ao longo da pesquisa o caso de um pescador artesanal que cita dois colegas que foram alvejados, um por disparos de fuzil e outro por balas de borracha. O que foi ferido por fuzil perdeu uma perna e o que foi atingido pelas balas de borracha, devido aos ferimentos, idade e complicações, veio a falecer.

Muitos pescadores acabam mutilados em virtude da ação da Marinha. As mutilações físicas sofridas pelos pescadores artesanais são, em sua maioria, consequências dos disparos das armas dos marinheiros que montam guarda nos quarteis que margeiam a baía de Guanabara. Ressaltamos que os casos de violência que os pescadores participantes desta pesquisa sofreram foram durante a execução do seu trabalho como pescador.

(Pescador Fernandes - Pescador Independente) Tenho um amigo que teve a perna amputada com um tiro de fuzil... O Luizinho... Foi pescar no boqueirão e levou um tiro de fuzil, por isso que eu não pesco por lá... Tenho medo até de falar nisso...

Sob o depoimento do pescador artesanal acima, conseguimos encontrar o pescador citado por ele, que foi vítima do disparo de fuzil e teve sua perna amputada, que concordou em dar sua entrevista colaborando assim, com este trabalho.

(Pescador Luciano) O cara despencou um tiro lá de dentro do Boqueirão e graças a Deus que foi comigo! Já imaginou? Nós éramos nove pescadores e só veio a atingir a mim. Foi o soldado da

Marinha. Tiro de fuzil. Isso foi em 1991... Bum! Capotei! Afundei! Mas graças a Deus meu irmão pulou na água atrás de mim, e me salvou. [...] Eu me lembro que eu ainda falava assim, falei para o cara do bombeiro assim: ajuda ele que ele é mais velho do que eu! Os estilhaços da minha perna pegaram nele também... Era um senhor de cinquenta e poucos anos na época... Aí o bombeiro falou: Mas a sua perna está pendurada, tenho que socorrer você primeiro! [...] Não consegui me recuperar, por que o tiro de fuzil, quando não mata, tira um pedaço do corpo, cara! A verdade é essa! O tiro pegou aqui, olha, está vendo? Tive que tirar uma veia da outra perna para tentar salvar a perna baleada. Fiquei quatorze dias com a perna, os médicos tentando salvar ela, mas o troço foi feio... Mas isso aí já está passado.

Percebemos ainda que, além dos danos físicos causados pelos disparos, há ainda os danos psicológicos, capazes de se tornarem uma forma de *stress* crônico, semelhante ao vivido por soldados em zonas de guerra, haja vista que, mesmo os pescadores que não foram feridos, mas presenciaram ou ficaram sabendo dos fatos, eles narram os acontecimentos com profunda emoção, como é o caso do irmão de um dos pescadores feridos, que também é pescador e estava com ele durante o ocorrido.

(Pescador Antônio) Você vai ficar assustado, cara! Eu tenho um irmão que está sentado ali fora, que ele não tem uma perna... Ele tomou um tiro de fuzil que arrancou a perna dele! Foi um militar do Depósito de Combustíveis da Marinha do Brasil. Eu estava a bordo do barco com ele, nós estávamos pescando, quando de repente ele foi baleado e caiu na água... Eu pulei atrás dele, mergulhei, e consegui pegar ele ainda vivo... Salvei a vida dele! Porque nós estávamos próximos à área militar, dentro da água, pescando... Aí nós fomos, pegamos meu irmão, levamos ele para a praia da Bica, no Jardim Guanabara, Ilha do Governador, levei ele na porta do quartel... Foi baleado ele e mais um outro pescador... A bala esfaqueou a perna do meu irmão, bateu em um mastro de ferro e os estilhaços atingiram o outro pescador, o Araquém Dias... Estávamos um ao lado do outro e o tiro pegou nos dois e por uma misericórdia divina não pegou nada em mim... Eu estava no meio dos dois e a bala pegou no meu irmão e nele... Quando o tiro pegou nele ele foi direto para a água e eu fui atrás dele... [...] Mas, perdeu a perna.

O pescador Antônio completa sua narrativa explicando o que aconteceu com o outro pescador que foi ferido pela mesma munição que atravessou a perna do seu irmão e que causou sua mutilação:

(Pescador Antônio) O Araquém também foi indenizado e encostado, só que o Araquém, os fragmentos atingiram ele em vários lugares, como braços e pernas e ele ficou com defeito físico... Meu irmão, não... Arrancou a perna dele.

Nos depoimentos se observa como as relações entre os pescadores e a Marinha interferem no cotidiano de trabalho dos pescadores ao modificar as relações e valores tradicionais na baía de Guanabara. Se por um lado, as condições antrópicas são desfavoráveis para os povos tradicionais que do mar vivem, por outro, quando os atores sociais desses espaços se confrontam com resistência cujas forças são desproporcionais, gerando perdas, percebemos que as tradições identitárias dos pescadores tendem a desaparecer, uma vez que os pescadores, não querem que seus descendentes herdem o ofício devido aos problemas inerentes da profissão.

Essas modificações do modo de vida dos pescadores, acontecem de forma abrupta, influenciando em metamorfoses sociais que remodelam os valores tradicionais, assim como, interferem na organização do trabalho, obstaculizando inclusive, as condições de subsistência, incorporando mais um empecilho na execução do seu trabalho, o que leva os pescadores artesanais a não quererem que seus filhos herdem a tradição de ser pescador.

(Pescador Antônio) Tenho três filhos e meus filhos nem na colônia põe os pés! Eu não deixo, eu nunca deixei... [...] Agora, filho meu na pesca? Nem pensar!

(Pescador Marcos) Tenho três filhos, nenhum deles é pescador, não posso incentivar um filho a ser pescador, com tudo isso que estou vivendo!

Esbarramos mais uma vez na problemática territorial, dos múltiplos usos do espaço da baía pelos pescadores e militares. Segundo as narrativas, os disparos acontecem sempre que um pescador se aproxima das instalações com o intuito de pescar e os militares atiram com o intuito de defender as instalações federais.

(Pescador Ricardo) Os melhores locais são proibidos. Dois atritos: o militar e os pescadores, são áreas deles, que dizem que ali é área de segurança, coisas desse tipo. Já tivemos casos de pescadores, como o Luziam da Z-11 que perdeu a perna com um tiro de fuzil. Se aproximou e os caras atiraram nele.

Os militares das forças armadas, assim como as polícias federais e estaduais, utilizam por vezes armamentos não letais. Entretanto, o armamento não letal deve ser utilizado de acordo com o uso progressivo da força, ou seja, enquanto a ameaça contra o agente público perdurar ou se agravar. Esse armamento tem por finalidade diminuir os casos de mortes em conflitos envolvendo agressores da sociedade, que não estão de posse de materiais ou armamentos que sejam capazes de infligir danos físicos aos militares em questão.

Todavia, o emprego do armamento não letal não impede nem garante que a pessoa atingida não vá sofrer sérios danos físicos, como lesões graves e permanentes, inclusive, dependendo do caso e do local em que a munição atingir, a pessoa pode ser levada a morte.

Segundo os pescadores artesanais há também casos em que seus barcos de pesca, chamados de “caico”, são levados para o interior de áreas de Marinha por força da maré ou das correntes. Narram ainda, principalmente na colônia de pescadores Z-10, cuja saída para o mar se faz através do rio Jequiá, que é onde fica a Estação Rádio da Marinha do Brasil, que os militares proferem palavras de baixo calão com o intuito de afastá-los dali (figura 24).

(Pescador Gilson) Então, quando sai para pescar, ou você sai pelo meio, pelo menos para fingir que não tem nada no seu entorno, por que se você passar por perto eles já acham que você vai invadir... [...] Eles estão ali e são os donos daquele pedaço. [...] Então o pescador já sai estressado e eu acho que isso é uma coação é uma violência, o cara sai de casa para arrumar um dinheirinho e já escuta no caminho: Sai daí seu filho da puta! “Se afasta, pescador! Se afasta, pescador!” Mas o cara é pescador, está trabalhando! Ele vai pescar onde, na areia?

Figura 24 - Do lado direito a Estação Rádio da Marinha do Brasil, à esquerda, indústria Petroquímica, ao centro o canal de entrada e saída da colônia de pescadores Z-10 (Ilha do Governador).



Fonte: Acervo da pesquisa.

Percebemos que os pescadores artesanais se sentem desprotegidos diante dos insultos que são comuns nas imediações dos quartéis. São agressões verbais, insultos morais e xingamentos. Castro (2013, p. 55-56) afirma que “[...] qualquer desrespeito aos preceitos e normas socialmente construídas pode originar conflitos que variam de xingamentos verbais até atitudes mais drásticas como agressões físicas e morte.”

(Pescador Miguel) [...] nós estamos dentro de um APARU (Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana), mas de um lado está a Marinha do Brasil, que a gente não pode nem passar perto que eles já gritam e ameaçam a gente. [...] Então você sai para pescar e tem que passar por esse canal [...] Você olha para o lado da marinha, que é a Estação Rádio, que tem combustível: AFASTE-SE, SE NÃO ATIRAMOS EM VOCÊ... Eles gritam: É o terceiro aviso, hein pescador! Mas você só escuta o engatilhar do fuzil...

Devido aos empates e da impotência dos pescadores sobre a problemática envolvendo o uso do território, recorremos as palavras de Haesbaert (2009, p. 84) que diz que o território “é visto como espaço socialmente apropriado, produzido, dotado de significado, enfatizando a natureza econômica e simbólica do poder”. Os pescadores artesanais executam suas tarefas atrelados ao território, às suas histórias e identidades e, nessa complexa trama envolvendo os locais de pesca, são expulsos pelo Estado conforme nos relata o pescador abaixo.

(Pescador Negrete – Associação de Pescadores) Eu já fui escorraçado pelo boqueirão! Já fui escorraçado pela Shell, já fui escorraçado pela COSAN, já fui escorraçado pela Petrobras... Todos eles... Os caras não sabem nem falar com a gente, com educação, tem uns caras que falam: O filho da puta, como é que é? Sabe que não pode pescar aí!

E, quanto a serem expulsos dos territórios de pesca com o uso, não só dos xingamentos e frases desmoralizantes, assim como de outras formas de violência, outro pescador complementa falando da crescente diminuição do território de pesca na baía de Guanabara:

(Pescador Ramiro) Estamos sendo expulsos da nossa área de origem e sendo contidos em um pequeno espaço que hoje é menor que 12% da baía de Guanabara. E nos tiram, direta e indiretamente, o direito de ir e vir. Nós estamos sendo cerceados, entende?

A invisibilidade social e política, assim como a marginalização do pescador, são parâmetros perceptíveis nas narrativas dos pescadores artesanais. A violência verbal proferida através de insultos e xingamentos são também acompanhados de frases “marginalizadoras” e ainda, de certa forma, apelidos discriminatórios e comparativos com pessoas à margem da lei. Os militares, dentre outras ações, imputam aos pescadores o rótulo de “bandidos” e vagabundos, julgam sua presença naquele território como alguém que pretende fazer algo hostil, cometer algum crime. Todavia, conforme nos elucida Braido (2015, p. 130-131) que observa que o comportamento imposto pela Marinha do Brasil aos pescadores artesanais, através

de “ações brutas e violentas” possuem a intenção de “intimidar as comunidades de pesca e força-las ao cumprimento daquela instrução normativa” (NORMAM).

(Pescador Marcos) Ali no Matoso, na Ilha do Governador, eles dão tiro em cima, temos pescadores aqui da colônia que tomou tiro no braço, que teve a embarcação toda furada no tiro, nós temos pescadores mortos, com tiros do pessoal do Matoso... Ali é outra área de terrorismo, uma vez eu fui lá defender um pescador que tinha levado um tiro, fui lá dentro com os advogados, tinha um pescador passando lá e um militar falou para o outro: Olha lá, vamos pegar esses bandidos! Eu falei: Espere aí, quem é o bandido na história? O cara é pescador, não é bandido não, rapaz! Ele está ali sobrevivendo, e outra, é de dia! Eu tive que peitar os caras... Então eles foram embora. Querem dar tiro no pescador, prender o pescador, destruir a embarcação para mostrar serviço...

Dessa realidade, faz-se presente então um pré-conceito discriminatório sobre os pescadores artesanais da baía de Guanabara, que já atuaram, em um passado não muito distante, como reserva naval para atender aos interesses do Estado e da Marinha de Guerra Brasileira.

Registramos ainda dois casos de cárcere privado. De acordo com o Código Penal, o cárcere privado é um crime, que tem como punição uma pena que pode chegar a oito anos de reclusão. A lei de número 10.446, de 2002, em seu Artigo 148, diz que: “privar alguém de sua liberdade, mediante sequestro ou cárcere privado: Reclusão de um a três anos”. Sendo assim, nenhuma pessoa deve ser detida, sem a suspeita de ter realizado algum crime. Da mesma forma, se alguém for detido sob tal suspeita, ela deve ser levada imediatamente para uma delegacia de polícia civil e, os fatos apresentados para a apreciação da autoridade policial.

Figura 25 - Lei nº 10.446, de 2002, Art. 148 – Sequestro e cárcere privado.

Art. 148 – Privar alguém de sua liberdade, mediante sequestro ou cárcere privado:
Pena - reclusão, de um a três anos.

§ 1º - A pena é de reclusão, de dois a cinco anos:

I – se a vítima é ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro do agente ou maior de 60 (sessenta) anos; (Redação dada pela Lei nº 11.106, de 2005)

II - se o crime é praticado mediante internação da vítima em casa de saúde ou hospital;

III - se a privação da liberdade dura mais de quinze dias.

IV – se o crime é praticado contra menor de 18 (dezoito) anos; (Incluído pela Lei nº 11.106, de 2005)

V – se o crime é praticado com fins libidinosos. (Incluído pela Lei nº 11.106, de 2005)

§ 2º - Se resulta à vítima, em razão de maus-tratos ou da natureza da detenção, grave sofrimento físico ou moral:

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

Fonte: Código Penal Brasileiro (2017).

Observamos que a violência a qual os pescadores artesanais estão submetidos passa por situações que infligem algumas leis, além da dominação social, opressão e violências com armas de fogo. Sobretudo, pescadores afirmam que é prática comum serem detidos e mantidos presos dentro das instalações militares da Marinha. Tais fatos, envolvem violências que vão desde o cárcere privado ao trabalho forçado, humilhações e constrangimentos, se delineiam na forma de um assédio moral institucional, que Albanaes et al., (2017, p. 68) define como “um conjunto sistemático de práticas reiteradas, inseridas nas estratégias e métodos de gestão, por meio de pressões, humilhações e constrangimentos, para que sejam alcançados determinados objetivos institucionais, relativos à: controle do trabalhador”.

Destacamos também que a palavra “cárcere” é sinônimo de prisão, cela ou calabouço, o que evidencia a inserção da vítima em um local fechado, enclausurado, entre quatro paredes, podendo ser tal crime cometido em uma casa, loja, quartel, batalhão, ou seja, nas dependências de qualquer edificação pública ou privada.

(Pescador Jacemir) Teve uma vez que eles deram tiros em cima de mim, mas eu abusei, eu fui jogar tarrafa na beira... Um material que eu não gosto de pescar, fui com um coroa, fomos presos, eram quase uma hora da manhã. Aí ficamos ali jogando tarrafa na beira e não demorou muito, de repente: Pum! Deu um tiro! Eu gritei: Espere aí, não é bandido não, é pescador! Aí, nós fomos presos. Quando chegou lá dentro, era uma hora da manhã, e quando chegamos lá dentro, o militar ligou lá para dentro e ele ligou para a sala de estado e disse: tem dois senhores aqui, que invadiram a área aqui, mas eles são pescadores. Aí, o cara falou: Deixem eles dois aí até de manhã!

As violências aos pescadores são muitas e de natureza variada. São submetidos à privação de liberdade por horas, muitas das vezes no horário da madrugada, o que pode ser um agente facilitador de outras formas de violência, sem contar com a perda do dia de trabalho, pois eles deixam de pescar para ficarem aos cuidados dos militares que os detiveram. Outro problema é com aqueles que são presos e em seus barcos existe algum pescado que, por sua vez, requer um retorno rápido para a costa, uma vez que eles podem se deteriorar e perder o valor de mercado.

(Pescador Jacemir) Uma vez eu fui preso lá no Boqueirão... Pelos fuzileiros... Meu barco estava com peixe e camarão, mas eu só fui solto de manhã, por volta das oito horas... Estava tudo podre... Peixe, camarão, tudo! Perdi o dia de trabalho!

(Pescador Marcos) Eu fui preso uma vez pelos fuzileiros navais na Ilha do Boqueirão, me pegaram lá há uns anos atrás, eles foram lá com a lancha e me pegaram, fui preso pescando camarão, outros pescadores conseguiram fugir, era cedo o dia estava escurecendo ainda, me pegaram e eu passei a noite engraxando não sei quantos boots dos fuzileiros a noite toda... De manhã me soltaram, me mandaram embora, nem café me deram...

Dentre essas violências, registramos um caso de trabalho forçado, uma vez que, como forma de punição pelo pescador ter adentrado o território militar, foi obrigado a trabalhar contra a sua vontade, como o caso narrado pelo pescador, que foi obrigado a engraxar e lustrar os boots dos fuzileiros navais. Da mesma forma que citamos anteriormente, a Lei 10.446/2002, Art. 148 em seu § 2º, diz que, “Se resulta à vítima, em razão de maus-tratos ou da natureza da detenção, grave sofrimento

físico ou moral”, ou seja, se o cárcere resultar em grave sofrimento físico ou moral, essa pena passará a ser a mais severa, contra quem a comete.

Por outro lado, também percebemos que, ao deter os pescadores artesanais nos quarteis, os militares também implicam em outra transgressão às leis, pois são funcionários públicos no exercício de suas funções, o que caracteriza ainda de acordo com a Lei 4.898 de 1965, em seus artigos 3º e 4º, crime de abuso de autoridade, conforme o Artigo. 3.º “Constitui abuso de autoridade qualquer atentado à liberdade de locomoção” e o Artigo 4º que diz: “Constitui também abuso de autoridade ordenar ou executar medida privativa de liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder”.

(Pescador Gilson) Teve uma vez que eu fui preso no Boqueirão. A gente estava pescando com uma canoa próximo às pedras, mas a canoa foi embora e nós ficamos, eles prenderam a gente. Eu mais três pescadores. Ficamos lá de dez horas da manhã até as duas e quarenta da tarde. Mas a gente não sofreu nada não, só deixaram a gente de castigo lá um pouquinho e depois liberaram.

As leis servem para garantir os direitos constitucionais das pessoas, para manter a ordem pública. Dentre esses direitos, estão a liberdade de locomoção, que consistente no direito de ir, vir e permanecer, para toda e qualquer pessoa, independentemente de sua raça, credo ou gênero, é o que protege a lei penal, de acordo com o artigo 5º, caput da Constituição Federal: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade [...]”.

Todavia, não é o que ocorre no território conflagrado da baía de Guanabara. Percebemos que os pescadores não fazem os devidos registros em delegacia de polícia, não procuram os direitos de justiça, mesmo sofrendo privações de sua liberdade. Percebemos ainda que, devido a casos de violências mais agudos, como assassinatos, os pescadores evitam fazer reclamações. Enquanto as entrevistas eram feitas as expressões corporais dos pescadores se alteravam, demonstrando um certo “incômodo” em falar sobre tal situação.

(Pescador Antônio) Geralmente o pescador não procura a delegacia, o pescador dificilmente presta queixa de alguma coisa.

(Pescador Francisco) Agora quer dizer, o pescador fica limitado, aquela área fica proibida... Eu nunca fiz queixa disso nos batalhões da polícia, delegacias... Nunca.

Outro pescador salienta, que os pescadores artesanais possuem medo de fazer denúncias e levar em diante as investigações contra o Estado devido à situação de descaso e abandono social que se encontram. Os pescadores entrevistados manifestam o medo em denunciar as agressões na baía de Guanabara, por receio de represálias, inclusive, pelas autoridades marítimas, pois, sentem-se vulneráveis a possíveis ataques, que podem ser deferidos tanto pelo Estado, quando por criminosos, o que é comprovado pelo alto índice de criminalidade e impunidade na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro.

(Pescador Ramiro) Teve um pescador, o Paulo, ele fez várias denúncias na delegacia e após isso ele foi assassinado.

(Pescador Marcos) Aí nós corremos risco, o perigo mora aí, se bater pé firme com uma pessoa dessas nós corremos risco, pois pode ser uma pessoa envolvida... Que a maioria delas são e as vezes a gente que engolir sapo! Uns são de comunidades dominadas pelo tráfico de drogas... Ou é envolvido com político ou é envolvido com tráfico... meu maior perigo é esse, eles falam: "se tu for lá na comunidade, tu não sai!" É assim... Então nós vivemos assim, de um lado... Do outro lado... Estamos no meio da história.

De certo, não estamos aqui dizendo que os pescadores artesanais podem entrar nas áreas de segurança demarcadas pela Marinha do Brasil, porém, não só os pescadores, mas toda e qualquer pessoa que cometa algum crime ou transgressão, deve ser encaminhada à autoridade policial, para ser ou não julgada. Não cabe à Marinha do Brasil, ou qualquer força armada, deter alguém, seja lá qual for o motivo, por horas a fio, sem que esta pessoa seja encaminhada à delegacia para que sejam confeccionados os devidos registros. A não observação do descrito, acarreta em ações de ilegalidade e abuso de poder, assim como, devido aos trabalhos forçados, uma grave violação dos direitos humanos.

5.5 Distanciamentos e aproximações entre pescadores artesanais e a Marinha do Brasil

Em linhas gerais, a partir do que foi exposto, cabe-nos agora formular algumas questões que fomentem a reestruturação de políticas públicas para a baía de Guanabara, partindo do diálogo entre os eixos articuladores e as áreas temáticas emergentes como resultados desta pesquisa.

Percebemos que tais conflitos poderiam ser minimizados se houvesse aproximação e diálogo entre os pescadores e a Marinha do Brasil, com a finalidade de mitigar os conflitos existentes, entre os povos tradicionais que já foram grandes aliados durante a Segunda Guerra Mundial, uma vez que, a Marinha é o órgão responsável, dentre tantas outras coisas, por defender a soberania do país.

Para tanto, uma revisão das leis e normas (NORMAMs) de aproximação das costas militares deveria ser feita, sugerindo alternativas a partir de novas perspectivas que vão ao encontro das demandas dos pescadores artesanais, quanto das políticas de segurança das forças armadas.

Da mesma forma, acreditamos que existem outras maneiras de se tratar os pescadores artesanais que adentrem aos espaços delimitados pelas NORMAMs. O uso de armamento de guerra ou mesmo os armamentos não letais configura-se como um tipo de ação desproporcional no trato com esses povos. Sugerimos novas formas de interpelação aos pescadores, que não sejam tão invasivas e que respeitem a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que diz: “Ninguém será submetido a tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”, contribuindo para a preservação da vida e dos direitos humanos.

Sob outro prisma, percebemos que a metrópole se edifica sobre as ruínas do meio ambiente e da história das comunidades tradicionais através de um processo autofágico da memória dos seus ancestrais, ignorando as conquistas, esforços, tradições, conhecimentos e criações, promovendo a insustentabilidade social.

Propomos discutir as possibilidades e limitações de uma proposta de política pública que se adeque às necessidades dos pescadores artesanais da baía de Guanabara devido às suas singularidades, levando em consideração a territorialização desses povos tradicionais, articulando qualidade de vida e respeito

aos direitos humanos, as diferenças culturais, as condições socioeconômicas, serviços de saúde, educação e saneamento básico para esses homens e mulheres.

6 A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E PETROQUÍMICA E OS PESCADORES ARTESANAIS DA BAÍA DE GUANABARA: PERIGOS, DESCASOS E RESISTÊNCIAS

[...] porque não reconhecer um certo mérito de criatividade no desenvolvimento da tecnologia do terror? De nossas terras, os donos do poder fazem contribuições universais ao progresso dos métodos de tortura, as técnicas do assassinato de pessoas e ideias, o cultivo do silêncio, a multiplicação da impotência e a semeadura do medo (GALEANO, 2001, p. 165).

A baía de Guanabara é cercada por mais de 12000 indústrias, tanto na costa metropolitana, quanto na sua bacia de drenagem (FEEMA, 1998; LIMA, 2006). Nem um terço dessas indústrias possui um sistema de tratamento eficiente de seus efluentes, lançando diuturnamente nas águas da baía diversas substâncias tóxicas (343 kg/dia), como óleos, graxas e metais pesados (10,9 kg/dia) (SEMADS, 2001; CRUZ, 2007). Os rios que deságuam nas águas da baía estão, em sua maioria, contaminados por diversos agentes impactantes, como esgoto doméstico sem tratamento e esgoto oriundo de indústrias contendo mercúrio (Hg) e chumbo (Pb) (ANSELMO, 2011; RODRIGUES, 2012).

Atualmente, o Brasil é líder em exploração de petróleo em águas profundas e ultra profundas²⁶. Em 2018 a Petrobras foi a maior operadora do mundo em número de plataformas e estaleiros tanto em águas continentais, quanto em águas oceânicas²⁷. Essa indústria possui edificações *offshore* e também na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, em especial na baía de Guanabara (espelho d'água, litoral, ilhas e ilhotas). A instalação das indústrias de petróleo e petroquímica às margens da baía de Guanabara ocorreu principalmente pela geolocalização, que facilita o embarque e desembarque dos produtos. Tais indústrias exploram recursos naturais como gás e petróleo, que são transportados por navios ou ductos submersos na baía, conectados à Refinaria Duque de Caxias

²⁶ Define-se águas profundas e ultra profundas aquelas situadas, respectivamente, entre 300m e além de 1500m.

²⁷ Petróleo e Gás: Petrobras é a maior operadora de plataformas flutuantes do mundo. Fonte: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/01/petrobras-e-a-maior-operadora-de-plataformas-flutuantes-do-mundo>. Acesso em 22 ago. 2018

(REDUC) e à Refinaria de Petróleo de Manguinhos²⁸ (ROUGEMONT; PÉREZ, 2013).

Figura 26 - Edificações da indústria petroquímica às margens da baía de Guanabara, assim como a área de fundeio das embarcações *Offshore*.



Fonte: Elaborado pelo autor. Mapa adaptado de *Google Earth Pro* (2018).

Os relatos dos pescadores entrevistados indicaram que a indústria de petróleo e petroquímica, com presença ostensiva na baía de Guanabara, produz várias formas de violência contra os pescadores artesanais. Destacaremos neste capítulo as seguintes: 1) ocupação do território de pesca, gerando uma crescente desterritorialização; 2) degradação ambiental; 3) expansão das atividades industriais com impacto em áreas protegidas e territórios pesqueiros, como é o caso do COMPERJ; 4) ameaças, atentados e assassinatos, assim como a permanente luta e amor pelo ofício de pescador artesanal.

²⁸ A refinaria de Manguinhos é a terceira refinaria mais antiga do Brasil (inaugurada em 1954) e fica na Zona Norte do Rio. Usa como corpo receptor dos efluentes o Canal do Cunha, perto de sua desembocadura na Baía de Guanabara. Seus principais produtos são gasolina e derivados, gás liquefeito de petróleo, óleo combustível e diesel.

6.1 Ocupação do território de pesca

Há várias ações que a indústrias do petróleo e petroquímica executam para desterritorializar os pescadores na baía de Guanabara. Uma delas é a ampliação das redes de ductos submersos, que são responsáveis pelo bombeamento de petróleo e gás. Segundo as NORMANS, os pescadores devem manter distância dos ductos, gerando uma limitação espacial no espelho d'água. Os ductos também causam poluição térmica, elevando a temperatura da água, alterando as características físico-químicas, sendo mais um fator de diminuição de espécies de peixes capturados. Há ainda, ferragens que são utilizadas na fixação desses ductos, que se tornam “agarradores” para as redes dos pescadores, causando muitos prejuízos financeiros, pois rasgam a trama da rede (SANTOS, 2016). Some-se a isto o ruído causado pela passagem das substâncias no interior das tubulações, que contribui para espantar os peixes.

(Pescador Carlos) A indústria petroquímica atrapalha muita coisa... É muito bate estaca, muita tubulação, aqueles tubos ali eles não estão parados, eles estão trabalhando, os jatos de óleo, que passa ali por dentro ali, é a mesma coisa que estar aqui em cima, o peixe não encosta. Eles atrapalham, a Petrobras está atrapalhando o pescador na baía de Guanabara toda! Está acabando com tudo, estão tomando conta de tudo, então não tem como... Não tem jeito...

(Pescador Roberto) E, essa obra, desses ductos é para passar petróleo, gás, água... Eu tenho vídeos que eu filmei na época da obra, dos barris dentro do mangue e depois quem ficou com o prejuízo fomos nós! A gente tem que andar em ziguezague com o barco... Aqui pode, aqui não pode... Quem não entende fica encalhado.

(Pescador Francisco) Depende da embarcação também, tem embarcação pequena aqui que quando sai e não pega nada é só prejuízo, gastou o óleo... Tem que repor o óleo... A rede que agarra no ducto, que rasga aí tem que costurar a rede, manutenção...

Outro fator de desterritorialização apontado pelos pescadores foi a movimentação das lanchas de apoio *offshore*, que não respeitam as regras de navegação, “atropelando” as redes dos pescadores, mesmo quando estão devidamente sinalizadas, agravando os problemas financeiros, pois a perda de um

petrecho traz prejuízos econômicos num ambiente cada vez mais difícil de se trabalhar.

(Pescador Jacemir) Essas lanchas que passam a noite, quando a gente está pescando, elas não querem nem saber, essas da Petrobras. Mesmo nós usando as boias sinalizadores, estamos sinalizados eles não querem nem saber, passam no meio das redes de sacanagem, só para cortar a nossa rede, entendeu? Ai uma banda da rede vai para um lado a outra vai para o outro.

Além do prejuízo financeiro, há ainda o risco de acidentes graves, haja vista que as embarcações utilizadas pelas petroquímicas são maiores e mais velozes que a dos pescadores artesanais. Adicione-se a isto, o crescimento desordenado do número de estaleiros que fazem a manutenção destas embarcações e a falta de preparação dos marinheiros (pilotos das embarcações).

(Pescador Marcos) Hoje em dia está mais difícil, pois a agressão hoje das empresas alocadas na baía de Guanabara elas cresceram muito, cresceu o fluxo de navegação... Muito grande... Muita embarcação parada na baía de Guanabara e no entorno da baía de Guanabara existem empresas que dão manutenção a esses navios, rebocadores, estaleiros oficinas e todo mundo hoje tem lanchas, algumas empresas possuem, sei lá, 50 lanchas... Então isso aí está desordenado... A coisa... A coisa virou salvem-se quem puder, pois as pessoas que pilotam essas lanchas não são capacitadas, não tem a capacitação correta, então eles saem atropelando a rede do pescador, já teve casos aqui de botar a embarcação do pescador no fundo, com pescador dentro e tudo... Não querem nem saber... Falta de experiência. O pescador larga a rede à tardinha e coloca a boia luminosa. Esses mestres capacitados que trabalham em embarcações *supply*, “mais grandes” eles passam por cima direto... Nós que temos que sair da frente deles. Pescador perde rede, perde tudo! Pega na embarcação e levam tudo. Eles passam e levam tudo, não param, não.

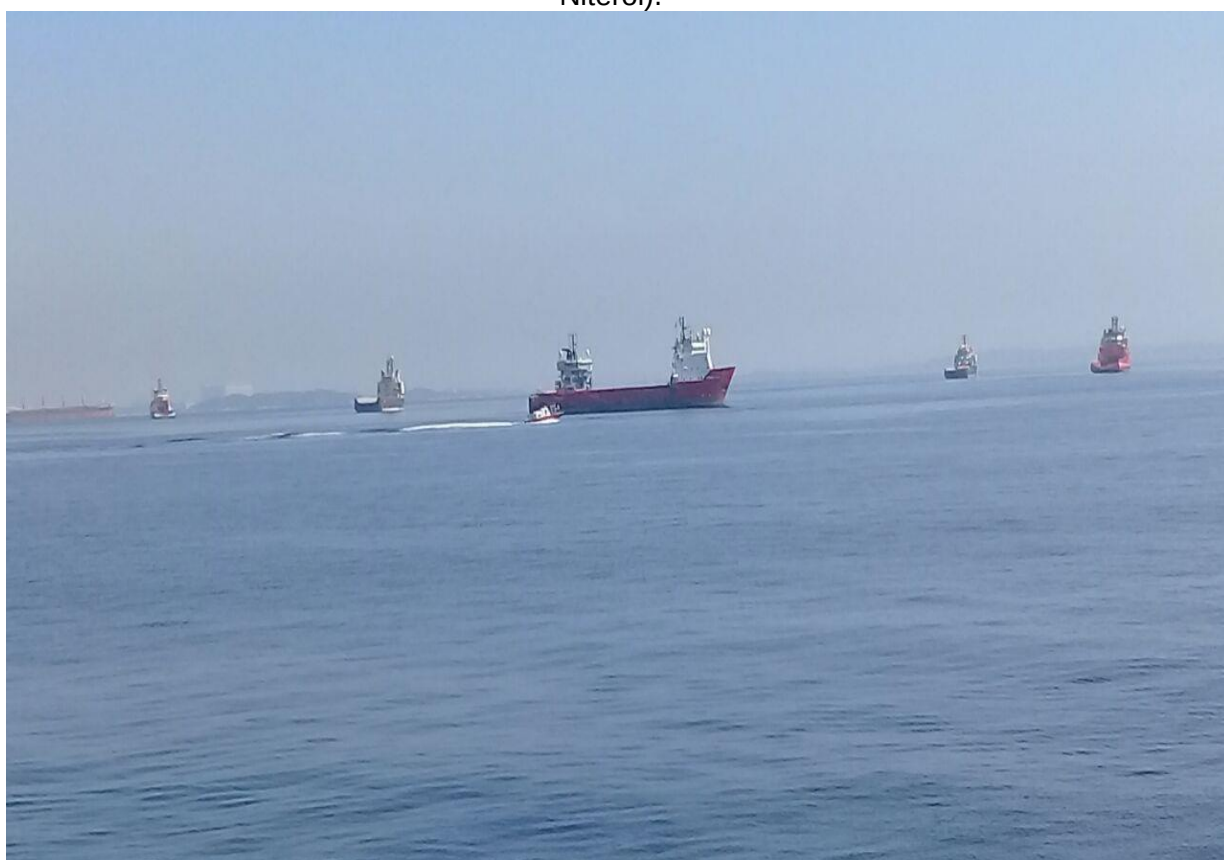
(Pescador Ramiro) Muitas das vezes, esses rebocadores e outros tipos de embarcação *offshore* “atropelam” os pescadores que atrapalham eles na execução de seus trabalhos e esse fato é intensificado à noite, pois quase não há fiscalização de dia, imagine a noite.

Sobre essa temática, entrevistamos um pescador que, bastante emocionado, nos revelou que existem outras nuances acerca da falta de fiscalização nas águas

da baía de Guanabara, no que condiz com as regras de navegação e a falta de respeito por conta dos navios *supply* que trabalham para a indústria petroquímica.

(Pescador Eric – Pescador Independente) Teve uma vez que o navio da EMAC atropelou o nosso barco e mandou a gente para o fundo, aí fomos para o fundo da água... Eles não respeitam o pescador artesanal, não! A indústria do petróleo quer acabar com a gente!

Figura 27 - Diversas embarcações *offshore* ancoradas na região da baía de Guanabara, próximos a ponte Presidente Costa e Silva (Rio-Niterói).



Fonte: Acervo da pesquisa.

A distribuição dos dutos e a intensa movimentação das embarcações *offshore* obrigam os pescadores a navegar muitos quilômetros, pois diminuem o território²⁹ de pesca.

²⁹ De acordo com Claval (1999, p. 11), “As relações que os grupos mantêm com o seu meio não são somente materiais, são também de ordem simbólica, o que os torna reflexivos. Os homens concebem seu ambiente como se houvesse um espelho que, refletindo suas imagens, os ajuda a tomar consciência daquilo que eles partilham”.

(Pescador Miguel) O trabalho de pesca na baía de Guanabara hoje em dia é muito difícil... difícil por causa do espaço que está se minguando, está ficando pequeno demais, como se não bastasse as empresas no entorno da baía de Guanabara, Marinha, agora tem os *supply*, uma quantidade enorme de rebocadores que a gente que se manter afastados 300 a 500 metros de cada rebocador desse, então, numa circunferência de uns oitenta a 100 rebocadores dentro da baía de Guanabara o que sobra, é a beira da lama pra gente pescar? Fora os ductos submersos que atrapalham demais, pois agarram as redes, que não são somente redondos, eles têm umas malhas de ferro que agarram na rede e vem rasgando elas de fora a fora, rasga tudo. Causa um prejuízo financeiro muito grande, e vai tirando o nosso estímulo... Aí você vai procurando outros meios de sobreviver...

(Pescador Figueiredo) Eu acho que esses barcos da Petrobras, esses barcos que ficam aqui, pode ser uma forma de violência também, por que eles vão fazer assim, vão dividir o lugar que os materiais deles vão ficar, aqui vai ser o lugar da água, igual a GDK fazia, coloca uma tela e faz uma ponte e você não pode atravessar, aí você tem que atravessar mil metros mar adentro, igual a GDK fazia. Se você quiser vir para cá para a praia de Olaria, você vai ter que ir por lá, mil metros mar adentro, e a gente vai gastar mais combustível, mais óleo diesel, por exemplo se você gastar dez ou quinze litros para chegar aqui, você vai gastar uns 28, 30 litros, vamos tomar um prejuízo enorme.

A segurança das instalações petroquímicas, conforme determina a NORMAM-03-0108, deve ser executada pela Marinha do Brasil ou por empresas de segurança privada. Todavia, há relatos de pescadores sobre a existência de uma espécie de milícia que serve às indústrias, cujos integrantes não se caracterizam como militares, nem tampouco como vigilantes de segurança ostensiva. Segundo os pescadores, suas ações costumam ser violentas e já foram denunciadas à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

(Pescador Ramiro) Esses homens que são da segurança da indústria petroquímica pertencem à Marinha e a empresas de segurança privada. Eles ficam descaracterizados, dentro das embarcações ou dos rebocadores. Alguns ficam patrulhando a área em lanchas descaracterizadas. Nós não sabemos quando nem de onde eles vão nos atacar. Eles atiram e ninguém os identifica! Eles não usam uniforme que possa os identificar. Diversos policiais possuem essas denúncias na mão, inclusive o Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Alguns pescadores reconhecem o risco de sofrerem algum tipo de violência ao se aproximarem das plataformas e navios da indústria petroquímica.

(Pescador Paulo) Eu não sou besta de me aproximar das plataformas de petróleo. Se eu não quero ser picado pelas formigas eu não chego perto delas não, amigo! Temos que ficar distantes deles! Se você não quer se ferrar numa colmeia você vai se aproximar? Quanto mais distante a gente ficar deles, melhor!

Dentre as muitas áreas de exclusão pesqueira foram estabelecidas em virtude das instalações das indústrias de petróleo e petroquímica citamos os bairros de Magé, Ilha do Governador, praia de Ramos e grande parte de São Gonçalo. Incluem-se nesta categoria os ductos submersos e a própria ponte Rio-Niterói. Segundo as NORMAMs, as plataformas de petróleo e edificações petroquímicas gozam de proteção de 500 metros, diferente dos 200 metros das instalações militares. Estas zonas de exclusão têm influenciado sobremaneira o modo de vida e subsistência dos pescadores na baía de Guanabara (DIEGUES, 2000; LOPES, 2013), como relatam os pescadores Antônio e Ramiro.

(Pescador Antônio) Em relação a outro perigo que nós pescadores artesanais corremos, é em relação às áreas de Marinha, de petróleo e química, como as embarcações de apoio, embarcações de transporte, os rebocadores que ela coloca dentro da baía, navios... A gente sofre com esse tipo de coisa, pois está cada vez mais difícil levar o sustento para a família, que a gente tirou totalmente a possibilidade de... Tem a área de 500 metros que você não pode se aproximar do navio, então você, não pode se aproximar, 500 metros do rebocador, das plataformas, então não pode e, essas plataformas e embarcações são colocadas nos canais, e nos canais é onde o peixe faz o movimento, por que ele usa as marés, chegam nos locais de alimentação, então é um trabalho... A Petrobras usa o canal, por que o rebocador precisa do canal, as plataformas precisam dos canais por que os navios têm que encostar nelas, aí o que que resta para os pescadores?

(Pescador Ramiro) Cada terminal da REDUC cria uma área de segurança de 200 a 500 metros, isso quer dizer que, nós temos uma área de exclusão pesqueira de 200 a 500 metros por terminal. O pescador não pode passar, não pode fundear, ele não pode trabalhar ali.

As áreas de segurança impostas pelas NORMAMs impedem que esses homens e mulheres tenham acesso aos recursos pesqueiros, afetando sua renda familiar. Neste sentido, os pescadores também lembraram da zona de exclusão de pesca do rio Suruí, que corta a colônia de pescadores Z-9, em Magé. Relataram que empresas ligadas à indústria petroquímica edificaram às margens do rio, causando assoreamento e destruição da mata ciliar. Em virtude das obras, o pescador artesanal passou a ter dificuldade de navegação. Zborowski (2008) afirma que as zonas de exclusão podem ser descritas como permanentes, quando acarretadas pela construção de uma barreira física permanente, a exemplo das refinarias de petróleo; ou temporárias, que são as que permanecem em determinado local, durante um período de tempo, como as dragagens, por exemplo. Tal fato pode ser observado na narrativa do pescador Roberto.

(Pescador Roberto) Aí, eles querem fazer no Rio Suruí um sistema de “siga e pare” e a gente não concorda com isso. Eles vão fazer uma obra e parar o pescador. Você para e desliga o motor, nisso, quando você liga de novo, você gasta mais combustível, e isso é por sua conta. Aí voltou, a boca do Rio Suruí, como muitos rios está assoreado, aí se passar da hora, você fica preso ali, não consegue sair e quem está lá fora não consegue entrar. Então, quem vai pagar o dano, somos nós? Errado! Direito de ir e vir! Pode ser a pé, pode ser de barco, eu vou passar! A não ser que a gente entre em um acordo: Nós vamos fazer isso, isso e isso por vocês, porque naquele horário... Aí é diferente! Porque ninguém vai tirar o direito da gente, não! Já fizeram uma vez e eu botei para quebrar! Juntei bastante gente... E, essa obra, desses ductos é para passar petróleo, gás, água... Eu tenho vídeos que eu filmei na época da obra, dos barris dentro do mangue e depois quem ficou com o prejuízo fomos nós! A gente tem que andar em ziguezague com o barco... Aqui pode, aqui não pode... Quem não entende fica encalhado.

Os pescadores mencionaram também a drástica diminuição ou desaparecimento de diversas espécies de pescado. Apontaram como uma das causas a ampliação das áreas de fundeio, que atende especialmente os navios ligados à indústria de petróleo e petroquímica.

(Pescador Roberto) A pesca na baía de Guanabara está escassa demais, demais! Você vai lá e tem sempre um lugarzinho que é melhor, que você consegue alguma coisa, mas assim, tem gente que passa a noite toda e não pega nem um peixe. Por exemplo, meu tio

vai todos os dias, todos os dias ele faz trinta reais hoje, quarenta reais amanhã... Mas aí... Ele vai sozinho e não tem que dividir, o que ganha, é só seu.... Mas aí, você soma... Por isso que está diminuindo a quantidade, não tem peixe... E para piorar, tem a época da proibição, do defeso, aí já viu... Não tem mais aquela quantidade de peixes que a gente sabia que entrava, por que? Muitos navios, muitos...

Outro pescador, similarmente, nos fala sobre o pré-sal³⁰ e as possíveis consequências do aumento do uso do espaço marinho da baía de Guanabara, aumentando a movimentação e as edificações submarinas, diminuindo ainda mais os espaços de trabalho dos pescadores artesanais.

(Pescador Ricardo) Hoje o pescador dentro da baía de Guanabara tem uma vida sofrida com o pescado diminuindo mais ainda. Tem ainda o pré-sal que vai atravessar tubulação por dentro da baía de Guanabara, que vai ter outra demanda grande que vamos ter, que num seminário que estive na Petrobras, um comandante disse, mas ele deu a infelicidade de eu estar lá e que conheço todas as tubulações pois mergulhei nelas: O pescador tem que estar a 500 metros de cada rede, não pode botar isso, não pode botar aquilo...[...] Então o pescador é totalmente marginalizado, o tempo todo, totalmente. Todo mundo tem direito na baía de Guanabara, menos ele. Na vez dele é tolhido por alguma coisa. E diga-se de passagem: o que sustenta o mercado de pesca no Brasil é a pesca artesanal!

Ainda com relação às embarcações *offshore* utilizadas pela indústria petroquímica, temos o problema do abandono após um longo período de uso. Embarcações antigas são afundadas ou ancoradas por período indeterminado em locais públicos. Há aquelas que chegam a ficar à deriva na baía de Guanabara.

(Pescador Marcos) Então isso é uma agressão. A pior agressão para nós hoje na baía de Guanabara é essa e a falta de “descontrole” com o meio ambiente. Temos embarcações (*offshore*) abandonadas, por que eles chegam... Usam, usam a embarcação e quando tem que mandar desfazer dela, pegam e jogam numa praia, jogam num lugar qualquer deixam afundar. Hoje mesmo, se sairmos daqui hoje, tem ali umas dragas na praia do Barreto, amarradas umas nas outras, lá

³⁰ No pré-sal estão as maiores descobertas de hidrocarbonetos realizadas no mundo na última década. A indústria de petróleo e petroquímica possuem grandes investimentos em refino de petróleo desde os primeiros passos do PAC, impulsionando à exploração e produção petrolífera nacional, que se deu a partir da descoberta de grandes jazidas marítimas na camada de pré-sal, em uma extensa faixa com cerca de 200 km de largura por 1000 km de comprimento, do litoral catarinense ao capixaba (MENDONÇA, 2015).

no fundo... São da dragagem e estão abandonadas. Lá em São Gonçalo na frente um pouco, fora esse pessoal que compra embarcação velha para desmontar e vender como sucata e abandonam, não conseguem desmontar... está tudo jogado por aí... embarcação que encostam no estaleiro e são abandonadas e os donos dos estaleiros as afundam... Deixam para lá...

Equipamentos, produtos e materiais de vários tipos também são descartados de forma irresponsável pela indústria petroquímica, em especial, os navios de apoio às operações. Essas embarcações abandonadas na baía de Guanabara, muitas vezes servem de esconderijo para pessoas mal-intencionadas, que utilizam esses espaços para práticas delituosas. Tem-se ainda o problema da acumulação da água da chuva, o que acaba transformando essas embarcações em criadouros de mosquitos capazes de transmitir diversas doenças. Além disso, essas embarcações, muitas vezes são abandonadas com grande quantidade de óleo combustível e lubrificante em seu interior, podendo vazar e contaminar a água (figura 28)³¹.

Figura 28 - Carcaça do navio HSB Gemini 51, de bandeira panamenha, abandonado na foz do rio Jequiá, Ilha do Governador.



Fonte: Acervo da pesquisa.

³¹ Jornal o Globo de 16 de outubro de 2016 - Embarcações e carcaças deixadas na Baía chegam a 150: Marinha fará leilão para vender parte delas, mas muitas seguem com destino incerto. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/embarcacoes-carcacas-deixadas-na-baia-chegam-150-17779680#ixzz5Pfx5KxHw>. Acesso em 01 ago. 2018.

Segundo a Coordenadoria Integrada de Combate aos Crimes Ambientais (CICCA), da Secretaria Estadual do Ambiente, há mais de 150 embarcações abandonadas nestas condições, todavia, a falta de fiscalização torna muito difícil que seus donos sejam localizados e punidos.

A instalação de empreendimentos da indústria de petróleo e petroquímica na região da baía de Guanabara acarreta a intensificação do uso do território e compromete permanentemente o modo de vida dos pescadores artesanais, que muitas vezes abandonam a atividade ou deslocam-se para outros locais de pesca, geralmente mais distantes dos locais habituais de trabalho. Esse fenômeno Mendonça (2017, p. 66) chama de *continuum colonial*, que é a expressão mundial de colonialidade, cuja consequência direta é o deslocamento compulsório ou a ameaça das comunidades tradicionais.

6.2 Degradação ambiental

A violência dos processos de desterritorialização é intensificada pela degradação ambiental causada pelas indústrias de petróleo e petroquímica. Durante o estudo os pescadores artesanais destacaram diferentes tipos de degradação, com destaque para a poluição sonora e despejo de efluentes. Destacam-se também a omissão do poder público, a falta de fiscalização dos agentes poluidores e os crescentes casos de corrupção.

Segundo os pescadores, a poluição sonora é produzida pela movimentação das embarcações na água, pelos passagem de produtos químicos nos ductos e também pelos testes de prospecção sísmica (que consistem na emissão de ondas sonoras capazes de atravessar a lâmina d'água, entrando até 15 km no solo submarino, com o objetivo de descobrir se naquele local existe ou não petróleo). Segundo os pescadores entrevistados, a poluição sonora afugenta os peixes e prejudica enormemente o trabalho.

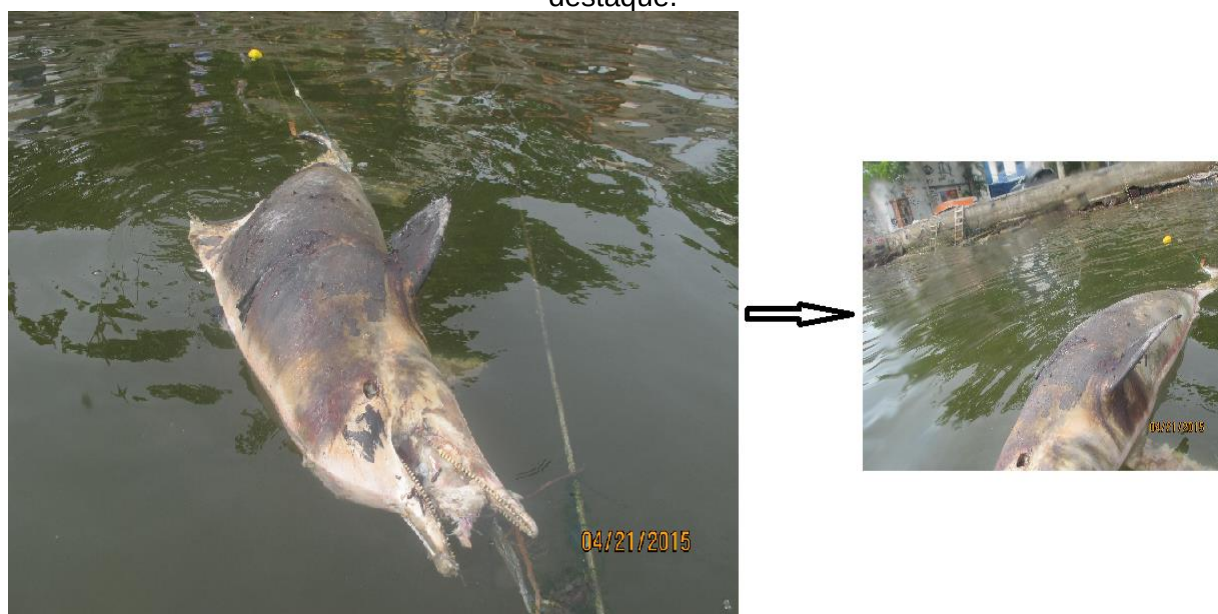
(Pescador Ramiro) Em uma manhã, fui à beira da praia e me deparei com os pescadores muito nervosos, muitos com as mãos na cabeça, em claro sinal de desespero, observando alguma coisa que havia acontecido no mar. Nesse momento, acontecia um trabalho de

batimetria e sondagem, executada por uma embarcação da multinacional Petrobras. A dinâmica do trabalho da embarcação consistia na atracação de um grande rebocador, que possuía equipamentos batimétricos para a emissão do som, com a finalidade de mapear o solo marinho, em busca de novas jazidas de petróleo. O problema era o local em que a embarcação passava: justamente onde os pescadores artesanais pescavam seus peixes, era justamente onde as redes de espera eram colocadas. Além do mais, o som causado pela batimetria afugentava todos os peixes da região.

(Pescador Roberto) O pessoal fala: Mas o navio fica ali parado... Eles não ficam! Eles ficam ali fundeados eles ficam fazendo as manobras deles, fazendo as manutenções dos ductos que estão ali em baixo. Você vai ali e vê bonitinho. [...] Os peixes que vinham para reproduzir aqui dentro, não vem mais e quando vem, vem muito pouco, então, não está dando...

É oportuno lembrar que não só os peixes sofrem com os impactos da indústria petroquímica. Há diversos animais marinhos (como golfinhos, tartarugas e aves marinhas) encontrados mortos todos os anos na baía de Guanabara (figura 29).

Figura 29 - Fêmea de golfinho da espécie *Sotalia goianensis*, monitorada pelo MAQUA-UERJ³², encontrada morta em frente a petroquímica COSAN, imagem ao fundo, no destaque.



Fonte: Acervo da pesquisa.

³² MAQUA-UERJ: Laboratório de Mamíferos Aquáticos e Bioindicadores (MAQUA) da Faculdade de Oceanografia da UERJ. O golfinho da foto foi descoberto pelo autor, no dia 21 de abril de 2015, durante um mergulho. De imediato fez contato via telefone com a equipe do MAQUA-UERJ, que compareceu ao local e recolheu o animal para autópsia. Mais tarde constatou-se que se tratava de uma fêmea de 19 anos de idade, que havia morrido por causas relacionadas à poluição marinha. Site do MAQUA: <http://www.maqua.uerj.br/historico.html>.

Além da poluição sonora, há também a poluição da água por indústrias que utilizam o petróleo e seus derivados em diversos processos e lançam seus efluentes na baía de Guanabara. São indústrias de beneficiamento e produção de diversos materiais provenientes do petróleo, como a gasolina e seus derivados, borracha sintética, náilon, fios e fibras sintéticos, asfalto, Cloreto de Polivinila (PVC), diversos tipos de polietileno, detergentes, solventes, fertilizantes, dentre outras substâncias e produtos.

(Pescador Carlos) E nós que sobrevivemos da pescaria, ficamos a ver navios... Já não chega a poluição que é isso, que tem, eles ainda vêm e fazem isso... A poluição atrapalha muito também... Refugo de óleo de navio que eles lavam o porão do navio e jogam para dentro d'água, os navios da Petrobras, dessas fábricas de borrachas que tem na rodovia Washington Luís, na Rio-Magé... Vai tudo para dentro d'água, através dos ductos até chegar aqui dentro, esse esgoto industrial... Haja peixe para sobreviver no meio dessa poluição, não é? A gente procura se afastar um pouco para poder respirar melhor, o peixe também, né? Então, aqui está ficando difícil cada vez mais. E vamos vivendo e tentando sobreviver nesse meio mesmo. Como diz o outro: Empurrando com a barriga...

Um dos pescadores entrevistados nos revela o quão diverso era o ecossistema na baía de Guanabara num passado não muito distante, em que ele pescava com seu pai e a pesca era farta. Todavia, o pescador relata que tal fartura não é mais perceptível, devido aos efluentes vindos das empresas que margeiam a baía de Guanabara, em especial aquelas que fazem uso de derivados de petróleo. O pescador relata também o uso de “tintas envenenadas”, que são utilizadas como camada passivadora nas tubulações submersas, para evitar a bioincrustação de organismos marinhos, resultando no desaparecimento de espécies marinhas.

(Pescador Marcos) Eu sempre gostei de pescar de espinhel³³ com meu pai aqui na baía de Guanabara, matava muito bagre, cação, agora não acha nenhuma arraia de fundo, mas na nossa costa aqui tinha arraia borboleta, arraia lixa, viola, chita, bagre branco, bandeira, amarelo, guri, tainha culimão com 12, 15 kg, roncador, papa-terra, tudo naquela área de Magé, Paquetá. Tinha piraúna, tarpão de 60 kg, cação de bico doce, peru, mero, linguado, cherne, robalo,

³³ O espinhel consiste em um aparelho de pesca que funciona de forma passiva, com a utilização de iscas para a atração dos peixes. O espinhel é formado pela linha principal, também chamada de linha madre, linhas secundárias e anzóis.

pescada amarela, branca, sororoca, agora, depois do crescimento empresarial... Essas empresas não fazem o tratamento adequado, não fazem uma usina de tratamento correta, jogam tudo pra dentro da baía, dos rios, fábrica de tecido, curtumes, isso tudo fez com que sumissem as espécies de peixes; o camarão que se manteve, tanto o branco quanto o rosa, mas o rosa, hoje a gente só pesca ele só no fundo, por que ele não passa onde tem tubulação envenenada, depois dos terminais envenenados não tem mais camarão.

(Pescador Negrete – Associação de Pescadores) A marinha não está vendo que as grandes empresas estão imprensando o pescador, não estão vendo que o pescador artesanal está morrendo? Veja só que acontece lá na REEDUC, os pescadores que vivem da pesca do caranguejo estão morrendo, porque aquilo lá está cheio de poluição, cheio de óleo, cheio de lixo! Então, o pescador que vive do caranguejo, estão morrendo de fome!

(Pescador Luciano) Hoje em dia não tem como, tipo assim: Caiu na rede é peixe! Nem siri você vê mais. Vou te dar um exemplo: Até alguns anos atrás, eu pegava uma... Arrastão de porta, passava para lá e para cá, aqui na frente, com água no peito e pegava caixas de camarão... Aqui na frente! Siri, a gente escolhia, só os grandões, dois três tabuleiros, só siri grandão! Hoje você não vê nada... Raro você ver um siri... Antes do derramamento do óleo a pescaria era muito boa, o recurso pesqueiro era muito bom... Hoje... Tipo assim, no decorrer do tempo a situação vai ficando pior.

Rosa e Mattos (2010) afirmam que a diminuição do pescado, sejam peixes ou caranguejos, está intrinsecamente relacionada à degradação dos ecossistemas, fato que força os pescadores a irem cada vez mais longe para conseguir o sustento de cada dia. Segundo os pescadores, o acidente de 18 de janeiro de 2000 piorou muito as condições para a pesca na baía de Guanabara. Houve um derramamento de 5,8 toneladas de petróleo, que atingiu um raio de 40 quilômetros na baía de Guanabara, contaminando praias, manguezais, estuários, costões rochosos, assim como toda a fauna e flora da região. O acidente aconteceu por uma falha no oleoduto PE-II, impactando grande parte da vida marinha da baía de Guanabara, incluindo as praias, manguezais, ilhas, costões e estuários.

(Pescador Carlos) Rapaz... Até 2000 a pesca aqui na baía era muito boa! De 2000 para cá, depois que derramou aquele óleo na baía de Guanabara, veio piorando a cada ano que passa. Não tem pescado, não existe mais... Um peixe que você pescava com 700 metros de rede, hoje a gente sai com 1500 metros de rede e não consegue

pegar uma caixa de peixe. E quando você pescava com 700 panos de rede, você pescava era 200 quilos, 300 quilos de peixe. Hoje você vai com 700 panos de rede e só pega mesmo o peixe para você levar para casa para almoçar ou jantar...

(Pescador Ramiro) Com relação ao vazamento de óleo da Petrobras no ano de 2000, esse evento causou um impacto tremendo para a gente aqui. Existe uma controvérsia, pois a empresa alega que vazou um milhão de litros de petróleo cru, já os órgãos ambientais dizem que foi o dobro, três milhões de litros, que atingiram os manguezais e praias. Na nossa praia, na região de Mauá, estávamos comentando isso a até poucos dias, nós fazemos uma “cava”, com a mão mesmo, com a finalidade de catar o camarão de areia e alguns peixinhos que sobrevivem nesse local, mesmo na maré “seca” pois sobrevivem graças ao bolsão de água formado. Usamos esses animais como isca. Hoje, não se encontra mais animal algum.

(Pescador Cassio - Associação de Pescadores) Hoje em dia a pescaria está um fracasso, um verdadeiro fracasso! Aquele barco ali é nosso, ele está precisando de reparos, mas nós não temos dinheiro para consertar ele... Está muito difícil pegar algum peixe aqui, desde aquele acidente da Petrobras, aquele do ano de 2000. Aquilo acabou com o mar... A poluição aumentou demais... Os peixes estão sumindo, e é cada vez mais difícil você sair e conseguir pegar alguma coisa, não dá nem para consertar o caico e nem para se alimentar, vender então, nem pensar. Os pescadores antigos não estão conseguindo sobreviver...

Segundo os relatos dos pescadores, o óleo cru, oriundo do vazamento da Petrobras, impregnou até mesmo seus petrechos de pesca, como redes, embarcações e currais de criação e captura de pescado. Dizem que ainda há óleo nas camadas mais profundas das praias de Magé, Niterói e Ilha do Governador. Segundo um dos pescadores entrevistados, era tanto óleo que eles pensaram que tivesse ocorrido algum naufrágio, inclusive com possíveis vítimas.

(Pescador Ramiro) Foi um pescador da colônia de pescadores Z-10, da Freguesia, que viu uma grande mancha de óleo no local em que ele estava pescando, que ao levantar a sua rede, havia uma grande “massa de grude”, inclusive tendo sujado o seu barco. Esse pescador comunicou ao Corpo de Bombeiros de Paquetá, alegando haver um navio afundado na região, pois achava que o óleo visto era oriundo de um naufrágio. Sua preocupação naquele momento era o socorro às possíveis vítimas do naufrágio. Os bombeiros procederam ao local e perceberam que não se tratava de um naufrágio, mas sim, de um grande vazamento de petróleo. Nesse momento, já estava amanhecendo e eu acabara de sair de casa para ir buscar minha

rede de espera, que estava em um local próximo do ocorrido, quando me deparei com uma imensa mancha de óleo no mar, “uma coisa absurda”, “o mar virou negro”, as ondas não eram formadas por água, mas sim, por óleo.

Ainda, segundo os relatos, os efeitos do acidente de 2000 são sentidos até os dias de hoje. Segundo os pescadores, o óleo cru derramado no acidente ainda se faz presente em alguns pontos da baía, impossibilitando a recuperação dos ecossistemas nos quais os peixes, invertebrados e moluscos, se reproduzem. Podemos perceber na narrativa dos pescadores uma grande tristeza pelos danos à baía, assim como indignação com o descaso da Petrobras, responsável pelo desastre.

(Pescador Francisco) [...] poxa os peixes vinham aqui, agora tem muita lama com óleo no fundo, não nasce nada, nem o mangue... Tem muita dificuldade de nascer. Nós já temos a dificuldade do vazamento de óleo da Petrobras... E até hoje isso reflete na pesca. Eles dizem que está limpa, o IBAMA diz... De 2000 para cá, teve uma deterioração enorme aqui, uma dificuldade por causa dessa poluição.

(Pescador Jacemir) A indústria petroquímica despeja muita química na água por debaixo dos panos. Tem muitos barcos aí que lavam o tanque do navio e jogam dentro d'água... Esse derramamento da Petrobras que tem dezessete anos, que foi em 2000, agora que começou a dar um camarãozinho... Agora... Tinha muita catanhanha, mas agora você não vê mais catanhanha... Acabaram com tudo, o óleo acabou com tudo e eles não querem saber, entendeu? Nós não temos mais recursos nenhum, não temos mais direito a nada...

Existe ainda uma ação na justiça por parte dos pescadores que pedem uma compensação indenizatória da Petrobras, sendo que nada foi pago.

(Pescador Ramiro) Ficamos sabendo, através dos meios de comunicação, como a televisão, que a Petrobras foi multada em 51 bilhões de reais por esse acidente. Essa multa foi paga, durante o governo Garotinho e que os municípios de Magé, Duque de Caxias e Guapimirim receberam a maior parte desse repasse, inclusive, o município de Guapimirim, passou a ser uma “vitrine”, inclusive, gerando a sua emancipação, devido à quantidade de dinheiro direcionado para lá. Só que esse dinheiro não foi enxertado em melhorias para a comunidade, principalmente os atingidos pelo derramamento de petróleo, como os pescadores artesanais. O que

aconteceu foi a construção de prédios, como é o caso do prédio da prefeitura de Guapimirim. Em Magé, o dinheiro não apareceu. Tínhamos um posto de saúde, mas não tínhamos remédios, nem médicos. O posto médico era uma “caixa de concreto vazia”. A única obra que nós vimos que poderia dar certo foi uma obra, localizada em Mauá, em um bairro chamado de Figueira, que foi uma central de tratamento de esgoto, que atualmente é um “elefante branco”, que não passa de outra “caixa de concreto”, sendo mais uma obra que não deu em nada.

Segundo o pescador Figueiredo, além dos problemas remanescentes do derramamento de óleo do ano de 2000, a pesca também tem sido afetada pela presença de traineiras de capacidade industrial, vindas de fora da baía de Guanabara. Os pescadores alegam que estas embarcações acabam pegando o pouco que resta dos peixes comerciáveis remanescentes na região. Ainda, de acordo com o pescador, os danos ambientais foram tantos que a diversidade ecológica na baía encontra-se severamente ameaçada, assim como, os pescadores artesanais que possuem seu estilo de vida ligado diretamente ao ambiente saudável e equilibrado.

(Pescador Figueiredo) Não tem mais nada para pescar! Está acabando e os barcos traineiras, passando balão estão pegando tudo! E também com esse óleo do vazamento de 2000... Eu acho que a baía de Guanabara está morrendo... E os pescadores estão pedindo socorro! Estão morrendo junto com a baía!

Os pescadores expressam frustração com a omissão da Petrobras, uma vez que os responsáveis pelo desastre não foram punidos, os pescadores não foram devidamente indenizados e nem souberam de ações efetivas para mitigar os danos do desastre na região.

(Pescador Gilson) O derramamento de óleo aconteceu em 2000 e nós já estamos em 2017 e não recebemos indenização nenhuma. Deram uma cesta básica, duas parcelas de 500 reais e acabou, ficou por isso mesmo. Ninguém recebeu nada. Não aparece um órgão competente aqui para saber se a gente está precisando de alguma coisa, para dar uma ajuda, entendeu? Se a gente precisa de uma rede... Ninguém faz nada... A realidade é essa.

(Pescador Antônio) O derramamento de óleo dos anos 2000, pela Petrobras no berçário do peixe, no berçário da desova, que foi na região de Mauá afetou toda a baía de Guanabara! Eles falam que afetou só a região de Mauá, não! Afetou toda a baía de Guanabara, porque, a corvina, piraúna, pescadinha, bagre, robalo, camarão, todo peixe entra na boca da barra, eles têm a época de entrar e desovar no raso, o peixe não desova no fundo, eles desovam no raso, lá na costa, para os filhotes não serem comidos pelos predadores. Então eles vão lá, desovam lá, está certo? E foi lá que foi o derramamento do óleo bruto da Petrobras, que o pescador botou em questão e até hoje, o pescador não foi contemplado.

Há pescadores que dizem conhecer pessoas que desenvolveram enfermidades por travarem contato com o petróleo derramado na água em 2000. Percebemos que os pescadores sentem medo de adoecer em virtude da poluição da água por compostos químicos.

(Pescador Paulo) Aqui saúde para pescador é difícil! Ele tem que dar mão à palmatória e dizer assim: Vou com Deus e vou voltar com Deus! Se eu for depender de hospital para resolver isso, pode ficar descansado que não vai resolver, não! Até hoje eu não consigo respirar direito devido ao cheiro do óleo que ajudei a limpar da praia... Tenho medo de cair de cama e não poder trabalhar mais... Se eu me encostar, morro de fome!

Em tom quase dramático, o pescador Figueiredo relata sua experiência com os problemas de saúde dos pescadores impactados pelo derramamento de óleo de 2000. Fala também dos danos causados à avifauna da região, citando as aves marinhas impregnadas de óleo e o esforço que faziam para tentar mitigar a situação.

(Pescador Figueiredo) Eu vejo muitos pescadores com câncer de pele, tem até o nosso amigo aqui com câncer o (FULANO), né? Depois do vazamento do óleo de 2000 da Petrobras, então que está aparecendo muitos pescadores aparecendo doentes, depois desse vazamento. O óleo veio até aqui na beira da praia, os patos (biguás³⁴) ficaram todos pretos e a gente fazia limpeza na beira da

³⁴ O biguá é uma ave aquática de plumagem escura, muito comum na baía de Guanabara, cujo nome científico é *Phalacrocorax brasilianus*. A ave foi símbolo da catástrofe ambiental da baía de Guanabara, por conta do acidente de 2000, devido a uma foto que rodou o mundo, tirada pelo repórter Domingos Peixoto do jornal O Globo, na qual uma ave foi flagrada em agonia numa praia em Magé, por estar impregnada de petróleo.

praia e, nosso medo sempre foi esse, nós trabalhamos nesse óleo, para limpar e ficamos muito tempo em contato com ele...

Figura 30 - Ave marinha chamada biguá (*Phalacrocorax brasilianus*), impregnada de óleo oriundo do vazamento da Petrobras no ano de 2000.



Fonte: Jornal o Globo de 20 de janeiro de 2000.

Em se tratando da responsabilidade civil sobre o crime ambiental, os pescadores acreditam que devido ao grande poder econômico, assim como à elevada influência política da multinacional, os julgamentos são sempre favoráveis à ré (Petrobras), haja vista que os pescadores artesanais não gozam do mesmo prestígio daqueles que detêm o poder econômico, equivalente ao seu poder de interferência no âmbito ambiental e social, influenciando, inclusive, as decisões judiciais, conforme nos relatam alguns pescadores.

(Pescador Marcos) As nossas autoridades, hoje, da justiça, ela é muito... Aliada, muito aliada, as empresas como a Petrobras por exemplo, nós temos um processo aqui, que está desde o ano 2000 correndo, né? Esse processo foi julgado em primeira instância favorável para nós, pescadores. A Petrobras recorreu de tudo quanto foi lado e na segunda instância, perdemos. Eu percebo que a

primeira instância julga, mas quando se vai para a segunda... Ali se perde...

Após dez anos da ação civil movida contra a Petrobras, o crime foi prescrito e a petroquímica não foi punida, nem tampouco houve indenização em favor dos pescadores atingidos.

(Pescador Jacemir) Eu acho que não adianta reclamar de nada! Olha o derramamento da Petrobras de 2000, que eles fizeram aí, a mídia teve em cima e deu o que? O pessoal lá de fora deu em cima e deu o que? Deu em nada! Em nada! Na época eles deram uma cesta básica e setecentos reais...

Outro pescador entrevistado reflete a sua descrença acerca da ação jurídica referente ao crime ambiental. Diz que a flexibilização das legislações ambientais ocorre para o favorecimento dos empreendimentos petroquímicos, o que tem sido cada vez mais comum (TOMÁZ; SANTOS, 2016). Tais conflitos são pano de fundo para um problema que envolve a sobrevivência de um povo tradicional e a produção de alimentos e energia para a metrópole.

6.3 Expansão das indústrias de petróleo e petroquímica: o COMPERJ

O modelo de desenvolvimento pautado na exploração do petróleo justifica a ampliação dos sistemas de produção, com a criação de grandes instalações, como o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ), que está sendo construído próximo aos manguezais da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim. Esse empreendimento é tido como o maior investimento individual da história da Petrobras, sendo criado através do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), no âmbito do governo federal. A função deste grande empreendimento é a produção de substâncias derivadas do petróleo, resinas plásticas, além do próprio refino do óleo cru (SOARES, 2012; MAIA, 2014). Como o COMPERJ se localiza às margens da baía de Guanabara, muito próximo a uma APA e manguezais, os pescadores artesanais narram suas preocupações acerca do empreendimento, apontando, não só os riscos ambientais de um vazamento, mas também o problema

da desterritorialização, uma vez que os casos de desapropriações de casas são comuns da região, inclusive, com forte influência de políticos, conforme nos revela o senhor Roberto:

(Pescador Roberto) Segundo estão falando, as obras do COMPERJ vão voltar agora. Eles fizeram uma licitação para ver como vai ser feito e tem uma semana ou duas semanas para mostrar os detalhes da obra, de como vai ser feito... Um deputado, um tal de Wando... Mostrou ali em Suruí onde geralmente... Tem as desapropriações. Se você for embora aqui por dentro, você vai ver uma parte... Por dentro aqui, logo depois tem uma ponte que eles fizeram uma obra para passar com uns ductos por cima, umas 16 linhas se não me engano, só que ela não tem estrutura para isso, aí só vão passar três linhas e as outras vão passar por baixo.

(Pescador Figueiredo) Quando o COMPERJ voltar a funcionar aqui, eles vão contratar mais gente de fora do que daqui de dentro, por que, a obra deles é enorme e a parte de mecânica deles... Eles não vão contratar um pescador para mergulhar, eles vão contratar o mergulhador profissional, eles não vão contratar o pescador para puxar uma corda eles vão contratar uma máquina para sair puxando. Eu acho também que vai piorar muito a poluição, o tráfego de navios, tudo, em todas as formas de trabalhos deles, vão parar a baía de Guanabara.

O COMPERJ localiza-se no município de Itaboraí, região limítrofe ao mosaico Central Fluminense e, está entremeado na Área de Proteção Ambiental (APA) estadual do Macacu, que por sua vez, é fronteira com a APA Guapi-guapiaçu, que é administrada pelo município de Guapimirim, a menos de 10 km da Estação Ecológica (ESEC) Guanabara e da APA Guapimirim e a 20 km de distância do Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Domingues (2012) afirma que o COMPERJ abrangerá uma área de 45 mil km², após a conclusão de suas obras. Ferreira et al (2007), comentam que o processo de instalação do COMPERJ gerará algo em torno de 200 mil empregos diretos, indiretos e procedentes resultantes da renda durante as obras, e mais 50 mil quando entrar em execução integral.

Entretanto, Coelho (2017, p. 17) aponta que desde 2007, quando se deu início ao processo de licenciamento ambiental do COMPERJ, “o maior empreendimento industrial da história do estado do Rio de Janeiro [...] a tensão entre conservação ambiental, participação social e atividade industrial se

intensificou”. Isto ocorreu pois a Petrobras começou a construção do COMPERJ, sem inclusive, ter as devidas liberações e licenciamentos ambientais, ou então, tais licenciamentos foram emitidos de forma a beneficiar os interesses pessoais da empresa em prejuízo dos interesses dos pescadores artesanais, prevendo inclusive a construção de oleodutos que impediam a navegação das embarcações dos pescadores da região de Magé, região de manguezal, próxima à APA de Guapimirim.

Além do espaço ocupado em Itaboraí, onde está o COMPERJ, foi construído o Arco Metropolitano, que serve de apoio logístico, interligando diversos municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro. Percebemos nas entrevistas que há uma certa “má vontade” dos órgãos fiscalizadores em regular as atividades da pesca industrial, do COMPERJ e das embarcações *Offshore*, que não sofrem as mesmas sanções e fiscalizações que os pescadores artesanais.

(Pescador Carlos) Tinha que ter uma vistoria boa, uma fiscalização boa, por parte do IBAMA dentro da baía de Guanabara, fiscalizar as traineiras, combater pelo menos as traineiras de pescar na beirada, por que elas têm que pescar três milhas afastadas da costa e aqui na beirada não dá três milhas... E o COMPERJ? Será que o IBAMA não enxerga o que o COMPERJ faz aqui dentro?

(Pescador Maurício) O IBAMA deveria fiscalizar as embarcações de pesca industrial aqui na baía, mas infelizmente não fazem... Porquê são essas indústrias altamente poluidoras que pagam seus salários e os deixam ricos... É mais fácil fiscalizar, bater e oprimir os pescadores artesanais, que vivem da subsistência de suas vidas e na reprodução de suas culturas e tradições, além do que, não tem coragem de acirrar com o mesmo regramento legal e fiscalização da pesca industrial, altamente degradante... Uma covardia!

A invisibilidade sentida pelos pescadores na baía de Guanabara também se manifesta no campo político, sendo reafirmado no âmbito federal.

(Pescador Marcos) Há um tempo atrás, nós levamos uma proposta lá para a APA de Guapimirim, de fazer a dragagem do rio, eles estavam aceitando aquilo bonito. Quando apareceu uma empresa para fazer a dragagem de um rio que estava precisando, né? Por acaso foi a Petrobras para colocar uns reatores lá no COMPERJ, nós (pescadores) montamos um conselho, onde tratamos de assuntos sobre meio ambiente, e eu fui a favor, pois na reunião, foi colocado uma porção de gente lá dentro que não representa nada. A maioria

das pessoas que estão lá dentro (APA Guapimirim) não tem conhecimento de meio ambiente de baía de Guanabara... Então, todo mundo quer dar palpite...

Os pescadores artesanais reagem diante da crescente ocupação da baía de Guanabara pelos grandes empreendimentos petroquímicos, que diminuem a qualidade ambiental, gerando além da escassez do pescado, áreas de exclusão pesqueira. Promovem “barqueatas” (atos pacíficos utilizando suas próprias embarcações de pesca) e manifestações em frente aos prédios da Petrobras, localizada no Centro do Rio de Janeiro. Também solicitam a intervenção do Ministério Público Federal através de ações civis.

(Pescador Marcos) Então fizemos uma barqueata, pois a empresa comprou meia dúzia de pescadores mancomunada com meia dúzia de pescadores de lá, junto com o pessoal do COMPERJ, deixou todos os outros pescadores de fora. Então a barqueata foi contra isso que estava acontecendo. Denunciamos aquilo, tinha mais de cem barcos de pescadores.

Percebemos nos relatos que a indústria petroquímica “alicia” alguns pescadores, dando empregos a eles mesmos ou a parentes. Os entrevistados fizeram esta declaração de forma tímida. Disseram que foram contratados por valores menores que o de mercado e não utilizavam equipamentos individuais de proteção (EPIs) condizentes com a periculosidade das substâncias que manipulavam.

(Pescador Jacemir) Já trabalhei na Shell... É uma firma boa, paga direitinho, só que tem muitos materiais que você usa que é química braba, que dá câncer direto, entendeu? Você trabalha num troço desse, protegido por uma máscara, que não protege nada... Fora esses óleos aí... Muitas coisas... Uma vez tentei trabalhar lá no COMPERJ... Não consegui... Ainda bem! Tem uns amigos que conseguem, mas aí já viu, né? É vender a alma para o diabo!

Diante desta realidade, que se perpetua ao longo de muitos anos, as propostas políticas do Estado para os pescadores artesanais parecem ir na contramão das suas necessidades, beneficiando o capital, através de um modelo de

desenvolvimento excludente e degradante. Parece haver uma clara associação entre os interesses de certos grupos políticos e os impactos ambientais ocasionados pelo COMPERJ. Pescadores como o Sr. Marcos sentem-se incrédulos e já nem querem participar de eleições.

(Pescador Marcos) Então Cesar, isso é muito ruim, essa falta de governo que nós estamos vivendo aí é proposital, hoje essas indicações políticas que hoje se o cara é bom de voto ele tem uma secretaria, lá dentro, não sabem o que estão fazendo, fizeram uma bagunça no nosso meio social que não é brincadeira. Os políticos não sabem o que é uma comunidade, eles só visam dinheiro e voto, mais nada, e eu estou muito propenso a nem votar mais, porque a coisa está feia, não se tem incentivo, só se tem represália, e tudo que nós fazemos aqui na pesca, tudo é capital próprio, recurso próprio, nós deixamos de comer para fazer uma rede... Agora vem esse COMPERJ aí... Mais um cabide eleitoreiro!

(Pescador Miguel) Os políticos e autoridades na minha visão, eles protegem o ambiente sujo, para poder manter o salário deles, para poder justificar o que ele se propôs a fazer, que é cuidar do meio ambiente, mas eles estão cuidando da poluição, eles falam que não podemos pescar em área de proteção ambiental, só que são áreas totalmente assoreadas, né? Olha o COMPERJ aí! Olha lá aquela região! Toda degradada!

Com relação ao descaso político, outros pescadores nos revelam a falta de ações públicas na região da colônia de pescadores a que são filiados. Eles nos relatam que para o desembarque do pescado, se faz necessário uma ponte para facilitar a logística da pescaria. Eles nos contam que diversos políticos comparecem na colônia nos períodos que antecedem as eleições, entretanto, quando conseguem se eleger/reeleger, não cumprem o prometido, deixando os pescadores na mesma situação.

(Pescador Miguel) Aqui vem muitos políticos fazer promessas, principalmente em época de campanha, mas até o momento, nenhum deles nunca cumpriu nada! Tanto os vereadores, que a eleição foi no ano passado, vieram aqui e prometeram mundos e fundos, aqui... Inclusive a melhoria da colônia com verba do COMPERJ, esse tal de “TAC³⁵”... Mas eles só terão o apoio da comunidade se eles mostrarem para a comunidade o que estão

³⁵ Segundo o art. 5º, § 6º, da Lei 7.347/85, o termo de ajuste de conduta – TAC pode ser tomado por qualquer órgão público legitimado à ação civil pública, como o Ministério Público, a Defensoria Pública, a União, os Estados-membros, o Distrito Federal, os Municípios, as autarquias, as empresas públicas, fundações ou sociedades de economia mista.

fazendo. Não fizeram nada. E agora está chegando período de campanha eleitoral para deputado, e tem aparecido pessoas aqui interessadas na causa do pescador, tendo como base fazer pela comunidade, fazer pelo pescador, porque aqui nessa colônia, quem não é pescador, é filho de, neto de...

(Pescador Roberto) A gente precisa de ajuda e está cheio de empresas lá dentro do COMPERJ que estão acabando com a gente e não tem uma contrapartida para cá! Aí você vai nas colônias da região dos lagos, a realidade é totalmente diferente da nossa, mas... Lá é muito melhor que aqui, as empresas ajudam, a prefeitura ajuda, lá eles têm ajuda. Aqui não temos ajuda de ninguém! Você vê, nós não temos uma secretaria de pesca, temos uma secretaria de agricultura, que devem ter uns duzentos funcionários, inclusive o secretário é daqui de Mauá, eles sabem dos nossos problemas, falamos com ele até no Facebook, mas ele fica só nos enrolando, enrolando... Político, né? Só que a gente vai lembrar, de todos eles, pode anotar, que isso não tem sombra de dúvida.

Existem informações vinculadas pela imprensa revelando grandes desvios de recursos públicos, que deveriam ser investidos na assistência às comunidades pesqueiras, assim como na fiscalização das indústrias de petróleo e petroquímica. A corrupção cometida por agentes públicos se perfaz em uma forma de violência, pois priva os pescadores artesanais de direitos básicos, como o direito ao trabalho, educação, saneamento e segurança, políticas públicas fundamentais para dignidade humana. Conforme Hochstetler (2002) descreveu, há diversos fatores limitantes da preservação da natureza no Brasil, como a baixa consciência ambiental devido à falta de políticas públicas voltadas para a educação ambiental, falta de investimentos financeiros na área, seguidas reformulações das agências ambientais (INEA, IBAMA, SERLA...) e, principalmente a corrupção. O pescador Marcos relatou a formação de um cartel em torno dos empreendimentos do COMPERJ, envolvendo ONGs e o estado. Também criticou a ação de órgãos fiscalizadores que agem na baía de Guanabara, como o IBAMA.

(Pescador Marcos) Eles criam dificuldade para vender facilidade, por que na realidade os projetos que tem lá na APA, de plantio de manguezal, é tudo deles... Tem uma tal de "Inatos" lá dentro da APA... que é formado por um "grupinho" deles lá, que ganham carro novo do COMPERJ, e outras coisas mais... Então, é assim que eles vivem, criam uma empresa para eles, eles não criam uma visão ambiental, eles criam uma "empresa" para eles, em cima do meio ambiente, e com isso quem paga o preço somos nós! [...] O IBAMA

quando é para fiscalizar as obras do COMPERJ, as empresas aqui dentro da baía de Guanabara, como os rebocadores, posto de combustível, fábrica de curtume de couro, essas empresas que jogam poluentes químicos dentro dos rios, eles não fiscalizam e quando fiscalizam é para ganhar alguma coisa... E, na baía de Guanabara quando sai é para prender o pescador... Né?

Quanto ao fluxo de embarcações, limitado ou proibido dentro de uma APA, assim como a pescaria, caça e captura de animais ou a coleta de plantas, os pescadores relatam que tais condições não são atribuídas a todas as pessoas. Há relatos de que embarcações pesqueiras de grande porte, como traineiras e barcos de arrasto, que trabalham sem serem incomodados pelos órgãos fiscalizadores, ao inverso do que ocorre com os pescadores artesanais. Os pescadores falam ainda, sobre o risco de serem agredidos ou mortos se adentrarem as barreiras federais de segurança, conforme relato abaixo:

(Pescador Negrete) Aí, tem aquelas traineiras enormes que entram na área de segurança nacional e ninguém fala nada! Lá é uma APA é isso que eu não entendo! Os caras das traineiras chegam lá e molham as mãos dos caras, e aí? Corrupção! Aí você vê aqui as traineiras passando aqui, abarrotadas de corvina, vindo de dentro da APA, onde fica o COMPERJ e ninguém fala nada! Por que eles podem pescar lá e o pescador artesanal não pode? Eu te digo, é por que o cara da traineira já deixou um dinheiro lá, já foi lá, já fez a pescaria e agora está indo embora! Mas, se eu for lá falar, eles me matam! Eu acho que alguém tem que gritar! Tem que denunciar! Esse peixe que a gente é proibido de pescar, é o peixe que deveria estar sustentando o pescador artesanal, a família do pescador, mas estão indo para as grandes empresas, por que elas pagam suborno nessas áreas de segurança nacional e de proteção ambiental.

(Pescador Antônio) A pesca não vai melhorar! Nós temos um governo falho! A realidade é uma só: A corrupção já tomou conta de tudo. Então, eu não posso dizer que há uma perspectiva de melhora da pesca dentro da baía, isso para mim, acabou! Eu não vejo futuro para o pescador artesanal aqui na baía de Guanabara... Eu não vejo futuro para a o pescador... No meu ver, eu vejo sim, as grandes empresas que estão usando a baía para o progresso da nação, eles deveriam sim, pegar o pouco de pescador que resta e dar um suporte de vida para eles, eu acho que seria a única saída.

(Pescador Ramiro) Eu vou usar a fala de um pescador, que foi muito importante para nós, esse pescador foi assassinado “por causa da luta”. Seu nome era Paulo e ele foi executado a tiros por causa da “luta” em 2009: “Você bota uma fração de uma gota de óleo nesse

copo, você tira a potabilidade dela e, além disso, mesmo que você queira bebe-la, você não consegue e você mata a maioria dos elementos positivos que tem aqui”.

A Petrobras, ao anunciar a construção do COMPERJ, como o maior investimento da história da estatal, com a promessa de inserir o Brasil em uma época de riqueza, prosperidade e desenvolvimento, tornou-se alvo de um dos maiores escândalos financeiros envolvendo o Estado. A corrupção e o desvio de verbas públicas têm como consequência, dentre tantas, a precarização das condições de vida e trabalho dos pescadores artesanais.

6.4 Perigos e resistências

Percebemos durante as entrevistas que há preocupação dos entrevistados quando a temática “violência”, principalmente quando se trata de violência cometida pela indústria do petróleo e petroquímica. Tal fato é completamente compreensível, pois os pescadores estão cotidianamente realizando suas atividades laborativas próximo às instalações petroquímicas. Há vários relatos de agressão. Senhor Ramiro, por exemplo, relata que os seguranças patrimoniais da indústria petroquímica realizam disparos de arma de fogo nos barcos dos pescadores, com o intuito de acertar o motor e parar as embarcações, causando-lhes prejuízos financeiros. Este pescador, que nos conta sua história, diz que para proteger seus caicos muitos pescadores colocam-se na frente das armas e acabam pagando um preço caro, pois os seguranças não deixam de atirar por conta disso.

(Pescador Ramiro) Teve um pescador que colocou a mão na frente do motor, pois eles dão tiro nos motores para danificar e parar nossos barcos, pois eles querem nos inutilizar. O tiro lhe amputou um dedo, que foi rapidamente colocado dentro da caixa com gelo, utilizada para conservar os peixes, e outro dedo ficou pendurado. Ele foi levado para o Hospital Paulino Werneck e os médicos conseguiram reimplantar o dedo amputado, mas que ficou pendurado, ele perdeu, o apelido dele era Tainha. O outro pescador tomou um tiro no braço e outro no peito. Ficou no hospital com “dreno” por vários dias. O tiro entrou na perna “saiu rasgando” até sair pelas nádegas dele. Ele se chamava Nelsinho.

Percebemos que esses pescadores vitimados pela violência na região da baía raramente denunciam esses atos, uma vez que, devido à morosidade judicial, os crimes dificilmente serão solucionados. Eles falam ainda sobre pescadores engajados na causa ambiental que desaparecem sem motivo plausível.

(Pescador Ramiro) Temos muitos casos de pescadores vitimados pela violência, muitos foram assassinados, como o caso do pescador da Camaméia, morto a tiros ao denunciar uma empresa chamada “Essencis Soluções Ambientais S/A³⁶” que se localiza no centro de Magé e que polui muito o rio que desagua na baía de Guanabara, que inclusive é dona de alguns aterros Brasil afora. Esse fato foi muito cobrado pela associação, pela justiça, mas “não deu em nada”.

(Pescador Negrete) eu já vi meus amigos pescadores aparecem mortos... Enforcados, amarrados... Já tive amigos que morreram aqui na baía de Guanabara, teve um que amarraram ele com uma pedra e jogaram ele dentro d’água... Parece que o nó se soltou e ele flutuou... Parece que ele estava no lugar errado e na hora errada. Aqui na baía tem muito contrabando de armas, drogas, bebidas... Aqui tem de tudo.

Além da violência interna, ou seja, dos navios e plataforma petroquímicas que rotineiramente ocupam a baía de Guanabara, há também o risco de ataques serem cometidos por navios estrangeiros, por contarem com seguranças armados em seu interior (Conselho Pastoral dos Pescadores, 2016). Percebemos com isso que os conflitos que intercorrem entre pescadores e petroquímica, rompem barreiras transcontinentais devido à atuação de seguranças armados em navios internacionais.

(Pescador Miguel) Nós estamos tão acuados, tão acuados, que a gente está com medo até de dar um lance próximo de um navio... E de vir alguma represália lá de cima do navio... De pensar que a gente é pirata, que a gente vai saquear... Temos medo de represálias com uso de armas de fogo... Existe a possibilidade deles darem tiro em cima da gente... Em conversas com alguns pescadores aqui da colônia, teve um pescador daqui, que foi atacado por um navio Filipino, que deu tiros nele... Foram tiros de cima para baixo, porque ele prendeu a rede dele nos ferros que sustentam, que seguram o *supply*, ele estava tentando tirar a rede, mas como a maré corria

³⁶ A empresa Essencis Soluções Ambientais S/A citada pelo pescador é uma empresa especializada em gestão ambiental integrada de resíduos industriais e possui unidades fabris nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais.

muito, e o cara lá de cima do barco mandando ele sair e ele não conseguia sair, o cara lá de cima atirou nele e ele teve que cortar a rede e sair de lá.

Percebemos ainda que alguns pescadores não se aproximam das plataformas de petróleo nem dos navios por terem medo de sofrerem algum tipo de violência:

(Pescador Paulo) Se se aproximar, vai ser embargado, tenho medo de ser sabotado por alguma coisa! Tem maluco para tudo, amigo! A gente pensa logo: vai sabotar alguma coisa. Eles acham que nós somos terroristas, mas nós só queremos ir ali para pegar o pescado. Não pode se aproximar muito não, se for de noite, eles “largam o aço!” Todas as firmas fazem isso, não é só a Petrobras, não! Não pode se aproximar muito não, amigo!

Outro pescador nos relata caso semelhante, com relação à aproximação das instalações da indústria do petróleo e petroquímica, quando estão pescando:

(Pescador Cassio - Associação de Pescadores) Tem a Shell também que não deixa a gente encostar, eles vêm logo em cima e mandam a gente se afastar, quando a gente vai ali nós conseguimos matar um peixinho melhorado, mas a Shell não deixa... Tem uns caras armados que mandam a gente se afastar... Como a gente não é doido a gente mete o pé de lá rapidinho.

O pescador seguinte nos fala que quando não são as ameaças de efetuarem disparos de arma de fogo, são os xingamentos e insultos, proferidos pelos agentes de segurança das petroquímicas.

(Pescador Jacemir) Você não pode encostar um pouquinho na Shell que o cara já vem gritando e xingando: Sai daí seu merda! Área inflamável! Não pode! Aí você não pode pescar.

A Associação de Homens e Mulheres do Mar (AHOMAR) é uma das associações com maior representatividade na região hidrográfica da baía de Guanabara. Trata-se de uma associação que reúne pescadores e coletores artesanais, assim como outras entidades de pesca, as chamadas associações (co)irmãs, cuja finalidade é a resistência aos conflitos e injustiças ambientais a que

estão expostos na baía de Guanabara, em função de suas profissões e modos de vida (CHAVES, 2011). Diversos casos de violências foram relatados pelos pescadores ligados à AHOMAR, chegando também a serem publicados em jornais de grande circulação³⁷.

(Pescador Ramiro) Pelo menos seis vezes, a sede da AHOMAR foi alvo de disparos de arma de fogo. Eu já escapei de dois outros atentados, um na minha casa e outro na praia, foi quando eu percebi ser um alvo em potencial, pois eu era visto como agitador por qualificar e alertar de certa forma meus companheiros pescadores.

Percebemos na fala do pescador entrevistado, que os pescadores artesanais da baía de Guanabara convivem com constantes ameaças, sejam elas, vindas dos agentes federais, conforme vimos no capítulo anterior, ou dos seguranças patrimoniais pertencentes à indústria do petróleo. Segundo os relatos do pescador Ramiro, toda vez que os pescadores artesanais se uniam para protestar contra a indústria do petróleo e petroquímica, algum tipo de violência acontecia. Essa violência ocorria de maneira desproporcional, uma vez que os ataques feitos contra os pescadores eram realizados por homens com armas de fogo, geralmente à noite. Percebemos que tais ataques, não são somente uma forma de intimidação, mas uma forma de extermínio, pois diversos pescadores foram feridos ou mortos nessas ações.

(Pescador Ramiro) Em 2008 nós fechamos um canteiro da Petrobras, nós lacramos o canteiro através de uma ação da secretaria de obras de Magé. Nesse mesmo dia, nossas casas e a associação foram atacadas a tiros, durante a noite, e graças a Deus ninguém ficou ferido. Em 2009 nós paramos uma obra da Petrobras por quarenta dias. Ficamos em cima dos ductos, para interromper a obra. Durante esse período, o tesoureiro da associação foi morto a tiros; Dia 18 de janeiro de 2010 fizemos um protesto na Avenida

37

G1 - Tesoureiro de associação de pescadores é assassinado em Magé. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL1165527-5606,00-TESOUREIRO+DE+ASSOCIACAO+DE+PESCADORES+E+ASSASSINADO+EM+MAGE.html>.

Acesso em: 28 ago 2018.

Jornal Extra - Pescador que lutava contra obra da Petrobrás é morto em Magé. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/pescador-que-lutava-contr-obra-da-petrobras-morto-em-mage-401780.html>. Acesso em: 28 ago 2018.

Terra.com - Representante de pescadores de Magé (RJ) é assassinado com cinco tiros. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/representante-de-pescadores-de-mage-rj-e-assassinado-com-cinco-tiros,f71a4999eed4b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 28 ago 2018.

Chile em frente ao prédio da Petrobras, para lembrar os dez anos do vazamento de 1,8 milhões de litros de óleo nas águas da baía. No dia seguinte mataram com três tiros um dos nossos fundadores. Ele era um excelente mergulhador. Ou seja, toda vez que fazíamos uma ação de protesto, alguém morria assassinado, alguém sempre atirava na gente.

Concluimos também que os pescadores atacados nem sempre se rendem e desistem de seus ideais de luta e resistência em defesa da causa, conforme relato do pescador abaixo.

(Pescador Ramiro) Alguém efetuou diversos disparos em direção a nossa sede e foi quando eu tomei um tiro na “bacia” que transpassou para a coxa. Senti a perna dormente e pensei que eu havia esbarrado em alguma coisa. Quando percebi, estava baleado!

Vimos ainda que o *modus operandi* dos atiradores, não são feitos por pessoas sem experiência, mas sim, por homens treinados, capazes de manusear armamentos automáticos, além de saberem como ocultar seus feitos, em conformidade com o que nos relata o pescador artesanal abaixo:

(Pescador Ramiro) Tutuca e outro que não lembro o nome que foram mortos logo após o meu atentado, em 2012. Nós tínhamos recebido uma comitiva internacional, que tinham vindo ao Rio de Janeiro para a Rio+20 e tínhamos denunciado a Petrobras na ONU (Organização das Nações Unidas) e na OEA (Organização dos Estados Americanos). Eles foram mortos com tiros de armas automáticas, provavelmente metralhadoras e pistolas e afundaram o seu barco.

As narrativas dos pescadores entrevistados nos revelam os perigos e obstáculos em que se contrapõem às condições impostas pelo processo de geração de energia das grandes indústrias petroquímicas. Os impactos na vida desses homens e mulheres, que já sofreram algum tipo de violência em decorrência da militância, deixam marcas, inclusive em suas famílias, que podem perdurar por décadas. Muitos são os ativistas que procuram asilo político em outros países, ou então, procuram os órgãos defesa dos direitos humanos do governo federal e entram em programas de proteção à testemunha, como é o caso de um dos pescadores que foi entrevistado para esta tese, que hoje encontra-se inserido no

Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos do governo federal³⁸ (PPDDH).

Muitos defensores dos direitos humanos e do meio ambiente desaparecem todos os anos em diversas partes do mundo. Conforme abordamos enfaticamente no Capítulo 4, o Brasil é país com maiores números de casos de violência contra os ativistas ambientais, assim como, é o maior em casos de assassinatos. As Nações Unidas reconhecem a falta de perspicuidade do Estado na elucidação dos casos de assassinatos, sequestros e desaparecimentos de militantes dos direitos humanos e ambientais (CHAGAS, 2004). O Estado é detentor da obrigação de proteger todos os cidadãos contra ações violentas por parte de pessoas ou grupos, cujos interesses não coletivos e à margem da lei, ofereçam algum tipo de prejuízo moral, físico ou material. Quando o Estado não cumpre com suas responsabilidades específicas, há o prejuízo decorrente da sua omissão.

(Pescador Ramiro) há casos de pescadores desaparecidos, como exemplo o pescador “Careca” de Magé... Ele desapareceu em 2011.

Outro pescador relata que além de além de conhecer casos de pescadores desaparecidos, há ainda os que são assassinados e as informações não são apuradas devido à omissão do Estado.

(Pescador Negrete) Eu já tive amigos, inclusive aqui da colônia que sumiram misteriosamente, como o Paulinho... Ele sumiu... Teve o Cané, o nome dele era Hélio, esse foi morto aqui na baía. Sem falar os que morrem por aí, que a gente não sabe o motivo...

(Pescador Ramiro) O Fernando de Jurujuba, que só foi encontrado o seu barco, rede e remo. A família “botou” no jornal e nada! Ele era militante associado a AHOMAR. Ele foi morto e foi levado, atiraram nele! Seu corpo nunca apareceu.³⁹

³⁸ Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos. Ministério dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/programas-de-protecao/ppddh-1/sobre-o-ppddh>. Acesso em 30 ago. 2018.

³⁹ G1 de 23/07/2012 - Sumiço de pescador é investigado em Niterói-RJ. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/07/sumico-de-pescador-e-investigado-em-niteroi-rj.html>. Acesso em: 28 ago. 2018. O Globo de 23/07/2012 - Delegacia investiga sumiço de pescador na Baía de Guanabara: Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/delegacia-investiga-sumico-de-pescador-na-baia-de-guanabara-5553936#ixzz5PTyonkoH>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Apesar dos casos de violência ligados à indústria do petróleo e petroquímica, notamos entre os pescadores coragem e desejo de continuar a viver no território da baía de Guanabara.

(Pescador Roberto) Por que ninguém vai tirar o direito da gente, não! Já fizeram uma vez e eu botei para quebrar! Juntei bastante gente... E, essa obra, desses ductos é para passar petróleo, gás, água... Eu tenho vídeos que eu filmei na época da obra, dos barris dentro do mangue e depois quem ficou com o prejuízo fomos nós! A gente tem que andar em zigue e zague com o barco... Aqui pode, aqui não pode... Quem não entende fica encalhado.

(Pescador Miguel) Meu maior medo é não conseguir cumprir as coisas que vim aqui para fazer... Eu vim para cá com raiva, com raiva... Eu queria, né? E me propus a levantar isso e colocar a colônia em pé, incentivar o pescador. Mas eu vou lutar até o fim, eu não sou de desistir.

Percebemos que os pescadores artesanais procuram se articular com outras minorias étnicas, ou até mesmo, com outras comunidades atingidas pelas injustiças ambientais, na tentativa de formatar vínculos sociais cujas afinidades criadas por conta dos danos ambientais, se perfaça em ações que ajudem a dar voz aos povos injustiçados, diretamente afetados por esses processos.

(Pescador Ramiro) Mesmo com a presença constante da AHOMAR a Petrobras continuou o seu processo de expansão, inclusive passando ductos em rios e manguezais, como o “gás Duque 1, 2 e 3”. Eu tenho todos os mapas que comprovam isso. Nós tentamos interferir, ao sentir a discriminação por sermos comunidade tradicional, por tanto, temos “pouca fala”, que por diversas vezes sofremos constrangimento nas reuniões feitas com representantes da Petrobras e representantes federais e alguém da Petrobras dizia: Não dê importância, não doutor, isso é conversa de pescador! Como se nós fossemos mentirosos, pois pescador mente. Foi aí que sentimos a necessidade de pedir ajuda. Conversamos com o Miguel da Cidade dos Meninos e criamos uma resistência, uma luta. As colônias não faziam nada, quanto à resistência.

Concluimos que os entrevistados ao se engajarem na luta buscam a garantia dos direitos dos pescadores artesanais da baía de Guanabara. Buscam o direito de

viver de acordo com suas tradições e crenças, mantendo as suas características identitárias, além de se fazerem representar pelas suas colônias e associações.

No ápice da expansão metropolitana, no qual a baía de Guanabara se insere, cujos processos desenvolvimentistas cobram preços altos, com o suplício ambiental, diminuindo a biodiversidade, percebemos a constante presença dos pescadores artesanais entre embarcações *offshore*, estaleiros, desmatamentos, polos petroquímicos e inúmeros poluentes. São pescadores artesanais dispostos a se dedicarem à causa ambiental, ao direito ao trabalho e à vida como pescador nas águas conturbadas da baía de Guanabara.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta tese de doutorado foi investigar os casos de violência no trabalho do pescador artesanal, explorando a configuração das injustiças ambientais na baía de Guanabara. Procuramos caracterizar os conflitos e os casos de violência envolvendo pescadores, identificando os sujeitos, tempos e espaços. Ainda buscamos estabelecer conexões entre os casos de violência relatados pelos pescadores, o modelo econômico vigente e as políticas públicas para a baía de Guanabara.

Fizeram parte dessa pesquisa 20 pescadores artesanais da baía de Guanabara, sendo na sua grande maioria do sexo masculino (90% do sexo masculino e 10% do sexo feminino). A média de idade de 56 anos, tendo o pescador mais novo 42 anos e o mais idoso 74 anos. Quando percebemos a distribuição por idade dos pescadores artesanais participantes deste trabalho, vemos que a população, em sua maioria, encontra-se envelhecida.

Os pescadores artesanais são considerados povos tradicionais por deterem conhecimentos herdados por várias gerações. São possuidores do saber e do saber fazer através do manuseio e domínio das técnicas de caça e preparo do alimento, indo desde a pesca com petrechos elucubrados à coleta rustica nos manguezais. São sabedores das artimanhas para o manejo de ervas que curam, das tradições crenças que carregam consigo por gerações e que, devido às graves transformações sociais, estão se perdendo. Observa-se que a degradação da Baía de Guanabara é sentida por quem mais necessita do ambiente, caracterizando um cenário de intensa injustiça ambiental, que se manifesta na forma como as comunidades pesqueiras e a população de entorno é tratada, ou seja, sem saneamento básico, sem infraestrutura e sem políticas de proteção social e ambiental.

Os pescadores artesanais não dispõem de um salário fixo. Sua renda varia de um salário mínimo a R\$ 2.000,00 (dois mil reais), pois a remuneração, fruto do trabalho desses profissionais, é realizada através de “partes”. Ou seja, primeiro retira-se o pagamento (parte) da embarcação, depois o restante do dinheiro advindo da pesca naquele dia é dividido em partes iguais entre os pescadores. Tal prática,

não constitui vínculo empregatício e muitas vezes os pescadores não possuem seus direitos salvaguardados por não pagarem a previdência social. Percebemos que dentre as características sociais dos pescadores, não há a acumulação de valores econômicos, pois os mesmos capturam e vendem o pescado apenas para subsistência familiar. Na maioria dos casos a renda mensal é insuficiente para viver com dignidade. Durante a pesquisa, conhecemos pescadores com mais de 65 anos de idade, alguns já aposentados, que se encontravam doentes e debilitados. Muitos reclamaram do processo burocrático que dificulta a aposentadoria. Há também aqueles que mesmo depois da aposentadoria, buscam na pesca uma forma de complementação para a renda familiar.

Notamos que os pescadores artesanais entrevistados possuem baixa escolaridade, o que muitas vezes dificulta o trato com órgãos públicos e a reivindicação dos seus direitos. O fato se agrava devido ao preconceito por parte do Estado, que impões regras complicadas e excesso de burocracia quando esses trabalhadores vão solicitar seus direitos trabalhistas. Os pescadores entrevistados atribuem sua baixa escolaridade à necessidade de trabalhar para o sustento da família. Dizem que longos períodos no mar, assim como os deslocamentos dentro da baía de Guanabara, inviabilizam a frequência à escola. Ainda lembraram que a aprendizagem da profissão muitas vezes coincide com o início do ensino fundamental, o que prejudica a escolarização.

Percebemos ao longo da pesquisa que pescadores artesanais estão desestimulando seus filhos a seguirem seus passos, ou seja, a tradição da pesca artesanal, que outrora era passada de geração em geração, está se perdendo, deixando de ser herdada. Vimos que os jovens pescadores têm procurado outras formas de subsistência. De certo, as alterações realizadas no cenário da pesca pelo processo de metropolização, somadas à falta de políticas públicas para a baía de Guanabara, acarretam em incertezas quanto ao futuro da atividade da pesca artesanal. Portanto, cabe-nos a responsabilidade de gerar conhecimentos que possam contribuir para a formulação de políticas públicas que apoiem os pescadores artesanais, dentro da atual realidade do estado do Rio de Janeiro.

É oportuno registrar ainda a relevância de pesquisas que proponham alternativas para os problemas conflituosos entre os pescadores artesanais, a Marinha do Brasil e a indústria de petróleo e petroquímica. Pouco tem sido feito, sob

o ponto de vista político, para que o cenário de injustiças ambientais contra as comunidades de pescadores artesanais seja revertido, pelo contrário, percebemos que a implementação das políticas públicas para a região da baía de Guanabara está distante das propostas constitucionais para consolidar o acesso às condições de trabalho digno, respeitando o direito fundamental acima dos interesses de ordem econômica (ACSELRAD, MELLO; BEZERRA, 2009; ACSELRAD, 2010; HERCULANO, 2006). Acreditamos que esta pesquisa colabore para estimular um outro olhar para esses grupos, revelando a complexa relação entre pescadores e a violência urbana.

Quanto aos casos de violência que registramos ao longo do estudo, estes revelam que sua gênese está fortemente relacionada ao avanço das atividades econômicas sobre os locais de pesca e coleta tradicionalmente utilizados pelos pescadores. Ocorre uma desterritorialização quando esses trabalhadores são forçados a alterar suas práticas cotidianas em virtude dos interesses do Estado e do capital, especialmente aos interesses da indústria do petróleo e petroquímica. Notamos a existência de uma multiterritorialidade (HAESBAERT, 2007), de configuração complexa, onde estão inseridos os pescadores artesanais, a Marinha do Brasil, as indústrias e demais organizações e indivíduos que atuam na baía de Guanabara, tanto no entorno como no espelho d'água, cujas relações são marcadas por conflitos, que muitas vezes resultam em danos à vida e até mesmo à morte física do pescador artesanal.

Defendemos a tese de que os pescadores artesanais da baía de Guanabara sofrem uma violência bioétnica, cujas consequências vão desde a aniquilação dos ecossistemas até o epistemicídio dos grupos tradicionais, incluindo diversas formas de aniquilação cultural, laboral e existencial desses homens e mulheres. Segundo o estudo, a peculiaridade das relações entre os pescadores artesanais e o processo de metropolização é o que subjaz a violência bioétnica na baía de Guanabara, seja pela poluição das águas, desaparecimento do pescado, modificações de hábitos, agressões, assassinatos, invisibilidade social e todas as formas de aniquilação empreendidas contra o pescador e seu território.

O conceito de violência bioétnica que ora propomos pode ser aplicado a outras situações, como o desastre ocorrido em 05 de novembro de 2015, quando houve o rompimento da barragem de Fundão, pertencente à mineradora Samarco

Mineração S/A⁴⁰. Este é considerado o maior desastre ambiental do país, pois o material que vazou da barragem chegou ao mar, poluindo o Rio Doce, impactando boa parte do estado de Minas Gerais, Espírito Santo e chegando até a Bahia. O acidente ainda comprometeu o abastecimento de água potável para diversas regiões, onde aconteceu o transbordo das substâncias.

A lama tóxica, rica em rejeitos de minério de ferro, que vazou em consequência do rompimento da barragem, afetou diretamente 39 cidades. O material entrou no Rio Doce e dizimou aproximadamente 11 toneladas de peixes dulcícolas, sem contar os danos causados no mar. O caso se constitui uma violência bioétnica por lesionar tanto o bioma quanto os direitos dos povos tradicionais que vivem às margens do Rio Doce. De acordo com pesquisas, serão necessários muitos anos para a recuperação da bacia do Rio Doce e o impacto nos grupos que dependiam do rio para manterem seus modos de vida é incomensurável.

Percebemos ao longo da construção deste trabalho a necessidade de continuar as investigações sobre a violência na vida dos pescadores artesanais da baía de Guanabara. Em virtude dos limites de tempo do doutorado, deixamos de descrever os casos de violência relacionados ao tráfico de drogas e às milícias. Acreditamos que o principal desafio para investigações futuras seja estudar como se manifestam estes casos, indicando como enfrentar estas formas de violência. Os pescadores artesanais, cuja sobrevivência depende da vida na baía, podem ser considerados um termômetro que indica a saúde ou doença deste valioso estuário e das relações de poder que ali se estabelecem.

Neste sentido, as políticas públicas para a baía de Guanabara não podem excluir os pescadores artesanais. Questões de ordem pública devem ser discutidas e implementadas com a participação desses grupos, garantindo seu direito ao trabalho e à vida. O território é o elo que une os pescadores artesanais e seu legado ancestral, o que lhes confere o direito à livre manifestação cultural, ao estilo de vida, suas crenças e tradições. É o território que proporciona a certeza, dentro de uma realidade contemporânea, que o pescador artesanal tem a oportunidade de vivenciar as dificuldades e as virtudes do mundo moderno. A perda de território de pesca é

⁴⁰ Jornal o Globo. Maior desastre ambiental do Brasil, Tragédia de Mariana deixou 19 mortos Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/maior-desastre-ambiental-do-brasil-tragedia-de-mariana-deixou-19-mortos-20208009> Acesso em 05 nov. 2018.

uma forma cruel de agressão, que devido à intensa ocupação territorial e ao adensamento populacional desenfreado, tornam, cada vez mais, a baía de Guanabara uma das baías metropolitanas mais poluídas e violentas do mundo.

Registramos ainda a forma excludente como os pescadores são tratados pelos órgãos fiscalizadores, sob a égide do cumprimento da legislação, sem dar as mesmas atenções legais que são dispensadas aos grandes empreendimentos capitalistas. O ex-ministro da pesca pronunciou a seguinte frase durante a cerimônia de posse: “Mas colocar minhoca no anzol, a gente aprende rápido” (Marcelo Crivella⁴¹, 02 de março de 2012). Esta declaração reflete o quanto o poder público desconhece as comunidades tradicionais e menosprezam esses grupos.

Quanto à Marinha do Brasil, acredita-se que a adoção de formas mais eficientes de comunicação com os pescadores artesanais poderia evitar graves conflitos, potencializando a colaboração outrora existente na proteção da baía e de suas fortificações militares. Acreditamos ainda que a revisão das NORMAMs, através da modernização das mesmas, poderia facilitar a conciliação entre os interesses dos pescadores e da Marinha.

Também vimos ao longo deste trabalho que a atividade pesqueira na região da baía de Guanabara é impactada pela exploração da indústria do petróleo e petroquímica, cujas atividades geram inúmeros problemas ambientais, ocasionando prejuízos financeiros e psicológicos aos pescadores. Quanto a estas indústrias, torna-se urgente as ações de combate aos excessos por parte dos agentes de segurança, sobretudo os que atuam em defesa das edificações, dutos e embarcações. A concepção da violência envolvendo os pescadores artesanais é decorrente da combinação de fatores, sendo imprescindíveis as ações voltadas às políticas públicas, tanto para a mitigação dos impactos ambientais, assim como, as voltadas para a atenção e cuidado no que diz respeito à preservação da tradição de

⁴¹ Revista Veja de Abril de 2012. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/crivella-colocar-minhoca-no-anzol-a-gente-aprende/> Acesso em 22 out. 2018.

G1. Globo.com. 'Colocar minhoca no anzol a gente aprende', diz novo ministro da Pesca. 02 de março de 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/03/colocar-minhoca-no-anzol-gente-aprende-diz-novo-ministro-da-pesca.html> Acesso em 22 out. 2018.

Senado Federal: Crivela Toma Posse como Ministro da Pesca. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/aplicativos/verNoticia.aspx?codNoticia=118038&codAplicativo=2> Acesso em 22 out. 2018.

pesca artesanal. Atenção especial também deve ser dada aos agressores, punindo-os, mesmo quando pertencem ao Estado.

Faz-se necessário que o Estado assuma suas responsabilidades junto aos pescadores artesanais. Destacamos como propostas: 1) a desburocratização para que os pescadores possam ter acesso aos benefícios regulamentados por lei, como é o caso dos auxílios defeso, doença e licença maternidade/paternidade; 2) a criação e regulamentação de cooperativas de pesca, evitando que o pescador artesanal tenha que lidar com os atravessadores, o que aumentaria as margens de lucros desses profissionais; 3) aumento da fiscalização das embarcações de pesca predatória, que atuam dentro dos limites marinhos da baía de Guanabara, com base nas Leis número 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Política Nacional de Meio Ambiente⁴²), a Política Nacional da Biodiversidade⁴³, o decreto número 2.519, de 16 de março de 1998, que fala sobre a Convenção sobre a Diversidade Biológica⁴⁴ e a Lei 9605/98, que versa sobre crimes ambientais⁴⁵.

Concluimos, portanto, que os pescadores artesanais da baía de Guanabara, também possuem direito à vida, a viver em um ambiente seguro e ter liberdade de trabalhar e de cultivar suas tradições e costumes, conforme preconiza o artigo III⁴⁶ da Declaração Universal dos Direitos Humanos⁴⁷. Ademais, ninguém deve ser submetido a tortura, maus tratos como castigos cruéis e desumanos, nem mesmo ser privado de sua liberdade sem motivo plausível, de acordo com o artigo V⁴⁸ da mesma Declaração.

Sendo assim, as situações de violência, as quais trazem riscos e impedimentos à vida dos pescadores artesanais, devem ser confrontadas através de interseções de luta e resistência para a legitimação desses homens e mulheres que buscam o seu reconhecimento social na região da baía de Guanabara.

⁴² Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=313>. Acesso em 05 jul. 2018.

⁴³ Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-brasileira/pol%C3%ADtica-nacional-da-biodiversidade>. Acesso em 05 jul. 2018.

⁴⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2519.htm. Acesso em 05 jul. 2018.

⁴⁵ Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/104091/lei-de-crimes-ambientais-lei-9605-98>. Acesso em 05 jul. 2018.

⁴⁷ Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.html Acesso em: 18 dez. 2018.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS, 2006, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FIBGE, 2006. Disponível em: www.ibcperu.org Acesso em 16 jan. 2016.

ACSELRAD, H. HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. **Justiça ambiental e cidadania**. In: A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil – uma introdução. Rio de Janeiro: Editora RELUME DUMARÁ: Fundação FORD, p.11, 2004.

ACSELRAD, H. Justiça ambiental – Novas articulações entre meio ambiente e democracia. In: IBASE/CUTRJ/IPPUR-UFRJ. **Movimento Sindical e Defesa do Meio Ambiente** – o debate internacional, série Sindicalismo e Justiça Ambiental vol.3, RJ, 2000, p.7-12.

ACSELRAD, H. Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ACSELRAD, H. **Mapeamentos, identidades e territórios. Cartografia Social e dinâmicas territoriais**: marcos para o debate. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010.

ACSELRAD, H. Sentidos da Sustentabilidade Urbana. In: ACSELRAD, H (org.) **A duração das cidades**. Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ACSELRAD, H., MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p. 9.

ACSELRAD, H.; COLI, L. R. Introdução e Disputas cartográficas e disputas territoriais, In ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. pp. 13-44 e pp. 9-12.

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A. **Conflito Social e risco ambiental - o caso do vazamento do óleo na Baía de Guanabara**. In: H. ALIMONDA. (Org.). Ecologia Política - Naturaleza, Sociedad y Utopia. Buenos Aires, 2002.

ADAMS, C. A. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Revista de Antropologia**, v. 43, n. 1, p. 145-182, 2000.

AGAMBEN, G. **A comunidade que vem**. Trad. António Guerreiro. Lisboa: Presença, 1993.

ALBANAES, P.; RODRIGUES, K. J. R.; PELLEGRINI, P. G.; TOLFO, S. R. Intervenção em grupo de apoio psicológico a trabalhadores vítimas de assédio moral. **Revista de Psicologia/PUCP** (Pontificia Universidad Católica del Perú), v. 35, n. 1, p. 61-96, 2017.

ALENCAR, E. F., 1993, **Gênero e Trabalho nas Sociedades Pesqueiras**, FURTADO, L. G.; W. LEITÃO; MELLO, A. F. (eds.), Povos das Águas, Realidade e Perspectivas na Amazônia, Belém, MCT/CNPq/ Museu Goeldi, 63-81.

ALENCAR, E., SCHMIDT, S. "Botos, peixes e camarões resistem à poluição da Baía, mas número de espécies diminui". **O Globo**, 28 de agosto 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/botos-peixes-camaroes-resistem-poluicao-da-baia-mas-numero-de-especies-diminui-13751065#ixzz3iW5qUplv>. Acesso em 22 set. 2017.

ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2007.

ALMEIDA, A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 6, n. 1, p. 9-32, 2004.

ALMENDRA, C. A. C.; BAIERL, L. F. A violência: realidade cotidiana. **Sociedade e cultura**. 2007; 10(2): 267-279.

ALVES, A. G. C.; SOUTO, F. J. B.; LEITE, A. M. (2002). etnoecologia dos cágados-d'água *Prhinops* spp (testudinomorpha: Chelidae) entre pescadores artesanais no açude Bodocongó, Campina grande, paraíba, nordeste do Brasil. **Sitientibus Série Ciências Biológicas**, 2(1/2), 62-68.

AMADOR, E. 1996. **Baía de Guanabara e ecossistemas periféricos: homem e natureza**. Tese de Doutorado. Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro, vols 1 e 2, 511p.

AMADOR, E. **Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos: Homem e Natureza**. Edição do autor. 1997.

AMADOR, E. **Baía de Guanabara**: Um balanço histórico. In ABREU, Maurício de Almeida. (org.) *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: S.M.C.T.E. 1992. p. 201-258.

AMADOR, E. S. **Assoreamento da Baía de Guanabara, Subsídios para a Elaboração do Plano Diretor de Controle**. Rio de Janeiro: Instituto de Geociências da UFRJ, 1997. 149P.

AMADOR, E. S. Roteiro de visita à Baía de Guanabara. In: **Educação Ambiental: especialização e capacitação em educação para gestão ambiental**. Vol. II. Rio de Janeiro: Gráfica UERJ, 2001, p.127-147.

AMADOR, V. M. B.; **Baía de Guanabara**: uma história de agressão ambiental/Victor Coelho. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

ANDRADE, F. A. G.; FERNANDES, M. E. B. 2005. Mamíferos terrestres e voadores, p. 103-126. In: M.E.B. FERNANDES (Ed.). **Os manguezais da costa norte brasileira**. São Luís, Fundação Rio Bacanga, vol. II, 156p.

ANDREOLI, V. M. **Natureza e Pesca: Um estudo sobre os pescadores artesanais de Matinhos – PR**. (Dissertação de Mestrado). 2007. Universidade Federal do Paraná. Curso de Pós-Graduação em Sociologia, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. 136 p.

ANSELMO, M. B. **Desenvolvimento de um Sistema de Mistura para Tratamentos de Efluentes em Depósitos de Resíduos**. 2011. Dissertação de Mestrado. Pontífice Universidade Católica, Rio de Janeiro.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?:** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez. 15ª ed., 2011.

ARAGÃO, A. S. O Princípio da Eficiência. **Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico**. Salvador: Instituto de Direito Público da Bahia, n. 4, nov/dez 2005, jan 2006. Disponível em: < <http://www.direitodoestado.com>>. Acesso em 15 jun. 2012.

ARAÚJO, I. X.; SASSI, R.; LIMA, E. R. V. **Pescadores Artesanais e pressão imobiliária urbana: Qual o destino dessas comunidades tradicionais?** DOI:10.5894/rgci482. Gestão Costeira Integrada. Journal of Integrated Coastal Zone Management (2014). Disponível em: http://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci-482_Araujo.pdf Acesso em 30 mai. 2017.

ARAÚJO, S. M.; BRIDI, M. A.; MOTIM, B. L. **Sociologia: um olhar crítico**. São Paulo: Contexto, 2013.

ARENDT, H. (2001). **Poder e violência**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, pp. 81-94.

ARENDT, H. **Compreender**. Formação, exílio e totalitarismo. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

ARENDT, H. **Da violência**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985. 67p.

ARTIER, R.; BARCELLOS, R.; HÜBNER, C.; PORTO, M. F. **Vulnerabilidade social e risco ambiental: uma abordagem metodológica para avaliação de injustiça ambiental**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 25(12):2695-2704, dez, 2009.

BAIERL, L. F. **Medo social: Da violência visível ao invisível da violência**. São Paulo: Cortez, 2004. 224p.

BAILEY, K. D. (1982). **Methods of Social Research**. New York: The Free Press.

BAKER, M. G. Reflexões sobre o “Hate Speech” (Discurso de Ódio). **Boletim IBCCRIM** – Ano 20 – nº 236 – julho – 2012. p. 1/2.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. 2011. Educação Ambiental Comunitária: uma experiência com a técnica de pesquisa snowball (bola de neve). **Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental**. 27: 46-60

BARNES R. S. K. (1994) - **The brackish-water fauna of Northwestern Europe**. Cambridge University Press: 1-287.

BEGOSSI, A. **Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: HUCITEC, 2004. 332p.

BÉRGAMO, A. L. 2006. 200p. **Características Hidrográficas, da Circulação e dos Transportes de Volume e Sal na Baía de Guanabara (RJ): Variações sazonais e Moduladas pela Maré**. Tese (Doutorado em Oceanografia Física), Instituto Oceanográfico, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BERNARD, H. R. **Research Methods in Anthropology-Qualitative and Quantitative Approaches**. 2a ed. United States of America: Altamira Press, 1995.

BERNARDES, J. A. Novas fronteiras do capital no Cerrado: dinâmica e contradições da expansão do agronegócio na região Centro-Oeste, Brasil. **Scripta Nova**. 2015. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98. Vol. XIX, núm. 507.

BESSA FREIRE, J. R. (coord): **Os Índios em Arquivos do Rio de Janeiro**. UERJ. Rio de Janeiro. Vol. I - 1995, Vol. II – 1996.

BEZERRIL, G. **Trabalho no mangue: Os saberes e a busca por valorização das marisqueiras de Fortim, Ceará**. Cadernos do LEME, Campina Grande, vol. 4, nº 1, Jan./Jun, 2012, p. 5 – 33.

BIANCHINI, G. F. 2015. **Por entre corpos e conchas: prática social e arquitetura de um sambaqui**. Tese Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. Museu Nacional/UFRJ. 204p.

BIRMAN, J. **Cadernos sobre o mal**. Agressividade, violência e crueldade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BOBBIO, N.; et al. **Dicionário de política**. Trad. Carmen C. Varriale. 4ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1992.

BORGES, A. C. **Dinâmica do fósforo em sedimentos de manguezal em um gradiente de degradação da vegetação**. 2006. 66 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

BOURDIEU, P. A. O. **Poder Simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRAGA, R. A. P.; MOURA, H. F.; DUARTE, M. T. Impactos ambientais sobre a estrutura do manguezal de Suape. **Projeto Avaliação de Impactos Ambientais em Zonas Estuarinas de Pernambuco**. Recife: UFPE, 1989. BRASIL – Programa de Aceleração do Crescimento. Disponível em: < <http://www.pac.gov.br/obra/1440>> Acesso em 02 abr. 2016.

BRAGA, T. M. **Belo Horizonte: Desafios Da Dimensão Ambiental Nas Políticas Urbanas**. Tese (Doutorado em Economia). Campinas: UNICAMP, 2001.

BRAIDO, J. A. **Desencontros Legais e Morais na Pesca Artesanal: A Educação Ambiental Política para a Transformação Socioambiental em Rio Grande/RS e São Jose do Norte/RS**. Rio Grande, 2015. Universidade Federal do Rio Grande, Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) ICMBio.

BRANDÃO, C. R. **A comunidade tradicional**. In Cerrado, Gerais, Sertão: comunidades tradicionais dos sertões roseanos. Montes Claros: 2010 (Relatório de Pesquisa).

BRASIL. Congresso. Senado. **Decreto Nº 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007, institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 08 de fevereiro de 2007.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo demográfico 2010: resultados do Universo**. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2000/Dados_do_Universo/ Acesso em 02 fev. 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura**. 2008-2009. Disponível em: http://www.sepaq.pa.gov.br/files/u1/anuario_da_pesca_completo.pdf. Acesso em 25 mar. 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais 2010**. Rio de Janeiro: IBGE; 2010.

BRASIL. **Lei 11.959 de 29 de junho de 2009**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. 2009b.

BRASIL. **Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. (SNUC). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acesso em 13 mar. 2017.

BRILHANTE, O. M.; CALDAS, L. Q. A. (orgs.) (2004). **Gestão e avaliação de risco em saúde ambiental**. 155p., editora Fiocruz, Mangueiras, RJ, Brasil.

BRITTO, A. L. N. P. (2003). Implantação de infra-estrutura de saneamento na região metropolitana do Rio de Janeiro: uma avaliação das ações do Programa de

Despoluição da Baía de Guanabara. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 5, n. 1. p. 63-77.

BULLARD, R. D. Classe social, justiça ambiental e conflito político. In: ACSELRAD H., HERCULANO S., PÁDUA J. A., (Org.) **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004. p.69-80.

BULLARD, R. **Enfrentando o racismo ambiental no século XXI**. In Henri Acselrad et al. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Ford, 2004.

BULLARD, R. Environmental Justice: Strategies for building healthy and sustainable communities. **II World Social Forum**. Porto Alegre, 2002.

BUTLER, J. **Mecanismos psíquicos del poder**. Universitat de Valencia, Instituto de la mujer: Ed. Cátedra. 2001, p. 11-145.

CALDEIRA, T. P. R. (2000). **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**, trad. Franklin de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: editora 34, EDUSP.

CALLOU, A. B. F. Estratégia de comunicação para o desenvolvimento da pesca artesanal no Brasil: a experiência militar no século XX. In: **Extensão rural, extensão pesqueira: experiências cruzadas**. Org. Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão. Recife: FASA, 2008. 208 p. f.:II.

CARDOSO, T. A. **Estudos etnoecológicos em comunidades de pescadores de manjuba no Parque Estadual da Ilha do Cardoso, SP**. 2002. 47f. Monografia (Graduação em Ecologia e Recursos Naturais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP.

CARNEIRO, E. J. **Modernização recuperadora e o campo da política ambiental em Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Sociologia) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

CASTILHO, A. G. **Entre a Justiça e a Injustiça Ambiental: Atuação do Poder Judiciário nos Conflitos Ambientais**. João Pessoa-PB, 2013. 114 p. Doutorado em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, 2015.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: Hucitec e NUPAUB, p. 165-182, 2000.

CASTRO, F. D. **Implicações socioeconômicas e ambientais da pesca artesanal de lagosta em Touros/RN**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Biociências. Natal/ RN. 2013.

CASTRO, S. M. **Conflitos Ambientais e Participação Social em processos de Avaliação Ambiental Estratégica para o Setor Portuário: dragagem em foco**. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro,

Escola Politécnica e Escola de Química, Programa de Engenharia Ambiental, Rio de Janeiro, 2012.

CAVALCANTE, S.; FRANCO, M. F. A. **Profissão perigo: percepção de risco à saúde entre catadores do lixão de Jangurussu**. In: Revista Mal-Estar e Subjetividade. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, ano/vol. VII, nº 001, p. 211-231, março, 2007.

CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e meio ambiente: o conflito do Complexo Industrial Portuário de Suape, Pernambuco**. Anais IV Encontro ANPPAS, 2008.

CERQUEIRA, R.; BRANT, A.; NASCIMENTO, M. T.; PARDINI, R. Fragmentação: alguns conceitos. In: RAMBALDI, D. M.; OLIVEIRA, D. A. S. (org.). **Fragmentação de ecossistemas: causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas**. Brasília: MMA/SBF, 2003. p. 23-40.

CHAGAS, G. M. Soberania e imergência Ecológica. **Revista de Direito Ambiental**. São Paulo, ano 9, n.35, p. 179-189, jul./set. 2004. P.183.

CHAUÍ, M. Apresentação, in BOSI, E. **Memória e sociedade – lembranças de velhos**. 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994, p. 17 a 33. Conselho Ultramarino Português de 1740.

CHAVES, C. M. S. R. S. **Mapeamento participativo da pesca artesanal da Baía de Guanabara**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências. Rio de Janeiro, 2011, 187 p.

CLAVAL, P. O território na transição da pós-modernidade. **Geographia**, Niterói, v. 1, n. 2, p. 7-27, 1999.

Código Penal Brasileiro (2017). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10446.htm Acesso em 04 fev. 2017.

COELHO, B. H. S. **Potencialidades e limites de conselhos de unidades de conservação: considerações sobre a implantação do Comperj na região do Mosaico Central Fluminense**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 2007.

COELHO, V. **Baía de Guanabara: Uma história de agressão ambiental**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007. 278 p.

COLAÇO, T. L.; SPAREMBERGER, R. F. L. **Sociedade da informação: comunidades tradicionais, identidade cultural e inclusão tecnológica**. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 207-230, jan./jun. 2010.

Comissão Pastoral da Terra. Questão Agrária. **Conflitos no Campo, Brasil 2012**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/downloads/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao?Itemid=-1> Acesso em 22 jun. 2017.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE). Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG) (1998): Disponível em: <http://www.cedae.com.br/>. Acesso em 10 set. 2018.

Conselho Pastoral dos Pescadores, Org.: TOMÁZ, A. F.; SANTOS, G. **Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil**. Brasília/ DF. 2016. 104p. ISBN 978-85-60917-56-3.

COSTA, C. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 2010.

COSTA, D. M. B. **A valoração econômica como ferramenta para compensação de derramamentos de petróleo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012, 199 p.

COUTINHO, R. Sustentabilidade e riscos nas cidades do capitalismo periférico. In: FERREIRA, Helene Sivini et al (Org.). **Estado de Direito Ambiental**: tendências. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 174-196.

CRUZ, L. C. **Educação Ambiental e Políticas Públicas: a Baía de Guanabara e o Boto-cinza**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade Federal Fluminense.

DA GAMA, B. A. P.; PEREIRA, R. C.; COUTINHO, R. 2009. Bioincrustação marinha. In: PEREIRA, R.C.; SOARES-GOMES, A. (orgs.) **Biologia Marinha**. 2ª edição, editora Interciência, Rio de Janeiro, pp. 299-318.

DEMO, P. **Pesquisa**: princípio Científico e Educativo. 6. edição. São Paulo: Cortez Editora, 1999. 120p. (Biblioteca de educação. Série 1. Escola: v.14).

DIEGUES, A. C. (Org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: MMA/NUPAUB, 2000.

DIEGUES, A. C. **A Socioantropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil Etnográfica**, vol. 3, nº2, 1999, p. 361-375.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo, Ática, 1983.

DIEGUES, A. C. S.; VIANA, V. M. **Comunidades tradicionais e manejos dos recursos naturais na Mata Atlântica**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (Org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

DIEGUES, A. C. 2000 **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2a ed. São Paulo: NUPAUB LTDA. 290p.

Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha. Centro de Hidrografia da Marinha. Site da Marinha do Brasil. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/> Acesso em 05 mar. 2018.

DOMINGUES, F. COMPERJ, uma complexa equação. In: **Macaé Offshore: A revista brasileira de petróleo e gás**; Ano XI, número 67/2012.

DUMITH, R. C. **Dinâmicas do Sistema de Gestão na Reserva Exyttativista de Canavieiras (BA): análise da robustez institucional e de possibilidades para o ecodesenvolvimento**. Dissertação de Mestrado. 2012. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande. Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Programa de Pós-Graduação de Geografia.

ENGELS, F. **Théorie de la violence**. Paris: Edition 10/18, 1979.

ERICKSON, F. Métodos cualitativos de investigación. In: WITTROCK, M. C. **La investigación de la enseñanza**, II. Barcelona- Buenos Aires-Mexico: Paidós, 1989, p. 195-299.

FAUSTO, C. Fragmentos de história e cultura tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: CUNHA, M. M. C. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Fapesp: SMC, 1992. p. 381-396.

FEEMA. FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ENGENHARIA DO MEIO AMBIENTE. **Qualidade de Água da Baía de Guanabara (1990/1997)**. Programa de Despoluição da Baía de Guanabara/Programas Ambientais Complementares. Rio de Janeiro, 1998. 1 v.

FERNANDES, D. “Índios da Guanabara”. **História Viva**, maio de 2013. Disponível em http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/indios_da_guanabara.html. Acesso em 23 mar. 2017.

FERNANDES, M. E. B. 2000. **Association of mammals with mangrove forests: a worldwide review**. Boletim do Laboratório de Hidrobiologia, São Luís, 13: 83-108.

FERREIRA, J. A. **Controle do território, identidade e existência: a histórica relação de poder sobre a Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira- Ilha do Governador- RJ**. 2013. 247 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

FERREIRA, M. I. P.; OLIVEIRA, A. C.; SILVA, R. C.; SERRA, R. V. Desafios à Gestão Ambiental para a Área de Influência do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ, Itaboraí/RJ. In: **XXVII Encontro Nacional de Engenharia de Produção** - ENEGEP, 2007, Foz do Iguaçu. Anais do XXVII ENEGEP, 2007.

FERREIRA, P. A. C. 2012. **Avaliação de potenciais impactos da actividade da pesca na população de roazes do estuário do Sado**. 46p. Dissertação de mestrado em ecologia marinha. Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

FILHO, A. C.; MENDES, A. B. V.; MOREIRA, A. F.; LOPES, C. R. G.; MAGALHÃES, F. F.; DINIZ, G. L. Mapeamento dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais: visibilização e inclusão sociopolítica. Um breve relato sobre incursões no semiárido mineiro. **Interfaces** - Revista de Extensão, v. 3, n. 1, p. 69-88, jul./dez. 2015.

FIOCRUZ/FASE. Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e Saúde no Brasil. Disponível em: <http://www.conflitoambiental.iciet.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=109>. Acesso em: 22 ago 2013.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhe. 40 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FRAGA, P. D. **Violência: forma de dilaceramento do ser social**. São Paulo, Cortez, 2002. (Serviço Social e Sociedade, 70).

FREITAS NETTO, R.; BARBOSA, L. A. 2003. **Cetaceans and fishery interactions along the Espírito Santo state, southeastern Brazil during 1994-2001**. LAJAM. v.2, n.1., p.57-60.

FREITAS, C. E. S. **Previdência Social, Segurados Especiais e Marisqueiras**. In: **PENA, P. G. L.; MARTINS, V. L. A. (Org.). Sofrimento Negligenciado: doenças do trabalho em marisqueiras e pescadores artesanais**. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 271- 287.

FREITAS, C. M. **Abordagem Ecosistêmica para o desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade ambiental e de saúde: Região do Médio Paraíba, Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, s.n, 2007 Relatório Técnico.

FREITAS, C. M; PORTO, M. F. S.; MACHADO, J. M. H. (2000) **A questão dos acidentes industriais ampliados**. In: Freitas, C. M; Porto, M. F. S.; Machado, J. M. H. (Orgs.). **Acidentes industriais ampliados: desafios e perspectivas para o controle e a prevenção**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

FUKS, M. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001. 243 p. Pellow (2006).

Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ). Relatório Anual. Rio de Janeiro: FIPERJ, 2017. Disponível em: www.fiperj.rj.gov.br/index.php/arquivo/download/192 Acesso em 15 dez. 2017.

Fundação SOS Mata Atlântica; INPE. 2008. **Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica Período 2000-2005**. Disponível em <http://www.sosmatatlantica.org.br> Acesso em 02 out. 2009.

FURTADO, L. G. Reservas Pesqueiras, uma alternativa de subsistência e de preservação ambiental: reflexões a partir de uma proposta de pescadores do Médio Amazonas. In: **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2008.

GADOTTI, M. **A concepção dialética da Educação**: Um estudo Introdutório. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GAIO, C. E.; ARAGÃO, D. M.; FRIGO, D.; GORSODORF, L.; CARVALHO, S. **Na linha de frente: defensores de direitos humanos no Brasil: 2002-2005**. Rio de Janeiro: Justiça Global; Curitiba: Terra de Direitos, 2006. 148 p. 17,5 x 25cm.

GALEANO, E. **Dias e noites de amor e de guerra**. Tradução de Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 2001.

GALEANO, E. **Quatro mentiras sobre o ambiente**, 2011 Disponível em: < <http://outraspalavras.net/outrasmidias/uncategorized/eduardo-galeano-aponta-quatro-mentiras-sobre-ambiente/>> Acesso em 09 mai. 2018.

GARCIA, B. La situación laboral precária: marcos conceituales e ejes analíticos pertinente. **Revista Trabajo**, México, v. 2, n. 3, jul./dez. 2006.

GERBER, R. M. **Mulheres e o Mar: Uma etnografia sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal no litoral de Santa Catarina, Brasil**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Florianópolis, 2013.

GOHN, M. G. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

Governo do Rio de Janeiro, Secretaria Estadual de Obras (2012). Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/sea>. Acesso em 23 mar. 2018.

GRAEL, A. Blog do Alex Grael: Opiniões e notícias: Niterói, políticas públicas, Projeto Grael, náutica, meio ambiente, temas globais e outros assuntos. **Justiça absolve acusados de responsabilidade pelo acidente da REDUC de 2000**. Disponível em: <http://axelgrael.blogspot.com.br/2010/01/justica-absolve-responsaveis-pelo.html>. Acesso em 03 abr. 2018.

GRAZIANO SOBRINHO, S. F. C. **Globalização e sociedade de controle: a cultura do medo e o mercado da violência**. Rio de Janeiro, 2007. 267p. Tese de Doutorado. Departamento de Direito. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

GHISLENI, A. P. **Direitos humanos e segurança internacional: o tratamento dos temas de direitos humanos no Conselho de Segurança das Nações Unidas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 292 p.

GRIBOSKI, R. A. **Mulheres trabalhadoras rurais e violências por parceiros íntimos** - Brasília, 2015. 163 p. Tese (Doutorado - Doutorado em Enfermagem) Universidade de Brasília, 2015.

HADDAD, J. V.; FÁVERO, J. E.; RIBEIRO, F. A. H.; ANCHESCI, B. C.; CASTRO, G. I. P.; MARTINS, R. C. **Traumas e envenenamentos por arraias e outros peixes em uma colônia de pescadores no pontal do Paranapanema, Estado de São Paulo, Brasil**: epidemiologia, aspectos clínicos e propostas terapêuticas e preventivas. Rev. Soc. Bras. Med. Trop. periódico online. 2012. 45(2):238-42. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003786822012000200019&lng=pt. Acesso em 12 abr. 2016.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et al. (Orgs). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: Encontro de Geógrafos da América Latina. **Anais**. São Paulo: AGB/USP, 2005. p. 6774-6792.

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org). **Território e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: UNESP/Expressão Popular, 2009. P 95-120.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HAESBAERT, R. O território e a nova des-territorialização do Estado. in: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (orgs.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2011. Pp 17-38.

HAURESKO, C. **Entre tradição e modernidade: o lugar das comunidades faxinalenses de Taquari dos Ribeiros (Rio Azul-PR) e Anta Gorda (Prudentópolis - PR)**. 2009. 225 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro, 2009.

HENRY, R. **Biodiversidade, estrutura das comunidades e processos ecológicos na região de ecótono rio/lago**: um estudo na região de desembocadura no Rio Paranapanema na Represa de Jurumirim. 2000. Relatório de pesquisa (FAPESP-Projeto Temático) - Instituto de Biociências. Universidade Estadual Paulista, Botucatu.

HERCULANO, S. Conflitos ambientais e territoriais: pesca e petróleo no litoral Fluminense. **Revista Nordestina de Ecoturismo, Aquidabã**, v.5, n. 1, p. 39-52, 2012.

HERCULANO, S. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**. v. 3, n. 1, Artigo 2, jan./abril 2008.

HERCULANO, S. **Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil**. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 1., 2002, Indaiatuba/SP. Anais... Indaiatuba: ANPPAS, 2002.

HERCULANO, S.; PACHECO, T. (Orgs.). **Racismo Ambiental: I Seminário Brasileiro sobre Racismo Ambiental**. Rio de Janeiro: FASE, 2006.

HEREDIA, O. R.; TENÓRIO, M. C.; GASPAR, M. D.; BUARQUE, A. M. G. (1989). **Environment exploitation by prehistorical population of Brazil**. In: Neves, C. (ed.). *Coastlines of Brazil*. New York, American Society of Civil Engineers. pp. 230-239.

Informação Técnica ELPN/IBAMA nº 012/03. Disponível em: www.anp.gov.br/brasil-rounds/round7/round7/guias_r7/sismica_r7/Infotec.pdf>. Acesso em: 19 ago 2018. Instituto Baía da Guanabara (IBG). **Nossos Rios**. Niterói, 2002. 31 p.

JACKSON COSTA, M. J. (org.). **Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2001.

JAMYLLE, A. F. **Controle do território, identidade e existência: a histórica relação de poder sobre a Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira- Ilha do Governador- RJ**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Educação e Humanidades Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo. Niterói-RJ. 2013. 261 p.

Jornal o Globo de 16 de outubro de 2016. **Embarcações e carcaças deixadas na Baía chegam a 150**. Marinha fará leilão para vender parte delas, mas muitas seguem com destino incerto. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/embarcacoes-carcacas-deixadas-na-baia-chegam-150-17779680> Acesso em 09 mai. 2018.

Jornal o Globo de 20 de janeiro de 2000. **Petrobras responderá por crime ambiental**. Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/premios-jornalisticos/crime-ambiental-na-baiacutea-de-guanabara-8876713>. Acesso em 19 abr. 2018.

KAHN, T. Panorama da criminalidade nos estados: uma tentativa de classificação e interpretação. In: BEATO FILHO C.; RAMOS, S.; ZACHI, J. M.; OLIVEIRA, A. S. S.; KASHANI, J. H.; ALLAN, W. D. **The impact of family violence on children and adolescents**. Thousand Oaks, Ca: Sage, 1998.

KJERFVE, B.; RIBEIRO, C. H. A.; DIAS, G. T. M.; FILIPPO, A. M.; QUARESMA, V. S. Oceanographic characteristics of na impacted coastal bay: Baía de Guanabara, Rio de Janeiro, Brazil. **Continental Shelf Research**, v. 17, n. 13, p 1609-1643. 1997.

KNEIP, L. M. (1980). **A sequência cultural do sambaqui do Forte, Cabo Frio, Rio de Janeiro**. Pesquisas, sér. Antropologia, 31: 87-100.

KUMAR, K. G. (ed.) **Gender Agenda: Women in fisheries**. A collection of articles In: SAMUDRA Report, India, International Collective in Support of Fishworkers, ICSF, 2004. 91 p.

LACERDA, L. D. 2005. Brazil case study. In: **Principles for a Code of Conduct for the Aahruus**, p: 31-35.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

LE MOS, F. C.; OLIVEIRA, J. C. **Memória e identidade: pensando patrimônios**. (Sentidos e representações: a favela como espaço informal de produção de conhecimento) Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima (organizadora); Ana Paula Cavalcante Lira do Nascimento, Marcos Cruz Azevedo (colaboradores). São Paulo: Pontocom, 2018. 214 p.: ISBN 978-85-66048-93-3.

LIMA, E. C. R. **Qualidade de Água da Baía de Guanabara e Saneamento: Uma Abordagem Sistêmica**. Rio de Janeiro, 2006. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE.

LITTLE, P. A etnografia dos conflitos sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas. In: **Anais do I Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**; Indaiatuba, SP, 2004.

LITTLE, P. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UNB, 2002.

LOPES, A. P. **Territorialidades em conflito na Baía de Sepetiba, Rio de Janeiro, Brasil: estudo de caso dos conflitos entre os pescadores artesanais e o porto da Companhia Siderúrgica do Atlântico (ThyssenKrupp CSA)**. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013. 109f.

LOPES, V. F. M. **Era uma vez uma ilha de Pescadores Artesanais: impactos socioambientais dos grandes complexos industriais, conflitos e resistência (Ilha da Madeira/Itaguaí/RJ)**. (Tese de Doutorado). 2013. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes. 199 p.

MACHADO, J. M. H. A. **Perspectivas e pressupostos da Vigilância em Saúde do Trabalhador no Brasil**. In. GOMEZ, C. M.; MACHADO, J. M. H.; PENA, P. G. L. A saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. p. 67-85.

MAIA, A. B. **Ministério Público, Megaempreendimentos e Conflitos Socioambientais: A atuação no litígio entre pescadores artesanais e a indústria do petróleo na Baía de Guanabara-RJ**. Dissertação de Mestrado. 2014. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

MAIA, M. B. R. 2009. **Do defeso ao seguro desemprego do pescador artesanal: a inclusão do pescador nas políticas públicas de seguridade social**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia. UFA. Manaus 106p.

MALDONADO, S. C. **Pescadores do Mar**. São Paulo. Editora Ática. 1986.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Atlas, 1992. 4a ed. p.43 e 44.

MARIANO, J. B. **Impactos ambientais do refino de petróleo**. 2001. 279 f. Dissertação (Mestrado em Ciências em Planejamento Energético) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

MARTINEZ-ALIER, J. Justiça ambiental e distribuição ecológica de conflitos. In: FERREIRA, L. C. (org.). **A sociologia no horizonte do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 1997, pp.122-135.

MARTINS, M. C. **Saberes na ilha de Itaoca: a roda de siri - entre o mundo do trabalho e as memórias de infância**. Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal Fluminense (tese de doutorado), 1995, 263 p.

MATOS, C. C.; VILAÇA, M. L. C.; FORTUNA, D. R. **Memória e identidade: pensando patrimônios**. (A relação dos indivíduos com o espaço urbano e seus desdobramentos) Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima (organizadora); Ana Paula Cavalcante Lira do Nascimento, Marcos Cruz Azevedo (colaboradores). São Paulo: Pontocom, 2018. 214 p.: ISBN 978-85-66048-93-3.

MATTE, D. C. **Etnicidade entre os Universitários Kaingang na UNIJUÍ**. Ijuí, UNIJUÍ, dissertação de Mestrado, 2001.

MATTOS, C. L. G. A. abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, C. L. G., and CASTRO, P. A., Orgs. **Etnografia e educação: conceitos e usos**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2. SciELO Books.

MENDONÇA, B. R. **Continuum Colonial: Colonialidade (=modernidade) Empreendimentos Capitalistas, Deslocamentos Compulsórios e Escravos da República no Estado do Maranhão, Brasil**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/cch. Universidade Federal do Maranhão. 2017.

MENDONÇA, G. **O Brasil licenciando e andando: as relações da política pública ambiental brasileira com a produção e a expansão capitalista do território**. 2015. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) PPED/UFRJ. 598 p.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: **pesquisa qualitativa em saúde**. 11^a ed. São Paulo: Hucitec, 2008.407p.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. 2007. Mapa de Cobertura Vegetal dos Biomas Brasileiros. Disponível em <http://www.mma.gov.br/portabio>. Acesso em 02 mar. 2018

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Cuidar das Zonas Úmidas**: uma resposta às mudanças climáticas. Versão e adaptação do texto da revista comemorativa do Dia Mundial das Zonas Úmidas 2010. 27 p. Disponível em: www.mma.gov.br. Acesso em 05 mar. 2018.

MOKHATAB, S.; POE, W. A. **Processamento e transmissão de gás natural**. 1. ed. Elsevier, 2014.

MONTEIRO, A. G. **Metodologia de avaliação de custos ambientais provocados por vazamento de óleo – O estudo de caso do Complexo REDUC-DTSE [Rio de Janeiro]**. 2003. Planejamento Energético e Ambiental. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ.

MONTEIRO, V. D. P. **Paisagem e memória: o manguezal do Jequiá na construção da memória de uma colônia de pescadores na Ilha do Governador**. 2005. 223 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

MORAIS, R. **O que é Violência Urbana**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo. Editora Brasiliense, 1985. p. 14/15.

MOREIRA, H. C. L.; SOARES, S. M.; SCHERER, E. F. **O Seguro Defeso do Pescador Artesanal**: Políticas Públicas e o Ritmo das Águas na Amazônia. Porto de Galinhas: ALASRU, 2010.

Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPPAB). Cartilha para trabalho de base da campanha pelo território pesqueiro. 2012.

Museu Histórico Nacional (Brasil). **Anais do Museu Histórico Nacional** – Vol. 1 (1940) – Rio de Janeiro: O Museu, 1940 – v.:il.; 23 cm Anual. Suspensa a partir do volume 26 (1975). Reiniciado em 1995 com o volume 27. Bilíngue (português/inglês) a partir do volume 46. ISSN 1413-1803

NASCIMENTO, A. P. C. L.; LIMA, J. C. P.; OLIVEIRA R. C. **Memória e identidade: pensando patrimônios**. (O Museu Ciência e Vida e a Feira de Artes e Artesanatos do Município de Duque de Caxias) Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima (organizadora); Ana Paula Cavalcante Lira do Nascimento, Marcos Cruz Azevedo (colaboradores). São Paulo: Pontocom, 2018. 214 p.: ISBN 978-85-66048-93-3.

O informe da Global Witness de 2014 alerta sobre os 116 assassinatos em consequência da defesa do meio ambiente. Brasil continua liderando as mortes de ativistas ambientais. **El País**. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/17/politica/1429286071_007327.html Acesso em 02 fev. 2018.

O Suburbano. A atividade pesqueira foi abordada na seguinte edição: O Suburbano, 15 de março de 1900. Acervo: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/explore/acervos>. Acesso em 13 fev. 2017.

OLIVEIRA, N. M. **Rainha das águas, dona do Mangue: Um estudo sobre o trabalho feminino no meio ambiente marinho** – Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Campinas, vol. 10, nº 1/2, 1995, p. 71-78.

OLIVIERI, M. S.; PUGGIAN, C.; PINTO, W. C. Ensino de química e justiça ambiental: um estudo qualitativo em três escolas do entorno da Reitoria Duque de Caxias. **Revista de Educação, Ciências e Matemática**, v 3, n3., p. 105-115, set/dez. 2013.

ORTEGA, J. L. G. **Organismos indicadores de la calidad del agua y de la contaminación (Bioindicadores)**. G. L. Espino, S. H. Pulido, J. L. C. Pérez (Eds.). Playa y Valdés, México, p. 109-193, 2000.

PACHECO, T.; FAUSTINO, C. **A Iniludível e Desumana Prevalência do Racismo Ambiental nos Conflitos** do Mapa. In: PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean Pierre. (Org.). Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos. 1ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013, p. 73-114.

PACIFIC CONSULTANTS INTERNATIONAL (PCI). **The Study on Management and Improvement of the Environmental Conditions of Guanabara Bay in Rio de Janeiro, The Federative Republic of Brazil**. JICA - JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY. Chapter 3 - Main Report, October 2003.

PELLOW, D. Social inequalities and environmental conflicts. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 15-29, jan./jun. 2006.

PEREIRA, C. S. **A Cultura de Mexilhões na Baía de Guanabara e suas Implicações para a Saúde Pública – Contexto Político-Social e Microbiológico**. Tese de Doutorado. Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Curso de Pós-Graduação em Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2003.

PIERRI, N.; AZEVEDO, N. T. **Making their Voices Heard: Report/Brazil**, 2010. Disponível em: <http://www.icsf.net/en/yemaya/detail/EN/1651.html?detpag=mapart> Acesso em 19 dez. 2015.

PIERRI, N.; AZEVEDO, N. T. **Making their Voices Heard: Report/Brazil**, 2010. Disponível em: <http://www.icsf.net/en/yemaya/detail/EN/1651.html?detpag=mapart>. Acesso em 07 fev. 2018.

PLÁCIDO, P. O.; CASTRO, E. M. N. V.; GUIMARÃES, M. O Território de Itaguaí/RJ como uma Zona de Sacrifício: Uma análise dos conflitos socioambientais à luz da educação ambiental crítica e da justiça ambiental. **VIII EPEA - Encontro Pesquisa em Educação Ambiental**. Rio de Janeiro, 19 a 22 de julho de 2015.

Plano Diretor de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara. 2005. **Relatório Final – Síntese**. Governo do Estado do Rio de Janeiro Programa de Despoluição da Baía de Guanabara Projetos Ambientais Complementares.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTO, M. F. S. **Uma ecologia política dos riscos: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PUGGIAN, C.; SIMÕES, M. R.; SANTOS, M. R.; RAULINO, S. F. **Duque de Caxias: a geografia de um espaço desigual**. TERNEIRO, A. (org). Ed. Entorno. 176 p. il.; 14 cm. 2015.

RAMALHO J. P.; ARROCHELLAS, M. H. (Org.). **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Cortez; 2004.

RATTNER, H. **Cultura, Personalidade e Identidade**. (2005). Disponível em: <https://www.lead.org.br>. Acesso em 20 mai. 2017.

RAULINO, S. F. **Construções sociais da vizinhança: temor e consentimento nas representações dos efeitos de proximidade entre grandes empreendimentos industriais e populações residentes**. (Tese de Doutorado) 2009. 338 f. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional.

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos: 292).

RICHARDSON, D. M. Pines as invaders in the southern hemisphere. In: Richardson, D. M. (ed.) Ecology and biogeography of Pinus, Cambridge: **Cambridge University Press**, 1998. p. 450-473.

RIGOTTO, R.; ZHOURI, A., et al. **Mineração, violências e resistências um campo aberto à produção de conhecimento no brasil**. ZHOURI, A. (Org.). Editorial iGuana, ABA, 2018. 711 kb; e-PUB. 1a Edição. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/ebook_mineracaoviolenciaresistencia1.pdf. Acesso em 19 abr. 2018.

ROCHA, Z. **Paixão, violência e solidão**: o drama de Abelardo e Heloísa no contexto cultural do século XII. Recife: UFPE, 1996. p. 10.

ROCKSTROM, J. et al. (2009). "A Safe Operating Space for Humanity". **Nature**. Disponível em: <http://www.nature.com/nature/journal/v461/n7263/full/461472a.html> Acesso em 30 jun. 2017.

RODRIGUES, A. M. Manejo Integrado, risco e vulnerabilidade social: evitar tragédias, corrigir problemas? In: LEMOS, A. I. G.; ROSS, J. L. S.; LUCHIARI, A. (Org.). **América Latina: sociedade e meio ambiente**. São Paulo: Expresso Polar, 2008.

RODRIGUES, S. C. A. **Comunidade Tradicional ou Zona de Sacrifício? A Disputa pela Ilha da Madeira, Cenário de Conflito, Regulação e Intervenção!** In: Horizontes de Brasil Escenarios, Intercambios Y Diversidad. 1 ed. Espanha: AGMS Editora, 2011.

ROSA, M. F. M. **As condições de trabalho e saúde dos pescadores e catadores de caranguejos da APA de Guapimirim**. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Engenharia, 2005.

ROSA, M. F. M. **Vulnerabilidade socioambiental dos pescadores e catadores de caranguejo da Baía de Guanabara: o trabalho e a saúde em um contexto de injustiça ambiental**. 2012. Tese de doutorado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

ROSA, M. F. M.; MATTOS, U. A. O. A saúde e os riscos dos pescadores e catadores de caranguejo da Baía de Guanabara. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, supl. 1, junho 2010, p.1543-1552.

ROSA, M. F. M.; MATTOS, U. A. O.; BRANQUINHO, F. T. B. Baía de Guanabara: A Degradação e o Trabalho dos Pescadores Artesanais. (Geo)Políticas do Meio Ambiente, Gestão dos Recursos e Sustentabilidades. **Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território**, 2014. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 408-414. ISBN 978-85-63800-17-6.

ROUGEMONT, L.; PÉREZ, M. S. **Tecendo Relações entre os Conflitos Socioambientais Territoriais Provocados por Megaprojetos: COMPERJ e Suape e suas implicações para pescadores e pescadoras artesanais**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 8, n. 16, p. 399-426, agosto, 2013.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo. Ed. Fundação Perseu Abramo. 2004.

SALVADOR, E. **Baía de Guanabara: ocupação histórica e avaliação ambiental** – Rio de Janeiro: Interciência, 2013. 516 p.

SAMPAIO, M. **Estudo de Circulação Hidrodinâmica 3D e Trocas de Massas D'água da Baía de Guanabara – RJ**. UFRJ. Rio de Janeiro. 2003. Dissertação de Mestrado.

SANCHES, M. A. P. Elites globais e cidadãos locais: quem ganha com a despoluição da Baía de Guanabara? In: **Anais XXII Congresso Internacional da LASA**. Miami. 2000.

SANCHES, R. A. **Caiçaras e a Estação Ecológica de Juréia – Itatins (Litoral Sul de São Paulo)**: Uma Abordagem Etnográfica e Ecológica para o Estudo da Relação Homem-meio ambiente. São Paulo 1997. 209 p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo.

SANSONE, L.; PINHO, O. A. (Org.). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2 ed. rev. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008. 447 p.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e Novos Direitos**. São Paulo: Peirópolis, 2005

SANTOS, M.; ARROYO, M. M. “Globalização, regionalização: a proposta do Mercosul”. In: **Indústria e globalização da economia**. Brasília: Sesi-DN, 1997 (Caderno Técnico nº 24).

SARLO, B. **A cidade vista: mercadorias e cultura urbana**. São Paulo: Editora WMF, Martins Fontes, 2014.

SCOTT, J. **Gênero como uma categoria de análise histórica**. Educação e Realidade. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 20, n.º. 2, jul./dez, 1995. p. 71-19.

Secretaria de Estado de Ambiente do Rio de Janeiro (SEA) (2008). Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/sea> Acesso em 29 mar. 2018.

Secretaria de Estado de Ambiente do Rio de Janeiro (SEA), Instituto Estadual do Ambiente (INEA). **O Estado do Ambiente: Indicadores Ambientais do Rio de Janeiro - 2010**. Governo do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Estado do Ambiente, Instituto Estadual do Ambiente. 2011. Disponível em: www.inea.rj.gov.br Acesso em 02 abr. 2018.

SEDREZ, L. F. (2004). **The bay of all beauties: state and environment in Guanabara Bay, Rio de Janeiro, Brazil, 1875 – 1975**. Dissertation (Doctor of Philosophy). Stanford University.

SEMADS - SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Ambiente das Águas do Estado do Rio de Janeiro. Cooperação Técnica Brasil-Alemanha, Projeto PLANÁGUA-SEMADS/GTZ. 2001.

SEVÁ FILHO, A. O. Problemas Ambientais e de Vizinhança Relacionados à Energia, Águas e Indústrias: regiões atingidas e focos relevantes de riscos. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v.1, n.16-17, p.143-164, mai./dez. 2015.

SICK, H. 2001. **Ornitologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

SILVA, C.A. et. al. **Atlas da Pesca Artesanal no Estado do Rio de Janeiro**. FFP/UERJ & NUTEMC/ffp/UERJ, 2018 (Prelo).

SILVA, A. F. **Pesca Artesanal: seu significado cultural**. Ateliê Geográfico. Goiânia-GO, v. 1, n. 6, abril/2009, p. 119-136.

SILVA, C. A. **Industrialização e Pesca artesanal na baía de Guanabara – Metrópole do Rio de Janeiro: limites e conflitos nos usos do território**. In: 1º Seminário de Espaços Costeiros, Instituto de Geociências da UFBA. Salvador: 2011.

SILVA, D. Q. Reserva Biológica de Tinguá no Contexto da Baixada Fluminense. (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Campus Seropédica. **6º Simpósio de Gestão Ambiental e Biodiversidade** (20 a 23 de junho 2017) ISSN 2525 - 4928 Disponível em: <http://itr.ufrj.br/sigabi/anais> Acesso em 02 mar. 2018.

SILVA, L. H. P. Ambiente e Justiça: racismo ambiental no contexto brasileiro. In: **XI Congresso Luso Brasileiro de Ciências Sociais**. ANAIS..., 07-10 ago. 2011, p. 01-16. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306222361_ARQUIVO_racismoambientalsalvador.pdf Acesso em 12 jul. 2017.

SILVA, M. A. M. **Camponesas, fiandeiras, tecelãs, oleiras** in: Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (Orgs.) – Niterói Ed. Alternativa, 2013, p. 163-183.

SILVA, S. B. **O Serviço Social frente a questão da violência doméstica: a realidade social revelada nas ações judiciais da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Comarca da Capital do Rio de Janeiro**. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Serviço Social, 2005.

SIQUEIRA, R. B. **Rede Puxirão de povos e comunidades tradicionais: possibilidades de disputa de hegemonia política no Paraná – entre 2007/2015**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) Universidade Estadual de Ponta Grossa. 2017.

SOARES, D. G. 2012. **Pescadores e Petrobras: ação coletiva e justiça ambiental na Baía de Guanabara**. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. UFRJ-IPICS-PPGSA, 201.

SOARES, D. L. "Os Impactos Ambientais no Geossistema da Baía de Guanabara". **Anais XVII Encontro Nacional dos Geógrafos**. Porto Alegre. 2010.

SOARES, M. L. G. et al. Diversidade Estrutural de Bosques e Mangues e sua Relação com Distúrbios de Origem Antrópica: O caso da baía de Guanabara (RJ). **Anuário do Instituto de Geociências**, Rio de Janeiro, v.26, p. 101-116, 2003.

SOUTO, F. J. B.; MARQUES, J. G. W. (2010). "A Vida do Grande é Comer o Pequeno: Conhecimento sobre interações tróficas por pescadores artesanais no manguezal de Acupe, Santo Amaro, Bahia". **Revista da Gestão Costeira Integrada** 2: 1-9.

SOUTO, J. P. **"Uma Vasta Caieira": um estudo sobre os fabricantes de cal da freguesia da Ilha do Governador (1861-1900)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.

SOUZA, A. S. N. **Cidades amazônicas na fronteira Brasil-Peru**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2015.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

TARTAGLIA, C. **O Rio Tremeu**: Barulho e reflexos da explosão de paiol da Marinha na Ilha do Governador são sentidos em diversos bairros cariocas. Jornal O Globo de 17 de julho de 1995. Acesso em 07 jun. 2018. Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/reportagens/o-rio-tremeu-9000849>

Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE – RJ). **Relatório Inédito sobre os 12 anos do PDBG**. Rio de Janeiro: Coordenadoria Setorial de Gráfica e Reprografia do TCE-RJ. n. 52, ano 5, setembro, 2006. Disponível em: www.tce.rj.gov.br Acesso em 29 abr. 2016.

TRIGUEIRO, A.; KNOX, W. A pesca artesanal do litoral do ES. In: KNOX, W.; TRIGUEIRO, A. (orgs.) **narrativas saberes e conflitos na pesca artesanal**. Vitória, Edufes, 2015.

VALÊNCIO, N. **A pesca artesanal como identidade**: mercantilização e dissolução de um modo de vida rural. Florianópolis: UFSC, 2011. Disponível em: www.alasru.org Acesso em 13 mar. 2015.

VALENTIN, J. L.; TENENBAUM, D. R.; BONECKER, A. C. T.; BONECKER, S. L. C.; NOGUEIRA, C. R.; VILLAC, M. C.; 1999. O Sistema Planctônico da Baía de Guanabara: Síntese do Conhecimento. Ecologia dos Ambientes Costeiros do Estado do Rio de Janeiro. **Series Oecologia Brasiliensis**. PPGE-UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. VII 35-39.

VALVERDE, D. N. S. **Controle da violência**. Disponível em: <http://www.abep.sp.gov.br/DOWNLOAD/Controle%20da%20violencia%20crim.doc>. Acesso em 23 mai. 2017

VASCONCELLOS, M; DIEGUES, A, C; SALES, R. R. **Alguns aspectos relevantes relacionados à pesca artesanal costeira nacional**, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República SEAP/PR e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2012, 45 p.

VELHO, G. **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

VIANA, M. **Diagnóstico da cadeia produtiva da pesca Marinha no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FAPERJ/SEBRAE, 2009.

VIANNA, M. H. (2007). **Pesquisa em educação: a observação**. (Série Pesquisa, Vol. 5). Brasília: Liber Livro Editora.

VIEIRA, E. C.; GOMES, A. R. O.; CAMARA, M. B.; DINIZ, J. S. Aspectos Socioeconômicos e Atributos Ambientais da Ilha de Tauá-Mirim, São Luís – MA. In:

IV SEDMMA (Seminário: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente). São Luís – MA. 11 e 13/11/2015. **Anais do IV SEDMMA**, GEDMMA, 2016.p.: 190-199.

VIEIRA, M. V. **O Programa de Despoluição da Baía de Guanabara. Entraves institucionais e impactos territoriais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro/ Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2009.

VIOTTI DA COSTA, E. **Da Senzala à Colônia**, São Paulo: editora UNESP, 1998 [1966].

WARD, J. V.; TOCKNER, K.; ARSCOTT, D. B.; CLARET, C. Riverine landscape diversity. **Freshwater Biology**, Blackwell Science Ltd, v.47, p.517–539 p, 2002.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. de Regis Barbosa e Karen Elsaben Barbosa; ver. Tec. De Gabriel Cohn. 4ª edição. 3ª reimpressão. Editora Universidade de Brasília. Brasília-DF. 2012

ZALUAR, A.; LEAL, M. C. Violência extra e intramuros. **Rev. Bras. Ciências Sociais**, fev. 2001, vol.16, n. 45, p.145-164.

ZAPPES, C. A.; ANDRIOLO A.; SILVA, F. O.; MONTEIRO-FILHO, E. L. A. 2009. **Potential conflicts between fishermen and *Sotalia guianensis*** (Van Bénédén, 1864) (Cetacea, Delphinidae) in Brazil. *Sitientibus Série Ciências Biológicas*. v.9, n.4, p. 208-214.

ZBOROWSKI, M. B. **Conflitos ambientais na Baía de Sepetiba: o caso dos pescadores atingidos pelo processo de implantação do complexo industrial da Companhia Siderúrgica do Atlântico (ThyssenKrupp CSA)**. 2008. 254 f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 484 p.

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista aos Pescadores das Colônias de Pescadores da Baía de Guanabara

Eixo 1 – História de Vida

- a) Qual o seu nome? Qual sua escolarização?
- b) Você trabalha como pescador há quanto tempo?
- c) Como você aprendeu a ser pescador? Por que você escolheu essa profissão?
- d) Alguém mais da sua família é pescador? Quem?
- e) Como é o trabalho com a pesca na baía de Guanabara? Em que termos? Quanto você ganha?
- f) Qual sua religião?

Eixo 2 – Trabalho como Pescador

- a) O que é pesca artesanal para você? Seu pai pescava? O peixe que você captura é para consumo próprio (família) ou você também vende o pescado? Que tipo de pesca você executa? Qual a finalidade do pescado?
- b) Quais são as espécies mais capturadas por você? E quais tem o maior valor comercial?
- c) Quais são os locais de pesca?
- d) Você pesca embarcado ou em praia? Que tipo de petrecho você utiliza?
- e) Costuma se aventurar fora da baía, para tentar pescar peixes de maior valor comercial?
- f) Quais são suas maiores dificuldades como pescador artesanal?
- g) Você passa os ensinamentos do ofício para o(s) seu(s) filho(s)?
- h) Você tem conhecimento dos direitos dos pescadores artesanais, como por exemplo, o defeso? Você paga autonomia, tem algum tipo de seguridade social? Como está sua vida trabalhista?
- i) Qual o papel da Colônia na vida do pescador? Qual sua relação com a Colônia?

Eixo 3 – Conflitos Ambientais e Violência envolvendo os pescadores

- a) Quais são os maiores problemas enfrentados por você no exercício de sua profissão?
- b) Quais são os seus maiores medos?
- c) Com relação aos problemas de saúde, quais são as maiores causas que você percebe: Fumo, drogas, bebidas alcoólicas?
- d) Você já sofreu algum tipo de violência como pescador? Caso positivo, quem foi ou foram os autores dessa violência?
- e) Em que situação se deu essa violência? Onde? A que horas? Quem estava presente? Houve uso de armas? Como você se defendeu? Qual foi o motivo da agressão?
- f) A indústria petroquímica fez parte de algum desses conflitos?
- g) Você fez algum tipo de registro dessa violência, como delegacia ou batalhão da polícia militar? Os culpados foram punidos?
- h) O que deveria ser feito para garantir melhores condições de trabalho aos pescadores que atuam na baía de Guanabara?

APÊNDICE B - Relação das Colônias e associações de pescadores existentes na baía de Guanabara

Colônias de Pescadores Artesanais	Bairro
Z-10 - Colônia de Pescadores da Ilha do Governador	Jequiá - bairro Zumbi
Z-11 - Colônia de Pescadores	Praia de Ramos
Z-12 - Colônia de Pescadores do Caju	Caju
Z-13 - Colônia de Pescadores de Copacabana	Praia de Copacabana - Posto 6
Z-8 - Colônia de Pescadores de Niterói e São Gonçalo	Centro – Niterói
Z-7 - Colônia de Pescadores de Itaipu	Praia de Itaipu
Z-9 - Colônia de Pescadores de Mauá	Praia de Olaria
Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro – FEPERJ	Centro – Niterói

Associações e Cooperativas de Pescadores	Bairro
Associação dos Pescadores Livres de Tubiacanga- APELT	Tubiacanga- Ilha do Governador
Associação dos Pescadores de Bancários	Bancários - Ilha do Governador
Cooperativa de Pescadores de Marcílio Dias LTDA - MARCOOP	Penha
Cooperativa Mista dos Pescadores da Colônia Caju Ltda COOPESCAJU	Caju
Associação dos Pescadores da Quinta do Caju	Quinta do Caju
Associação dos Pescadores do Porto da Chacrinha	Chacrinha - Duque de Caxias
Associação Homens do Mar da Baía de Guanabara - AHOMAR	Ipiranga – Magé
Associação dos Trabalhadores Pesca de Magé e Guapimirim ATPM	Surui- Magé
Associação dos Pescadores de Itambi - ITAPESCA Itambi -	Itaboraí
Associação dos Pescadores e Escarnadeiras de Siri da Praia da Luz APESCASIRILUZ	Praia da Luz - Itaóca – São Gonçalo
Associação dos Pescadores e Escarnadeiras de São Gabriel	Praia de São Gabriel - Itaóca - São Gonçalo
Associação de Pescadores da Praia das Pedrinhas – APPP	Praia das Pedrinhas - Boa Vista - São Gonçalo
Associação de Pescadores Livres do Gradim e Adjacências APELGA	Gradim- SG
Associação de Moradores e Pescadores do Porto Velho - AMPOVEP	Pontal - Porto Velho - São Gonçalo
Associação de Pescadores e Amigos da Praia Grande	Praia Grande - Centro - Niterói
Associação de Pescadores e Amigos de São Pedro	Terminal Rodoviário João Goulart Centro –

	Niterói
Associação Livre dos Maricultores de Jurujuba - ALMARJ	Jurujuba – Niterói
Federação das Associações de Pescadores Artesanais do Estado do Rio de Janeiro - FAPESCA	Jurujuba – Niterói
Federação dos Aquicultores e Pescadores Artesanais do RJ - FAPA	Centro – Niterói

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(De acordo com as normas da Resolução nº 466, do Conselho Nacional de Saúde de 12/12/2012)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa **Pescadores Artesanais, e Violência na Baía de Guanabara**. Você foi selecionado por ser pescador ou Coletor Artesanal, assim como, ter suas atividades voltadas para a baía de Guanabara, e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição onde trabalha.

O objetivo deste estudo é entender como os Pescadores e Coletores Artesanais da baía de Guanabara, desenvolvem suas atividades de trabalho na baía de Guanabara, frente aos problemas locais.

Sua participação nesta pesquisa consistirá na gravação de uma entrevista (áudio) com o pesquisador, cujas informações coletadas servirão como *corpus* da pesquisa. Não há riscos eminentes nesta pesquisa.

Os benefícios da sua participação estão relacionados à oportunidade de conhecer o trabalho real dos profissionais de pesca artesanal e onde seu trabalho acontece.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. Declaro que o procedimento proposto assegura ao sujeito da pesquisa a proteção de sua imagem, impedindo o estigma e a utilização das informações em prejuízo dele, de terceiros e da comunidade. Outrossim, todo o material será utilizado para os fins propostos no protocolo de pesquisa, garantindo o sigilo da identidade dos sujeitos e preservando, ainda, a autoestima e o prestígio dos mesmos. Os participantes que quiserem, poderão ter acesso aos resultados das pesquisas junto ao pesquisador.

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o senhor (a), podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento com os pesquisadores responsáveis Cesar Bernardo Ferreira e Cleonice Puggian, nos e-mails cesarbiologo@hotmail.com e cleo.puggian@gmail.com ou no telefone (21)9-9666-0000.

Cesar Bernardo Ferreira
Pesquisador Responsável

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UNIGRANRIO, localizada na Rua Prof. José de Souza Herdy, 1160 – CEP 25071-202 TELEFONE (21).2672-7733 – ENDEREÇO ELETRÔNICO: cep@unigranrio.com.br

Rio de Janeiro, ____ de ____ de 2017.